

Cabeça de porco cortiço Na linguagem jovem das favelas cariocas, é sinônimo de situação sem saída, confusão.



LUIZ EDUARDO SOARES
MV BILL
CELSO ATHAYDE

© 2005, L.E. Soares Criações Ltda. e Mauter Produções Artísticas Ltda. MB.

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA OBJETIVA LTDA.,
rua Cosme Velho, 103 Rio de Janeiro - RJ - CEP 22241 -090 Tel.: (21) 2556-7824 - Fax: (21) 2556-3322
www.objetiva.com.br

Capa Luiz Stein

Designers Assistentes Darlan Carmo Diogo Reis

Foto dos Autores Bruno Veiga

Revisão

Damião Nascimento

Umberto Figueiredo Pinto

Editoração Eletrônica

FUTURA

Digitalização: Vítor Chaves

Correção: Marcilene Aparecida Alberton Ghisi Chaves

A865c

Athayde, Celso... [et al.]

Cabeça de porco / Celso Athayde, My Bill, Luiz Eduardo Soares.- Rio de Janeiro Objetiva, 2005

295 p.

ISBN 85-7302-7302-668-5

1. Criminalidade - Aspectos sociais - Brasil. I. My Bill. II. Soares, Luiz Eduardo. in. Título

CDD 364.981

À Míriam Guindani, fonte de energia intelectual e sensibilidade humana, sem a qual este livro não teria sido possível

Sumário

Agradecimentos 11

Apresentação 13

I. AQUARELA DO BRASIL 15

Merla no Planalto Central 17

Merla no Planalto, outro ângulo 23

Meninos da Paraíba 30

Os índios do sul 32

Tristeza feliz em Belém 40

Uma noite em Joinville 51

Curitiba: nos fundos da cidade modelo 61

II. *FLASHES* DO INFERNO E DA REDENÇÃO 69

A violência é o princípio ativo do muro 71

Os neguinhos do buzão 74

O pior sentimento que alguém pode ter 78

Descendo a escada com Bill 84

Guerra na Rocinha 89

As voltas da vida 90

Um nome para sempre: a pena perpétua 95

Vestígios de um homem: a última conversa com Escadinha 97

Conspiração contra a mudança 100

Ódio 109

Notícias *dofront* 112

Dois reais 114

A esperança como dever 115

A mãe 126

Prisão que liberta 129

Não filma eu chorando 134

Violência na primeira pessoa 140

Espalhar pela cidade o sangue do irmão 146

Recortar e colar: a redenção pelo *hip-hop* 148

III. SIRENE NA TRASEIRA, ALARDE NA PISTA, SUSPEITOS À VISTA: ... 151

O ALVO NEGRO DA DESCONFIANÇA

Dura SP 153

Forjado de rotina em Aracaju 156

IV. INVISIBILIDADE E RECONHECIMENTO 161

Invisível 163

Estrangeiro: onde mora o perigo 167

Antígona do Humaitá 169

Ortopedias do olhar 171

A relação é o que (não se vê 172

Etiquetas do olhar 174

Invisibilidade, reconhecimento e a fonte afetiva do crime 175

In visibilidade por preconceito ou indiferença 176

Dolorosa realidade da fantasia: por que as expectativas se realizam? 179

Expectativa e ordem social 187

V. O CHORO DO MENSAGEIRO 189

Relato autobiográfico de Celso Athayde e a metamorfose de Alex Pereira 191

VI. CRESCER NOS TRÓPICOS: UMA ODISSÉIA NA PERIFERIA 203

Identidade em obras I: adolescência 205

Identidade em obras II: adolescência e a problemática ardilosa das "causas" da violência 208

Labirinto 212

O menino invisível se arma 215

Enredos da justiça criminal 220

Quer ganhar uma mulher? Bota um fuzil no pescoço 224

Guris e gurias mostram suas armas 226

Várias vezes eu pedi 233

Desfazendo certezas 235

A cultura da paz 237

Disputar menino a menino 241

VII. O Rio DE JANEIRO CONTINUA SENDO 243

Os sentidos da violência, a criminalidade no Brasil e no Rio de Janeiro 245

Bandido trabalhador e os vendados: a ética do crime 250

Negociando a liberdade 252

Os clientes 253

A economia das armas no Rio 254

O crime como organização 257

Vida de traficante: o dono da boca nunca foi ao mar 258

Os polícias 259

A tirania do tráfico e o despotismo policial 261

Polícias fluminenses: longa jornada noite adentro 266

VIII. JUNTANDO os CACOS PARA FAZER UMA NAÇÃO 271

Apenas humanos 273

Reflexões sobre o pesadelo 277

Rasga coração 281

NOTAS

287

AGRADECIMENTOS

Um livro é um longo e difícil empreendimento, que exige muito trabalho e persistência. Sobretudo um livro coletivo como este. Os autores reconhecem que, de certa forma, todos os que compartilharam o seu cotidiano, ao longo dos últimos anos, contribuíram, às vezes sem saber, para sua realização. Registre-se aqui nossos agradecimentos, portanto, aos amigos, familiares e companheiros de trabalho. Não os nomeamos para evitar as injustiças que nossas eventuais falhas de memória provocariam. Fazemos questão, entretanto, de destacar duas pessoas que, para nós, representam a justiça e a generosidade, em pessoa, e que têm-nos premiado com sua solidariedade há muito tempo: Dr. Arthur Lavigne e Dr. Marcello Cerqueira. Ambos sabem que a gratidão que lhes devemos não se traduz em palavras.

Dr. Paulo Henrique Fagundes, Dr. João Tancredo, Dr. Jader Marques, ten.-cel. Antônio Carlos Carballo lança e major Júlio Cezar Cônsul merecem o nosso mais sincero reconhecimento.

Somos gratos também a Japão, Viella 17, Dra. Fernanda S. Telles, Cláudio Rio, André Goiás, Gaiola, Cuco da F. (em memória), Cláudio Gaúcho, Pablo, Rafael Dragaud, Renata Moutinho, Simone Oliveira, Rodrigo Veras, Thales Athayde, José Júnior, Luiz Roberto Ferreira, Júnior Athayde, Jair da Matta Coutinho, Marina Soares, Bundinha, Carol Delgado, JB, Kenya Pio, Flavia Caetano, Miguel Vassay, Fox, André Du Rap, dona Cristina, Mano Jucá, João Salles e Ricardo Macieira.

Marilza Athayde merece um agradecimento muito especial. Registramos aqui nossa gratidão e nossa homenagem.

Somos particularmente gratos a Isa Pessoa, diretora editorial da Editora Objetiva, pela fé inabalável neste projeto, que um dia até mesmo aos autores parecia improvável. O que houver de positivo no resultado final deve muito à sua competência. Somos gratos também a Roberto Feith, diretor-presidente da Editora, pela confiança.

Hélio Raimundo Santos Silva entrevistou para a pesquisa muitos jovens, em favelas cariocas, com sua rara sensibilidade. Ajudou também a aprimorar o texto com várias

11

sugestões. Foi uma honra contar com sua fraterna sabedoria e seu apoio.

A Minam Guindani devemos muito mais do que as ricas entrevistas para a pesquisa, as inumeráveis sugestões para o aprimoramento dos capítulos e para a organização da própria estrutura do livro. Ela acompanhou cada passo deste projeto desde o primeiro momento. Este livro nasceu de uma idéia sua, desenvolveu-se sob a inspiração de seu estímulo permanente, mudou de rumo algumas vezes graças à sua incansável orientação e se concluiu, contando com sua participação em cada ponto, em cada tese. Como agradecer? Trata-se, praticamente, de uma co-autoria. A Míriam, nosso mais sincero reconhecimento.

Este livro e seus autores devem o que porventura tenham alcançado comunicar à boa vontade dos entrevistados, que confiaram e acreditaram que a causa comum - a segunda chance e a esperança na mudança - valia riscos e a ousadia de compartilhar as histórias de vida e os sentimentos. A todos eles, em vida ou em memória, nossa gratidão.

APRESENTAÇÃO

Cabeça de Porco tem uma dupla origem; é uma espécie de estuário de duas fontes: uma longa pesquisa realizada em diversos estados brasileiros por Celso Athayde e My Bill, sobre os jovens na vida do crime e suas razões, sobre a dimensão humana destes jovens; e um conjunto de pesquisas e registros etnográficos conduzidos por Luiz Eduardo Soares, nos últimos sete anos, sobre juventude, violência e polícia. Os dois afluentes se encontraram, porque os valores e a interpretação dos problemas eram convergentes, e os três autores decidiram completar suas respectivas tarefas com um conjunto de entrevistas qualitativas, as quais foram realizadas, em 2003, pelos professores Hélio Raimundo Santos Silva e Míriam Guindani.

Celso e Bill sintetizaram toda a carga de informações sociais e culturais acumulada por sua pesquisa* em narrativas que preferiram escrever em primeira pessoa, para enriquecer suas descrições com os sentimentos vividos e as interpretações que as experiências suscitaram. A esses textos acrescentaram depoimentos memorialísticos, como "Os Neguinhos do Buzão", "O Pior Sentimento que Alguém Pode Ter" e "O Choro do Mensageiro".

Luiz Eduardo trabalhou as entrevistas, recortando-as, em parceria com Miriam, ou as redescrivendo, sob a forma de relatos breves. Em diálogo permanente com os co-autores, teceu a rede dos textos, procurando combinar interpretações com retratos os mais fiéis possíveis de cenas vividas por um sem-número de personagens, todos verdadeiros, imersos em situações reais - ainda que sob nomes fictícios e em cenários ligeiramente alterados para lhes resguardar as identidades, como determina a ética de toda pesquisa social.** Em alguns casos, não se furtou a reconhecer que era ele mesmo o protagonista. Tomou sua passagem por governos¹ como oportunidades para

* Não apenas pela pesquisa, mas também pela observação crítica cotidiana, que suas funções a frente da Central Única de Favelas (Cuia) proporcionam

f* As respectivas participações estão assim indicadas nos textos de Celso e Bill, explicita-se a autoria Nos textos de Luiz Eduardo, não - o que basta para distinguir Assinalar as autorias nos pareceu importante, seja para preservar a autonomia de pensamento de cada um, seja para enfatizar a importância que atribuímos à voz de cada um, a personalidade autoral de cada um. Para nós, a eventual riqueza que porventura tivermos alcançado terá sido o resultado desta pluralidade, fundada em um forte consenso de fundo

observação e registro de episódios reveladores do funcionamento subjetivo e social da violência e da insegurança pública.

O propósito do livro é traçar um vasto painel realista sobre a violência instalada em vários estados brasileiros. A intenção não é denunciar. É compartilhar com os leitores preocupações e reflexões, na perspectiva de manter viva a esperança. O inferno está perto de nós, é verdade. Mas há saída, sim. Basta olhar de perto *e* sentir o sopro de humanidade que vibra sob a máscara dos monstros.

Nós não gostaríamos que este fosse considerado um livro sobre o crime e a violência, melancólico e bonito como flores na sepultura. Desejamos que ele seja lido e usado como uma ferramenta cheia de vida a serviço da construção das saídas.

AQUARELA DO BRASIL

muito simpática e falante, fumava um cigarro atrás do outro e começou a contar sua vida, que ela vendia merla porque precisava, sem que eu perguntasse nada. Parecia que o China tinha dito pra ela que eu estava fazendo uma entrevista para o Ratinho. Percebi que ele tinha entendido tudo errado: nossa pesquisa não era sobre adultos, era sobre crianças, sobre jovens. Mas já que eu estava ali, fiquei quieto para não fazer desfeita, uma questão de educação, apenas.

Nada me parecia interessante: era uma casa normal, como qualquer outra casa de subúrbio. A sala tinha uns três metros quadrados; a mesa de centro de madeira tinha vidro no meio; as cortinas eram dessas de barbantes amarelos, tipo as que se compram nas feiras *hippies*. Na parede da sala havia a foto de um homem, magro, de bigode: o dono da casa, pensei. Será que ele gostaria de nos ver lá? Até que ouvi umas palmas lá fora no portãozinho, que ficava a uns seis metros da porta da sala, mas a pessoa que bateu as palmas não esperou a senhora levantar para atender, até porque ela nem esboçou reação de que ia levantar.

Só poderia ser gente de muita intimidade para entrar direto assim. Chegou até a porta e abriu. Não ouvi nada. Eu estava no sofá menor, de dois lugares, ao lado do Miguel, a dona da casa estava de frente para mim e para a porta da sala. Acompanhei pelo semblante dela que a pessoa que chegou estava exigindo anonimato. Ela se levantou, dirigiu-se à cozinha, onde eu não a podia ver, voltou e foi até a porta entregar alguma coisa para a pessoa.

Não olhei pra ver quem era, mas pude perceber que se tratava de uma criança, pelo tamanho da sombra. Até aí, tudo normal. Podia ser algum vizinho pedindo algo emprestado e não queria se sentir desmoralizado por mim. Aí eu perguntei quem era: "É vizinho seu?"

Ela riu e disse que era um cliente. Que não sabe onde ele mora e que não sabe de quem o garoto é filho, só sabe que quase todos os dias ele volta para comprar mercadoria, a merla. Disse que ele devia ter uns 12 anos. Me contou que uma vez ela saiu pela manhã e ele estava desacordado, quase em coma, no quintal. Percebi que ali também tinha o que eu procurava. Mergulhei de cabeça nas perguntas e na vida daquela mulher.

Ela me disse que o homem na foto da parede é seu marido, que ele é traficante e que foi delatado por um vizinho que tinha inveja, segundo ela, porque a casa dela vendia mais do que a sua. Que conversa de doido; tudo muito estranho, mas ela dizia tudo aquilo com uma sinceridade quase religiosa.

Continuou falando do marido: que ele ajudava muito em casa antes de ser preso; que a única alternativa que ela tem agora é retribuir tudo que ele fez; que ela o ama muito e sofre também por sua falta, que precisa

trabalhar porque

18

precisa pagar o advogado dele e as propinas nos presídios. Disse que a casa era de aluguel e que alguns vizinhos já tinham denunciado para a sua senhoria que ela vende droga na casa, mas ela sempre desmentiu. As horas foram passando e muitas pessoas entravam e saíam o tempo todo. Era como uma casa que dá doces nos dias de Cosme e Damião. Vinha gente de todo tipo: velho, velha, criança, casais, tudo...

Em certo momento entrou um senhor pelos fundos. Um português de 70 anos presumíveis, que mais se parecia com um dono de padaria. Era difícil aceitar. O que aquele homem de aparência tão séria e familiar estava fazendo ali? A resposta estava no rosto desesperado. Ele estava tão concentrado naquilo que veio fazer, que a impressão era de que seria impossível que ele nos ouvisse ou se negasse a filmar. Nem mesmo seria capaz de perceber a câmera. A merla era maior que tudo, maior que a própria vida dele. Mas ele não era o único ali. O entra-e-sai era intenso.

A anfitriã recebeu muitas visitas nesse dia. Era um sábado e a rua era muito movimentada, muitos vizinhos chamavam por ela para falar sobre assuntos normais - por exemplo, para olhar a filha até que a vizinha voltasse do mercado. Uma outra foi deixar as chaves de casa para que fossem entregues ao marido que tinha ido jogar pelada com os amigos. Nada de anormal, fora a merla, que ali também não parecia uma coisa do outro mundo. Vez ou outra ela dispensava os vizinhos e dizia que estava com visitas. Outros vizinhos se juntavam a nós por algum tempo e depois partiam. As vizinhas, vendo que nós estávamos gravando tudo que se passava ali, algumas vezes nos facilitavam a vida, atendendo os clientes que chegavam, alguns dos quais vinham até a sala, outros passavam para os fundos da casa direto, fazendo bastante barulho para chamar a atenção de todos e avisar que tinha cliente na casa. Eu não conseguia entender como todos nós podíamos correr tantos riscos de sermos presos. Se a polícia chegasse, estaria todo mundo em cana e fim de prosa.

Comecei a me acostumar com as pegadas, barulhos de gente, vozes de viciados e outras loucuras. O tempo se encarregou de me fazer relaxar. Ela dizia que conhecia os passos de cada cliente, cada assobio, cada palma, cada voz. Eu não acredito nisso e, mesmo que fosse verdade, eu não acreditaria.

O desespero que cada viciado imprimia no rosto era trágico demais para o que eu tinha visto até então. O máximo que eu conhecia no Rio era um tal de "capa preta", um tipo de cocaína que dizem que é quase pura, por isso mais cara, e, quando os viciados usam, a favela fica perigosíssima, porque

todo mundo perde o controle de tudo. Basta uma cafungada que os caras e as minas perdem a linha. A vida passa a ser um detalhe.

A personalidade e a presença marcante de nossa anfitriã eram tão iluminadas, tão confortáveis, que não parecia que a morte era vendida, de certa maneira, em sua casa. Mas era. Ela disse que não sabia direito como era a química da merla, mas sabia que era feita de soda cáustica e solução de bateria... Então, isso é vida? O que pode ser tão violentamente destrutivo quanto a merla, tão trágico?

A todo instante, surgiam famílias inteiras para adquirir seus produtos, filhos ainda no colo, pessoas com deficiência mental ou cheiro do trabalho.

A anfitriã vendia a droga por R\$ 5,00, preço único, sem promoção. Ela disse que todas as coisas que possui e que estão na casa onde mora custaram cerca de R\$ 5,00. Pode até ser algum exagero, mas se a merla é feita dessa mistura, só doido pode usar mesmo... Ela disse que, na fissura, os viciados levavam para vender ou trocar qualquer coisa: liquidificador, televisão, sapato, carteira, computador. A maioria das vezes na madrugada, quando há menos concorrentes e o risco é maior. Nessas ocasiões, e sobretudo quando faz frio e chove, eles ficam no limite do desespero e, nessas circunstâncias, uma televisão por cinco reais pode não ser uma troca tão injusta. Vai depender de que lado do balcão você se encontra.

Às vezes o movimento parava um pouco, por alguns minutos, e depois voltava mais forte. A senhora contou que nunca dormia: enquanto houvesse alguém para comprar, ela estaria ali para vender. Confessou que sentia muita pena daquelas pessoas, mas era a sua sobrevivência, precisava do dinheiro, era só pelo dinheiro. Justificava a venda na sua casa afirmando que, se não o fizesse, alguém faria. Parecia tentar se convencer e justificar o injustificável.

Toda noite era igual, ela dizia. O pico era entre 22 e quatro da manhã, principalmente nas sextas e sábados, que era quando baixava a fissura dos nóias - é como eles chamam os viciados em merla.

Enquanto rolava o entra-e-sai de clientes viciados, nós conversávamos no sofá. Ela não tinha a menor preocupação, o menor medo de ser descoberta, a exemplo de seu marido. Como não, se todo mundo entra e sai o dia todo? Parecia essas casas que vendem sacolé de coco e de chocolate. Só que o sacolé que essa senhora vendia era crime. O quadro que se apresentava era diferente de tudo que eu já tinha visto. Era muito vulnerável pro meu gosto. Era absurdo confiar naquelas pessoas; era absurdo vender droga dentro de casa e dormir dentro dela; era absurdo conviver com a possibilidade de ser denunciada. E se a polícia chegasse e os pegasse em flagrante, como seria?

Ela explicou que a merla fica na geladeira por causa do processo químico e que, quando a polícia vai lá, ela corre, joga dentro do vaso e dá descarga. Eu pensei comigo: "Que mamão", na minha cidade neguinho invade e ainda arreventa o vaso.

Ouvi uns gritos de criança. Era uma menina de uns 11 anos. Estava chegando da rua. Era sua filha. Vinha da educação física. Era bonita, tinha o rosto quadrado, morena, cabelos cacheados e maltratados. Usava uma fita branca. Parecia uma menina bem feliz.

Falou comigo educadamente e se intimidou com a câmera. O tempo se encarregou de fazê-la relaxar. Ficou amiga da câmera e minha amiga também. Volta e meia ela atendia uns clientes, até que perguntei se ela sabia o que estava vendendo. Ela disse que não. Depois de um silêncio, perguntei novamente. Ela olhou para a mãe, buscando algo que a aprovasse ou reprovasse. Nada encontrou e respondeu com segurança que não sabia. Insisti e quase perdi sua amizade: "Por quanto você vende a merla?"

Ela me olhou e percebi que fui longe demais. Me arrependi por ter insistido. Mas para mim era ainda mais triste ver que todos na casa viviam em torno da merla e a merla se confundia com todos. Minha vontade era resolver o problema delas, mas elas não pareciam ter nenhum problema - talvez o problema esteja mesmo comigo. Prometi mandar um presente pra menina, brincamos durante a tarde entre uma entrevista e outra de pessoas que chegavam na casa. Me emocionei muito com tudo que vi ali.

Um casal, nem sei se era um casal ou uma dupla, chegou com as roupas sujas e comprou a merla. Perguntei à anfitriã se eles falariam comigo. Ela pediu que fôssemos para os fundos da casa. Tentei falar com eles. Era impossível a comunicação. Eram inquietos demais. Era como se estivessem vendo um bicho. Só a merla era capaz de acalmá-los. O coração partia em pedaços. Pedi para filmar. A moça entrou em desespero e pediu para não passar na televisão não, que tinha filha na escola. E repetia isso com tanta ansiedade que parecia que estava sendo crucificada.

Triste, muito triste tudo aquilo. Eu olhava para a dona da casa, por quem eu sentia uma grande admiração pela força que tinha, pelo talento para falar e pela fé na vida, e ela estava relaxada, fumando um cigarro, com um leve sorriso. Parecia se deliciar com aquele desespero. Aquilo me fazia sentir muita raiva dela. Sua casa era um inferno. Na verdade, ali era o paraíso do diabo. Como eu poderia me sentir em paz naquele lugar? Mas era assim que eu me sentia, feliz por estar ali na sua companhia, ouvindo as histórias daquela mulher que vendia merla para sustentar sua filha, que vendia merla

para destruir a vida das filhas dos outros; da mulher que vendia merla para salvar seu lar, mas que destruía, com a merla, muitos outros.

Eu estava impressionado, fascinado, estarecido com as coisas que ela dizia, pela paz que ela possuía e passava, mas não podia ficar mais, porque tinha marcado dois *shows* para ajudar a pagar os custos da pesquisa e, nesse dia, um deles ia rolar à noite. Infelizmente, eu não poderia ficar para assistir a mais coisas e ver de perto a vida noturna da mulher calculadamente louca.

Mas o Celso viria mais tarde e, quem sabe?, quando nos encontrássemos pela manhã ele teria boas histórias. Era aguardar pra ver.

MERLA NO PLANALTO, OUTRO ÂNGULO

Este relato foi escrito por Celso Athayde, dando seqüência à narrativa de Bill.

Cheguei à casa eram mais ou menos sete da noite. Bill já não estava; tinha ido para um dos *shows* que agendei para aliviar os custos da pesquisa. A rua era escura, com poucas pessoas. O China foi me encontrar no lugar marcado. Apesar de ele garantir o tempo todo que era tranquilo, que eu poderia entrar, resolvi não arriscar. Se fosse tão tranquilo assim, como ele afirmava, por que eu estaria indo pra lá, já que o que eu queria filmar para a pesquisa era o terror?

Começamos a caminhar para a casa da Gordinha, que é como eu passei a chamar a dona da casa. Uma mulher maluca, irresponsável e surpreendentemente encantadora. A casa dela era uma dessas casas que parecem ter um ímã, que não dá vontade de sair mais. Só que, se pensarmos bem, não deveríamos nem entrar.

No caminho, o China me falava do trabalho dele, do novo disco de *rap* que eles estavam fazendo e do preconceito que existe contra o povo do *hip-hop*. Dizia que Bill já tinha ido embora, que o Miguel estava lá à minha espera, que tudo tinha sido muito bom, mas nada que ele dizia me servia muito, porque ele não sabia o que queríamos de fato, na real - nem nós sabíamos. Talvez as caras do Bill e do Miguel tivessem acusado essa satisfação.

O China parecia um *artistapop*, todo mundo falava com ele nas ruas. Ele cortou caminho por uma rua e acabou dando uma volta mais longa: ele queria me mostrar a chamada "rua da amargura". Uma rua onde os viciados se encontravam para fumar a merla. Aquelas pessoas não se pareciam com gente, não viam ninguém, não atinavam em nada. Se a polícia chegasse ali, todos seriam presos, tamanha era a inércia a que se entregavam. Eram cerca de quarenta pessoas espalhadas pela rua. Não estávamos num lugar que pudéssemos chamar de favela; eram casas comuns, construções aparentemente oferecidas pelo Estado. Tinha gente de todas as idades esparramada pelo chão. Eu já tinha visto coisas parecidas com aquela e até pior, desde criança, mas nunca vou deixar de me chocar. Eu acho.

Pena eu não ter uma câmera ali. Mas, afinal de contas, essa pesquisa não poderia mesmo registrar tudo. Era inevitável, tinha que registrar só parte das mazelas. Afinal, era uma pesquisa, não um documentário - isso seria um outro projeto, como *Soldado do Morro* e *Falcão*. Continuamos caminhando

para a casa da Gordinha, uma moradia simples, insuspeita. O portão estava aberto, o que não queria dizer nada, já que estavam nos esperando. Atravessamos o portão; a Gordinha estava saindo. Fomos apresentados formalmente. Abri um sorriso e ela fez uma brincadeira muito íntima, como quem quisesse me deixar muito à vontade. Disse que estava indo à padaria e já voltava. Não tinha nada naquela mulher que a confundisse com uma marginal, bandida, traficante perigosa. Parecia que esses títulos haviam sido inventados só pra prejudicar os pobres, que queriam sobreviver das drogas e ficar ricos também. Mas essa discussão tinha que ficar para um outro momento.

Ela nos convidou para acompanhá-la. Prontamente, peguei as duas garrafas de Coca-Cola de um litro e virei para o portão, demonstrando toda a minha presteza. China preferiu ficar. Olhei para a cara dele e me perguntei se seria prudente ir com ela até a padaria; afinal, ela era traficante de merla, droga pesada, que dá cadeia elétrica, prisão perpétua, força e outros bichos. Mas ela era tão alegre que era impossível levar aquilo tão a sério, e eu não poderia ser tão azarado a ponto de me foder justamente no único dia em que estava saindo com ela. E mais: ela parecia bem segura do que estava fazendo.

Na padaria só tinha pão velho. Fomos a outra. No caminho ela começou a perguntar por que a gente estava fazendo essa pesquisa; disse que se amarrou no negão e que queria ir ao *show*, mas não podia porque teria que trabalhar duro naquela noite e, como estava esfriando e era fim de semana, não seria racional fechar a firma. Contou que a mãe dela estava presa, o marido também, e que, se fechasse, se ferraria mais ainda. Disse também que estava com muitas dívidas e tinha que pagar o fornecedor de merla, de quem pegava fiado.

Eu não sabia do que ela estava falando, mas ela falava comigo como se eu fosse a pessoa com quem tivera passado todo o dia. As coisas que eu não entendia eu ignorava, e a conversa rolava. Passamos por um borracheiro; uma velha estava sentada no canto. A Gordinha disse que a velha tinha sido a rainha da merla, até ser presa. Apanhou tanto na cadeia que ficou surda. Perdeu quase tudo que tinha. Pedi para conhecer a velha. Descobria ali meu fascínio pelos seres da espécie humana.

Atravessamos a rua, ao encontro da senhora. Ela era branca, baixinha, com cara de nordestina. Usava uns cordões de prata, ou cor de prata, ostentando um certo luxo para o lugar. Talvez fosse assim quando era a rainha da merla. O diálogo era difícil, porque a velha era surda e me olhava com muita desconfiança. Mesmo assim ficamos lá uns bons 15 minutos.

Inesperadamente, um rapaz pretinho que estava no balcão do borracheiro gritou para a velha entrar. Ela não sabia se pulava o balcão ou dava a volta.

Não entendi nada, mas era certo que eu estava numa fria. Torci para que

fosse a polícia, porque se fosse o bicho o caô* poderia ser pior. Era a polícia. Caralho... logo eu, feliz por ver a polícia. A Gordinha me abraçou. Uma viatura se aproximava. Os canas vieram bem devagar até encostarem no borracheiro, e é claro que a velha não era ex-rainha porra nenhuma, do contrário ela não teria corrido, ou melhor, se arrastado para dentro do estabelecimento.

Os policiais pararam na porta; não saíram da viatura; me olharam; olharam para minha esposa - pelo menos é o que a Gordinha queria que parecesse -, se olharam por algum tempo, conversaram e depois desceram. Pediram os documentos; eu dei; perguntaram o que eu estava fazendo ali. Não consegui dizer nada; gaguejava a cada tentativa, comprovando que eu estava errado e me condenando a cada tentativa e a cada pergunta. Meu primeiro susto foi porque a Gordinha me usou de escudo, me fazendo passar por marido dela, o que eu não poderia negar, nem mesmo na frente do juiz. O outro motivo para minha hesitação era o fato de que estávamos no borracheiro mas não tínhamos carro, e ainda para complicar, a velha, avisada pelo funcionário, correu. Eu ia dizer o quê? Falar chinês ou gaguejar para ganhar tempo e pensar numa boa desculpa para estar ali, àquela hora?

Mas havia algo de que só a minha amada Gordinha sabia. No borracheiro tinha um telefone que muitas pessoas usavam. Calmamente, explicou que eu era gago e tinha medo de polícia, trauma de infância, e as duas coisas não deixavam de ser verdade. Disse que tínhamos ido ali para ligar para o Rio, porque os telefones mais próximos da casa dela estavam quebrados. A filha-da-puta da Gordinha falava com clareza, segurança e precisão; parecia que tinha treinado dias para representar aquela cena. Os caras não acreditaram muito, apesar do talento de minha cônjuge. Então, nos revistaram sem muita esperança de encontrar algo. Perguntaram sobre o dinheiro que ela levava - uns 30 reais. Ela contou que estava a caminho da padaria; queria comprar um lanche para os amigos do Rio, que nos esperavam. Ter que justificar 30 reais era o fim da picada ou muita falta de assunto, mas era a nossa penitência. Finalmente, fomos dispensados.

Atravessamos a rua rumo à padaria. Olhei para aquela mulher com admiração pela frieza, segurança, esperteza e coragem. Uma mulher que eu nem conhecia, da qual só sabia o que ela acabara de me contar, que era traficante junto com toda a família. Perguntei se ela não era pichada na região. Confessei que minha impressão tinha sido que fora reconhecida pelos policiais, e que eu acabaria indo em cana junto com ela. Disse que não, que já fora denunciada por vizinhos várias vezes, que sua casa já havia sido invadida muitas vezes pela polícia, mas que nunca conseguiram provar nada contra ela. Disse que a velhinha é que é pichada, que os canas sabem que ela voltou a traficar e que o borracheiro é uma fachada, apesar de funcionar também para esse fim. Eu já não sabia mais se queria realmente ir à padaria... Mas seguimos em frente. Compramos queijo, bolo de cenoura a quilo, pão doce e outras bobagens. Na hora de pagar, ela não foi para o caixa; pediu para eu sair; ela pagaria a conta; o tom era estranho, precipitado, meio urgente. Obedeci e saí. Aguardei na loja ao lado, onde funcionava um fliperama.

Caô significa história inventada, armação, mentira ou problema (é o caso).

Na volta, perguntei se ela realmente tinha pago a conta. Ela disse que não, que a menina do balcão era conhecida dela e que não precisava pagar, que no fim do mês ela dava para a garota uns trocados. Ali eu fiquei em dúvida se ela traficava por uma questão de sobrevivência ou se era uma "fora-da-lei" por instinto.

Chegamos à casa e encontramos Miguel deitado no sofá, o China vendo TV e uma menina bonita de cabelos compridos brincando com a filmadora PD. Notei que o Miguel estava muito à vontade; àquela altura, eu também estava. Aquela Magra se tornou, em alguns minutos, uma velha amiga. Fomos para a cozinha preparar os "comes e bebes". Comemoramos e brindamos sem motivo aparente; acho que à saúde e à liberdade na companhia de alguns viciados que chegavam pela porta dos fundos. Comecei a me acostumar com aquele entra-e-sai de gente, e a me sentir íntimo das pessoas que ainda iam chegar. Minha relação era com a venda e a vendedora, não com o comprador; eu estava totalmente integrado ao sistema, estava envolvido com a boca de merla como nunca pensei.

Concordar com aquelas coisas e entrar no jogo da Gordinha era a minha tática para conquistar sua confiança, só que ela era tão fascinante que o envolvimento era mesmo inevitável. Talvez ela tivesse usado da minha tática também, e o feitiço virou contra o feiticeiro.

À meia-noite, o movimento cresceu na casa. Parecia até que ia começar uma festa com hora marcada. Era como se fosse parte do ritual da merla, mas não era. A Gordinha disse que àquela hora era mais prudente trancar toda a casa, por duas razões: a magia da noite enlouquece os noiados e a polícia sempre vinha nesses horários. Foi assim que seus parentes foram presos. Por isso, ela mandou instalar na sala uma porta grande de ferro com uma abertura que mal dava para ver o rosto dos clientes, como nessas farmácias 24 horas. Eu me coloquei de frente para a porta, ao lado do Miguel, e passamos a registrar tudo, absolutamente tudo. Instalamos um microfone sem fio na Gordinha para viver mais de perto tudo aquilo. O movimento acontecia em ritmo frenético, assobios, gritos, choros,

brigas de casais, tudo isso se concentrava naquela janelinha.

Miguel, apesar de ser um chato, é dotado de uma competência incomum. Ele foi indicado pela Katia Lund para esse trabalho e não perdia tempo nunca. Quando eu pensava em chamá-lo para filmar, o sujeito já estava trocando a fita. Ele acabou treinando alguns jovens da Cufa, que assumiram papéis importantes na fotografia desse trabalho - o Felha é um deles. A sala ficava escura; quem estava do lado de fora tinha dificuldade de nos ver. Num certo momento, um rapaz que devia ter uns 30 anos bateu na porta, colocou a cara na janelinha e tentava nos ver. Não sei por que a Gordinha não levantou para atendê-lo, o que era estranho, uma vez que ela era como essas moças de loja de noivas, na presença da patroa. Basta o freguês chegar perto do balcão para ser quase devorado. Mas com esse cara, não. A Gordinha interrompeu nosso papo, ficou olhando para a porta, quase em transe - parecia uma jibóia fixada na vítima, prestes a dar o bote (ela tentava, na verdade, reconhecer quem nos olhava), e correu para a cozinha. Miguel, com um gesto brusco e mecânico, deslizou a câmera para baixo do sofá. Era certo que a chapa ia esquentar pro nosso lado. Eu sabia que a Gordinha tinha corrido para esconder os produtos no banheiro, apesar de não ter escutado a descarga, que era para onde a droga ia quando a polícia chegava. A essa altura, a menina inocente estava dormindo. Ouvi os trincos da porta da cozinha... Já era... Fodeu... pensei; ou vai morrer todo mundo, ou vão todos pro xilindró.

Percebi que a porta se abriu com ímpeto; cabia imaginar quem entraria àquela altura. Não nos mexemos; sequer respirávamos para não fazer barulho; esperamos a morte chegar e os primeiros disparos. Talvez fosse hora de arrombar a janela e correr. Nesse momento, Deus foi convocado, mas não parecia que chegaria a tempo de nos salvar. Ouvimos passos no corredor e percebemos que alguém corria para fora da casa, em direção à porta principal, onde estava o rapaz. Subitamente, a cabeça dele foi puxada para trás e a paulada começou a estalar. Era a Gordinha, baixando a porrada no sujeito. O cara era bem mais forte que ela, mas o medo da represália, o medo dos fornecedores da Gordinha não o deixava reagir. Ela deitou e rolou. Eu e Miguel nos revezávamos na portinhola para ver a surra que a Gordinha dava no cara.

Foram vários minutos de coca. Outros nóias chegavam e assistiam sem nada dizer. A Gordinha olhava para os outros e gritava descontrolada que ali era assim, que ela matava de porrada quem ficasse devendo à boca. O sujeito tentava dizer umas coisas, mas não conseguia. Os berros dela e as madeiradas calavam a voz do rapaz, que sucumbia a cada porrada. A Gordinha usava o cara como exemplo para todo mundo, eu acho que até pra nós mesmos. O olhar dela acusava. Depois da sessão, o cara

foi liberado e nada falou. Em alguns momentos eu tive a impressão

de que ele queria dizer que estava ali justamente para pagar a conta. De toda maneira, ele poderia ter decidido pagar depois da atitude dela.

A fera deu a volta pela casa, entrou na sala, pediu desculpas e foi tomar banho. Ficamos eu e Miguel ali, atordoados, perplexos, como dois falcões acima da idade. Enquanto a Gordinha se banhava, os clientes iam chegando e se aglomerando. Ficamos ali, na sala, sem saber o que fazer.

A Magra voltou do banho e assumiu seu posto. A clientela só aumentava. Mais tarde, surgiu um outro homem. Devia ter a mesma idade do primeiro *sparring* de Olívia Palito. Colocou a cara e depois o braço pela portinhola. Portava um cheque de 50 reais. A Gordinha se levantou, pegou o cheque e começou uma negociação:

- Troca esse cheque para mim? - perguntava ele com um sotaque carregado.

- Tá doido, é? - retrucou a Gordinha, com firmeza.

- Oi, tem 50 contu aí; me dá cinco potocas de merla.

Isso representaria para o rapaz um prejuízo de 50%, considerando que a mercadoria custava R\$ 5,00. A Gordinha disse que não, que ela não trabalhava com cheque, que só aceitava se ele levasse uma potoca. Fiquei puto com ela. Porra, era pura exploração. O rapaz era cliente dela; ele tinha dito, inclusive, que não era a primeira vez que trocava e que o cheque era quente. O cara ficou nervoso e travou uma breve discussão com ela, até que ela perguntou se ele a estava desrespeitando. Ele se calou, amansou a voz, pediu o cheque e disse que não queria mais. Agradeceu e foi embora, ostensivamente puto da vida. A Gordinha se voltou para nós, sentou no sofá ao meu lado e fez críticas ao rapaz: "Esses caras são muito espertos. Eles querem moleza." Realmente, aquilo era uma outra lógica. Mas, logo ela, que tinha passado todo o início da noite me provando que tinha um coração enorme?

Na seqüência, outro homem bate à porta desesperado. Aliás, desespero era o que todos os clientes tinham em comum. As batidas eram fortes. A Gordinha levantou, em seu estilo briguento, mas ao mesmo tempo acolhedor. Dependia sempre das circunstâncias. Foi até a porta. O homem colocou pelo buraco da porta um vestido preto, parecia novo. Ela disse que não queria. O sujeito insistiu, pediu pelo amor de Deus. Meu coração partiu, minha vontade era de comprar o vestido do homem, mas seria uma solução só naquela noite, e mais: eu estaria financiando a compra de merla, da desgraça, da morte. Como é que eu poderia ser o financiador de um produto cuja bula diz que é uma mistura de soda cáustica, solução de bateria e cloro? Não, não era um problema meu.

A Gordinha me olhou. Ela deve ter-se lembrado que tinha me falado dessa realidade e resolveu abrir a porta. Miguel estava atento, com sua ferramenta na mão.

A porta se abriu e a esperança do homem se intensificou. Ele abriu o vestido - um desses que as meninas usam nas festas de 15 anos. O sujeito tremia e mal conseguia falar. Pedia merla, merla, merla... Ele, no máximo, sussurrava. Dava dó, dava vontade de chorar. Vontade? Pra que mentir? Chorei de dor. Ele nos olhava, olhava a câmera e ignorava qualquer coisa que não fosse a possibilidade daquela troca.

- Não! - sentenciou a Gordinha. E bateu a porta em sua cara. Antes de sair ele demonstrou um desconsolo que só nos enterros eu tive chance de ver. A Gordinha era grossa, mas eu aprendi a aceitar. Não era racional ser cortês em circunstâncias como aquela. E tinha que considerar que aquela rotina e aquelas madrugadas reservavam muitos mistérios, para o bem e para o mal.

Aquele homem, ao partir, levou parte da minha fé com ele, levou com ele parte da minha esperança. Antes mesmo que eu me refizesse do baque, o braço do rapaz do cheque invadiu a sala através da portinhola. Ele dizia que estava arrependido e que aceitava a proposta da Gordinha.

Ela se levantou com má vontade e com ar de vencedora, Como se tivesse certeza de que ele voltaria. Era uma nova teoria comercial que eu aprendia naquele momento, mas que convém esquecer. Às três da manhã, um cheque de 50 reais vale, no máximo, cinco reais (ou uma potoca).

O dia amanheceu, mas o trabalho dela não pararia ali: "Enquanto houver cliente e mercadoria", ela disse, "eu não posso dormir. Posso até deitar, dormir, não".

Despedimo-nos. Aquela mulher, apesar de tudo, era alguém de quem eu sentiria saudades. Ela nos levou até o portão, mandou abraço para o Bill e nos desejou toda a sorte na vida; que Deus nos abençoasse. Era nítida a tristeza dela por nos ver partir. Aquela noite tinha sido importante para ela e para nós. Era uma coisa que não dava para explicar, mas era claro que uma química humana, um desejo de que o mundo fosse diferente tinha se instalado naquela despedida. Era como se eu estivesse indo para nunca mais voltar, e foi assim; era como se ela fosse nossa mulher e nós estivéssemos indo para a guerra. Foda... Muito foda...

No hotel, Bill estava tomando café da manhã com o pessoal da banda. Ele se levantou e perguntou:

- E aí, negão, como foi a noite lá na casa da dona? A mulher é foda, né não? Ela é muito humana, não é?

Sentei, coloquei café na xícara.

- Acorda, negão, a mulher é foda ou não é?

Coloquei o açúcar, passei manteiga no pão. Mexi o café e até hoje não respondi.

MENINOS DA PARAÍBA

Celso Athayde escreveu este relato.

Chegamos no estado da Paraíba para descobrir a realidade daquele lugar. Saltamos no aeroporto e pegamos um barco para chegar a uma das favelas que escolhemos. Não havia critérios muito claros para essa escolha. Era muito mais na base da intuição e das notícias que tínhamos tido, quando fizemos *shows* nesses lugares. Não queríamos desprezar o formato convencional das pesquisas sobre violência, queríamos apenas aproveitar a vantagem de não saber a forma convencional, para não parecer com os intelectuais que tentam patentear as favelas com números absurdos, números que viram verdades quando vão pra mídia e não são contestados por ninguém. Claro, quem vai contestar os números dos intelectuais quando são apresentados nos jornais de grande circulação, com tabelinha e tudo? Vira verdade absoluta e assunto encerrado, mas nós sabemos que eles escrevem qualquer coisa, e quando escrevem de modo consciente, é porque estão reproduzindo as lições acadêmicas dos que se encaixam nesse perfil. Radicalismo à parte, entramos na favela.

Chegamos à favela e vimos alguns jovens jogando futebol, ao lado de um conjunto residencial, ou melhor, palafitas. Não era possível que existisse tráfico ali. Era muita miséria, muita desnutrição, muita desgraça. Será que ali também *haveria crack* sem ser de bola? Deus, não deixe que tenha..., meu coração suplicava - sem que ninguém ouvisse - que não houvesse e que nossa viagem fosse uma decepção. Bobagem minha, pura tolice. Bastou escurecer e os moleques estavam lá, na pista, com seu jeito diferente, seus sotaques próprios, mas estavam lá, vendendo e consumindo aquelas desgraças igualzinho a todos os lugares avançados, igual a todas as melhores civilizações do planeta.

Mas uma coisa era certa: aquilo que eu achava que era uma desgraça, de certa maneira fazia parte da economia daquele lugar; o dinheiro que entrava ali naquele bairro produzia uma grande quantidade de violência, exatamente porque produzia a riqueza e o ganha-pão de todos eles. Tudo muito confuso, tudo muito doido.

Pensando bem, eu estava ali para trabalhar, não para resolver a vida deles. Minha contribuição eu não saberia dizer qual seria, mas alguma coisa precisava

acontecer para aquilo melhorar. Eu sabia também que nossa pesquisa não tinha um foco específico em uma comunidade. Por isso, era muito mais difícil pedir ajuda. Se fosse uma pesquisa focalizando um determinado lugar, seria menos difícil, mas falar de 27 estados era missão impossível. Assim como era impossível transformar tudo que vivi e vivemos em algo que todos pudessem ver. Mas uma coisa era possível, sim: permitir que o Brasil descobrisse um outro Brasil, que está pelejando e correndo por fora como um azarão, mas que está no páreo e pode ganhar a corrida. Podíamos permitir que o Brasil soubesse que, por trás de uma arma, tem um coração batendo; que é preciso uma grande intervenção política no país para que não estejamos fadados à escravidão de seres humanos; e que essa intervenção não seja policial, mas em todas as áreas. Não é possível continuar matando esses jovens como se eles fossem os nossos algozes. Não é possível ficar martelando esses jovens e os enjaulando como animais em celas frias. Não é possível a sociedade se escandalizar com as rebeliões dos menores e não ficarmos escandalizados com o fato de serem zero as chances de suas famílias serem parte de uma sociedade civilizada. Pois, se achamos que o mundo caminha como deveria e que só os outros é que estão errados, então seria melhor abrir a boca, escancará-la e esperar a morte chegar - se é que tenho direito à licença poética.

Começamos a filmar, percorremos as vielas e as casas dos menores. A favela estava dominada por nós; tomamos tudo de assalto. Impressionante como a comunidade tinha o traficante local como referência. Ele parecia um daqueles bandidos da antiga, por quem os moradores oravam. Fizemos entrevistas com uns três moleques no primeiro dia. Fiquei muito impressionado com eles, com a frieza, a segurança e a seriedade deles. Quando ganhamos uma linha do trem para conversar com o quarto guri, que estava trabalhando em um rio, percebi que nossa equipe tinha aumentado. Pois é, os moleques que eu tinha entrevistado agora eram parte da nossa equipe. Miguel tinha aliciado os jovens bandidos para a nossa equipe e eles vieram trabalhar com a gente. Carregavam suas armas e nossas luzes, carregavam suas armas e nossas bolsas, seguravam os microfones e plugavam os microfones de lapela com o farto conhecimento de quem há pouco tinha sido submetido aos mesmos procedimentos. Naquele momento eles estavam sujeitos às nossas reclamações e até a uns esporrinhos. Naquele momento via-se exatamente a diferença entre o homem e o monstro. Eles não eram nem uma coisa nem outra, eles eram apenas meninos. Meninos da Paraíba.

Os ÍNDIOS DO SUL

Este capítulo descreve situações vividas no Rio Grande do Sul. É dividido em duas partes que se completam. Celso Athayde é o autor da primeira. My Bill redigiu a segunda.

Tudo corria com a máxima lisura. Muitos contatos tinham sido feitos e várias comunidades nos esperavam. Porém, uma coisa nos intrigava: o fato de que lá, no Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões, não existem facções e as guerras são muito descontroladas e imprevisíveis. Num mesmo morro é possível conviverem várias quadrilhas rivais, controlando os pontos de venda de drogas, todas elas inimigas umas das outras. O que naturalmente contribui para o grande número de mortes dos jovens envolvidos nesse submundo. Mas nós estávamos ali, tínhamos que entrar, não era a hora mais própria para análises. Só havia uma alternativa: pagar pra ver.

A chuva era muito forte, o receio não era menor, mas o olhar de cada um de nós encorajava o outro, mesmo que no fundo soubéssemos que o medo era compartilhado por todos.

Nos morros em que estávamos não havia a cultura dos fogueteiros*, por isso, só iríamos descobrir o perigo quando não houvesse mais tempo de reação, no nosso caso, de fuga. Fomos subindo num "bonde"*** formado por um só carro. Ganhamos as vielas da favela. Enquanto subíamos, percebemos que já havia um espírito acolhedor, alguma coisa positiva no ar. Observamos que as pessoas estavam despreocupadas ou, de alguma maneira, esperando por nós. De beco em beco, de curva em curva, lá íamos nós, subindo a ladeira.

Chegamos ao alto da colina. Um pequeno grupo de jovens nos aguardava e cercou o carro. Mais um susto, todos eles tinham cara de bons amigos, mas vai saber... Saímos do carro e teve início uma longa e alternada saudação, todos se cumprimentando. Cada um tinha uma maneira de cumprimentar. Uns batiam no peito após o aperto de mão. Outros trombavam os punhos. Enfim, todos amigos até que se provasse o contrário.

* Fogueteiro é o menino encarregado de disparar fogos de artifício, anunciando a chegada da polícia ou de grupos inimigos.

*** Bonde significa grupo, turma, mas freqüentemente se emprega no sentido de quadrilha armada, em deslocamento.

Fomos levados a um bar, em cujos fundos, uma área bem grande, funcionava um desmanche de carros, que também servia como laboratório de *crack*. A parte interna do bar era oval, com uma mesa de bilhar e um pequeno banheiro no fundo, ao lado de uma churrasqueira. Ao entrarmos, tivemos mais uma rodada de cumprimentos com muitos outros jovens que estavam lá.

Uma coisa me chamou a atenção: enquanto Bill, Miguel e nossos "guias" falavam com as pessoas, eu observava vários outros jovens numa outra sala no fundo, que parecia estar em obras. Esses jovens eram diferentes dos outros; pareciam mais assustados, mais sérios, e não paravam de olhar para todos os lados. Imaginei que aqueles provavelmente seriam o nosso assunto. Dito e feito. Bill parece que leu meu pensamento e percebeu a direção dos meus olhos. Dirigiu-se para o fundo do bar/desmanche/laboratório e começou, imediatamente, a explicar os motivos que nos haviam levado àquele lugar estranho - mas, na verdade, para encontrar pessoas idênticas às que já tínhamos visto em todos os lugares por onde passamos.

Tudo devidamente explicado e aceito, resolvemos que Bill não faria as entrevistas. Eu faria, pois alguém teria que segurar aquele povo que queria ficar perto do Bill e fugir da chuva. Saímos com os jovens para conhecer sua realidade, suas casas, seus parentes e seu "trabalho". Sendo franco, não estou certo de que esse trabalho tem de ficar mesmo entre aspas, mas... Depois de algumas conversas e visitas, descobrimos que a laje do bar era também o ponto de observação dos falcões. Daí fomos por uma outra viela e ganhamos a parte superior do bar, onde o Bill continuava com os moradores, bêbados, mulheres, crianças, bandidos, falando coisas de que eu não tenho a menor idéia.

Ao chegar em cima da laje vimos que existia uma passagem secreta para o bar. Comecei a ter certeza de que era um bar realmente muito especial. Mas o que nos fazia estar ali naquele momento era a minha cachaça chamada falcão* - nossa pesquisa e a chance de mostrar a todo mundo aquela realidade tão próxima e tão desconhecida de grande parte da sociedade. Nossa pesquisa poderia, quem sabe, apresentar um Brasil ao outro. Começamos então a conversar com um rapaz que estava ali, na laje, com um guarda-chuva preto e uma arma na mão. Acho que era um 38. Falamos sobre muitas coisas, Deus, sua família. Ele me disse que não conhecera seu pai. Aliás, acredito que mais de 90% dos jovens com que falamos não conheceram seus pais ou não vivem com eles. Falamos sobre muitas coisas. Ele estava sempre alerta, muito atento e a entrevista foi tensa, todo o tempo, por conta disso.

* Falcão é o nome que se dá à criança ou ao adolescente que se envolve com o tráfico

A chuva castigava o plantão do rapaz; o nosso também, porque nós nos embrenhávamos tanto naquele mundo que nos tornávamos parte dele; nos tornávamos, de certa maneira, marginais também. Mas o pior estava por vir.

Ele nos falava das guerras entre as quadrilhas - que eles chamam de gangues -, do descontrole e da falta de uma lógica que nos pudesse orientar. Justamente quando falávamos sobre esse assunto, escutamos barulhos de brigas e discussão vindos do bar. Era difícil entender. Parecia que os jovens que estavam lá haviam se desentendido, o que seria até normal num ambiente com tanta droga, especialmente com tanto *crack*. De repente, a laje foi invadida por vários outros jovens que eu ainda não tinha visto naquela noite. Eles nos renderam e disseram a mim: "Carioca, chega pra lá. Essa parada não é com você. Essa fita é nossa."

Fiquei perplexo com o que ouvi. Nunca tinha visto aqueles caras na vida. Eu não estava sequer com uma dessas camisas que exibem o Cristo Redentor ou o Pão de Açúcar. Como é que tinham me identificado como carioca? Mas nada disso importava naquele momento. A guerra não era minha, mas eu estava dentro dela, em seu coração. Miguel, a essa altura, tinha sumido da laje. Ele contou depois que estava na sombra de uma árvore. Não sei se o medo não me deixou vê-lo ou se era realmente ótimo o seu esconderijo.

Fomos obrigados a descer da laje e eu tive a certeza de que Deus existe mesmo. Eu e Miguel, apesar de ele ser uruguaio, somos filhos gêmeos de Deus. Descemos por uma porta inclinada que parecia um alçapão. Não sabia o que estava acontecendo e não me atreveria a perguntar; mais cinco minutos de vida naquela circunstância era lucro.

Descemos e, ao chegar ao final da escada, pude ver vários outros jovens devidamente enquadrados e o Bill junto a várias pessoas encostadas na churrasqueira. Um cara falava e gesticulava com ele o tempo todo. Não sei o que se passara ali durante todo o tempo em que andei pelas vielas e estive na laje. Ouvimos disparos que vinham lá de cima da laje. Ninguém gritou. Ninguém correu. Ninguém chorou.

O tal cara que gesticulava com Bill disse que deveríamos ir embora, porque a polícia chegaria a qualquer momento. Continuei sem entender nada, pois a minha visão era apenas da laje e do rapaz que, suponho, foi assassinado a três metros de minha cabeça. Depois o Bill poderia me dizer o que realmente aconteceu.

Segue-se o relato de Bill:

Era uma noite de muita chuva. Nós estávamos no alto do morro e sabíamos que a qualquer momento tudo poderia mudar. Chegávamos de uma longa semana. Tivéramos muitos problemas em vários estados, naquela semana. Estávamos chegando a Porto Alegre naquela noite. Não paramos sequer para comer; todo tempo tinha que ser aproveitado. Nossa desvantagem era jamais saber o que queríamos e jamais nos satisfazermos com o que tínhamos.

Todas as situações eram interessantes e novas, mesmo quando repetitivas. O cansaço era grande. Vínhamos de Novo Hamburgo, onde visitamos e filmamos a mãe de um dos 15 jovens que tinham morrido ao longo dos três anos pelos quais já se estendiam as gravações. Eu estava com muito sono e naquele caô todo, de Bill pra cá, Bill pra lá, tinha que me manter aceso, porque, naquela hora, eu não era o entrevistador, era o diretor de massa. Um bêbado perguntava o que eu tinha achado do filme *Cidade de Deus*, eu respondia secamente que era maneiro; outro, baixinho, dizia que se amarrava no meu *rap*, que ele também escrevia umas rimas e começou a rimar. Era engraçado aquele sotaque gaúcho fazendo *rap*. Claro que sei que o *rap* é universal e que ele se manifesta através de muitos sotaques, mas é inevitável que soe estranho aos nossos ouvidos. A letra falava de uma mulher que fez um aborto, mas, no final, acabou tendo o filho. Era muito confuso. Talvez o barulho e o sono tenham dificultado minha interpretação.

Nós ficamos no bar, um grande bar que lembrava um galpão. Fiquei na companhia dos falcões que o Celso dispensou e com os moradores que me fariam companhia até o término das gravações. Imaginava que terminariam ao amanhecer. Não tinha saída pra mim, era relaxar e deixar o tempo passar. Eu tinha sempre o cuidado de não ficar perto do *set* de filmagem, quando não era o diretor, justamente para não atrapalhar o andamento do bagulho. Pois o mesmo nome que ajudava a abrir os espaços poderia ser também a razão de o *set* virar um carnaval.

Por isso, fiquei surpreso quando um falcão chegou pela frente do bar e nos disse para não falar muito alto e abaixar o som - estava tocando *Cultura de Rua*, do Da Guedes. Ele disse que a equipe tinha dado um role* na comunidade e tinha ganhado o telhado do bar, por trás, para entrevistar um falcão que trabalhava em cima da laje. Abaixamos o volume e continuamos falando sobre um monte de coisas. Várias vezes o assunto acabava e ficava aquele monte de gente olhando um pra cara do outro sem saber o que dizer. Foda-se, o tempo passava do mesmo jeito.

* Dar um role significa dar uma volta ou sair.

De repente, chegou um maluco* que era de um jornal comunitário não sei se era daquela comunidade - e começou a fazer perguntas sobre o *Free Jazz*, sobre o *Soldado do Morro*. Ele não se apresentou, nem eu quis saber quem ele era. Tratei de aproveitar para matar mais tempo e comecei a responder, só que todo mundo passou a perguntar também e virou uma zona. Todo mundo respondia e todo mundo perguntava, e o bagulho ia que ia. Tudo regado a cheiro de maconha e longas narigadas**, nada diferente de tudo que vejo desde que nasci. Tudo ali era muito familiar. Os bandidos sentiam certa necessidade de mostrar que o crime lá também era sério; que, apesar de não terem tantas armas, eles também eram foda. Eu pensava comigo que aquilo não tinha mais jeito, que nossa pesquisa não serviria pra porra nenhuma, exceto para mostrar que a vaca já foi pro brejo. Mas a necessidade de acreditar que tem jeito me fazia continuar.

Vinham aquelas senhoras negras, desdentadas e com roupas muito humildes, e me abraçavam, dizendo que tinham me visto no Luciano Huck; outras que tinham me visto no Serginho Groisman. Aquilo me fazia pensar outras coisas, me fazia pensar no *hip-hop*, numa nova estratégia para o movimento. Afinal, os verdadeiros reis das favelas não somos nós, do *rap*, que fugimos da mídia. Os verdadeiros reis que fazem as favelas parar e colocar tapete vermelho são o Alexandre Pires, o Djavan, a Ivete Sangalo, os Titãs. Sei lá, não quero ser nenhum deles e sei que eles não querem ser eu. Eu pensava, naquele momento, que ficar fazendo cara de mau é coisa do passado. O *rap* tinha sido importante até aqui, desse modo, mas passou. Não dava mais pra ficar vivendo de bico. Temos que ir para as realizações; chega de blefe. Eu sabia que nem todos os grupos poderiam ir para a mídia, pois muitos não saberiam o que dizer, como dizer. Então, para muitos, uma boa contribuição seria mesmo ficar de boca fechada. Lembrei de um projeto do Celso - eu era contra, inicialmente, mas agora sou a favor e vou dar apoio - que é da gravação de um grupo de *rap* assumidamente *gay*; acho que o nome é Gangsta Gay. Tudo isso passava pela minha cabeça. Eram poucos minutos, mas muitas reflexões sobre o *hip-hop*, sobre a vida. O que não quero é vestir uma fantasia de me e ficar vivendo um *Big Brother*. Ali éramos eu e meus conflitos existenciais. Acho que vou montar um projeto social que providencie sessões de análise nas favelas; eu seria o primeiro da fila. Muitas coisas passavam pela cabeça sem muita organização.

Maluco é o mesmo que cara, sujeito, uma pessoa.

** Narigada ou dar uma narigada significa cheirar cocaína.

Aquelas senhoras traziam mais e mais saudades de minha mãe e da Cidade de Deus. Eu estava na rua fazia só duas semanas, mas parecia quatro anos. Talvez pelo desgaste emocional provocado pelo tema da pesquisa; era uma praga atrás da outra, envolvendo crianças e adolescentes. Tudo sempre igual, tristemente igual e, ao mesmo tempo, diferente. Especialmente ali. Ver aqueles moleques armados e falando baaá!, tchê!, tri!, era uma outra história de crime pra mim; me fazia ratificar a consciência de que essa praga é mundial e também confirmava o reconhecimento de que é patética a maneira como queremos resolver o problema.

Estava todo mundo relaxado, como se a guerra entre todos eles já tivesse acabado. Mas, não, a guerra desses jovens é corrente, diária, nem sempre lógica, e quase sempre sangrenta. Não há espaços para ternura; acabou o afeto. Só restou o ódio.

Naquele dia, a guerra chegaria a cavalo, galopado por seus próprios pares. Como nos velhos e bons filmes de faroeste, o local foi invadido por mais ou menos 15 jovens, todos de pistola em punho. Três comandavam a operação. Usavam rabos-de-cavalo que entravam e saíam pela parte de trás de seus bonés. Pareciam irmãos gêmeos; bonitos, eram uma espécie de mistura de índios com nordestinos e ostentavam um certo ar de responsabilidade, apesar de demasiadamente jovens e de carregar aquelas armas. Os garotos que os acompanhavam se pareciam com todas as outras pessoas que viviam ali.

Chegaram com muita pressão, falando e gritando umas gírias que eu não entendia direito. Sinceramente, nem sei se eles queriam mesmo ser entendidos ou se desejavam que a nossa única compreensão fosse o pânico.

Eu sabia que minhas chances de ser descoberto naquele lugar eram grandes, apesar de o bar estar cheio, mas, a essa altura, não estava mais ligando para o azar - e meu 189 jamais me deixou passar batido. Minha esperança era que Celso e Miguel estivessem atentos ao barulho e ralassem de lá de cima, antes de a bala comer, se é que realmente estavam lá.

Um dos rapazes da minha quadrilha - sim, naquela altura ninguém era neutro na parada - começou a discutir com um dos cabeludos, sem esboçar nenhum sinal de medo. Percebi que eles não eram tão inimigos assim, do contrário o incêndio já teria começado, já que os dois lados tinham armas, embora a minha quadrilha estivesse mesmo sem condições de reação, até pelo fator surpresa. A discussão se acirrou e foi ficando claro que eles tinham vindo acertar as contas com um "pau no cu" (um vacilão, na língua deles), que estaria na parte de cima da laje. Ficou claro que os caras faziam parte da mesma quadrilha, mas havia entre eles um certo racha, por alguma razão.

Alguém, que estaria acima de todos ali, ordenara a morte do rapaz que estava, naquele momento, sendo entrevistado pelo Celso e filmado pelo Miguel.

O rapaz que parecia ser o chefe da minha quadrilha disse a ele que podia ripar* o moleque, já que a ordem era de um tal de Vaca. Avisou que havia dois caras do Rio de Janeiro filmando, na laje. Os caras foram receptivos, o que em nada diminuiu minha preocupação. Até que um senhor, que estava perto de mim - talvez nem fosse tão velho na idade, talvez estivesse gasto pelas drogas e pela cachaça - e agia como se nada estivesse acontecendo, tragando sua maconha e apreciando o gosto de sua cerveja, recomendou que eu não esquentasse, não, que aquilo acontecia todo dia e que eles resolviam sempre entre eles.

Os três índios nordestinos ganharam o fundo do lugar e sumiram, acompanhados de uns três ou quatro. Foram em direção a uma escada que daria no alto do galpão, onde me disseram que Celso e Miguel estavam. Eu torcia para que fosse mentira. Passaram-se cinco longos minutos de falatório, em cima, e de silêncio profundo, embaixo. Só escutava as vozes dos índios. Ouvi quando alguém pronunciou a palavra carioca; minha atenção triplicou. Mais dois minutos, ouvimos passos nas escadas e a tampa de ferro da passagem secreta se abrindo, com a ajuda de dois rapazes que estavam no bar. Alguém ia sair. Para meu alívio, eram Celso e Miguel, ambos com cara de quem acabara de topar com uma assombração. Celso me olhava procurando alguma pista; eu olhava pra ele sem ter o que dizer.

Um pouco antes de eles serem liberados, um cara da quadrilha dos índios, que ficou embaixo, já havia me identificado e começara a dizer que era meu fã e que eu podia ficar tranquilo, que o problema era interno, que éramos bem-vindos na comunidade e que não levássemos a mal aquela briga deles. O cara era espalhafatoso; falava como se estivesse brigando comigo. Até rever Miguel e Celso, eu me limitava a assentir com a cabeça, sequer olhava pra ele, mal conseguia ouvir o que ele estava dizendo. O que eu queria mesmo era entender o que estava acontecendo e o sujeito não me parecia ser o caminho para a elucidação. Quanto mais ele falava, mais confuso eu ficava. Depois que meus amigos desceram, a bala comeu em cima da laje. Não sei se foi o moleque que o Celso entrevistara que meteu bala nos índios, ou se a lógica prevaleceu, os mais fortes venceram e o moleque foi pelo ralo.**

O doido que falava se batendo como um polvo, demonstrando grande preocupação com nossa integridade física, pediu que nós fôssemos embora,

* Ripar significa acabar com, matar.

** Ir pelo ralo significa dar-se mal ou mesmo morrer.

porque a polícia poderia chegar depois dos tiros. Atendemos prontamente ao pedido. Juntamos os equipamentos, guardamos tudo e entramos no carro, já combinando entre nós o que diríamos caso a polícia nos encontrasse na descida. Entramos no carro e começamos a manobrar. Inesperadamente, um dos cabeludos veio correndo em direção ao carro. Pensei: fodeu! Ele não via direito as posições dos ocupantes por causa da forte chuva. Estava tudo embaçado. Ele foi se aproximando, chegou bem perto do carro. Parecia procurar alguém em especial. Até que gritou: "Bill, Bill..." Ninguém respondeu. Quem sabe procurava o Clinton, o Gates ou o Rato Bill, que inspirou meu apelido. O índio continuou num tom mais alto: "My Bill, dá pra você tirar uma foto comigo e com a minha filha?"

Era impossível acreditar que aquilo estava acontecendo. Todos no carro se olharam e, depois de um suspiro longo, descobri que os índios matam, mas também gostam de *rap*. Descobri mais: que não passara batido em nenhum momento da operação. Saí na chuva e um outro índio se aproximou de nós dois, com a filha dele no colo. Era uma menina linda; devia ter uns dois anos; tinha o cabelo liso como o deles, só que mais ruivo. Talvez ele tenha cruzado com uma gaúcha loira, sei lá. Ela vestia uma roupa preta, parecida com esses conjuntinhos da Xuxa Meneghel. Não havia muito tempo, a menina estava na chuva e nem tive tino de perguntar seu nome. Segurei a menina e eles dois pousaram para a foto, que foi tirada por um terceiro: cada um com duas pistolas em forma de cruz, sobre o peito, como se fossem espadas. Os dois me agradeceram como se eu tivesse acabado de salvar a vida deles. Entrei no carro sem dizer nada e partimos ainda sob tensão. Saímos da favela sem saber o que havia ocorrido. Na verdade, nunca saberemos. Paramos num posto de gasolina no Partenon e ficamos ali, paralisados, horas, refletindo sobre a loucura que é a vida daquelas pessoas e o quanto somos ingênuos, o quanto somos bandidos, o quanto somos irresponsáveis e o quanto somos medrosos.

Só que no dia seguinte estávamos, às duas da manhã, no alto de outro morro, no estado do Paraná. Eu, ali, em silêncio, ouvindo outro jovem que empunhava um fuzil falar sobre sua vida, suas expectativas. Eu pensava sobre o quanto somos dotados de coragem.

TRISTEZA FELIZ EM BELÉM

As arbitrariedades e a corrupção da polícia são endêmicas, espalhadas por todo o país, ainda que com diferenças significativas de intensidade, extensão e despudor. Os fatos narrados a seguir, em duas vozes e duas versões, sucessivas e complementares, foram testemunhados e analisados por Celso e Bill. O segmento de abertura foi escrito por Celso; a seqüência, por Bill.

Domingo, chegamos a Belém do Pará e fomos direto para uma loja de discos. Tinha muita coisa antiga lá, da bossa nova à bossa velha. Não havia um contato local para as filmagens. Tomamos a decisão de não fazer contato com ninguém, de chegar no supetão e gravar o que fosse possível. Claro que batemos em várias muralhas depois dessa decisão, mas era o risco que resolvemos assumir: chegar aos morros para falar com os moleques poderia ser ruim se eles já estivessem há meses nos aguardando; nós não queríamos que ficassem ensaiando no espelho o que mais tarde iriam nos dizer. Além disso, nossos maiores problemas nas gravações eram as incursões policiais
- pena que nunca combinamos nada com eles...

Conhecemos um sujeito numa loja de discos que conhecia um traficante de merla e de *crack*. Depois de muita conversa e da intermediação do dono da loja - a quem devemos uma caixa de discos da Nega Gizza e da Cufa -, ele ligou para os caras e marcamos um apontamento para o dia seguinte.

Às 11 da manhã do outro dia chegamos à loja e os traficantes já estavam lá, nos aguardando desde as dez horas. Não sei se eles chegaram cedo demais para nos impressionar ou para nos observar antes do primeiro contato pessoal. Eu me sentia como um revolucionário, subversivo, um militante do MR8 ou da Var-Palmares, na clandestinidade, tentando arrebanhar mais heróis para a luta - quem sabe eu não venha a ter um destino mais saudável do que o do Lamarca? Confesso que a adrenalina das viagens me fazia muito bem, mas também me fazia muito mal. Um deles devia ter uns 17 anos, usava um conjunto de moletom da Nike branco, desses que os bacanas vestem quando fazem *cooper* na lagoa Rodrigo de Freitas ou no Morumbi. Usava cordões e relógio vistosos (só não sei se era de marca famosa porque não sou muito antenado nessas coisas). Pareciam estar bem alinhados com a moda. Aliás, o que os jovens das comunidades mais querem é ser iguais aos que vivem fora dela, e os fora-da-lei acabam tentando ser o espelho dos que moram fora do morro. E o mais ilógico é que os de fora do morro, de alguma maneira, também querem xerocar a linguagem dos fora-da-lei.

O outro era mais velho, devia ter uns trinta anos, no máximo; era também mais preto, mais carregado no tempero. Os dois eram supergente boa, nos trataram como irmãos e aquele título, "traficante", não fazia ali muito sentido. Este título é muito mais agressivo do que as imagens que aqueles jovens sugeriam. Quando a palavra traficante vem à minha cabeça, eu associo automaticamente a subversivo, a comunista, embora hoje esta palavra não meta medo em mais ninguém, muito pelo contrário, mas o fato é que penso em pessoas que comem criancinhas.

O nome "traficante" nada tinha a ver com aqueles dois que nos recebiam de braços abertos e que pareciam ter corações bondosos como o do papa, pareciam ser incapazes de fazer mal a uma mosca. Mas, na verdade, a contradição era minha, estava na interpretação que eu fazia, pois, afinal, no fundo, eu sabia que a função principal daqueles jovens empresários era a venda da desgraça para outros jovens da comunidade como eles. No fundo, eu sabia que eles tinham o sorriso de quem doa leite para os filhos mais novos das famílias e viram benfeitores das quebradas, enquanto, com a outra mão, viciam seus outros filhos e os tornam escravos da engrenagem mórbida das drogas.

Aceitamos a carona e nos preparamos para conhecer de perto a realidade do Pará.

Estou me lembrando agora de um menino que entrevistei no Rio Grande do Sul, naquela madrugada de muita chuva, em cima de uma laje, onde ele fazia uma reflexão sobre isso. Ele tinha a consciência de que o que fizeram com ele não era certo, que ele se tornara escravo dos adultos e que tinha matado e visto muitos amigos morrerem, e ele não se conformava com aquilo. Perguntei a ele o que ele seria quando crescesse. Antes mesmo que eu terminasse a pergunta, ele respondeu que queria ser um traficante rico, com muitas mulheres e empregados. Eu voltei à questão que ele mesmo tinha colocado e indaguei se ele também escravizaria outros jovens. Ele pensou um pouco, como quem não quisesse responder, mas o que ele não sabia é que ali estava a resposta... E por fim ele disse: "vou, tchê. Baaaá, não tem saída." Aquilo caiu como uma bomba na minha cabeça. Ele tinha total consciência de tudo que estava acontecendo com a vida dele, mas parecia que o destino era maior que a razão.

O carro deu uma freada brusca e eles riram, disseram que era pra ver se os cariocas têm reflexos rápidos. Paramos numa lanchonete e começamos a falar sobre *rap*, crime, mulheres e sobre o que estávamos fazendo ali. A imagem do Bill abria todas as portas para nós. Era impressionante como ele era símbolo em qualquer favela. Nos hotéis, as arrumadeiras o cumprimentavam

com orgulho, os subalternos mais humildes dos lugares aonde nós íamos eram exatamente os que mais o reverenciavam. Acredito que seja porque o Bill faz questão de falar somente com essas pessoas e elas devem espalhar esta empatia por aí. Nas favelas de qualquer lugar do Brasil, isso dava uma sensação de imunidade criminal. Por outro lado, pra mim, que sei o que o Bill prega, era também uma contradição absurda. Se ele recrimina o tráfico de drogas e critica abertamente essa prática e a escravidão a que esses jovens estão submetidos, em todos os estados e cidades, por que então ele é herói dos bandidos? Por mais que ele queira, não acredito que ele tenha a resposta, pelo menos uma que me convença. Eu tenho as minhas respostas também, mas não estou convencido de nenhuma delas.

Claro que sei que existe uma grande diferença entre aqueles que têm discurso e aqueles que praticam o que pregam. Tanto que o mais clarinho, porém preto, disse, entre outras coisas, quando sentamos na mesa, que viu quando o Bill, no episódio do *Soldado do Morro*, falou na TV, no momento mais tenso da parada, que poderia perder sua vida ou sua liberdade, mas não deixaria de fazer aquilo em que acreditava. Foi a senha de que precisávamos. Percebemos, ali, que Belém também ”estava dominada”...

Pedimos salgados e sucos, a especialidade da casa. Depois que terminei meus salgados, dirigi-me ao balcão, pedi para a menina, uma paraense belíssima e dona de um sorriso imenso - sem entrar no mérito da imensidão das outras qualidades da moça, para não ser acusado de machista -, um bolo de milho e disse alguma gracinha pra ela. Foi o suficiente para ela ficar íntima e perguntar se o Bill era artista, porque ela o conhecia de algum lugar. Ela foi além e afirmou que, se não estava enganada, ele era o dançarino do grupo É o Tchan! A casa do Bill caiu ali mesmo. Nada contra o nosso parceiro Jacaré, mas que foi foda foi, e como foi, e o crime era testemunha.

Os anfitriões nos convidaram para continuar nosso passeio pela cidade. Eles nos contavam suas vidas, o porquê de estarem vivendo daquele jeito, como distribuem as drogas e como seduzem os moleques e os adultos. Eu não poderia ouvir todas aquelas coisas e ficar calado. Bill também dava suas estocadas, atacando-os moderadamente, dentro de certo limite, claro - eles tinham armas, estavam na cidade deles e nós precisávamos deles para fazer as filmagens. Mesmo assim, não dava para ficar calado. Bill perguntou ao motorista se eles não se envergonhavam de escravizar as crianças? O cara pensou um pouco, desviou de um caminhão da empresa de lixo que estava parado no sinal e crescia na nossa frente, avançou e foi em frente. Acho que tem gente que é predestinada a viver no erro, pois mesmo com todos os motivos para não querer

levantar suspeitas, com cinco homens no carro e com as armas que portavam, o motorista ainda encontrou inspiração para avançar sinais de trânsito e chamar a atenção dos "porcos" - que é como chamavam a polícia. Em seguida, ele equilibrou o carro e fixou os olhos no pára-brisas. Achei que ele não fosse mais responder ao Bill. Mas voltou ao assunto com segurança, perguntando ao Bill o que é que ele fazia pelas crianças da comunidade dele, e o que é que o Estado fazia. Disse que todo mundo acha que dar esmola ou abrir uma creche para dez crianças é uma maneira de livrar a alma do inferno, mas que só conhece a real situação da miséria quem a vive. "A maioria" - ele disse "maioria" levantando a voz como quem tencionasse deixar claro que não estava falando de todos -, "a maioria tem necessidade imediata de comer, não de estudar. Todo mundo fala que esses jovens tinham que estar na escola", ele continuou. "Como?", perguntou nervoso. Declarou sem titubear que sabia que Bill o estava provocando, que sabia que o Bill não concordava com esses discursos dos políticos que dizem que a culpa é do Estado, quando são justamente eles os representantes históricos do Estado. Afirmou que não acreditava no Lula e que só confiava em Deus; só Deus poderia mudar o curso da história. Ele dizia o que o Miguel tinha me dito em São Paulo: que é preciso vontade de trabalhar, de lutar, de viver, e isso é algo que também precisa ser ensinado.

Fiquei calado, mastigando tudo aquilo, pensando no que dizer se a conversa viesse pra mim, pensando em tudo que eu nunca li a respeito daquilo, em tudo que eu vivi e vivo sem saber direito como decifrar.

Ele perguntava sobre a hipótese de despedir os mais de trezentos moleques que trabalham pra eles, vendendo *crack* e merla nas bocas: quem iria empregá-los ou colocá-los nas escolas? E se esses meninos fossem mortos ou presos, o Estado assumiria a responsabilidade de substituí-los na provisão dos recursos que eles levavam para suas casas? Dizia que a maioria desses que, segundo a imprensa, são traficantes, lava o dinheiro do tráfico em padarias e açougues, comprando um quilo de carne e meia dúzia de pães.

Eu, intimamente, entendia tudo o que ele dizia. O Bill também. Só achávamos errado que os jovens vendessem a droga, porque isso acabaria representando a morte deles, mais cedo ou mais cedo. Aí começava uma outra discussão. Combinamos que conversaríamos com os moleques nas bocas de fumo que eles controlavam. Os amigos traficantes nos davam uma segurança muito grande, por um lado, e uma grande insegurança, por outro.

A vantagem é que passamos por vários policiais e, aparentemente pelo menos, não manifestaram medo de nada, mesmo quando três policiais militares entraram no local em que estávamos lanchando. Notei que os caras

nem franziram a testa. O que nos fazia acreditar que eles não eram fichados. Na verdade, o mais claro responde por tráfico de drogas, porte ilegal de armas e um assalto. Mas todas estas broncas ele meteu quando era menor, estavam caindo, agora, com a maioridade alcançada. Apesar da vida torta, ele está indo religiosamente todos os meses responder na justiça. O mais escuro era tenente da Marinha; foi expulso por motivos que ignoramos. Ele continua dando carteirada quando a barra suja para o lado dele. Ou seja, o cara é costa quente... até que o mundo desabe na cabeça dele.

Começamos a visitar as bocas. Atividade perigosa, porque elas não trabalham com fogueteiros ou rádios, as ruas são escuras e só saberíamos que os canas estavam na área quando já não houvesse mais tempo para correr.

A exemplo de outros estados, como Goiás e o Distrito Federal, ali também os jovens vendem suas drogas nos portões de casa. Eles se valem do fato de os policiais evitarem a invasão de privacidade. Assim, quando eles correm para dentro de casa, o sufoco passa; pelo menos foi o que vi e o que eles relataram.

Chegamos a um bairro famoso por concentrar a maior movimentação de viciados. Nossos amigos são os distribuidores da cidade e cada quadra ou conjunto de quadras é controlado por outros jovens, os quais, por sua vez, distribuem, com exclusividade, para os moradores. Estes podem vender onde quiserem, desde que peguem a droga com os contatos locais e lhes pague por elas. Por isso, tem gente que vende em casa, na esquina, no bar.

Assistimos a uma batida policial durante o dia e vários botecos fecharam as portas, o que deixava claro que a droga mais consumida no bairro não era a cachaça. As batidas policiais eram constantes, pelo menos nesse bairro. Todos os dias os canas vão lá.

À noite, conversamos com os líderes locais e começamos a filmar e a falar com os jovens. Bill afastou-se de nós, acompanhado do Miguel, e foi conversar com um dos jovens. Eu fiquei com as bolsas, os equipamentos e os parceiros, na boca, junto com os outros caras e menores que lá estavam. Havia uns vinte moleques, mais ou menos. A boca ficava numa rua comum, asfaltada, em frente a uma vila de casas simples. Era guarnecida por um portão pequeno de ferro e um grande de madeira. A largura permitiria a entrada de automóveis. O portão maior era tomado por aqueles jovens. O dono da boca morava na vila. Nenhum deles tinha rádios, morteiros ou qualquer coisa que informasse a chegada da polícia.

Do lado esquerdo da vila, depois de umas três ou quatro casas, tinha uma rua que desembocava na principal, onde a gente estava. Por isso, deveria haver uma "contenção" para nos avisar, caso sujasse. Me dava uma puta

vontade de organizar aqueles caras para que eles nos dessem segurança, mas seria demais, eu estaria me envolvendo mais do que a minha consciência permitia. Eles não faziam nada por puro relaxamento.

Quando Bill e Miguel voltaram da gravação, pedi para entrevistar dois menores que estavam entre os vinte. Escolhi um que estava com a camisa do Corinthians e outro que estava sem camisa. Eles me pareciam jovens demais para estar naquele local, ainda mais com aquelas pessoas e àquela hora. Quase todos estavam armados com pistolas e 38, inclusive os dois. Descobri isso durante a entrevista, quando perguntei por que eles não usavam armas? Os dois me surpreenderam mostrando suas pistolas.

De repente, alguém disse que a polícia estava na área. Foi um comentário desprezível. Percebi que havia algum tipo de comunicação entre eles que eu não identificara ou que não era visível. Descobri depois que a economia daquele lugar era baseada na droga e que 90% dos moradores, de alguma forma, estavam envolvidos. Mesmo assim, era arriscado demais trabalhar naquelas condições.

Comecei a ficar preocupado. Interrompendo a gravação, perguntei aos dois moleques, aos caras da boca e aos nossos "guias turísticos" se havia risco, se havia algum problema. Eles me tranquilizaram, dizendo que estava tudo certo, que eu podia continuar as filmagens. Claro que não estava, isso era evidente nas respostas deles. Minha preocupação maior era que nossos carros estavam na porta da vila e o Bill conversava com alguns jovens do outro lado da calçada, na direção da boca.

Segundos depois, enquanto falava com o moleque, fomos interrompidos por uma freada que vinha da direção da boca: eram eles, os canas, ninguém menos do que eles. Era uma viatura grande, tipo Blazer, toda apagada. Enquadrou todo mundo na calçada. Olhei para a outra ponta da rua e vi um farol alto, imaginei que fosse outra viatura. Imediatamente desligamos a filmadora. Tinha de decidir entre a segurança dos jovens e as imagens. Fiz a minha escolha. Não podia ser preso com as fitas que traziam as provas e os depoimentos deles. Peguei a pistola do moleque, que não esboçou nenhuma reação - talvez ele estivesse sedado pelas drogas -, e joguei por cima do muro de uma casa. Os canas atravessaram a rua e foram na direção do Bill e dos outros rapazes, que estavam com ele do outro lado da calçada.

Da distância em que eu estava não se podia ouvir o que falavam. Bill estava com as fitas que tínhamos gravado até aquele momento. Nossa tática era nunca gravar com as fitas cheias e sempre ter uma fita com bobagens no bolso, para o caso de sermos abordados e ter que mostrar à polícia.

Um cara me puxou pelo braço e disse que deveríamos ir com ele. Eu não sabia quem era, mas deduzi, por suas roupas e modo de falar, que era amigo. Claro que ele era amigo naquela circunstância, mas poderia perfeitamente ser o meu maior inimigo em outras. Ele disse que o nosso amigo Corda mandou a gente sair fora. Fomos para uma casa a 20 metros do local onde estávamos antes. Entramos e a mãe do rapaz disse para fechar o portão. Escondemos a câmera e a separamos das fitas. A mulher da casa disse que acompanharia os acontecimentos do portão. Ouviam-se agressões e muita gritaria. A gente sabia que aquilo era a rotina deles, era a guerra deles. Não era conveniente registrar aquilo porque não somos jornalistas nem temos a aparência convencional deles. Se aparecêssemos filmando, podia dar uma merda ainda maior. Como explicar nossa presença? Nada sabíamos da vida pessoal de ninguém de lá, exceto dos nossos amigos, o que deporia contra nós.

Ouvi o primeiro disparo. Decidi ir até lá, por preocupação com o Bill. Cheguei até o portão. Só que, naquela altura, o Bill não poderia ser a prioridade, naquele momento a solidariedade era o que tinha que prevalecer: ou eu ia lá e resolvia a vida de todo mundo, ou ficava aguardando o desfecho do caso, covardemente. Fui aconselhado por mim mesmo a esperar, já que não sabia o que os canas encontraram e seria muito mais prudente ter alguém solto, caso a chapa esquentasse. Me limitei a ver o que estava se passando pelo portão, ao lado de vários moradores da vila e de casas próximas, que foram para a rua assistir ao vivo ao que poderia ser o noticiário do dia seguinte. Minha angústia aumentava e eu tentava adivinhar o que estava sendo dito, e o que passava pela cabeça do Bill.

Bill escreveu o seguinte relato:

Minha cabeça estava confusa. Estava preocupado com o Celso e com o Miguel, porque eles tinham saído de perto de mim para entrevistar uns moleques. Eu sabia que os garotos estavam armados porque, quando Celso se afastou, os malucos comentaram comigo sobre eles, contaram um pouco da história deles. Contaram que o que estava de camisa branca, não lembro se era do Santos ou do Corinthians, era um noiado, que tinha perdido o pai um sujeito que, no passado, trabalhara com eles - e cuja mãe era meio perturbada. Ele vivia pedindo as coisas na rua até encontrar uma alternativa real de ganhar dinheiro e viver decentemente... Segundo meus interlocutores, o moleque passara a ter o que jamais tivera antes: auto-estima.

Ouvi todas as inversões de valores ou, quem sabe, descobri que os meus valores é que estavam invertidos. Disseram que o outro, de bermuda amarela, era uma pica voadora, só andava armado, tinha um filho de dois meses, usava drogas, traficava e assaltava - e o guri só tinha 14 anos.

Tive certeza de que o Celso conseguiria uma boa história para nossa pesquisa, mas podia foder a vida dos guris se a câmera fosse apreendida. Essa era a minha preocupação. Vai saber o que se passa na cabeça do policial no meio da madrugada. Do ponto de vista dele, provavelmente o certo seria descer a borracha no lombo de todo mundo.

Eu tinha acabado de entrevistar um garoto que me falou da desgraça que era viver daquele modo, que queria arrumar um trabalho logo, mas que não sabia ler nem escrever. Por mais que pensasse em dar força, eu olhava pra ele e via o quanto seria difícil dar a volta por cima - bem, de todo modo, eu não era seu conselheiro, era só seu ouvinte.

Percebi uma movimentação diferente e perguntei o que faziam para evitar a prisão. A resposta veio curta e grossa: era só correr. Correr era o que todo mundo fazia; a questão principal era o que fazer para evitar correr tanto? A resposta chegou duas horas depois.

Eu estava em frente à boca, conversando com os caras, esperando o Celso e o Miguel voltarem da gravação, quando um cara me disse que tinha uma garotada que se amarra em *rap* e queria pegar uns autógrafos meus. Eles pararam estrategicamente do outro lado da calçada e esperaram que eu fosse até lá. Concluí o que estava falando e fui até eles. Fiquei conversando sobre *rap* e as maravilhas do Rio de Janeiro. Estava de costas pra rua, em cima do meio-fio e os garotos na calçada. Não imaginava que a favela pudesse ser surpreendida.

Lá na minha terra, os canas não entram porque também são funcionários da boca. Quando quebram o "arrego",* a molecada solta os rojões avisando que a favela tem visitas. Por isso, a minha mente, desde que nasci, associa, mecanicamente, fogos de artifício à presença policial, e associa o silêncio à ausência da polícia. Só que ali a realidade era outra e, quando vimos os canas, eles já estavam apontando as armas para todos nós. Só tive um sinal um pouco antes porque o garoto com quem eu estava gravando viu os canas e correu, mas era tarde demais.

Os policiais chegaram em duas viaturas, ambas apagadas. Não vieram em nossa direção imediatamente. Foram direto para a boca. Sabiam que ali era

* Arrego (provável corruptela do espanhol *arreglo*) significa acerto, pacto clandestino entre traficantes e policiais - o mesmo que suborno.

o ponto de venda, mas precisavam do flagrante para realizar seu trabalho. Eles não entram nas casas sem mandados - no Rio, os caras entram e ainda levam de presente as nossas tevês e videocassetes. Alguns dos rapazes correram para casa quando viram o meu entrevistado correr. Ninguém disparou as armas contra a polícia. Aquilo me pareceu um certo sinal de respeito.

Todos que ficaram, ou melhor, que não conseguiram fugir, foram colocados de cara para o muro da vila, com direito a tapa no peito, na cara e gritos, muitos gritos. Os menores que estavam com saquinhos de *crack* e de cocaína levaram porrada e foram mandados embora. Era visível que eles sabiam que não adiantaria levá-los para a delegacia. Eu não poderia ser contra os policiais naquele momento. Eles eram homens - a princípio - a serviço da lei e os meus companheiros eram bandidos, em bocas de fumo, vendendo drogas. Mas ficar com raiva da polícia era inevitável.

Deu vontade de perguntar para eles o que o Corda, meu amigo marinho me perguntou, quando a gente dava um role de carro: se eles deixariam alguma colaboração, alguma vantagem para as famílias de quem fosse preso. Por outro lado, a polícia não tem que discutir as razões do tráfico, não tem que discutir por que razão alguém se torna traficante. Ela foi criada para cumprir a lei e fazer o que lhe é determinado. Para prender quem vende e foda-se. Mas, no fundo, ninguém gosta de polícia, nem eles mesmos. Quem gosta de estar passeando de carro e ser parado numa *blitz*, e ter seu carro revistado? Você, com horário marcado para o lazer ou com fome e estressado, depois de um dia de trabalho. Quem gosta de ter que levantar dentro de um ônibus e ficar quase de quatro, à mercê de um PM que subiu, mesmo que educadamente, e achou que você é um suspeito por excelência? Quer saber? Nossos pais nos "educam para ter raiva da polícia, da mesma forma que a polícia é educada para oferecer medo à população. Tanto que os policiais usam uma botina e um uniforme assustador, que amedrontam até os filhos deles.

É uma questão tão complicada que eles mesmos tentam resolver no interior de suas corporações. Eu mesmo já participei de um longo debate com a Polícia Militar de Minas Gerais, a convite da tenente-coronel Mirian Assumpção e Lima. Eles tentavam repensar a postura de seus soldados junto à população de Belo Horizonte. Mas vamos voltar lá pro Pará.

Estava todo mundo enquadrado do outro lado da rua. Outra viatura estava chegando; vinha lá do lado do Celso e do Miguel; não sabia se eles estavam dentro da viatura ou não. Até que um dos policiais nos olhou e grudou os olhos em nós. Eu me virei para o grupo e pedi a eles que ninguém dissesse nada, que somente eu falaria, a partir daquele momento, e que todos me olhassem. A princípio, não tinha nenhum bandido ali, mas eu concordo

que

48

estávamos no lugar errado, na hora errada e no dia errado. Comecei a falar de política internacional. E olha que eu nem sei que porra é essa. Minha experiência na área era a entrevista de um maluco, que eu vi na Marília Gabriela ou no Jô, não sei direito. Comecei a falar sem parar, falei sobre as razões da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, da cotação do dólar e da política monetária do Palocci, uma zona só. Ia falando sem olhar para trás, calculando a distância dele ou deles pelas feições dos meus "alunos", que morriam de medo e desrespeitavam minha ordem de olhar só pra mim.

O cana chegou perto. Dividi a atenção com ele porque não parei de falar, falava como um louco. Ele tinha que perceber que nós morávamos ali e, se na rua tinha uma boca, não era um problema nosso, assim como não era um problema dos moradores da vila, em que o dono da boca mora. O policial entendeu parte da mensagem, me pediu educadamente para fechar a matraca, revistou todos nós sem arrogância e voltou para o outro lado da rua. Antes que ele alcançasse o centro da rua, eu retomei a discussão acadêmica para desestimular a volta dele, caso esta hipótese passasse por sua cabeça.

Na seqüência, saíram várias mulheres da vila, como se fosse uma ação orquestrada, e começaram a gritar que eles eram inocentes, que a polícia estava querendo levar pessoas inocentes. A parada virou um rebuliço só. O moleque de bermuda amarela que o Celso estava entrevistando veio me dizer que eles estavam na casa de alguém conhecido. Fiquei mais tranqüilo.

A mulherada gritava à vera.* Um dos policiais resolveu colocar ordem na casa e disparou um tiro. Não adiantou muito, pelo contrário, a rua encheu e os moradores começaram uma discussão louca com eles. A despeito da confusão, os canas levaram os nove caras do bolo e ainda distribuíram umas rajadas de cassetetes e tiros para o alto, acuando quem reivindicava. Alguns gritavam que eram menores, mas eles levaram assim mesmo. Os nossos acompanhantes estavam perto da boca, mas não estavam dentro dela, e se safaram também.

O movimento aconteceu na porta de um conjunto de casas, onde um de nossos parceiros identificou-se como... marinheiro. Declarou que estava esperando alguém da casa e foi liberado. Os canas ralaram o* peito, levando em suas caçapas os nossos amigos "traficantes", não antes de informar para qual delegacia os estariam levando.

Aquilo não era rotina pra mim. As sucessivas prisões que eu vejo, em geral, se transformam em seqüestro. Na minha terra, o normal seria fixar o

* A vera significa muito, pra caramba, pra valer.

** Ralar o peito significa sair.

valor do acerto, mandar um catuque para o dono da boca e depois alguém trazer a grana. Ou seja, alguém entregaria o dinheiro dos policiais no DPO ou na viatura que ficaria entocada em algum ponto combinado. O que acaba sendo bom para quase todo mundo. bom para o crime, que tem sempre seus soldados soltos; bom para os policiais, que conseguem aumentar seus orçamentos tão defasados; bom para a cúpula da polícia, que mantém seus subordinados durante anos em seus DPOs, garimpando e trazendo recursos para as unidades; bom para o Estado, que não precisa prender, julgar e gastar mais dinheiro com as burocracias.

Só é ruim mesmo para a população brasileira, que está à mercê de toda essa desgraça sem culpados, sem inocentes, sem saída, sem vergonha, sem querer. E o pior, sem saber.

Por um lado, eu fiquei triste por saber que foram presas aquelas pessoas que me admiravam, respeitavam, aceitaram minha proposta de trabalho e me permitiram filmá-las. Porém, eu tinha que reconhecer que eles eram bandidos, e a polícia de lá me fazia ter esperança de que a corrupção policial poderia ter fim - acredito que a corrupção é o mal de todos os males, é o que promove todas as desgraças e faz o problema chegar a cada esquina. A sensação e a certeza da decência da polícia, de certa maneira, animava minha fé: me fazia crer que o Brasil tem jeito, ainda que a solução venha do Norte.

No dia seguinte, fui tomado por um sentimento de culpa muito grande. Fiquei me culpando pelo que aconteceu, pois, no fundo, talvez a minha presença os tenha distraído, apesar de todos dizerem que não, que aquela não era a primeira e não seria a última vez.

Voltamos lá de táxi, na noite seguinte, para saber notícias dos nossos novos amigos e ficamos muito felizes quando os reencontramos todos lá. Todos no mesmo lugar, trabalhando, vendendo seus "produtos" e sustentando suas famílias. De verdade, foi uma das maiores alegrias que tive na vida, ver aquele monte de gente livre. Cumprimentamos todos eles, abraçamos cada um deles como que se um golaço tivesse sido feito. Para mim, foi a grande celebração da liberdade. Celso perguntou ao dono da boca, que não tinha sido preso na noite anterior, como é que eles saíram... "O advogado do movimento foi à DP e pagou o resgate", era a resposta. A ficha caiu. Silêncio total. Decepção, alegria, tudo misturado num caldeirão. Nos despedimos. Na volta, uma pergunta me intrigava (até quando vai me intrigar?): o Brasil tem jeito?

Eu, sinceramente, fiquei muito triste por continuar tão feliz.

UMA NOITE EM JOINVILLE

Narrativa escrita por Celso Athayde

Era meado de 2001, tinha acontecido um *show* em Porto Alegre, onde também gravamos umas coisas para a pesquisa. De lá, esticamos para Santa Catarina. A periferia da região já era familiar para nós. Nosso contato era o Cláudio Rio, do *hip-hop*. Ele é aliado da Cufa e conhece muito bem os contatos de "cima", na região. Não demos muita sorte, por causa da chuva e das sucessivas incursões da polícia nos morros, que se deviam a um grande número de mortes de jovens, causadas por brigas de gangues, nos meses anteriores.

Não dava para esperar muito; por isso, fomos para uma favela de Joinville. O Cláudio nos passou alguns telefones, mas nada rolou. Esse tipo de trabalho funciona de outra maneira. Lembrei de um amigo que deu aula na cidade e poderia ter bons contatos. Enquanto ele tentava telefonar, ficamos discutindo para onde seria o nosso próximo vôo. Era uma forma errada de conduzir o trabalho, mas, por outro lado, era a maneira que nos seduzia fazer; a falta de organização nos fazia diminuir a depressão que esse trabalho causava. Ligamos para o número que o Fábio Azeredo nos passou, depois de um breve jogo de empurra para ver quem não ligava. Fizemos a ligação, eu fiz - sempre sobra pra mim mesmo. Era um evangélico, um senhor cujo filho era amigo de uma ex-namorada do irmão do Fábio. Só nós mesmos pra meter a cara numa suruba dessas.

Ele, o velho, não sabia direito o que a gente tinha ido fazer lá; o peixe que tinha sido vendido pra ele estava sem rabo. Por isso, tivemos que explicar tudo novamente, uma história que eu estava careca de contar e entediado de ouvir. Podia ter sido pior, o coroa não tinha por que nos receber; ele nem conhecia o Fábio. Por mais estranho que pudesse parecer, esse senhor era o nosso único contato para os assuntos "marginais". Eu e Bill sentíamos que o tal senhor nem de longe parecia a pessoa indicada para nos levar ao morro com segurança, até porque, para ir sem segurança, a gente não precisava dele. Bill quis agradá-lo, tentando ser simpático; aí, passamos a ter dois problemas: simpatia não é o forte do Bill e o coroa fechou a cara. Era evidente que a qualquer momento o Bill se levantaria e iria embora; eu já tinha visto

esse capítulo, não exatamente neste trabalho, mas em muitos outros momentos. O velho estava quase nos jogando na rua. A sorte é que ele era chato mas calmo, tinha cara de paz e amor, falava o tempo todo em Jesus; era como se fosse o melhor amigo de Deus. Claro que é uma questão de fé, só que ele tentava se fazer parecer mais íntimo de Deus do que todos os crentes que conheci até então.

Até aí, era um problema dele; o nosso era subir o morro, com ou sem a Bíblia desse velho, que, repito, apesar de chato e desencorajador, era o nosso caminho, a verdade e a subida.

Quando ele viu no braço do Bill a tatuagem que dizia "vou NA Fé", ficou olhando com ar de desaprovação, mas não disse nada. No fundo, era visível que ele estava incomodado com nossa presença. Começamos a nos arrepender de estar ali, tendo que explicar tudo aquilo para um senhor que nada tinha a ver com o mundo que a gente queria encontrar.

A saia era justa para todos nós; todo mundo queria esconder a saia e manter a educação, para tentar uma maneira educada de abortar aquela conversa, que não ia levar ninguém a lugar algum.

O mal-estar estava rolando, até que o Bill pôs a mão no estômago e disse que estava se sentindo mal, que achava melhor voltar outro dia. Pela cara do Bill, eu não duvidei, só faltava o coroa ter colocado veneno de rato na nossa água. Podia ser mentira do Bill, mas aquele código eu não conhecia ainda; nós não tínhamos combinado aquilo. Fiquei pensando se o Bill estaria abortando a reunião, ou realmente passando mal. Porra, a última vez que vi o negão se sentir mal foi antes de um *show* em Brasília, fazia anos.

O velho tinha uma esposa muito maneira e atenciosa, dessas senhoras que querem entubar nas visitas todas as comidas encalhadas da casa. Ela estava sempre por perto, acompanhando nossa conversa. O marido evangélico sempre buscava, no rosto dela, aprovação para tudo. Às vezes, ficava claro que ela desaprovava algumas coisas e ele voltava atrás, mesmo nas questões mais simples. Isso me incomodava, pessoalmente. O nome dela era Marijânia, uma senhora branca, cabelos bem branquinhos. Entre as lavadas de roupa, sempre aparecia para nos oferecer algo pra comer, chimarrão, café, que a gente nunca aceitava. Não sei se ela queria nos deixar feliz, ou se apenas queria estar perto da nossa conversa. De qualquer maneira, ela fez os dois papéis, impecavelmente. Entender estas questões era a nossa cota de paciência para a pesquisa.

Decidi puxar outro assunto, até que Bill reclamasse de dor, novamente. Comecei a falar sobre nossas dificuldades em sermos compreendidos pelas pessoas: tanto a mídia quanto as pessoas comuns que, normalmente,

se interessam mais pelas tragédias do que pelas partes positivas das histórias. Tudo que eu falava era verdade. Disse que essa pesquisa exigia uma escala de trabalho que proporcionasse, depois de cada gravação, um período para nos recuperarmos, psicologicamente. Várias vezes, cheguei em casa e não consegui comer ou dormir. Cada vez que ouvia uma nova história, eu me convencia de que era impossível resolver esse problema, e toda vez que me convencia disso, mais me sentia encorajado para tentar e tentar. Conteí também que existe um serviço de sexo, nas comunidades, no qual as meninas trocam seu corpo por pó, por maconha. Essas meninas são chamadas de "boqueteiras" e fazem o maior sucesso com os meninos das favelas. relatei o caso dos gambás: por não poderem sair da favela, recebem um serviço especial, uma espécie de *delivery*. Me empolguei e fui falando; o olho do velho ia abrindo; ele foi se interessando.

Até que o coroa pediu a palavra, me interrompendo, bruscamente. "Só falta este velho querer tirar um santo de mim, agora", pensei. Não era nada disso. Ele fez um resumo de tudo o que a gente tinha dito, fez uma síntese de absolutamente tudo em que ele não parecia estar interessado, e começou a falar do seu passado: perdera três filhos; um era policial e tinha sido morto em combate; o do meio sumiu, nunca mais apareceu. Não disse se ele era envolvido, mas pelo que narrou, imagino que sim; é que os pais muitas vezes fazem questão de não acreditar, ainda que todas as evidências condenem seus filhos - deve ser muito doloroso, mesmo, admitir. Já o caçula era envolvido com furto de carros.

Finalmente, dispôs-se a ajudar. Disse que quem tinha ligado para ele era uma pessoa da família dele, a pedido de alguém do Rio de Janeiro, e essa pessoa o tinha indicado por saber um pouco do seu passado. Mas ele fez questão de deixar claro que não ia fazer isso por nós, mas pelos jovens, por Jesus.

Daí o velho começou a prestar uma espécie de testemunho para nós. Falou do passado: disse que já tinha vendido drogas no morro e que tinha muito pra nos contar sobre seu arrependimento. Fez uma pausa, olhou para o teto da sala, apontou para as telhas, que representavam o céu, e concluiu: "Só Jesus salva, meus filhos; entreguem suas vidas a Jesus."

Eu já tinha visto essa cena muitas vezes na vida; no trem, nos ônibus e até nas camisas dos jogadores de futebol, na hora do gol. Mas as palavras do velho me balançaram; ele falava com uma convicção tão grande que dava vontade de me jogar de cabeça na igreja e ser salvo também.

Toda a história começou a mudar ali; a dor do Bill passou - na verdade, ele nunca sentiu dor nenhuma. Num passe de mágica, o velho se transformou.

Começou a falar do crime com autoridade, de Deus com amor, do *crack* com ódio e das crianças do tráfico com muita dor. Não era mais aquele velho que conhecemos minutos antes. Decidimos que subiríamos o morro onde ele trabalhou por vários anos.

Senti uma preocupação, porque, por mais que ele negasse, nunca saberíamos se ele tinha problemas no morro e quais seriam as consequências, para nós, se ele fosse, por exemplo, um vacilão. Já não sabia mais se era vantagem ou desvantagem estar na companhia dele. Cochichando, compartilhei a dúvida com Bill. "Foda-se, vamos subir", foi a resposta. Topei apostar.

Na subida, o coroa demonstrou que conhecia todo mundo. Era início da noite. A movimentação era grande, hora do *rush*, muita gente chegando com suas marmitas pelas vielas. O coroa batia o braço pra esquerda e pra direita, sem parar. Era "Deus te guie" pra cá, "Na paz do Senhor" pra lá, "O Senhor é nosso rei" pra acolá. E a gente ia subindo o morro.

Chegamos ao local onde se encontravam os profissionais das drogas. Eles estavam quase todos encostados numa parede, junto a uma bifurcação de vielas. Outros estavam embaixo da marquise de uma barbearia fechada e outros na varanda de uma casa, conversando com umas mulheres, que pareciam moradoras. Antes mesmo de serem apresentados, Bill e Miguel começaram a apertar a mão de todo mundo, para impor educação às relações que se estabeleciam, nunca subserviência.

O velho parecia orgulhar-se de nós. Ele sabia que corria um grande risco. Afinal, não nos conhecia. Além disso, tudo que dissemos podia ser mentira. Mas Deus é grande, ele devia pensar.

O velho, então, nos apresentou aos donos da boca. Contou melhor do que nós mesmos o que estávamos fazendo lá e disse que éramos de sua total confiança - ele era realmente louco.

Os caras nos perguntaram algumas coisas, coisas simples. Respondemos a tudo com coerência e contamos histórias que seduziam os "amigo". Miguel subestimava o perigo e saía filmando antes do *ok* definitivo. De qualquer forma, se desse alguma merda, ele não poderia ser responsabilizado, pois essa iniciativa fazia parte de um acordo nosso, ou melhor, seguia uma ordem do Bill: "Aí, Miguel, não fica esperando muito não, sai filmando e deixa o resto comigo, tá ligado?", era isso que ele dizia em nossas raras reuniões de produção.

Ali mesmo, no início da gravação, vimos o dono do morro: um sujeito carrancudo, mal-encarado, alto, fumando maconha - acendia um baseado no outro -, tratando mal algumas pessoas e muito bem as meninas da roda. O tal

sujeito se dirigia aos subordinados com arrogância; parecia precisar lembrar aos meninos o tempo todo quem mandava ali. Um método que parecia funcionar muito bem. O único constrangimento surgiu quando ele pediu para que os garotos comprassem algo para nós, como cachorro-quente, refrigerantes. Eu não queria que eles fossem tratados daquele jeito por nossa causa.

Ele usava uma espada muito parecida com aquela que a imprensa mostrou, muitas vezes, como sendo a que matou Tim Lopes - se era mesmo, ninguém sabe. No início, achei que fosse coincidência, mas quando começamos a filmar, percebi que eles usavam as mesmas expressões do Rio de Janeiro. Chamavam os inimigos de "alemão";* diziam-se do "Comando Vermelho"; seus inimigos eram nomeados "Terceiro Comando", e muitas outras gírias totalmente cariocas eram empregadas. Eles reproduziam com precisão o dialeto das favelas cariocas. Era a primeira vez que tínhamos visto um caso como esse, parecia que os comandos do Rio de Janeiro *tinham uma franchises* espalhadas por lá.

Ali, eu via claramente o quanto a televisão contribui e contribuiu para a nacionalização da criminalidade; como a televisão massifica e acaba estimulando as pessoas a fazer o que se estampa na tela. Não estou dizendo que aquele cara seja bandido por causa da TV, estou dizendo que a forma como as TVs divulgam as notícias acaba sendo a maior fonte de alimentação para esses jovens, que já têm tendências sociais a essas práticas a partir de seus desejos e de suas limitações. A TV consolida a informação e as posições deles. Pior que isso, as TVs não somente fazem as matérias de maneira equivocada - considerando-se o ponto de vista do qual observo a situação, claro -, como também colaboram para a manutenção e ampliação do problema, ao desenvolver campanhas de propaganda que giram em torno da valorização de sexo, *status* e poder. Mas tudo em nome da liberdade de imprensa. Então vamos nessa...

Escolhemos vários garotos para entrevistar; os outros ficaram esperando em seus postos. Quando começamos a andar na comunidade - mais uma ratificação -, nos surpreendemos com a incrível semelhança com o Rio de Janeiro, que parece ter-se transformado em modelo da violência para os próprios bandidos. É como se sua educação no crime se inspirasse na cópia do exemplo carioca, com o estilo carioca, as estratégias e táticas, o vocabulário e seu falso e mortal *glamour*. Tinha fogueteiro por todos os pontos da favela, o que, paradoxalmente, nos dava uma certa segurança para ficar ali. Visitamos todos os pontos da favela, conhecendo cada garoto, até escolher os nossos favoritos.

* Alemão significa inimigo, no jargão do tráfico carioca.

Numa das subidas conhecemos um moleque sinistro. Ele estava fugido de uma unidade de menores. Pedimos para guardar parte do nosso material na casa dele, porque não era fácil carregar tudo no ombro, naquele morro tão íngreme. Ele disse que tinha uma idéia melhor, que a casa dele não era segura, que nem ele dormia lá, por conta disso; e nos levou à primeira casa à nossa esquerda. Não sei se ele tinha liberdade de guardar em qualquer casa, no morro, ou se foi coincidência ele ter moral com a dona da casa que estava mais próxima. Fomos apresentados à dona da casa: uma senhora que parecia tia Anastácia, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, até no coração. Perguntei a ela se podíamos correr pra lá, caso ocorresse algum problema na favela. Eu estava sempre pensando no padre e na missa. Ela sorriu e perguntou se éramos do Rio. Reconheceu o sotaque, que achava lindo: "Sim, meu fio, pode vir..." A porta, segundo ela, sempre ficava encostada, prevendo isso mesmo, para ajudar a fuga dos meninos. No fundo, não acreditava que fosse precisar, mas tinha de pensar em tudo. Além disso, eu já tinha passado por tantos problemas, que não poderia me permitir esquecer o básico.

Os garotos garantiram que não haveria problema; os canas não iam lá havia duas semanas. Por experiência, nós sabíamos que quando a câmera acendia a luz verde, a favela se transformava e se movimentava muito, a ponto de refletir lá fora. Sem contar com as pessoas que discordavam do que nós estávamos fazendo, por falta de informação ou pelo direito legítimo de discordar mesmo. Por isso, em outros estados por onde passamos, tivemos problemas provenientes de denúncias anônimas de moradores desconfiados, temerosos de que algo mais errado do que o normal estivesse acontecendo. O melhor era mesmo deixar a tia Anastácia de sobreaviso.

Eu estava gravando com um garoto que cumpria a função de fogueteiro. Como usávamos duas câmeras, por vezes eu e Bill gravávamos em lugares diferentes, para aproveitar o tempo. O garoto tinha a missão de vigiar a rua de asfalto que ficava fora da favela, pela qual a polícia tinha acesso. Ele falava de sua mãe, que tinha sido abandonada por seu pai, e da aflição que ele sentia ao ver a mãe lavando roupa pra fora. Não é que achasse vergonhoso lavar roupa para os bacanas, ele apenas queria ser gente, também. Não se conformava com a vida que tinha e enfatizava sua grande disposição para correr atrás do prejuízo.

Os olhos dele deixavam claro que ricos e pobres querem as mesmas coisas. Aí está o problema.

Pá, pá, pá!, eram os rojões explodindo, recortando as palavras do garoto.

Disparou uma correria pelas vielas. Eu estava em pé; o garoto sentado com meia bunda num muro, os fogos vinham da minha frente. Não vi a luz do morteiro, por isso não tinha tanta certeza, porém a correria vinha da minha frente também, portanto, era prudente que eu corresse para onde todo mundo corria. O garoto que eu estava entrevistando sumiu como um gênio, mesmo sem lâmpada. Não sabia onde o Bill estava, não sabia o que estava acontecendo com ele; isso era assunto para o futuro. Eu tinha que correr.

Meu esconderijo já estava reservado, só que eu não tinha a menor noção de como chegar lá. Eu estava perdido com Miguel, em meio ao tumulto. Começamos a correr morro a baixo, seguindo a "manada". Não era possível que os canas entrassem direto, sem trocar tiros. Tinha olhado o relógio fazia uns vinte minutos, eram quase duas e meia. Não dava para olhar agora, mas eu precisava encontrar algum argumento para o caso de ser apanhado.

Os fogos se intensificaram; agora, de outras partes da favela. Eu não escutava tiros, só via bandidos correndo para todo lado. Como eles não tinham uma direção certa, todos estavam confusos e descoordenados, eu acabava ficando sem saber o que fazer. Em certo momento, cerquei um garoto desnorteado e perguntei se tinha visto o Bill. Ele me olhou, balançou a cabeça negativamente, mas não parou para me dar atenção. Os bandidos pareciam ondas, às vezes vinham todos juntos, às vezes iam. Eu os tomava como referência. A qualquer momento eu teria de invadir a casa de alguém; só que depois das explosões dos fogos, a maioria das casas estava trancada e aquelas que tinham acertos com eles, eu não conhecia. Minha outra preocupação era que nem todos os falcões me conheciam, o que poderia ser um perigo, no meio da tensão.

"Eles tão subindo", gritou alguém que vinha da parte de baixo. "Eles estão vindo por cima", outro anunciava. "Caralho, mata a gente logo e acaba com esse sofrimento", era a voz do desespero. Alguns lugares em que eu passava estavam escuros; minha vontade era me esconder; mas ficar sozinho? Não, pelo menos os meninos estão armados, eu teria alguma chance. O Miguel procurava ficar junto de mim e eu dele. Talvez um completasse o outro, se fosse preciso. Ficar perto do Miguel podia ser outra vantagem; ele é branco, o que não quer dizer muita coisa naquela hora, porém, provavelmente seria muito mais fácil atirar em mim, sozinho, no escuro, do que em nós dois, estando ele, inclusive, com os equipamentos na mão. Podia até ser neurose minha, ou até crise de complexo de inferioridade, mas o próprio Miguel tinha presenciado coisas que ele não acreditava fossem possíveis, como no dia em que chegamos a Brasília, para ver a merla. Estávamos ao lado da esteira, esperando

as bagagens. Surgiu um homem de seus 45 anos, alto, de terno, com cara de senador. Ele estivera em nosso vôo. Aproximou-se e pediu para eu abrir a bolsa. Não entendi e perguntei se ele era da polícia. Ele disse que não, mas queria saber se eu havia guardado, por engano, o telefone celular dele. Mostrei pra ele o meu telefone, que era bem diferente do que ele descreveu, o que dificultava qualquer confusão minha. Ele meteu a mão na minha bolsa, que estava no carrinho; era bagagem de mão. Não deixei. Miguel se aproximou e disse que eu estava com ele e que a bolsa era dele. O cara ainda ficou meio desconfiado. Perguntou ao Miguel sobre a chance do engano. Miguel negou a hipótese. O sujeito ainda relutou, sem nada dizer, e foi embora caminhando devagar, olhando pra trás. Será que se fosse o contrário, eu teria o direito de abordá-lo? Ele tinha certeza que o celular estava comigo. Se esse safadão estiver lendo este livro, hoje, e se ele achou o telefone, é bem capaz de achar que quase foi roubado por mim. Safadão.

Eu já não agüentava tanta expectativa. Os fogos continuavam estourando e os canas não apareciam. Até que vi o líder do tráfico muito agitado, gesticulando para alguns garotos. Ele me viu e bateu o braço me chamando. Corri em sua direção, eu e meu parceiro de muitas fugas. "Entra aqui; entra aqui." Era a casa do garoto foragido. Entramos e nem deu tempo de perguntar pelo Bill, ele já havia sumido, parecia mais desesperado do que eu.

O garoto disse que a casa não era dele, que também estava ali se escondendo, que os donos da casa estavam no quarto. Não vi ninguém, mas me senti culpado por invadir a privacidade de alguém que nem conheço. Imaginei que aquelas pessoas, provavelmente, trabalhariam ao amanhecer - em pouco tempo, portanto - e ainda tinham que aturar desconhecidos no espaço de sua intimidade, sem poder dizer nada. Sim, eu estava sob a tutela do tráfico, eu era a lei. Se alguém sáísse do quarto, o que não aconteceu, eu teria ainda que fazer cara de mau para não correr o risco de ser despejado. Era a lei da favela, a lei do cão, a lei da selva. Eu era o leão.

Não tinha dúvidas de que Bill estaria bem. Já tinham acontecido coisas piores e não morreremos, mas até aí...

Não me lembro da hora; até mesmo naqueles momentos olhei para o relógio várias vezes e não conseguia gravar. Imagino que se passaram uns quarenta minutos; devia ser 3 e 5.

Bum... Bum... alguém batia na porta e o coração quase parava. Bum... Bum... Continuavam batendo, mas não falavam nada. "Celso"... Agora sim, era a voz do Bill. O garoto abriu a porta. Olhei para o Bill com a sensação de que não o encontrava havia uns trinta anos. Ainda vi o bandido-chefe caminhando

rápido, de costas. Entendi que ele tinha ido buscar o Bill, na treta em que ele estava escondido, para juntá-lo a nós. O garoto fechou a porta. Bill sentou no sofá e disse, baixinho: "Essa tem que ir pro livro."

Filho-da-puta; como consegue pensar nisso nesta hora?

O maluco que estava com ele queria sair, parecia louco, dizia que era filho do presidente da associação de moradores, que conhecia todos os policiais e que não éramos bandidos. Sugeriu que, em caso de qualquer parada errada, nós disséssemos que tínhamos vindo fazer *show* na cidade e que só restara aquela hora pra fazer a visita. Era uma boa idéia. Já tínhamos algo a dizer. Antes de pintar essa idéia, o máximo que podíamos argumentar é que éramos do Rio e estávamos visitando a comunidade, na companhia de um coroa, e que não tínhamos a menor idéia sobre onde ele estava, e que o víamos pela última vez no começo da noite, quando chegamos ao morro.

Continuamos lá; os fogos foram cessando; o sossego foi substituindo o desespero; e todos os moleques desapareceram. Segundo o líder do tráfico, eles preferem evitar o confronto direto com a polícia; só partem pra cima se os policiais chegarem aonde eles estão, no coração da favela, que já foi palco de muitas lutas sangrentas. Ele disse que os canas entram até uma parte da favela para prender quem estiver de bobeira e alguns viciados. Contou que quando os fogos estouram, os "hômí" já sabem que a favela está alerta e, nesse caso, todo mundo perde.

Ante a aparente tranquilidade, saímos da toca e fomos procurar o velho. Quando chegamos perto de onde o coroa nos viu pela última vez, alguns moradores corriam em nossa direção para avisar que os canas estavam subindo por lá também. Eu já nem sabia mais por que corria, e se precisava realmente correr; era uma questão de instinto, eu acho. Perguntei ao filho do presidente se não era melhor ir pra casa dele. Ele disse que a casa dele era do outro lado do morro e que teríamos que passar pelos samangos para chegar lá. Minha preocupação era que houvesse alguma denúncia de que havia gente filmando os garotos e que, portanto, eles estivessem atrás de nós, e não dos caras.

A verdade é uma só: os PMs deviam estar com medo também; o dia já estava clareando. Ficamos numa esquina com alguns moradores, conversando, esperando a poeira baixar. Afinal, conosco e em torno de nós não havia drogas nem armas, não havia nada que nos incriminasse. Resolveram que fariam um mutirão de moradores para nos levar até a saída da favela. Entre eles estariam alguns falcões - é que quando eles guardam suas armas, viram pessoas normais... O filho de Sua Excelência foi até a boca da favela, ver se a barra estava limpa e chamar um táxi.

O catuque chegou: era um garoto nos chamando, dizendo que o filho do presidente mandara descer naquele instante.

Ordem não se discute; descemos na hora; não antes de dar uns autógrafos, alguns beijos e abraços.

Chegamos ao asfalto. Nem sombra de polícia. Na boca da favela estava o maluco, filho do presidente, e o piloto fora do táxi. Percebi que o relógio do táxi estava correndo e compreendi: "É, não tem ninguém de bobeira aqui." Agradecemos ao rapaz, demos boa-noite, e pedimos ao piloto para seguir; só que o Miguel tinha escondido a fita na casa em que ficáramos escondidos. Saiu do carro e foi, com o rapaz, buscar nosso tesouro. Ficamos ali, eu e Bill, como dois suspeitos, no táxi, até que os moradores desceram para nos fazer companhia e garantir nossa segurança.

A porta da favela virou festa; era como se um pagode estivesse terminando.

Miguel voltou depois de uma eternidade, nos despedimos novamente, entramos no táxi e partimos. O carro fez uma volta na praça e passou do outro lado da pista. As pessoas acenavam pra nós como se faz na avenida para um mestre-sala nota 10.

Olhei para o Bill e vi que ele estava emocionado. Os olhos do crioulo brilhavam, quase um chorar perene. Olhei pra ele como quem quer saber a razão. Ele disse: "Solidariedade, Celso; solidariedade!"

Notícias do velho? Até hoje, nada.

CURITIBA: Nos FUNDOS DA CIDADE MODELO

Narrativa escrita por My Bill

Pensei que estaria bem frio naquela região sulista. Me enganei. Estava um calor da porra; porém, à noite, parecia nevar.

Depois de uma forte turbulência durante o voo (parece que é característico da região) brotamos no aeroporto, onde já estavam dois amigos nossos e um outro maluco que eu não conhecia. Os três ficaram de nos ajudar a fazer contato com os gambás de uma comunidade.

Ainda era dia e, como as coisas só iriam acontecer ao anoitecer, resolvemos sair pra comer um "lance". Entramos numa carreta chapadona cor verde militar, parecia um jipe, rodas gigantonas, carro ignorante... O piloto era um desconhecido que parecia um ventríloquo. Toda hora repetia a mesma frase: "Minha garota vai me matar." Paramos num restaurante meio lanchonete, fizemos os pedidos e iniciamos um papo sobre o que precisávamos e o que teríamos. Conversa vai, conversa vem, e o mais velho da dupla de conhecidos colocou na mesa uma série de recortes de jornal com matérias mostrando o alarmante número de jovens mortos na guerra do tráfico. Ao ler os números, pensei: "Teremos bastante trabalho esta noite"; também pensei no trabalho que o desconhecido com cara de boneco de massa poderia dar. Pois ele foi xingado pela namorada por telefone, antes de tocar na comida, e chorava, tentando se justificar. Lágrimas à parte, anoiteceu. Era o nosso horário; "metemos o pé" direto pra comunidade.

No trajeto, algumas ligações eram feitas, para que se tivesse certeza de que estava tudo bem desenrolado.* Tocava um CD genérico com as melhores do Zé Ramalho. O piloto vestia uma camiseta do Che Guevara, um broche do PCdoB e cantarolava todas as músicas (às vezes atrapalhando a conversa). Cruzando o centro da cidade, eu cá comigo refleti: "Esse lugar disputa com mais nove capitais a melhor qualidade de vida e, realmente, dependendo do ângulo de visão, é quase impossível enxergar o que minutos depois eu vou encontrar." Como num passe de mágica, toda a beleza do centro urbano deu lugar a ruas vazias e escuras, alguns sobrados, às vezes um

* Desenrolar significa falar com o objetivo de convencer alguém. Bem desenrolado é o mesmo que bem entendido e bem combinado ou acertado.

terreno baldio, silêncio quase absoluto (no carro também). Paramos num bar, no meio do nada: uma mesa de sinuca velha, um coroa preto no balcão e um casal de bêbados tentando cantar uma música de Bruno e Marrone no *karaokê*. Não chegamos a entrar, mas todos pararam o que faziam para observar com espanto. Era mais para estacionar e encontrar com o "contenção" que fora designado para nos buscar, ali. Tomei o cuidado de pedir para o boneco desligar o telefone, pois a namorada continuava ligando. Nosso "guetorístico" saiu do nada, como se já tivesse nos analisado bem, antes de se aproximar. De chinelo, bermuda preta, camisa branca com propaganda política, ele não parecia levar em consideração o frio que fazia àquela hora. Eram 11 da noite.

Apresentações concluídas, o jovem externava com facilidade sua satisfação em nos receber. Estava escrito em seu olhar e se confirmava em seu sorriso. Ele disse que, apesar dos riscos (porque a polícia estava zoando direto), a rapaziada nos aguardava numa parte da subida conhecida como "farmácia". Seguimos a pé por alguns minutos, até pararmos diante de uma ladeira quase vertical. Era impossível enxergar o final da ladeira, por causa da escuridão, mas sabíamos com certeza que estávamos sendo filmados. Estávamos no lado oposto à ladeira, portanto, tínhamos que atravessar as duas ruas. Foi quando, numa delas, passou um bonde de quatro viaturas todas apagadas, em velocidade mínima: policiais sem rosto (cobertos pela sombra). Canos de fuzil e pistolas apontados em nossa direção e a dúvida cruel: andamos ou paramos? A tensão psicológica seria menor se tivessem parado e nos revistado. Pequenos momentos com grande duração... Parecia ser o prenúncio do que ainda estava por vir.

Depois da tensão, atravessamos as ruas e começamos a subir a ladeira. Logo no início, havia barricadas com madeira, latões de lixo e sofás velhos. O jovem que nos guiava apontava para os artefatos e dizia que era pra dificultar a incursão policial. com exceção do moleque, todos estavam com a respiração ofegante (tipo cachorro) antes de alcançar um terço da ladeira. Até que chegamos à parte escura que não enxergávamos lá de baixo. Comecei a ouvir algumas vozes que vinham mais de cima, no fundo rolava *Soldado do Morro*, que me deixava tranquilo. Parecia que eles haviam organizado uma amistosa recepção.

A música foi ficando mais alta, o lugar mais escuro e as vozes amplificadas. Chegamos. O beco parecia um corredor polonês. Vários caras encostados nas paredes dos dois lados. Eu puxava o bonde junto com o nosso amigo guia. A medida que íamos avançando, o volume de mãos estendidas para eu cumprimentar

ia aumentando. Apareceram pedaços de papel e canetas. Celso, percebendo a boa entrada que tivemos, destacou-se com o resto do pessoal pra fazer o reconhecimento da área à procura de algumas locações. Mais afastado, se concentrava um grupo de uns oito caras, agachados em forma de círculo. Do meio, saía bastante fumaça, parecia um churrasco. Junto com essa fumaça, vinha a marola que parecia estar impregnada naquele lugar. Vários garotos e garotas portavam bem servidos cigarros de maconha. Até que chegou um garoto meio russo que se comportava como "gerente", dizendo pros caras pararem de jogar fumaça na minha cara, que estava me sufocando.

Reparei um menor que se escondia no início da multidão que havíamos passado, com uma pistola numa das mãos e, na outra, cargas de pó, *crack* e maconha. Ele era o vapor da boca: vendia enquanto os outros faziam a festa com a nossa chegada. Na verdade, ele era o único a não ligar pra nossa presença, talvez estivesse mais ligado na tarefa dele. Garotos com aparência de 12, 13, dez anos, ocupavam lugares estratégicos nas lajes, com fogos de 12 x 1. Não acreditei, pensei que isso fosse cultura carioca. Mas não! E lá estavam os fogueteiros da boca, no Sul.

com os olhos comecei a procurar aquele que poderia ser o "patrão" daquele morro. Até que deparei com um maluco branco, alto, meio banhoso, com cara de 18 anos no máximo. Ele tinha em uma das mãos um baseado da grossura de um dedo e do tamanho de uma caneta. Tinha cabelo rasteiro e usava costeleta. Bermuda da Cyclone, meias pretas, tênis Adidas Cooper, camisa cinza com estampa da foto do Mike Tyson. Levava na cintura uma espada dentro de uma bainha muito bonita com umas pedras brilhantes. Todos ao meu redor me puxavam na direção dele e quando cheguei ao miolo, em que ele estava, apertou a minha mão e disse: "É tudo nosso My Bill". Aí não tive mais dúvidas, ele era o cara.

Tentei puxá-lo pro canto pra um desenrolo sobre o que exatamente fazíamos ali, mas não tive sucesso, a multidão já me aguardava com papéis, canetas e agora máquinas fotográficas. Por ordem desse maluco que eu vou chamar de "Davi", todos aguardavam na disciplina sem atrapalhar nossa conversa. Então passei a lhe explicar como surgiu a nossa pesquisa. Na minha primeira fase da conversa, ele ainda estava meio fechadão, mas logo começou a viajar na minha idéia, foi desfazendo a cara de interrogação e até arriscou algumas opiniões sobre o assunto, dizendo que "a sociedade devia olhar pra comunidade dele e que a molecada procura refúgio no tráfico".

Disse também que ajuda os jovens na guerra contra a comunidade rival, cujos membros são chamados de "Alemão". Quando Celso percebeu que

já tinha o *ok*, pegou uns quatro garotos e pediu pra que eu me mantivesse afastado de onde ele estivesse, já que a minha presença poderia transformar o *set* de filmagens em picadeiro. Davi se comportava como vários caras que conheci; a semelhança com algo muito comum em meu dia-adia era impressionante.

Ele me confessou que aquele se tornara o dia mais importante da vida dele, pois estava aniversariando e a minha presença, pra ele, passou a ter um outro valor. Davi me convidou pra dar uma volta e conhecer sua comunidade de ponta a ponta. Eu concordei em sair depois que tivesse tirado as fotos pedidas pelas pessoas. Então, começou uma sessão de muitas fotografias: eu com as crianças no colo, eu com garotas, eu com um montão de caras, com senhoras. Até que colou a rapaziada chapa quente... Tiraram fotos fazendo sinais com dedos, simbolizando a facção criminosa local. Moradores que iam chegando e nem sabiam o que estava acontecendo perguntavam: "Quem é esse negão aí?" "Eu quero tirar uma foto com esse cara também." O Davi ficava mais acima, não participava de nenhuma foto, mas, atento, observava tudo. Estava tão atento que se ligou no "boneco, piloto, desconhecido", que puxou no "sapatinho" do bolso, uma máquina fotográfica e se juntou às pessoas que também possuíam máquinas. Começou a tirar fotos (eu vendo aquilo não acreditava) com a máquina apontada para o "Davi", pros viciados, nunca pra onde eu estava. Me arrependi profundamente de não ter dado uma "geral" nele, ou melhor, de nem ter deixado ele subir. Davi gritou: "Ei, ei, pára aê..."

Eu pensei, o boneco vai ficar de pedra. O Davi o puxou por trás, pela gola da blusa. O boneco, assustado e amarelado, não conseguia nem falar ao virar e ver a maldade no o olhar do maluco. O Davi disse pra ele entregar o filme ou a máquina com a porra toda. O boneco tremia como bambu na ventania e não conseguia tirar o filme. Davi meteu a mão em uma das pistolas que carregava na cintura e ficou a olhar pro boneco, que tentava arrancar o filme da máquina. Ele ainda encontrou clima pra lembrar pra todos que o olhavam inclusive o Davi - que a máquina era da namorada e que ela pediu pra ele fotografar a favela, pois a menina nunca tinha entrado numa.

A paciência deu espaço para a deselegância. Davi puxou a máquina da mão do boneco e começou um rápido interrogatório: "Qual é teu nome?", "De onde tu saiu?", "Veio a mando de quem?"

Os olhares das pessoas na direção do cara já não eram tão festivos, pelo contrário, eram tensos, carregados de desaprovação. Era como se o sentimento de Davi se alastrasse pelos demais presentes. Sem ter envergadura moral pra responder a qualquer pergunta, o boneco abaixou a cabeça e acatou

a ordem que era pra "Descer e aguardar no carro". Os outros dois (nossos amigos locais) eram muito discretos, adeptos da técnica do silêncio, por isso não atrapalhavam o Celso, o câmara e os meninos. Sumiram naquele bolo de casas de alvenaria. Eu estava torcendo pra, na hora de dar uma volta, não encontrar com eles.

O episódio anterior não tirou o brilho da visita. Nem o frio nem a hora foram obstáculos para nossa procissão pelo morro. Parte da subida era de chão cimentado, mais acima era barro e quanto mais subíamos, mais gente ia engrossando a longa fileira que estava subindo logo atrás. Cada pedaço de chão, cada beco, cada casa, cada pessoa parecia ter uma história pra contar. Em cada lugar que passávamos, Davi fazia questão de contar a história, detalhadamente, e ninguém ousava interrompê-lo.

"Tá vendo ali, Bill? Até hoje o mato tá amassado. Onde o mato tá amassado, foi onde caiu o filho-da-puta que entregava nós pros homi"... "Aquela casa é onde nós faz o nosso *Big Brother*, né? Nós leva as muié pra lá e só sai dois dias depois"... "Nesse beco, morreu o cara mais responsa do morro; os homi cercaram ele e meteram bala nele na frente de todo mundo"... "Aqui é a sede da associação de moradores. Quem cuida é o pai de um amigo nosso, aqui do morro. O coroa não vai muito com a minha cara. Não aceita a ajuda que eu dou para a comunidade."

A sede ficava no ponto mais alto do morro e era muito bem cuidada, com instrumentos de percussão e uma mina que se apresentou dizendo ser a professora responsável pelas atividades infantis. Seu nome era Kelly, muito bonita, aparentava uns 27 anos, era voluntária, moradora e orgulhosa do que fazia. Em conversa rápida, me deu um envelope com um projeto pensado por ela e pediu pra apresentar sua família, mãe, irmão, primos, avó, amiga... e todos começaram a falar ao mesmo tempo sobre as dificuldades pelas quais eles passam como moradores daquela comunidade. A cada palavra parecia que nossos laços familiares se encontravam mais.

Fiquei na associação ouvindo as reclamações dos moradores por mais ou menos uns vinte minutos, até que o Davi veio me resgatar, dizendo que, na descida pelo outro lado, conheceríamos mais coisas. Era muito grande também o sobe-e-desce dos viciados, que movimentavam a boca a noite inteira.

À luz do sol, continuamos o processo de descida. No caminho, mais histórias a serem contadas; dessa vez a história de um coroa que, no período de quaresma, após o carnaval, toda a noite, se transformava em cachorrolobo e ficava em casa latindo, raivosamente. No dia seguinte, de manhã, as pessoas iam até a casa dele e então constatavam que não havia nenhum

cachorro. O coroa meteu a cara na janela e eu pude perceber o porquê da lenda: ele era muito sinistro, com cabelos bem brancos cobrindo os olhos, o que dava pra ver do rosto parecia todo enrugado, cabuloso! Todos gritaram quase que em coro: "Aê, seu Souza!" Ele apenas fez sinal de positivo, balançando a cabeça, e saiu da janela, fechando-a com toda a força. Depois de mais de duas horas rodando pela comunidade, todos já estavam mais à vontade, inclusive eu.

Ainda na parte alta, paramos numa pequena horta, onde uma mina toda eufórica, não com minha presença, mas com o "Skunk" que ela tinha armado pra fumar. Enquanto falávamos de músicas e videoclipes, ela rapidamente "apertou" um baseado com que o grupo se deliciou, a cada tragada. Apenas 30% das pessoas prestavam atenção no que eu dizia; o resto estava fascinado pela plantinha. No final, todos estavam anestesiados. O Davi parecia qualquer pessoa, menos o dono da boca. A mina que trouxe a "planta" começou a chorar, lembrando de seu marido - a quem chamava de Nem -, tentando, desesperadamente, ligar de um celular pra dentro da cadeia. Eu também estava cansado de tanto falar. Bateu saudade do meu apê na Cidade de Deus, das minhas amigas, dos meus parceiros, do sotaque parecido com o meu. Os que não estavam "chapados" estavam bêbados, e os que estavam sóbrios, paravam mas não ficavam.

Ao olhar aquela gente tão parecida comigo, eu tentava imaginar qual seria meu destino se não fizesse *rap*.

Davi nos convidou a continuarmos a descer, pois não podia ficar parado no mesmo lugar por muito tempo; se sentia alvo fácil. A descida estava aparintando ser mais tranqüila que a subida. Foi quando um clarão no céu, acompanhado de 12 estouros e uma décima terceira explosão, que valia por todas as outras, quebrou a tranqüilidade local. A multidão, em segundos, reduziu-se a um pequeno grupo de pessoas, que ia diminuindo à medida que ouvia a famosa e temida palavra: "Sujou!"

Uma senhora me puxou pelo braço esquerdo com muita força e com cara de desespero. Eu não tive reação pra perguntar pra onde ela estava me levando, mas também não tinha muitas opções. A senhora abriu um portão de madeira de uma casa. Ela disse que se chamava dona Alaíde e que eu ficaria seguro ali, em sua casa, porque, se a polícia me pegasse de bobeira no morro eu entraria na porrada. Enquanto dona Alaíde falava da ação policial, fogos não paravam de estourar, a ponto de acordar as filhas da coroa, que foram pra sala correndo. Dona Alaíde pediu que nos sentássemos e nos

acalmássemos. Mas os fogos começaram a se **confundir com os** tiros, que faziam um barulho ensurdecedor.

Começou a bater preocupação com o resto da equipe que eu nem sabia se estavam bem.

A coroa gente fina insistia pra que conversássemos e agíssemos normalmente, mas era impossível.

Os tiros eram muito próximos da casa, as vozes dos PMs e dos bandidos pareciam estar bem perto. Os passos perto do portão não permitiam que meu coração desacelerasse. O ruído do coturno batendo no cimento é inconfundível, os tiros pararam, a preocupação não. Dona Alaíde apagou as luzes. Foi o erro. Isso parece ter chamado a atenção de alguém, que ficou batendo e tentando abrir a porta, metendo a mão na maçaneta.

Pararam de bater, mas nós ficamos deitados no chão, no escuro, em silêncio por um bom tempo ainda, até percebermos, pelos sons lá fora, que os canas já haviam partido.

Eu estava me recuperando do susto e preocupação com o Celso e os outros malucos, quando Davi bateu na porta. Eu nem tinha dado falta dele, que se destacou na hora em que a dona Alaíde me carregou. Descemos e encontramos a equipe, que havia se abrigado na casa de uma outra pessoa, na hora da incursão policial. Eles viram que a polícia estava chegando e conseguiram se esconder com mais facilidade do que eu, que fui pego de surpresa.

Era o momento de meter o pé.* O dia amanhecia e as pessoas saíam para o trabalho. Sairíamos misturados com todo mundo. Nos despedimos do Davi e dos caras, e saímos acompanhados por alguns moradores que haviam tirado fotos comigo, lá em cima. Nosso piloto vacilão estava nos aguardando do lado de fora do carro, ainda ao telefone.

* Meter o pé significa sair, ir embora.

FLASHES DO INFERNO E DA REDENÇÃO
68

69

A VIOLÊNCIA E o PRINCÍPIO ATIVO DO MURO

70

Celso se levantou, nossos braços se cruzaram e nos tocamos os ombros. Bill acenava do interior do carro. Eu e Míriam corríamos para alcançar o táxi que atendera o sinal de Celso. Trocamos de carro e voltamos para a Zona Sul. A noite cerrava o punho negro sobre nós. As luzes da via expressa, velozes, iluminavam e apagavam os contornos da Barra da Tijuca, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Poderíamos estar nos despedindo de nossos amigos à beira de qualquer *highway* de Los Angeles ou Miami. O cenário era o mesmo. Os dramas sociais, não. Passáramos as últimas cinco horas juntos, conversando. Nosso livro, o que fazer de nosso livro? Nossos projetos, nosso país. O que fazer de nós, neste país? Individualmente, sim, individualmente era possível romper a barreira étnica. Coletivamente, não. Celso disse isto no apartamento de Bill, na Cidade de Deus, enquanto eu imaginava *Buena Vista Social Club*, os apartamentos dos artistas maravilhosos de Havana, as paredes roídas de Havana e suas escadas escuras. E toda aquela escuridão levitando no halo de nossas melhores e piores reminiscências. O mais velho dos quatro, eu tinha ao menos esse direito: à memória.

Bill: - A saída? Não há. Não tem saída.

Celso: - Não. Não tem. Não tem nenhuma.

- Mas você disse - eu disse - que acredita, que tem fé, que luta, que não desiste, não capitula.

- É verdade, eu disse - Celso disse -, e não menti. Desistir não desisto. Mas saída não tem. Individualmente, é possível superar o racismo. A prova está aqui: somos amigos. Os casamentos interétnicos existem. Coletivamente, não.

Eu ainda tentei costurar uma interpretação otimista - que dificuldade eu sinto para render-me ao negativo, meu Deus, simplesmente não consigo, é como se fosse contrário à minha natureza, talvez porque, mesmo sendo de Peixes, meu ascendente seja Sagitário; talvez porque formei minha sensibilidade em plena agitação vanguardista e messiânica dos anos 60. O fato é que não consigo. Portanto, mais por fraqueza do que por virtude, emendei: o reconhecimento da falta de saídas talvez seja, em si mesmo, uma novidade e, mais ainda, uma novidade positiva. Vejam só: estamos aqui, sentados na sala de My Bill, no chão, no sofá, tomando um suco de manga, conversando, quatro pessoas que têm alguma representatividade e alguma liderança em

suas respectivas áreas. Especialmente o Bill, que é um ícone popular, uma liderança cultural e moral. Mas todos nós, de uma maneira ou de outra, cumprimos trajetórias que não foram exatamente inexpressivas, para o bem ou para o mal, nem foram propriamente usuais, previsíveis. Celso foi menino de rua, quase policial militar e jogador de futebol, antes de se tornar produtor cultural, organizador e estrategista político - criador da Central Única de Favelas, a Cufa -, e um dos principais intelectuais orgânicos de nosso país (me permita a liberdade de recorrer ao velho Gramsci e rotulá-lo um pouquinho). Miriam pulou do conforto dos títulos acadêmicos para o meio do inferno, o sistema prisional, na perspectiva de reduzir danos, reduzir o sofrimento produzido pelas instituições, e valorizar o que há de vital e construtivo sob a aparência de pura desumanidade, como ela costuma dizer, driblando a retórica acusatória que não aponta caminhos e só contribui para reduzir a pó o resto de auto-estima que ainda reste, aqui e ali, entre destroços humanos e institucionais.² Eu sou o "eurocomunista" dos anos 70 que se tornou secretário de Segurança, investindo na polícia e na literatura, dando aulas em universidades, com a curiosa pretensão de não ter mudado de lado, nem abandonado os valores libertários de 1968. Digamos que nossos itinerários biográficos não têm sido épicos, mas tampouco seriam facilmente classificáveis.

Pois aqui estamos, quatro histórias, quatro cabeças infernizadas pela mesma pergunta: a saída, qual é a saída para a violência absurda, a injustiça desumana, a desigualdade degradante? E os quatro reconhecemos que a pergunta é maior que nós. Mas também reconhecemos que essa limitação não nos deve paralisar, porque há muito a fazer até onde a vista alcança. E decidimos caminhar na penumbra. Nenhum de nós falou da História com H maiúsculo, nem se arrogou falar em Seu santo nome. Não há, entre nós, dogmas ou disputas pela verdade. Os tempos são sombrios, sim, mas já eram antes e nem por isso havia humildade. A onipotência, a arrogância moral do vanguardismo político alimentou, no passado, mesmo no passado recente, jacobinismos autoritários para todos os gostos e uma plethora de derrotas e retrocessos.

Nos anos 60 e 70, uma conversa como essa teria sido, no mínimo, improvável. Quem ousaria reconhecer a superioridade da pergunta sobre a resposta? Há vantagens no ceticismo, desde que ele não contamine a vontade e nos condene ao imobilismo. Talvez ele nos force a aceitar a necessidade de dar um passo depois do outro, construindo o que for viável, com os aliados possíveis e a força disponível, em cada caso, reduzindo o sofrimento humano e abrindo espaços, progressivamente, para dissolver preconceitos, quebrar barreiras, abrir picadas progressivas à participação e à democratização.

Considerando o preço que pagamos pelas certezas, de que dão testemunho os tristes regimes totalitários que visavam a igualdade e mataram a liberdade, talvez não seja tão mau assim não saber, não ver saída e viver essa angústia, sem solução, sem salvação. Nos anos 1960 e 70, lideranças de quaisquer níveis sabiam tudo e eram maiores que as perguntas. E agora, aqui estamos, a questão étnica ainda intocada, cercada de pavor e idealizações; a desigualdade, fratura exposta, naturalizada; tantas outras questões ainda não enfrentadas.

O táxi vazava o véu de cintilações, na *highway*, afastando-se da Cidade de Deus. Mergulhou no túnel Dois Irmãos. Eu e Miriam íamos quietos, ruminando o desafio de Celso: a barreira, a fronteira, a inexpugnabilidade da outra cidade, o país indevassável, o enigma do outro lado, a permanência arqueológica das Tordesilhas, a força mítica dos corpos e das cores, o embaraço dos pronomes irreduzíveis - nós, eles -, mesmo que, individualmente, cruzemos o muro. O muro. Mais um muro. Havia um. Seria preciso considerá-lo. Respeitá-lo significaria fazê-lo existir, quando teria sido possível pulverizá-lo e correr para o abraço? Ou ignorá-lo azeitaria a máquina de morte que reproduz a ordem branca? Somos um, sim, certo, mas somos UM diferentemente. A ponte está no verbo e o abismo está no advérbio. Um tem muitas cores e todos os sentidos. Pronto, aqui estamos de volta ao ponto de partida, girando em torno da pergunta angustiante. A pergunta, também esta, é maior do que nós. Nem por isso, entretanto, deveríamos desistir. Se, individualmente, é possível estabelecer elos, o livro é possível - sendo, o livro, o espaço de um a outro. Um fio entre estranhos. Um passo.

Talvez um fragmento de memória de Celso ajude a explicar sua posição atual sobre a desigualdade brasileira. Ele aprendeu, muito cedo, que desigualdade, no Brasil, tem cor. Seus sentimentos têm história.

Os NEGUINHOS DO BUZÃO

Celso cresceu na favela do Sapo, no Rio de Janeiro. A história resumida de sua infância está narrada na parte IV. O texto a seguir a antecipa, com um retrato em preto-e-branco.

Quando ainda morava na favela do Sapo, minha mãe fazia excursões quase todo mês para Aparecida do Norte. Eu resolvi fazer a minha também para levantar um trocado - desde essa época eu já tinha uma inclinação para negócios, pelo menos era o que eu acreditava, já era metido a negociar as trocas de figurinhas com os moleques da minha idade, e a articular as transações e trapaças para enrolar os mais otários. Muitas vezes eu descobria, na prática, que o otário era eu mesmo. Enfim, peguei um ônibus - 870: Bangu/Sepetiba -junto com um amigo, o William. Esse amigo era muito tranquilo, era o que vencia todas as corridas de velocidade nas festas juninas e nas brincadeiras de polícia-e-ladrão. Era muito magro e branco, tinha vergonha de ser tão branco. Devia ser por isso que ele nunca tirava a camiseta, mesmo nas peladas de meio de semana no campinho lá da área. Pegamos o ônibus e rumamos para Santa Cruz, onde ficava a empresa Pégaso, nem sei se existe ainda.

Chegando lá, pedimos as informações a um segurança que nos atendeu pelo interfone. Ele perguntou ao gerente e este respondeu que a empresa não alugava ônibus para criança. Fiquei muito puto, porque eu sabia que tinha responsabilidade e era perfeitamente *capaz* de juntar a molecada para a viagem e ainda tinha a vantagem de minha mãe ajudar, se eu não completasse a turma.

Xingamos o guarda de tudo quanto foi nome feio, sem que ele ouvisse, é claro, e voltamos para o ponto do 870, só que dessa vez Sepetiba/Bangu, via Senador Câmara. Durante o percurso do ônibus, subiram dois pretinhos. Estavam mal-arrumados e tinham o corte de cabelo máquina zero, com um topete na frente que chamavam "crista de galo". Engana-se quem acha que foi o Ronaldinho quem inventou esse corte. Os neguinhos começaram a olhar na cara de todo mundo. Tornando mais do que evidente que iriam aprontar alguma coisa. Mesmo que nada fizessem, já haviam cometido um crime: passaram por baixo da roleta sem pedir à cobradora. Eles quase que entravam pelas carteiras, bolsos e bolsas das pessoas com os olhos. Parecia que não tinham a menor intenção de esconder que algo estava pra acontecer.

Todos no ônibus ficaram em pânico. Ninguém dizia nada, nem eles. Eu tinha 14 anos nessa época e eles não estavam longe disso também. Eles entraram na altura da favela Antares e eu sabia bem como era a região, porque, antes de ser despejado da favela do Sapo, já havia sido remanejado justamente da favela do Cesarão, que faz parte desse complexo de favelas. Naquela época, não havia facções criminosas. Era um momento de expansão da Falange Vermelha. Não ocorriam guerras entre as comunidades ou pelo menos não eram tão sangrentas como hoje. Os moradores eram poupados, ao contrário de hoje, em que muitos deles morrem só por morarem em favelas controladas por facções inimigas. Bons tempos em que o seu Rogério acabava com as brigas no bloco do Dragão de Câmara com apenas um olhar de desaprovação. Mas vamos voltar pro ônibus pra não perdermos a viagem.

Os neguinhos eram sinistros. Um desespero, porque todo mundo olhava pra eles e quando eles respondiam ao olhar, era um tal de "neguinho e branquinho" abaixar a cabeça para disfarçar... Pelo que eu vi, eles não roubaram ninguém. Até ali, só havia dois crimes, o de passar por baixo da roleta e o crime psicológico, por nos aterrorizar com os olhos.

Quando chegamos a Inhoaíba, eles saltaram e o alívio tomou conta do ônibus, que mais parecia um avião que acabara de ser libertado de um bando de terroristas neuróticos. O "buzão" não estava cheio. Era mais ou menos meio-dia. Havia vários lugares para sentar, inclusive.

Em Campo Grande, um bairro próximo de onde eles ficaram, uma coroa gordinha e branca ia descer, enquanto dois policiais estavam subindo pela porta da frente. Ela não pensou duas vezes, começou a me insultar, gritando e dizendo coisas como: "Viu neguinho, os seus colegas quase me roubaram! Você pensa que eu não sei que você estava com eles? Os seus colegas desceram e você continuou, o que você quer?"

Meus olhos arregalaram, minha mente disparou. Eu não sabia se me atirava pela janela e fugia ou se gritava com ela também. Mas ela era branca, estava bem arrumada, além de revoltada, e parecia ser inteligente. Eu teria desvantagem naquela circunstância. Resolvi ficar quieto, já que os policiais que estavam subindo não falaram nada. Baixei minha cabeça e deixei o corpo tremer, era o meu pesadelo. Eu estava no primeiro banco, atrás do piloto, ao lado do William, o meu amigo branco e de muito boa aparência, segundo o padrão convencional brasileiro de beleza.

"Por favor, pode dar licença?", disse o policial pra coroa. Eu quase morri no "Por favor", achando que era comigo. A coroa se curvou para os policiais passarem, contudo, não desceu do ônibus. Preferiu continuar a me insultar e

insistir em dizer que eu estava com os "neguinhos" que desceram e que, segundo ela, quase a roubaram. Ninguém no ônibus falava picas, nem o William, nem o motorista. Nem contra nem a favor.

Ela não se dirigia aos "canas", sequer olhava pra eles, só pra mim. Claro que ela só falava aquilo tudo pra chamar a atenção deles. Até que o PM de bigode, que usava aqueles óculos escuros que só eles usam, modelo Exterminador do Futuro, perguntou o que estava acontecendo. Eu gelei e comecei a contar, instintivamente, quantos anos pegaria de cadeia. Não tinha nada a dizer, exceto que era inocente, mas isso não ajudaria muito, porque os neguinhos diriam a mesma coisa. Ela, então, começou a contar o que tinha acontecido. Eu assentia com a cabeça, tentando demonstrar respeito e confirmando tudo que ela dizia pra eles, exceto quando dizia que eu estava junto com eles. Não agüentei por muito tempo, fiquei nervoso e desandei a chorar e a falar junto com ela, tumultuando o já tumultuado ambiente, dizendo que eu não tinha nada com isso, que eu tinha ido com o William alugar um ônibus na Pégaso.

Nesse momento, o policial olhou pró William e perguntou a ele, com muita tranqüilidade, se eu estava realmente com ele. O meu melhor amigo olhou para o policial, pensou um pouco e respondeu que sim, sem nenhuma convicção, mas respondeu - sim sinhô, ele tá cumigo! -, mas era a maior mentira. Ele é que estava comigo; eu é que estava pagando sua passagem, inclusive. De certa maneira, o que me intrigava é que o William parecia saber melhor que eu o que estava acontecendo, por sua dúvida e pela forma, ele parecia saber que estava colocando sobre mim um cobertor em noite muito fria... Independentemente da temperatura, o fato é que um anjo acabava de descer do céu e cobrir o coração do Wuliam; de certa maneira, tomou o Buzão de assalto. O policial olhou para o seu colega, depois para a coroa com sotaque de professora de colégio primário e parecia exigir dela uma explicação.

A injusta da coroa então se mostrou muito calma e um pouco arrependida pelo que tinha me causado. Pediu desculpas, não pra mim, mas pró William, me olhou de rabo de olho e desceu com ar de quem tinha dado uma grande mancada. Todavia, não recebeu uma vaia sequer. Os policiais mandaram o piloto tocar o bonde e continuamos a viagem. Continuei tremendo e chorando, só que, agora, de raiva..., certo de que o mundo tinha que acabar ali. Desejei que o buzão batesse de frente contra vários caminhões que cruzassem a pista contrária, pois assim morreria todo mundo e tudo aquilo acabaria, mas graças a Deus, o buzão não bateu e, infelizmente, aquilo parece que nunca irá acabar.

Atrás do meu banco sentava um homem, devia ter uns 45 anos, branco, careca. Levantou-se e me disse baixinho, num tom amigo,

parecia até meu advogado,

que aquilo era racismo, que aquilo era só porque eu era preto, pra eu não esquentar a cabeça não. Eu pensei comigo mesmo: "E você, seu careca filho-da-puta, por que não disse isso antes do meu amigo branco me salvar?"

com esse episódio eu ganhei muitas coisas na vida. Ganhei, inclusive, a consciência de que o maior preconceito se dá nas periferias, pois é lá que as pessoas possuem o mesmo grau de escolaridade, o mesmo nível social, é lá que as professoras são processadas por discriminação racial, considerando que isso não acontece em escolas de ricos, onde não estuda preto, é ali que todos são quase iguais perante a lei, pois existe uma coisa que os difere. Um tem a cor do poder e o outro, da miséria.

Perdi outras coisas também. Uma delas foi a amizade do meu amigo William. É que ele contou pra mãe o que tinha ocorrido, e ela determinou que ele nunca mais andasse comigo, porque eu só arrumava confusão. Por esse episódio e outros eu vivia me perguntando: por que eu tinha nascido condenado?

O PIOR SENTIMENTO QUE ALGUÉM PODE TER

Bill escreveu o seguinte relato autobiográfico.

Meu primeiro automóvel eu ganhei no meu terceiro emprego. Eu tinha exatamente 13 anos, tinha rodas rengui-tengui, pneus cromados, barra de direção reforçada, antena telescópica e uma bandeira do Brasil na dianteira. Essa bandeira era a minha contribuição nacionalista para o país, apesar dos contrastes e desigualdades que eu via, vejo e verei nele, infelizmente.

Esse trabalho era no supermercado Casas da Banha, em Botafogo, mais precisamente na rua Voluntários da Pátria. Éramos vários garotos; nos chamavam de marrequinhos. Não havia tantos taxistas como hoje nas portas dos supermercados e dava para fazer muitas viagens para as madames que moravam perto do estabelecimento. Meu aerrecomóvel era meu companheiro, meu ganha-pão. Não era a primeira vez que eu fazia esse trabalho. Para ajudar minha mãe no sustento da casa, fui acostumado a me virar de várias formas, e a mais comum pra mim, na época, era fazer esses carretos.

Meu salário vinha das gorjetas, que na verdade era o que as pessoas pagavam pelo serviço prestado. Mas no bairro de Botafogo era diferente; meu trabalho era muito mais valorizado devido à falta de qualificação profissional e da mão-de-obra local. As madames nos tratavam mal, mas sempre com um certo receio de nos perder, já que seus vizinhos não se prestariam àquele papel, que até aquele momento eu entendia como prerrogativa nossa, direito nosso, um privilégio. Pouco tempo depois eu passei a ver muito diferente. Percebi que era somente um destino planejado pra nós. Passei a ver que era o caminho natural dos pretinhos do outro planeta.

Uma vez eu fui chamado para atender uma senhora boa-praça; me aproximei dela com serenidade para mostrar educação e, por que não?, para demonstrar toda a minha subserviência. Ela me olhou e disse: "ajuda aí".

- Sim, senhora.

E comecei a colocar toda a compra no marrecomóvel. Empurrei o carrinho um pouco pra frente para não atrapalhar as outras pessoas e os outros marrecos-colegas. Ela não sabia se pagava as compras ou se me olhava, com um puta medo de eu fugir com o carrinho e as compras dela. Até aí, tudo bem, todas as madames eram assim mesmo e, para ser justo, até lá nas feiras livres das favelas as coroas pobres ficam boladonas quando os carregadores locais saem do raio dos seus olhos, viram uma esquina e deixam as donas das compras alguns milésimos de segundos sem a visão total do carrinho e, portanto, das suas compras. Esse tempo pode ser o suficiente para um seqüestro relâmpago de uma banana, ou duas uvas, dependendo do gosto do moleque.

Depois que a madame pagou, começamos a caminhar pelas ruas movimentadas de Botafogo. A dona era muito impaciente. Ela não entendia que eu não poderia correr com as compras, entre tantos obstáculos pela frente e pelos lados - cachorros, ônibus, ciclistas, meios-fios, pedestres -, apesar de eu querer me livrar dela. Ela me olhava como quem me chamava de molenga, só que eu tinha um bom emprego, tinha o respeito de todos os meus colegas de trabalho e minha família precisava desse dinheiro. Eu não podia arriscar minha pele, saindo correndo para agradar aquela mulher e correr o risco de virar o carrinho, por certo quebrar entre outras coisas os ovos da dona e perder meu trabalho sumariamente, sob a acusação de ser desastrado - em linguagem automobilística: direção perigosa. Porra nenhuma, vou devagar e sempre, como faço até hoje, não empurrando carrinho, mas tocando a vida.

Ela até poderia fazer uma reclamação aos meus chefes, mas eu poderia me explicar tranquilamente, sem nenhum estresse, já que eles mesmos davam essa orientação.

Meus chefes eram o seu Joaquim, gerente da unidade, e o seu Luiz, subgerente. Pessoas muito humanas e justas, apesar de serem xingados e acusados de injustos e de safados por todos nós, inclusive por mim - dependia da ocasião e do interesse de cada parte. Normal, chefe é pra essas coisas.

Depois de ultrapassar todos os obstáculos da tarde, chegamos ao prédio dela. Um paraibano de terno abriu o portão de ferro, nos deu boa-tarde e chamou o elevador de serviço. Dar boa-tarde pra mim não era muito comum, partindo de um adulto. Achei que o paraibano pensou que eu era parente da dona da casa; quem sabe ele achou que ela era minha sogra?, sei lá. O fato é que o paraibano tinha ganhado minha admiração e meu

respeito, e por isso cabia a mim estufar o peito e fazer cara de dono do AP, cara de bacana...

O elevador chegou, a madame ficou me olhando e assim permaneceu até a saída do elevador, lá nas alturas, talvez vigésimo andar. Nesses poucos minutos, tive a certeza de que a dona estava me dando mole: eu olhava pra ela no elevador, ela tava me olhando, eu desviava o olho, voltava nela, e a coroa continuava me olhando. Então eu comecei a ficar nervoso, comecei a reparar discretamente nas suas curvas e no seu decote. Nesse momento, ela já não era mais a coroa chata que tinha me ignorado até aqui; passou a ser uma mulher como qualquer outra, uma mulher por quem eu poderia perfeitamente me apaixonar, apesar dos 13 anos. E se isso acontecesse não seria a primeira vez; é que eu já tinha experimentado dessas paixões antes, por pessoas mais velhas, e as duas vezes anteriores foi com duas professoras minhas. É verdade que elas nunca souberam disso e se souberam foi porque fui traído por algum colega de turma a quem eu confiei esses segredos. Eram paixões relâmpago e, contraditoriamente, duradouras. Hoje, me recordo bem das professoras e me dá vontade de rir quando lembro.

O elevador abriu as portas, à direita tinha uma porta maneira, de cerejeira, com um coração enorme no centro, em alto-relevo, com umas coisas penduradas, estilo japonês. Comecei a caminhar pra lá e a dona disse: "Não, garoto, é essa porta aqui." Garoto? Caiu a casa, pensei. Mas, por outro lado, foi até melhor mesmo, aquilo acabava meu pesadelo e minha inquietação. E se foi ela quem desistiu de mim, eu não teria nenhuma responsabilidade, portanto minha reputação e as obrigações de macho não estariam manchadas.

- Vamos por ali - ela disse, apontando para a porta da esquerda, a porta de serviço. Ela tocou a campainha e fomos atendidos por uma menina que regulava com a minha idade, branquinha, lourinha de olhos verdes.

Sorri sem nenhuma maldade. Afinal, nem tudo estava perdido, aquela menina poderia ainda se tornar a minha enteada. Tirei tudo do carrinho e coloquei no chão, na porta de serviço. Quando terminei de descarregar, a coroa me deu uma grana, nada que destoasse dos valores pagos pelas outras madames da região - diria até que ela deu menos do que a maioria das senhoras do morro Dona Marta, até porque lá era onde eu fazia as melhores entregas e recebia as melhores gorjetas (muitas vezes até almoço as senhoras me davam, quase ninguém queria entregar as compras no

morro, e eu sempre voltava da favela reclamando, para não despertar interesse no meu tesouro).

A madame começou a levar as compras da porta para dentro de casa, enquanto a garota, a seu pedido, chamou o elevador pra mim e para meu companheiro, o meu carrinho, a quem eu chamava, às vezes, de Bat-sofrimento.

O elevador chegou e a porta demorou um pouco pra fechar - era desses elevadores velhos em que cabem quatro pessoas magras. Enquanto o elevador não se decidia se subia ou descia, a menina e eu ficamos nos olhando, esperando o desfecho; eu nada dizia, nem ela. A porta se fechou, o bicho desceu e eu fiz meu caminho de volta, pensando naquela entrega. Naquela nova história para contar para os marrecos na hora da saída do trabalho; é que todos os dias na saída cada marreco tinha um monte de coisas pra contar, histórias de todo tipo. Nesse dia eu diria que fui entregar umas compras e a dona da casa estava a fim de mim; eu tinha certeza de que eles iriam acreditar porque o Geléia, fiscal da loja, era um parceiro mais velho, sempre trazia revistas pornográficas pra gente ler com muitas histórias contadas por mulheres, com temas variados: desde carteiros devorados quando iam entregar cartas, até homens com seus pênis expulsos das calças por elas dentro de ônibus superlotados. Por que a dona não podia ter ficado a fim de mim?

No dia seguinte, cheguei para o trabalho e tinha um recado de que haveria uma reunião com seu Joaquim, antes de pegar no batente. Estavam lá todos os moleques da tarde, unidos, esperando o nosso amado e odiado gerente.

- Marrecos, temos um problema gravíssimo para resolver e é melhor o culpado se acusar logo para não respingar em ninguém.

Xiiii, alguém fez merda, eu pensei, e estava tranqüilão.

- Seguinte. Temos uma reclamação de que ontem um marreco tentou agarrar uma menina num apartamento.

Caralho, tarado no nosso meio? No meu pedaço perde a cabeça e ainda vai pro poste.

- O marreco estava de camisa amarela. Eu tenho duas opções, mandar o marreco embora agora ou ela vem aqui com a polícia, hoje.

- Alex, qual era a cor da sua camisa, ontem?

- Amarela, seu Joaquim, e só tinha eu de amarelo, mas não agarrei ninguém, não senhor.

Respondi com toda a sinceridade; e era a mais pura verdade.

- Tentou sim, Alex. A dona não ia mentir. Pode ir embora, agora, senão ela vai vir aqui e vai ser pior.

Eu não tinha agarrado ninguém, só olhei pra garota, a culpa era do desgraçado do elevador. Será que ela tinha achado que eu ia agarrar ela mesmo?

- Seu Joaquim, se foi a dona que eu levei ontem à tarde, deixa eu ir lá falar com ela; eu não quis agarrar ninguém não senhor.

- Tá maluco, marreco, você quer ser preso?

Percebi que não tinha defesa. Mas percebi também que tinha solidariedade. Até porque eu contava com uma quadrilha lá dentro - só da Cidade de Deus tinha cinco: Memê, Vaguinho, Bobo, Nado e Quequé. A grande maioria dos marrecos começaram a dizer que não acreditavam, que o gerente deveria passar a história a limpo, que eles me conheciam e que eu não faria isso.

Mas tinha o outro lado da moeda, o Delicado, um negrão com a cara cheia de espinhas, evangélico, que não gostava de mim porque eu ouvia *rap* alto e ficava sacaneando ele quase o tempo todo. Claro que não era só eu; até o gerente sacaneava ele. Delicado disse: "Ele deve ser tarado mesmo, seu Joaquim; ele é muito rebelde e mal-educado." Todo mundo olhou pra cara do cagüete, do crente salafrário, mas ele não mostrou um sinal sequer de arrependimento.

Seu Joaquim me olhou; não parecia acreditar naquele negrão X9 e puxasaco de gerente.

- Alex, pode ir embora. Procura o seu Edmar, avisa a ele que você está demitido e não fica aqui na frente, fica escondido lá dentro, porque a moça pode aparecer aqui.

Seu Edmar era um senhor gente boa; tinha a língua presa, baixinho e pretinho, trabalhava como intermediário dos marrecos e gozava de bom relacionamento tanto com os marrecos quanto com os gerentes. Ele já conhecia muitas histórias de injustiças das madames e também de besteiras feitas pelos moleques, então pedi pra ele interceder junto à gerência em meu favor. Chorei o bastante para encher um balde de lágrimas. Ele não disse nada, exceto que ia falar com o gerente. Uma hora depois seu Joaquim veio falar comigo.

- Olha, Alex, dessa vez vou te perdoar, mas nunca mais você faça isso. Tentei, sem sucesso, me explicar, negar a acusação, mas era impossível minha palavra ter algum valor diante de quem me acusava.

- Sim senhor.

E me tornei, a partir daquele momento, um tarado regenerado. A partir daquele dia, passei a ter vários acidentes com meus carrinhos e minhas compras, pois todas as vezes em que via uma garota da minha idade e loira, eu, mecanicamente, abaixava a cabeça. E esse é o pior sentimento que alguém pode ter.

DESCENDO A ESCADA com BILL

Quando saímos de seu apartamento para o pátio, Bill me mostrou, pelo vão das escadas, no fundo do galpão vazio, o palco em que ele se apresentou pela primeira vez: "Foi ali." Ele contou que, em seus primeiros *shows*, as audiências se dividiam: alguns ficavam, outros saíam. O *hip-hop* estava longe de ter a penetração e a legitimidade que tem hoje, nos bairros populares, sobretudo entre os jovens. Talvez a linguagem do *rap* soasse rascante e estranha, essencialmente não-musical, por mais que, em seu perturbador estrangeirismo, fizesse ecoar a tradição nordestina do repente. O *rap* valoriza a palavra, celebra a palavra, num momento em que sua posição cultural, no universo dos jovens seduzidos pelo tráfico, parece ceder à força da brutalidade armada, em cujo campo de experiência predomina o reducionismo semântico, a mimetização onomatopéica numa escala mental de extremos, sem nuances e gradações: o grunhido, a gíria elíptica, o esgar, o escárnio e a cauterização de toda eloquência. O *hip-hop* acena com a paz politizada, que se afirma com agressividade crítica, isto é, com o estilo afirmativo do orgulho reconquistado. A *atitude* é o avesso da violência. Mesmo sendo mais abrangente que a linguagem verbal, incorporando as modulações da coreografia e do grafismo criativo, a *atitude* cultua a oratória pública e a riqueza lexical das rimas, pontuadas pelo ritmo.

Curiosamente, a revalorização da verbalidade não é a única afinidade entre as intervenções *rapper* e evangélica, mas certamente está longe de ser a menos importante. Foi o próprio Bill quem chamou minha atenção para a semelhança: "Eu me sentia um pastor, carregando a Bíblia. Subia no palco como quem vai pregar. Tinha um sentimento de missão. Ainda tenho."

No pátio, dois rapazes o esperavam: "Puxa, Bill, que bom que você desceu. Estávamos te esperando há um tempão." Queriam autógrafos e um aperto de mão. O segundo estava particularmente emocionado: "Nunca tinha vindo aqui, na Cidade de Deus. Estou gostando muito. É maneiro." Esta frase me tocou. Percebi que ir à Cidade de Deus era mais parecido com a visita a uma cidade ou mesmo a um país do que a um bairro. Talvez por isso o carioca prefira a palavra "comunidade" à alusão ao lugar, bairro ou favela.

O táxi chegava ao Jardim Botânico. Quase em casa, mas ainda em desconforto. O muro. Seria preciso? Seria bom falar dele sem abrir-lhe uma

fenda? Seria certo identificá-lo sem atravessá-lo com uma ponte, com o sonho da ponte? Sim, o sonho da ponte, nem que fosse como utopia, o sonho do território humano planetário sem fronteiras. Por que não? Utopias são tipos ideais regulatórios, irreais, inexistentes, porém úteis como bússolas, que nos ajudam a descobrir para onde apontar nossos desejos. Mas, por outro lado, por que resistir tanto à provocação do Celso? Será que não há, nela, alguma centelha da verdade que não suportamos, no Brasil? Algo que é tão incômodo justamente por ferir o nervo de nossa história? Não seria esse o ponto cego para um país que se mata, se cobre de sangue, contudo apraz-se em pensar-se cordial? Nosso país se crê cordial e homogêneo, ainda que desigual. Imagina-se desracializado por obra e graça do sincretismo que sintetiza interesses, tradições, trajetórias, sensibilidades e apazigua contradições. Por que não permitir que as palavras de Celso se assentem, pacientemente, e trabalhem seus efeitos em nosso espírito, antes de exorcizá-las? Por que a pressa em livrarmo-nos delas, mesmo sabendo-se quão perigosas podem vir a ser e até mesmo por sabê-lo?

Era preciso pagar o táxi. Eu e Miriam traríamos a angústia e o muro para casa. Conviveríamos com ele. Observaríamos sua inflexibilidade. Arranharíamos sua superfície, mas não adivinharíamos o enigma contido em seu rigor. E o contemplaríamos, desolados. Finalmente, o abandonaríamos a um canto até esquecê-lo. Quando, tempos depois, nos deparássemos com ele, numa tarde morna de segunda-feira, desgarrado de seu significado, de sua origem e de sua natureza, o poríamos para funcionar nos circuitos cotidianos da casa. Eis o muro, antes casmurro e sintoma da incomunicabilidade étnica, agora convertido em peça decorativa. Teríamos estilizado o silêncio. Estetizado o deserto. Funcionalizado o obstáculo. Esterilizado a tragédia. Não é esse o destino de tantas idéias incômodas? Cuidado, portanto. Conservemos o muro, muro, seja para extrair-lhe as conseqüências e compreender-lhe as causas, seja para que não percamos de vista a urgência de derrubá-lo.

O muro é estranho, como são entre si estranhos os que ele separa com sua soberba. Não quero adocicá-lo, torcê-lo, domesticá-lo. Será nosso cão selvagem amarrado ao pé da mesa. Impedirá que descansemos. O cão feroz é o princípio ativo do muro. Se relaxarmos, a pergunta morderá nossas pernas. Aí está a hipótese de Celso, mostrando os dentes.

De um muro a outro. Foi o que me ocorreu quando deixamos o táxi e subimos os degraus até o pátio do prédio. Subitamente, tive uma idéia - o verbo ter, nesse contexto, não significa possuir ou adquirir, mas ser tomado,

atacado ou possuído, assim como se diria de alguém que "teve" um infarto. Arregalei os olhos. Ante o sintoma, que antecede a satisfação experimentada por quem pensa que resolveu um problema, Miriam me olhou inquisitiva, a dizer-me que não, não me precipitasse, deixasse levedar a irresolução incômoda, tivesse paciência pois não haveria nada mesmo melhor a fazer que reduzir danos. Eu sabia que ela estava certa, como quase sempre acontece. Mas tive a tal idéia, este era o fato: imaginei outro muro. O que fazer com ele? Decidi deixá-lo ao lado, olhando o primeiro muro, como espelho do cão selvagem, a mostrar-lhe que outros dentes ferozes o espreitam, que ele portanto não domina, exclusivo e sobranceiro, o espaço mental que ocupa. Um muro diante do outro funciona como espelho, mas também serve a outro propósito, justamente por cumprir a função especular: um impede que o outro avance, caso ao muro Deus conceda o dom de mover-se. Assim, imaginando outro muro, pus um muro obstando a vontade de poder do outro, pus um muro a vigiar o cão - convencione-se, neste capítulo, que o cão é a forma ativa do muro.

Qual muro imaginei? O muro da Rocinha, aquele que um político "liberal" sugeriu erguer-se para confinar a favela nela mesma, sonhando assim implodi-la e extirpá-la do mapa. Erradicar a favela pela *guetificação* valorizaria o metro quadrado da Barra da Tijuca e, quem sabe?, tornaria enfim possível a realização do antigo desejo segregacionista das elites cariocas: afastar-se do lado mau da cidade, mantendo consigo o cartão-postal. Sem a Rocinha, a Barra branca, limpa e rica, poderia declarar sua maioria política e anexar-se a Miami ou postular a autonomia, instituindo-se município independente cujo prefeito seria para sempre um *yuppie* branco e conservador, campeão da ordem urbana. Quem propôs o muro em volta da Rocinha não era qualquer um; era alguém sintonizado com os desejos conscientes e inconscientes de segmentos do eleitorado. O muro era o símbolo da vontade de separação.

Ora, se há a vontade, a separação já é vivida, independentemente da construção do muro. O muro viria celebrá-la, culminando um processo de afastamento, sempre em curso, sempre inconcluso. Quando os navios negreiros trouxeram pedaços da África para dentro do Brasil, embutiram-nos, sob a forma do trabalho escravo, na estrutura da sociedade. Aos negros coube a senzala: integração subalterna. Nesse caso, as duas palavras são importantes e revelam aspectos igualmente verdadeiros e contraditórios: não houve separação física nem a cristalização legal da segregação, na atual Constituição. Pelo contrário. Mas a subalternidade nunca foi colocada em xeque. A integração deu-se

como subordinação de classe. Mas a cor da história permanece recalcada e retorna como sintoma, no muro da Rocinha, símbolo do indizível.

Até hoje, o Brasil fala sem pudor das diferenças abissais entre as classes. São constantes as denúncias relativas às desigualdades socioeconômicas, ainda que não se faça nada a respeito. A mídia as acolhe sem maiores problemas. Mas aí de quem ousar mencionar a cor da desigualdade. A cor é o não-dito, tanto quanto o gênero havia sido, durante séculos. "Nós não somos como os Estados Unidos", dizem os que reagem às tentativas de colocar as cartas da cor sobre a mesa. Denunciar o racismo é quase ser antibrasileiro, é quase impatriótico. Há, sim, racismo, admitem, mas é diferente, completam, o que exige políticas também diferentes, concluem. Dessa diferença (quem a negaria, ora bolas, se somos outro país, com outra cultura, outra história? como não haveríamos de ser diferentes, ainda que o argumento da diferença não valha em outros campos, como o econômico...?), dessa diferença parecem dizer que se caracteriza pela docilidade, pela moderação. Ou seja, teríamos uma espécie de racismo doce, cordial. Convenhamos, melhor escancarar os muros e tirar o *imbróglio* do armário.

Se parte da sociedade sonha muros³ e os pratica, no cotidiano, há séculos, por que a outra parte não deveria prevenir-se, imaginando-os à sua maneira - por exemplo, rendendo-se ao ceticismo quanto à unidade interétnica, que constitui exatamente a hipótese de Celso? Além disso, como é que se tira um tema do armário? Como é que se faz emergir o umbigo plantado no fundo mais remoto do inconsciente coletivo, protegido por fortalezas seculares e racionalizações consagradas? Aceitando a eterna desconversa adocicada dos brancos? O muro negro cresce à sombra da muralha de miséria, silêncio e espoliação, que humilhou a bisavó de Bill e o bisavô de Celso.

Por isso me pareceu boa a idéia de opor um muro ao outro: mostrando a Celso que a linguagem do muro já tem dono, isto é, que a retórica separatista representa a lógica do racismo contra o qual lutamos, talvez ele recuasse e preferisse abandonar o ceticismo. Já tem dono este ceticismo quanto à possibilidade de que alcancemos, algum dia, brancos e negros, a igualdade de uma integração verdadeira. O ceticismo de que falamos não é consequência do fracasso da integração brasileira, mas seu pressuposto. Constitui o cerne mesmo do racismo. Por isso, representa exatamente o pólo oposto ao pensamento de Celso. É como eu vejo a coisa toda. Mas, afinal, eu sou branco, nunca, no Brasil, fui hostilizado por minha cor. Talvez eu visse tudo com outras cores e por outros ângulos, se fosse afro-descendente. Tenho de empinar, aqui, bem alto, a bandeira da humildade, deixando muito claro quem

sou e o lugar de onde sinto e penso. Acho que um verdadeiro diálogo deve começar assim: cada um deixando transparente seu lugar, seu ponto de partida, para que as posições se relativizem e os lugares possam vir a ser trocados, na dança das idéias e emoções. É indispensável marcar as diferenças iniciais, não para as fixar e congelar, mas, ao contrário, para que a seqüência da conversa possa modificar cada um de nós.

Uma idéia leva a outra, um muro a outro. Na Rocinha, o conteúdo das metáforas pode ser mais bem entendido se eu contar uma história.

GUERRA NA ROCINHA

”Funeral e Escárnio ou a Comunicação Impossível.” Este poderia ser o título de um ensaio sobre o seqüestro da dor, crime perpetrado pelas instituições da ordem pública contra as comunidades que moram nas favelas do Rio de Janeiro. Crime que atinge sentimentos e valores. As primeiras não reconhecem o direito das segundas ao sofrimento. Esse direito é vetado pela arrogância da polícia e da mídia, que expropriam a dor e a dissolvem no espetáculo que protagonizam, devolvendo-a, nos noticiários, sob a forma de entretenimento e desqualificação. Nada mais desumano do que a negação à sepultura, na medida em que implica a condenação ao esquecimento - esta espécie de morte dentro da morte, que lhe confere seu sentido mais devastador. Assim entendiam nossos ancestrais gregos, antes da era cristã. Antígona enfrentou o poderoso Creonte para conquistar o direito de sepultar seu irmão.

No Rio de Janeiro, em 2004, a comunidade da Rocinha teve de reeditar Antígona para enterrar um de seus filhos. Não lhe foi recusado o direito de sepultar Lulu, líder do tráfico local, mas a impediram de fazê-lo com o necessário respeito e a devida manifestação de luto. A pequena multidão que compareceu ao cemitério São João Batista para a cerimônia foi exposta a vexames e humilhações, exibida com irônico despudor pela mídia, vigiada e filmada ostensivamente pela polícia, tratada como um agrupamento de suspeitos. A imagem e o sentido transmitidos para a opinião pública omitiram o sofrimento e a morte, como se o cadáver de um homem não testemunhasse a vida suprimida de um homem, mas a reincidência criminosa dos que o choram.

A Rocinha chegou às manchetes às vésperas do carnaval de 2004, quando um grupo de criminosos liderados por um foragido da Justiça, apelidado Dudu, lançou uma ofensiva contra os traficantes que havia anos controlavam o comércio de drogas no morro, cuja localização estratégica o torna importante objeto de cobiça, posto que lhe permite atender a uma vasta e próspera demanda. Nesta ofensiva, inocentes foram barbaramente assassinados. O pânico instalou-se na área e disseminou-se pela cidade. Na realidade, todo o país sentiu-se inseguro, acompanhando as reportagens sobre a guerra na Rocinha. Depois de assistir pela TV à cena tocante do menino aos prantos, impedido de voltar para casa, no morro, com medo das balas traçantes que cruzavam o céu, quem voltaria ao jantar indiferente? Quem ficaria insensível ao assassinato da senhora, na avenida Niemayer?

Mas pouca gente sabia o que estava acontecendo nos bastidores.

As VOLTAS DA VIDA

Logo depois que assumi a Secretaria Nacional de Segurança, em 2003, recebi, por vias transversas, uma mensagem de Luciano, da Rocinha. Ele desejava deixar a vida de traficante e viajar para longe. Tinha chegado à conclusão de que seu caminho era a perdição: morreria cedo, de modo cruel, em mãos inimigas. Sua riqueza... qual riqueza? O que faria com o dinheiro acumulado debaixo da cama? Para quê, aquele dinheiro, se nem descer o morro ele podia? Queria começar de novo e pedia uma chance. Tratara com respeito a comunidade, que era, afinal de contas, sua família. A violência, ele a usara apenas na medida necessária à proteção de seus negócios. Esse era seu ponto de vista, sem dúvida demasiado edulcorado. Não obstante a possível auto-idealização, o fato é que explicitá-la, naquele contexto, não deixava de ser significativo, indicando a valorização positiva do lado certo da vida. Era um negociante clandestino, dizia, não um criminoso selvagem: alguns traziam uísque do Paraguai; ele vendia outras drogas. Reivindicava uma diferença importante, no mundo do crime carioca.

Eu mandei lhe dizer duas coisas: como secretário, tinha obrigação de cumprir a lei e prendê-lo. Mas, como ser humano, via com alegria sua disposição de abandonar aquela vida e começar de novo. Se dependesse de minha vontade estritamente pessoal e privada, eu passaria a borracha no passado e o empurraria ao futuro, como o segundo parteiro de sua biografia. Não foi por outro motivo que iniciei no Rio de Janeiro, em 1999, um movimento pela anistia, uma anistia sob condições e que comprometesse os beneficiados com um programa alternativo de vida - em nome do reconhecimento de que seria justo oferecer uma segunda chance a quem jamais contara com o acesso aos direitos mais elementares. Na verdade, a sociedade e o Estado estaríamos dando a nós próprios uma segunda chance, porque todos falhamos. O crime, no Brasil, é a derrota de todos nós - um fracasso compartilhado. Lulu sabia que eu pensava assim. Por isso, enviou-me a mensagem.

O dever do secretário falou mais alto. Ele recebeu o recado de que o dever institucional de capturá-lo teria de subordinar meu desejo de vê-lo renascer das cinzas. Minha solidariedade à instituição que eu representava tinha de se

* Envolvendo um parente de uma empregada doméstica de familiar meu. São curiosas e intrincadas as redes da comunicação social

impor aos outros sentimentos e valores: assim é a democracia - e ela é preciosa até mesmo para que se construam condições graças às quais, no futuro, outros jovens possam resistir às seduições do crime.

A vida dá voltas.

Saí da Secretaria Nacional de Segurança Pública em outubro de 2003 e viajei ao Maranhão para descansar e dar algumas palestras. Num dia cinza e morno, especialmente triste, alguns amigos me levaram a um templo de orações e rituais afro-brasileiros. Um deles fora alertado pelos búzios, dias antes de minha queda, de que algo muito ruim e pesado ocorreria a mim. Desde a divulgação do presságio ele tentara falar comigo. Quando conseguiu, já era tarde. Eu já havia deixado a Secretaria em condições traumáticas

- alguns policiais do PT redigiram um dossiê apócrifo com as acusações mais graves que se poderiam dirigir a uma autoridade da segurança pública para difamá-la e desmoralizá-la, e o deixaram vazar para a mídia, provocando um grande escândalo, me levando a demitir-me e a defender-me sem saber exatamente, num primeiro momento, de quê ou de quem.

Mesmo assim, meu amigo saudou a coincidência de eu estar em sua cidade, sem que houvésssemos combinado. Tantas conexões lhe infundiram a certeza de que havia algo estranho no ar. Essa impressão eu já a sentia, independentemente de personagens míticos e especulações teológicas. A traição cava um buraco no espírito e recende a enxofre. Daí ao convite para a visita mística foi um passo, que eu mesmo não estaria disposto a recusar. Talvez não acreditasse em demônios desencarnados, mas certamente passara a reconhecê-los encarnados. A problemática do mal absoluto voltara a ocupar a reflexão e a agenda.

Ao saber que era 101 o número do quarto em que eu estava hospedado, calou-se do outro lado da linha. Voz grave, embargada, diagnosticou: "É grave. No Tarô, 11 é o número das torres, que significam derrocada, desastre, morte. Onze duplicado é mensagem infame. Não podemos perder tempo. Você tem de vir comigo ainda hoje." Quem era eu para desafiar forças cósmicas.

A noite festiva no terreiro se anunciava no movimento febril daquela tarde: o farfalhar ansioso e alegre das toalhas brancas, esvoaçando entre coadjuvantes que trombavam, aos saltos, antecipando o rigor estético e luminoso dos ritos.

Recortado contra o fundo das sombras que já se alongavam no jardim, ostentando o cromatismo luxuoso da primavera, destacou-se um vulto que se dirigia a mim: "O senhor sabe quem eu sou?" Hesitei. "Luciano, da Rocinha. Consegui sair de lá. Estou aqui de passagem. Vim buscar uma bênção.

Vou embora hoje mesmo, para bem longe. Quero que o senhor saiba que respeito o senhor e os policiais honestos. Vocês estão fazendo seu trabalho, que é o certo. Vou mudar de vida. Não concordo é com o achaque, a mentira, a falsidade. Bandido fardado é o pior bandido. Eu dava mil reais por dia para cada policial que fazia a ronda embaixo da Rocinha. De vez em quando eles subiam para capturar umas armas e mostrar serviço. Era tudo arranjado. A gente dava pra eles, eles mostravam para os repórteres e devolviam no dia seguinte. Às vezes, eles ainda cobravam quando devolviam: vendiam pra nós nossas armas, na frente da comunidade. Perderam a vergonha há muito tempo. Como é que podiam querer respeito nosso ou da comunidade? Parece que não tem jeito, não é? Mas agora eu quero ficar longe de tudo isso e começar outra vida. Desejo que o senhor seja feliz em sua nova vida. Vou buscar outra oportunidade em paz.”

Ele estava de partida. Ninguém saberia para onde. Eu sabia que ele não poderia voltar à Rocinha, sob pena de perder a vida. No íntimo, me comovi com aquele encontro fortuito e breve, improvável, impossível, surpreendente: duas trajetórias opostas que se cruzam, gratuitamente. Ou haveria alguma mensagem esotérica naquela esquina do destino? Nos olhos do rapaz havia uma luminosidade emocionada. Eu desejei que ele sobrevivesse a si mesmo, resistisse à própria história e fosse feliz.

Quando mencionei o fato para o amigo que me conduzia, ele estancou lívido, mudo. Para ele, se ainda houvesse uma última dúvida quanto à motivação mística da teia em que nos envolvêramos, ela se dissipara. Os sinais são esperados e desejados. Mesmo assim, quando saltam aos olhos, perturbam - é como se os fiéis precisassem de confirmações sucessivas, ansiando por elas e as temendo. Tomou-me pelo braço e me conduziu à sua guia espiritual.

Em 2004, a saga da Rocinha terminou com a morte de Luciano. Informado sobre as intenções de seu rival e temendo, por paradoxal que pareça, pela segurança da comunidade, renunciou ao futuro e rendeu-se ao passado. Como teria sido fácil prever, o retorno devolveu-o às armas e ao risco. Lulu tombou, diante de dezenas de testemunhas, assassinado pela polícia que o alimentou e achacou por tantos anos. Localizado em seu esconderijo, saiu com as mãos na cabeça, gritando: “Perdi, perdi.” Identificado pelos policiais que o cercavam, foi fuzilado pelas costas na frente da comunidade. Encerrava-se um negócio cuja viabilidade se extinguiu para a polícia. O acordo com policiais corruptos é como o amor para Vinicius de Moraes: eterno enquanto dura. A covardia publicamente ostentada foi o desfecho de

uma longa e próspera parceria. Eliminar o sócio sem pudor é a virtude da banda podre, que assim propaga sua superioridade.

Curiosamente, a grande imprensa não descreveu o triste fim de Lulu. Ninguém contou ao grande público por que a comunidade da Rocinha chorou aquela morte. A opinião pública não entendeu tanta dor e revolta. Nunca soube que policiais foram protagonistas do crime e do castigo, nem ficaram sabendo da vileza da pena. Para a sociedade brasileira, aqueles episódios obscuros se resumiam a mais um capítulo de nosso faroeste de opereta: mocinhos e bandidos, balas perdidas, a ordem subindo o morro, fardada.

Cadáveres de rapazes empilhados eram o lixo a varrer para baixo do tapete da consciência nacional: alguns traficantes a menos; vida que segue; eugenia avança.

Nota: os rapazes eram negros, pardos, pobres.

O próximo capítulo foi um corpo de homem descendo o morro num carrinho de mão, último ato da obra edificadora do Estado na Rocinha. A mídia repudiou a cena, mas não lhe deu conteúdo, porque censurou as informações que dariam sentido ao contexto.

Meu encontro com Lulu nos colocara frente a frente quando ambos estávamos dispostos a abandonar os caminhos que seguíamos até ali. Eu, decepcionado com o nível de vileza a que a política pode conduzir. Ele, abrindo picadas no labirinto da violência. Ambos terminamos cedendo à força gravitacional de nossos respectivos passados. Ainda guardo a pergunta que arde no espírito: Quem é o verdadeiro bandido dessa história? Qual é o ato criminoso mais vil? Vender produtos proibidos ou montar a farsa hipócrita que encobre os crimes do Estado e estigmatiza toda uma população? Vender drogas e armas sem farda ou com farda?

Há circunstâncias em que o Estado constrói um cinturão sanitário em torno de grupos sociais temidos como fontes de perigo pelas camadas superiores das cidades. O propósito é esterilizar a fonte e apagar do mapa essas comunidades: explorar sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, condená-las à invisibilidade. Nesses casos, a polícia costuma ser usada para fazer o trabalho sujo. Ela se torna o princípio ativo do muro.

Aconteceu na Rocinha. As calamidades têm seus profetas, e o medo, porta-vozes. No calor da hora, um ex-prefeito carioca propôs um muro ao redor da Rocinha. Vocalizou a fantasia mais perversa, a um só tempo óbvia e recalcada, do imaginário coletivo. Inaugurou a linguagem pública dos muros, liberando os fantasmas da apartação que a cidade cultivava em segredo, envergonhada. Daqui em diante, os espectros da separação vão nos assombrar à luz do dia.

O muro materializa uma figura de retórica, uma forma de pensar e um modo de agir. com a palavra, um economista que prefere manter-se anônimo: "Enquanto os favelados estiverem se matando, não tenho nada com isso. Eles que se fodam. Meu temor é que uma política de segurança cuide das favelas, o que os faria descer para assaltar e matar nossos filhos, no asfalto."

Entre "eles" e "nós", o muro: medo, estigma, invisibilidade. E a brutalidade policial.

UM NOME PARA SEMPRE: A PENA PERPÉTUA

Quinta-feira, 23 de setembro de 2004, final da manhã. Toca o telefone. O repórter me dá a notícia de supetão: "Escadinha foi assassinado", como se dissesse: chove na Gávea. "Eu queria saber", ele continuou, "se o senhor acha que a morte do bandido encerra um ciclo, na história da criminalidade no Rio de Janeiro." Depois do soco na boca do estômago, veio a porrada na testa. Fiquei zonzo. Vinha trabalhando com a entrevista que José Carlos dera a Miriam Guindani para este livro. Sua voz ainda soava íntima, relatando com amargura e arrependimento os erros passados, antecipando com esperança a liberdade que se avizinhava. Era pródigo em conselhos para os jovens tentados a cair no crime e se revoltava com a violência desgovernada, para a qual ele contribuía. Daí a intensidade de seu remorso. Recorria ao próprio exemplo para orientar a juventude, em especial aqueles segmentos mais vulneráveis à sedução do tráfico. Foi chocante ouvir a notícia de sua morte. Uma vida colhida no ar, alçando vôo.

Respondi ao repórter: "Você quer dizer que uma pessoa morreu, um ser humano foi assassinado. Ele tem nome e sobrenome, José Carlos Encina. Não é só um rótulo e um apelido. Você chama a vítima de bandido, mesmo sabendo que ele tinha pago sua dívida com a sociedade? Foram mais de vinte anos. Faltavam poucos meses para a liberdade. Mas nada disso importa: uma vez bandido, sempre bandido. Ele será eternamente bandido, independentemente de sua situação legal." Ainda tive vontade de dizer: "No Brasil, a Justiça não reconhece penas perpétuas." Mas desisti. Lições telefônicas não mudam ninguém.

Eu imaginava a dor da família ouvindo essa barbaridade: "a morte do bandido".

À tarde, um policial especulava com desenvoltura na TV, exibindo seus dotes de investigador. A retórica dos brancos abotoava o paletó e ajustava o nó da gravata. Ante a admiração da entrevistadora, o inspetor refletia sobre a possibilidade de que o assassinato fosse a evidência do envolvimento de José Carlos com o mundo do crime. Uma vez bandido... A vítima fulminada com tiros de fuzil no rosto era referida com a sem-cerimônia das qualificações degradantes. A desfiguração prosseguia. O clima da entrevista se aboletava na ante-sala da chacota. Nenhum vestígio da solenidade que a morte exige. Nenhum sinal da compostura que um cadáver impõe. A insensibilidade

oficial aprontava mais uma das suas: ali estava o embrulho, no açougue midiático. A vítima empacotada como cúmplice de seu sacrifício. E despachada para a primeira gaveta do esquecimento nacional.

VESTÍGIOS DE UM HOMEM: A ÚLTIMA CONVERSA com ESCADINHA

Tinha sido um processo demorado: contatos, consultas, sondagens. Miriam Guindam fizera uma rápida entrevista com Escadinha, em março de 2003, registrara seu entusiasmo com a liberdade depois de tantos anos, seu repúdio ao crime, sua mensagem para os jovens, sua vontade de ajudar, seu ceticismo. Aquele encontro provocara em Miriam e em mim o desejo de escrever a biografia de José Carlos. Em julho de 2004, falei com ele ao telefone e obtive sua aprovação: "Muitos já me pediram para fazer esse livro, mas com o senhor e Miriam eu topo. Vamos fazer sim. É só marcar." Ficamos envaidecidos com a confiança e começamos a planejar. Seria preciso abrir espaço de alguns meses nas respectivas agendas. Não queria começar e interromper. A trajetória de alguém que mergulha tão fundo na criminalidade e emerge do outro lado do túnel, ainda a tempo de recomençar - relatar este destino seria o nosso projeto para 2005. A morte brutal surpreendeu a biografia e sua escritura. Em lugar do projeto maior e em homenagem à sua vontade de ajudar os jovens que se iludem e sonham em repetir sua história, reunimos alguns trechos breves da primeira entrevista:

"Eu acho que estou servindo de exemplo. Graças a Deus, hoje eu consegui dar a volta por cima, aqui no trabalho.

"Tem um cara da *IstoÉ*, me liga toda hora. Ele diz: Eu quero uma entrevista com o Escadinha, eu não acredito! Não acredito, é mentira, ele não pode estar trabalhando. Eu fico só rindo. As pessoas que não estão perto de mim não acreditam que eu estou trabalhando. Eu acho que eles são bobos, porque se tivessem passado o que eu passei, não teriam dúvida. Eu perdi quase a minha vida dentro da cadeia. Estou indo pra vinte anos de cadeia.

"Se eu puder passar também uma mensagem positiva pra essa juventude... Eu fico apavorado. Da minha época pra hoje mudou radicalmente. Acho que não tem jeito. Acho que não dá jeito. Devido à pouca-vergonha dos governos, eles perderam o controle. Não existe mais respeito, porque o cara que está começando agora vê, na televisão, no jornal, a patifaria que eles vêm fazendo... Se fulano e beltrano estão roubando, eu vou roubar também, vou traficar, vou fazer e acontecer.

”Na minha época não tinha confronto com polícia. Agora, eles descem pra dar tiro na polícia. Não existia isso. A vida não vale mais nada. Nos anos passados, pra tirar uma vida... Vamos respeitar, uma vida é uma vida e deve ser vivida.

”O pessoal do tráfico não pensa, não raciocina. Esses dias eu saí, cheguei na rua, fiquei abismado: que é isso? Tudo fechado. Mandaram fechar tudo no Rio de Janeiro. Que loucura é essa? E o governo não faz nada. Está com a mão atada. No meu modo de ver, tá pior. Acho que não tem jeito.

”Tem que ter uma atitude radical, pra depois entrar pró social. Se for entrar só pró social, não adianta. Que social? Não se tem mais domínio. Que social é esse? Isso é conversa.

”Tudo que eu fiz errado me marcou muito. A memória registra tudo. Dói aqui dentro: como eu pude fazer isso? Como eu pude fazer aquilo? Como eu participei disso aqui? Cada detalhe tá na cabeça. Tudo, tudo. Não passa nada em branco.

”Eu tenho que agradecer a Deus a humildade que Deus me deu. Isso é muito importante, a minha humildade. Se tiver que passar uma vassoura aqui, eu passo; se tiver que limpar uma mesa; se tiver que lavar o banheiro, eu vou lavar. Pra mim não tem essa. Eu quero chegar ao meu objetivo, que é viver tranquilo. Como eu estou vivendo agora, apesar das dificuldades.

”Todo dia eu peço a Deus, quando acordo, pra me dar direção nessa vida, pra eu não fraquejar em momento nenhum na minha vida.

”O mundo tá precisando de muito amor, muita alegria, muita paz. Se cada um fizer sua parte, melhora um pouquinho. A gente só cobra, né? Tem que fazer!

”Pretendo fazer meu livro. E depois um filme. No próprio CD, nessa música *Fuga*, eu tô mandando meu recado pra sociedade, que eu não tenho dublê, é a minha vida. Vai sair, se Deus quiser. Eu abro passando uma mensagem pra moçada...

”Quando eu estava em Bangu e não tinha nada pra fazer, eu escrevia muito, principalmente pro governo. Sempre que o governador aparecia, eu escrevia pra ele, reclamava dele, do tanto que ficavam me usando pra incentivar o crime no Rio de Janeiro. Eles tinham que me usar pra passar uma mensagem positiva pra essa juventude largada desse país. Tanta hipocrisia na televisão, pessoas falando de droga, de bebida, falando de crime... gente que não sabe de nada, não passou por nada. Por que não investem em mim? Por que não me levam pra televisão, pra eu falar do crime, da maconha, da cocaína? Por quê?

”Eu me sinto feliz de poder recuperar um, porque menos um vai praticar o mal na sociedade. Aqui fora também faço isso. Quando os caras pegam alguém roubando no Bon Marche, levam a pessoa lá pra cima e me chamam. Eu chego e começo a conversar: Pô, vocês de bobeira, novinhos. Sabem quem sou eu? Eu sou fulano de tal. Vão pegar uma mina, um teatro, cinema, curtir um baile. Tenho conseguido ajudar muita gente, arrumando um emprego, dando uma oportunidade aos meninos. Se a pessoa decepçiona, apronta, eu fico triste. Fazer o quê? De dez, se eu tirar um do crime, tô no lucro. Se a gente conseguir recuperar um, a gente tem que bater palma. O trabalho está surtindo efeito.”

CONSPIRAÇÃO CONTRA A MUDANÇA

É difícil mudar. Muito difícil. Doloroso e angustiante. Primeiro, porque a ousadia de mudar-se a si mesmo envolve cortejar a morte. Na mudança, uma parte de nós perece; um modo de sermos nós mesmos entra em colapso. Segundo, porque enfrentamos a resistência organizada das instituições e a oposição ferrenha de todo mundo que nos cerca. Unem-se numa brigada contra a mudança aqueles que, de uma forma ou de outra, nos conhecem, dão testemunho de nossa biografia e zelam pela imutabilidade.

Engana-se quem imagina que contará com o apoio alheio ao projeto de transformar-se, mesmo que a mudança seja um imperativo social e um desejo coletivo. Equivoca-se o sonhador ingênuo que espera estímulo à mudança por parte das instituições supostamente destinadas a promovê-la, por paradoxal que pareça. Este é o fato: há uma conspiração pela fixação de identidades e pelo congelamento de suas respectivas qualificações, especialmente se tais qualificações forem estigmatizantes. Mas a pior notícia é a seguinte: nós tomamos parte da conspiração; participamos e contribuímos para a blindagem ontológica que coagula a história e engessa processos biográficos.

A clínica da drogadição é rica em casos surpreendentes, para os quais a abordagem sistêmica oferece explicações plausíveis: ocorre com muito maior frequência do que se poderia imaginar que, por exemplo, a esposa, depois de lutar com todas as suas forças contra o alcoolismo do marido, durante anos, se desestruturou quando finalmente obtém a cura desejada. Nesses casos surpreendentes, quando seu marido se recupera, abandona o álcool, retoma sua vida, volta ao trabalho, reencontra uma rotina funcional, a esposa entra em crise, se divorcia, torna-se alcoólatra ou busca o suicídio. compreende-se: afinal, um sistema de interações se organizara, alcançara equilíbrio e velocidade de cruzeiro, conquistara autonomia e se enrijecera, reafirmando valores, distribuindo qualidades, responsabilidades, méritos e culpas. Enquanto seu marido estivera doente, recolhido à casa ou a clínicas para tratamento, a mulher tornara-se, diante dos filhos, da comunidade e de si mesma, líder da unidade doméstica, chefe da família, portadora de autoridade e responsabilidades especiais, todas cercadas de sinais positivos. Esta valorização de seu papel compensava o sacrifício e a sobrecarga de trabalho. Tudo isso ruí com o retorno à vida útil e saudável de seu marido - retorno que, paradoxalmente, ela tanto almejava. A ruína do arranjo social e psicológico,

moral e simbólico, micropolítico e cultural, proporcionado pela patologia do marido, reenvia a mulher a uma posição anterior (qualquer que ela tenha sido), posição com a qual ela não mais se identifica e à qual ela passa a ter grandes dificuldades de adaptação. O novo sistema, armado pela e para a doença, não pode suportar a cura e não está preparado para conviver, admitir, acolher e valorizar a saúde.

É por isso que os psicanalistas esperam crises nas relações de seus novos pacientes com a família e com o círculo de relações íntimas, porque a mera possibilidade de mudança (real ou imaginária) de um dos membros da rede social a coloca em xeque, na medida em que pode vir a significar risco de subversão das condições que a tornam possível, tal como ela existe e se reproduz (com seu equilíbrio e seu desequilíbrio, sua estabilidade e sua instabilidade). Mesmo que a eventual mudança reduza aspectos negativos das relações e fortaleça características positivas, há sempre, em jogo, o risco de perdas. Ou seja, todos os envolvidos numa teia de relações na qual se inocular o DNA da mudança sentem-se, direta ou indiretamente, atingidos, provocados, mobilizados. Há temor de que os lados sombrios de cada um sejam tocados, acionados, desnudados; há expectativa de que se desencadeie um processo fora de controle que ameace certezas e segurança individuais. Em uma palavra: as pessoas não temem apenas transformações para pior. Temem transformações, ponto.

Observa-se dinâmica análoga nas escolas. A criança sobre a qual pesa um estigma - quando dela se diz que "Está sempre atrasada", "É difícil", "Tem dificuldades de aprendizagem" ou "Apresenta comportamento reiteradamente impróprio" -, terá grandes dificuldades para fazer com que sua eventual mudança de atitude e rendimento seja percebida, reconhecida, valorizada e difundida. Como o sociólogo norte-americano Erwin Goffman nos ensinou, ela tenderá a ser reenviada a sua antiga posição, de novo e de novo, numa espécie de gravitação perversa, socialmente construída e inconsciente aos oficiantes deste "ritual" macabro. Uma vez proclamada a condenação "Fulano é assim" -, será complicado alterar as expectativas, pois estas têm vôo próprio e, costumeiramente, prescindem da confirmação da realidade. Por exemplo: se a criança costuma chegar atrasada e é por isso rotulada como "atrasada", quando reverte expectativas e chega cedo, de seu comportamento diz-se: "Nossa, o que aconteceu? O mundo está virando de pernas para o ar... *Fulano* foi pontual... que milagre foi esse? Alguma coisa estranha deve estar acontecendo..." Pronto, desfaz-se a mudança e confirmou-se a qualificação anteriormente produzida e chancelada pela comunidade.

A criança buscava o silêncio discreto que a acolheria e valorizaria como apenas mais um estudante, entre tantos - livre, portanto, do destaque provocado pelas luzes da acusação, da cobrança ou da crítica. Em vez disso, colhe novo destaque, ainda mais severo, que acentua o suposto fato de que ele ou ela é uma pessoa essencialmente atrasada, como se esta fosse sua inexorável natureza. Natureza que emerge, inapelavelmente, graças aos observadores que a redescobrem, mesmo sob o disfarce do seu oposto. Não chegar atrasado passa a ser mera manifestação de uma essência, ora imediatamente visível, ora evidente por sua inversão, isto é, presente pelo avesso.

Há, portanto, um conluio da coletividade, uma espécie de surda conspiração contra a mudança, ainda que esta seja desejada pelas instituições e pela comunidade diretamente envolvidas no processo. Também aqui funciona um sistema: quando alguém é mau, outros são bons; se um é louco, outros são saudáveis; se alguém tem problemas, outros não têm. Além disso, quando uma criança apresenta deficiências - e com ela, por extensão, sua família -, muitas outras famílias são redimidas de culpas e pecados, e podem celebrar seu sucesso, assim como todo um conjunto de profissionais - e suas funções se valorizam. Só haverá vitoriosos se houver perdedores. Se ninguém ocupar esta última posição, será preciso atribuí-la a alguém, mesmo que ao preço da artificialidade e da crueldade. A consequência mais grave é a crença que se instala no espírito da própria criança acusada de que ela é, efetiva e essencialmente, assim... Daí em diante, a tendência será a confirmação do prognóstico. A profecia tenderá a se autocumprir.

Não é diferente a lógica que preside a problemática da reincidência criminal. E com mais razão. Afinal, tratar-se-á de acusação convertida em condenação, com as implicações conhecidas. Nesse caso, a conspiração pela reincidência mobilizará empregadores potenciais, familiares, vizinhos, amigos, instituições e antigos parceiros. E tudo assumirá contornos mais dramáticos com as consequências práticas da marginalização, como o desemprego e a severa restrição das alternativas para a vida e a autoconstrução subjetiva.

Passo a relatar o caso que me conduz à conclusão que acabo de enunciar.

João Moreira Salles é um dos principais documentaristas brasileiros e também membro de uma família tradicional, cuja participação na vida pública inclui contribuições relevantes nas áreas política, econômica e cultural. Seu perfil é discreto e fortemente engajado com causas sociais, ainda que tenha procurado manter-se distante de militância partidária. No círculo dos que o conhecem pessoalmente, goza de raro prestígio e se beneficia do reconhecimento de seu irretocável rigor, quando se trata de respeito

peito à ética. Ou seja, os brasileiros orgulhamo-nos do João Salles, como profissional e ser humano.

Digo isso para que se compreenda a dimensão do patrimônio moral que estava em jogo, quando, em 1999, um grupo de policiais tentou grampear seus telefones no intuito de chantageá-lo: ou João lhes pagaria soma vultosa ou seriam divulgados à imprensa seus diálogos com Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, conhecido traficante de drogas, desaparecido do Rio de Janeiro, onde costumava liderar uma falange criminosa que dominava determinada favela da Zona Sul carioca.

Nos últimos meses de 1999, João Salles foi informado de que policiais corruptos estariam agindo clandestinamente, aproveitando-se de uma situação que o deixara vulnerável a ações mal-intencionadas, mesmo que, em parte, amparadas pela legislação. Tratava-se do seguinte: João realizara um documentário, intitulado *Notícias de uma Guerra Particular* - aliás, de extraordinária qualidade (político-moral, etnográfica e estética) -, sobre o círculo vicioso da violência nas favelas do Rio de Janeiro, nas quais policiais e traficantes, fortemente armados, se enfrentavam e morriam, diariamente, sem que qualquer resultado positivo derivasse desse confronto trágico. O protagonista do documentário era Marcinho. As filmagens aproximaram o diretor e seu personagem, cuja biografia fascina qualquer observador sensível.

Márcio não cabia em estereótipos. Criminoso e violento, sim, mas capaz de gestos generosos, de idéias virtuosas, de compromissos morais elevados, de grandeza e renúncia. O protagonista do documentário era profundamente preocupado com as condições sociais e políticas que condenavam tantos jovens a reproduzir seu destino autodestrutivo. Márcio sonhava outro Brasil menos desigual e hipócrita, mais justo e verdadeiramente democrático. Note-se, contudo, que esse personagem ambivalente, complexo e rico, irredutível a estigmas, passível de graves acusações e de genuína valorização, cresce e se afirma em um ambiente histórico e cultural refratário a Robin Hoods. Há décadas a trama da violência criminal no Rio de Janeiro deixou de produzir a figura idealizada do bom ladrão, que rouba dos ricos e dá aos pobres, e que só é violento com os "exploradores". Este tipo social desapareceu com o agravamento da brutalidade e o aprofundamento da crise econômica, no Brasil.

Do mesmo modo, a ruína das utopias revolucionárias apagou do mapa a legitimidade do próprio processo cultural de idealização do criminoso. Há décadas, no Rio de Janeiro, os traficantes armados tornaram-se déspotas cruéis, que tiranizam as próprias comunidades pobres. Glamourizar o criminoso

converteu-se em gesto simbólico politicamente incorreto e cúmplice da barbárie. Os traficantes não têm qualquer compromisso social ou político. Já houve, nos anos 60, um ou outro namoro entre atores sociais que se punham à margem das leis e as esquerdas. Mas o divórcio já está inteiramente consolidado. Por isso mesmo, o discurso, a postura, as ações, a biografia de Marcinho são singulares e se destacam, pela diferença que expressam.

A complexidade de sua figura lança desafios perturbadores para a consciência moral e política dos observadores atentos.⁴ Márcio escapa ao lugar de "outro" especular e expiatório para a sociedade "virtuosa" e "legal". Marcinho recusa, performativamente, estigmas, rótulos, simplificações maniqueístas e o papel do "outro" expiatório. Dramaticamente, ele problematiza nossas identidades e crenças, e aciona a reflexividade social, no sentido crítico e inquietador. Diante de sua carreira criminal, desaba qualquer idealização unilateral; mas também desabam as classificações grosseiras que o diabolizam, em face de suas reiteradas transgressões à gramática selvagem e arbitrária do crime, em face de sua disponibilidade para o diálogo, a crítica, o pensamento, o engajamento solidário e a autocrítica. O personagem que Márcio representa assombra a boa consciência auto-idealizadora da sociedade sobretudo porque insinua, em seu modo de ser e de não-ser (o que dele se espera), a possibilidade da mudança. Possibilidade que, uma vez posta, abre duas perspectivas ameaçadoras: se é viável mudar para um lado, tampouco se poderia descartar a mudança em sentido inverso. Em outras palavras: Márcio situa-se perigosamente perto de nós; pior ainda: ao deslocar-se e problematizar a geografia moral, o personagem que Márcio representa redesenha fronteiras que nos tornam próximos do "outro lado", do "outro mundo". Quer dizer, os espectros que trazemos em nós, nossos potenciais negativos (ou aqueles que assim definimos), podem atualizar-se, na mesma medida em que é facultado o trânsito do "outro" diabólico em nossa direção. A temporada de migrações e metamorfoses está aberta pela mera enunciação de que Márcio está autorizado a ser "outro", isto é, a mudar. Tememos mais transformamo-nos no "outro", ao qual atribuímos a malignidade, a monstruosidade, do que a alteração alheia. Esta só é perturbadora porque ilumina o "outro" em nós. Apenas a contingência nos separa do "outro", não a essência. A divisão moral não tem fundamento sólido ou substantivo; é construída e reconstruída, na prática diária da vida e dos gestos fortuitos. Perdemos, assim, garantias. Emerge, vigorosa, a incerteza. Márcio nos coloca em xeque.

João Salles reconheceu o talento, o valor e o potencial de Márcio, sem iludir-se, entretanto, isto é, sem idealizar o personagem, cujos crimes conhecia o

e, explicitamente, condenava. Nenhuma ingenuidade havia na postura de João, sensível, desde o início, à complexidade do personagem e à multidimensionalidade de sua biografia. Dialogando francamente com Márcio, criticou suas opções existenciais e o simplismo de sua visão de mundo - louvável, porém, pela curiosidade intelectual que revelava e pelas preocupações sociais que contemplava. Ambos concordaram quanto ao fato de que, com aquelas inquietações, Marcinho teria tido todas as condições de tornar-se um líder da juventude, caso tivesse tido acesso à escola, à leitura, ao convívio com grupos sociais que valorizassem suas interrogações e sua angústia política. Márcio pediu livros a João, que lhe deu o que havia de melhor: os clássicos da literatura brasileira e do pensamento social brasileiro, mas também autores estrangeiros. Marcinho encantou-se e, finalmente, aceitou a antiga proposta que João lhe fizera: se deixasse a vida do crime, João lhe daria uma bolsa que lhe permitiria sobreviver. O sonho de Márcio era escrever uma autobiografia. João dispunha-se a comprar-lhe os direitos editoriais, antecipando-os. A bolsa corresponderia a esta antecipação. Tudo estritamente conforme à legislação brasileira, segundo a qual é perfeitamente lícito contratar serviços legais de qualquer cidadão, independentemente das relações deste com a Justiça - observe-se que Márcio já havia sido preso duas vezes, baleado pela polícia, e fugira duas vezes. Havia, portanto, um mandado de prisão expedido contra ele. Tratava-se de um foragido da lei. Ainda assim, o acordo entre ele e João, repito, era lícito. Márcio aceitou a proposta de João e abandonou o tráfico. Fugiu do país para escrever sobre sua vida e, por assim dizer, recomeçá-la.

Por isso, falavam-se ao telefone. Afinal, seu diálogo jamais cessou. E havia agora a bolsa a remeter e relatos a compartilhar sobre o "renascimento".

A polícia, legitimamente dedicada à captura de Márcio, interceptou seus contatos com João. Lícita e justificadamente, a polícia desconfiou de João. Até aí, todos agiam em direções conflitantes, mas lícita e legitimamente o faziam. Ocorre que segmentos corruptos da polícia resolveram aproveitar-se do possível ilícito de João com finalidades escusas - ou pelo menos era disso que João fora informado quando me procurou, em dezembro de 1999.

Eu era, então, coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro. João narrou os fatos e compartilhou o temor de que eventual escuta telefônica estivesse sendo empreendida com intenções criminosas. Eu concordei com sua posição - disse-lhe que faria o mesmo, em seu lugar -, comprometi-me a tentar impedir a eventual chantagem, mas também lhe disse que teria de continuar envidando esforços para cumprir o

mandado de prisão contra Marcinho, expedido pela Justiça, dever que me impunha o cargo que eu ocupava. Desse modo, todos agiríamos em conformidade com a lei. Além disso, dispus-me a defendê-lo, publicamente, contra qualquer insinuação de que sua atitude fosse imoral ou ilegal. João acreditava no potencial de mudança e apostava no melhor dos mundos possíveis. Sua atitude me parecia absolutamente correta, do ponto de vista ético. Sugeri a ele que se antecipasse e relatasse publicamente, num artigo ou numa entrevista, o que estava acontecendo. Desse modo, qualquer risco de chantagem seria afastado, ainda que houvesse o risco de que sua posição não fosse compreendida e aceita pela opinião pública. De toda forma, esse risco seria menos grave do que uma eventual chantagem.

O que se seguiu mereceria análises mais extensas e detalhadas. João deixou-se entrevistar por um dos principais jornais do país, *O Globo*. A matéria ganhou a manchete da edição de domingo do jornal e, a despeito do tom humanizador que o entrevistado imprimiu às respostas e da complexidade do conteúdo, a foto enorme e estilizada que acompanhava a matéria focalizava um homem com o rosto coberto, armado com um fuzil, em pose guerreira e ameaçadora. Em uma palavra, a foto simplificava e renovava o estigma mais grosseiro, na contramão do sentido emprestado às respostas.

No dia seguinte e por semanas sucessivas, jornais e revistas repercutiram a matéria, com manchetes escandalosas. Políticos, atraídos pela visibilidade alcançada pelo tema, aproveitaram para destilar sua retórica demagógica, ela própria parte do circuito da violência, clamando por mais "dureza" no combate ao crime. Houve ponderações favoráveis, certamente, mas o viés predominante era a denúncia da cumplicidade entre "o intelectual rico e ingênuo", e "o bandido pobre e selvagem". O governador do estado tentou prender João e eu acabei sendo demitido - não só por essa razão, bem entendido...

Um dos principais jornalistas do país, Caco Barcellos, escreveu um livro sobre a vida de Márcio - a capa reproduzia o guerreiro armado e ameaçador.⁵ Durante anos, o tema esteve presente no imaginário coletivo e no noticiário. A tendência dominante era aquela que lembrava aos leitores, com persistência, que Márcio era a violência personalizada, mesmo que houvesse indícios de uma vontade de mudança, de um movimento rumo à reinvenção de si e mesmo que o personagem não coubesse nas classificações simplistas. A sociedade era lembrada e, reiteradamente, reenviada à imagem ameaçadora e selvagem.

Mas não era só a mídia que aprisionava Márcio em sua identidade criminosa, resistindo a qualquer sinal diferente ou diferenciador (e problematizador).

Os criminosos também o faziam. Pior: o próprio Márcio parecia condenar-se ao eterno retorno à identidade criminosa, reenviando-se ao mesmo lugar simbólico, geográfico e social. Ele foi preso poucos meses mais tarde, caído em uma cabana abandonada, esfarrapado, famélico, inerte, numa favela carioca, como se tivesse desistido de fugir da polícia, da lei e de si mesmo - sendo este si-mesmo uma versão de si amarrada ao passado e aos estigmas: a profecia, mais uma vez, se autocumpria. Ele voltara ao Brasil e renunciara aos projetos de recomeço, sem buscar readaptar-se às velhas redes de relações, sem tentar reinserir-se no tráfico e no mundo do crime. Uma capitulação que não era reincidência, mas que traduzia a reincidência do estigma enquanto fenômeno introjetado.

Preso, Márcio decidiu voltar às leituras. João lhe fornecia livros. Mostrou-se aplicado nos estudos, comentando cada texto com argúcia e entusiasmo: Machado de Assis, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda e vários outros. Por ocasião do lançamento do livro sobre sua vida, revelou a parentes e amigos os riscos que pressentia. Ele já não fazia parte do mundo ao qual era remetido pelo confinamento e pelos ardis simbólicos, dos quais era vítima e cúmplice. Temia ser assassinado não propriamente porque o livro divulgasse inconfidências que envolvessem terceiros, mas pelo simples fato de ser objeto de um livro, destacando-se, diferenciando-se, ultrapassando fronteiras simbólicas que o mundo cerrado da comunidade encarcerada erguia. Essas fronteiras invisíveis eram erguidas justamente para opor-se à diferenciação individualizante - sobretudo quando ela sugerisse possibilidades de mudança e de superação do universo valorativo compartilhado pela sociedade dos apenados. Uma coisa é converter-se à Bíblia, que é parte do código cultural dos apenados, outra coisa é furar a parede cultural com livros, que são armas poderosas e perigosas porque absolutamente inclassificáveis.

Pouco depois, em 2003, Márcio foi encontrado morto numa caçamba de lixo da penitenciária em que cumpria pena. Seus livros estavam jogados sobre ele, coroados por um cartaz: "Nunca mais vai ler".

Márcio estava proibido de mudar por uma conspiração inconsciente e tácita, que reunia os parceiros mais desiguais e insólitos. Companheiros de prisão não permitiram que ele transgredisse a única lei inviolável: não serás outro (para que eu permaneça o que sou).

Em seu funeral, havia uma *corbeille* de flores com as palavras: "Saudades de seu amigo Luiz Eduardo Soares." Não sendo amigo de Márcio, eu não homenagearia sua memória com flores. As flores foram secretamente enviadas por policiais que nunca perdoaram minha posição. Sua intenção era criar uma

situação comprometedora, que geraria constrangimento qualquer que fosse minha reação. À época, eu era secretário nacional de Segurança.

Todos os que aceitam o risco da mudança devem pagar por sua ousadia. Os que adotam postura benigna, lamentam nossa ingenuidade e apontam para o destino de Márcio como a demonstração derradeira e inexorável de que um criminoso é um criminoso, é um criminoso: a mídia remetia Márcio ao passado congelado, do qual ele mesmo hesitava em desligar-se; a opinião pública o reenviava ao estigma; a prisão e a pena remetiam Márcio à identidade da qual ele buscava afastar-se, para se reconstruir; seus companheiros de infortúnio impediram-no de ler. De fato, ler custou-lhe a vida, talvez porque livros simbolizem e realizem, neste universo infernal de reificações estendidas, a mudança insuportável.

ÓDIO

O jornalista Flávio Pinheiro me procurou muito preocupado. Eu era coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do estado do Rio de Janeiro. Volta e meia conversávamos sobre violência e a política de segurança. Nesse dia, Flávio parecia abatido. Ele conversara com Marcelo Yucca, o músico, então baterista do Rappa. Claro, eu sabia quem era Yucca, conhecia o Rappa, minhas filhas não permitiriam que minha ignorância sobre cultura jovem chegasse a esse ponto. Mas naquela época ainda não havia estado com Marcelo pessoalmente, ainda não éramos amigos, nem ele tinha passado pela tragédia que marcaria seu corpo e sua vida com vários tiros, numa esquina da Tijuca. O martírio de Marcelo esperaria o ano 2000. Eu não poderia imaginar o sofrimento que o destino preparava para Yucca, nem estava a meu alcance conceber que essa notícia - Yucca, entre a vida e a morte -, eu a receberia longe do Brasil, distante do futuro que faria sentido para mim naquela noite no Flamengo, jantando com Flávio.

O que fazia sentido para nós três, já naquele tempo, dezembro de 1999, era a pergunta sobre a violência: o que fazer com ela? Como compreendê-la e domesticá-la? Como evitar a espiral que a realimentava, com o combustível do medo e do ódio. Pois este era mais exatamente o tema que Flávio servia, antes do jantar: o ódio. Este era o novo ingrediente.

Flávio impressionara-se com a observação que Yucca lhe fizera, em conversa recente: "Os garotos do movimento estão cheios de ódio, numa intensidade que eu não conhecia. Há algo diferente no ar." Havia mesmo algo diferente no ar, na cidade, no país, nas favelas e periferias. Alguma coisa fora de ordem, como talvez cantasse Caetano: fora da nova ordem mundial (ou, pelo contrário, alguma coisa perfeitamente essencial à nova ordem, regida pelo círculo vicioso das retaliações recíprocas entre o imperialismo belicista e o terrorismo). Algo diferente na cabeça da juventude e muito particularmente na cabeça daquele grupo de rapazes e meninos em armas, nos morros do Rio. Ódio sempre existiu. Ódio está aqui, ali, onde houver vida humana. Violência também está em todo lugar. Crime é parte da rotina da cidade, de toda cidade. Não se trata disso, dizia Flávio, dissera Yucca ao Flávio, é diferente. O que está acontecendo é diferente. No Rio, há muito crime violento há décadas. Isso se sabe. O novo, o que é perturbadoramente novo é o ódio, o volume e a qualidade do ódio que corre nas veias dos garotos.

Veio o jantar. Mas o prato do dia era indigesto, intragável. Tirou o apetite e o sono. Quem mais vai dormir com um barulho desses? Primeiro eram as sirenes da polícia e a pancada seca das balas, as notícias dramáticas e as histórias de terror. Agora, a novidade: espalha-se a peste ao sopro do ódio cego, numa escala desconhecida, um ódio cheio de si, autônomo, inclemente, um ódio torrencial, cada vez mais independente dos fenômenos que um dia o suscitaram, uma bolha de sangue envenenado, pulsando, fervendo, inchando sobre nossas cabeças, dentro das cabeças. Uma espécie de ensaio geral para a noite de gala, a Noite com N maiúsculo - N de nunca, nada, ninguém.

Na história recente do Brasil, praticou-se tortura com método, a tortura como obra do Estado com fins pragmáticos e simbólicos. Era a política torta da ditadura. Antes, a tortura era praxe quando os suspeitos eram negros e pobres. A ditadura estendeu o raio de ação das técnicas sinistras às camadas médias da sociedade. Veio a democratização e com ela o confinamento dos velhos procedimentos à esfera original. Hoje, são de novo pobres e negros as vítimas do terror de Estado. O carro volta aos trilhos, aos tristes trilhos de nossa longa escuridão. Na tortura, há ódio, mas o ódio aplicado com apuro, em canais institucionalizados, fluindo com ritmo e direção ditados por um regime de distribuição sistemático e previsível. É o ódio compactado e disciplinado dos profissionais da dor, que fazem carreira e usam crachá. Um ódio gramatical, de terno e gravata.

No crime também há ódio, mas com régua e compasso, cálculo e estratégia, balanço e contabilidade. De novo, o invólucro contém a carga explosiva e a submete a uma lógica de derramamento racional. O que está em jogo é grana e poder. E quando se joga com alguma finalidade material, cada movimento de peças se submete a um cálculo relativamente previsível. O ódio mais uma vez é escravo da razão, por mais desumana que ela seja.

Há também a cólera dos traídos e humilhados, a ira dos embriagados, a fúria dos vaidosos contrariados. Tudo isso flui para as estatísticas do crime, mas está bem codificado em anuários burocráticos e arquivos policiais. São delitos da paixão. Enredos cujo foco é a explosão, o risco do fósforo em gasolina, a febre da loucura, o destempero sob o fogo do álcool, da cocaína ou do desamparo. Não era disso que falávamos. Isso é antigo, da safra da Dana de Tefé, Mineirinho, Fera da Penha, Cara de Cavalo, variações de temas remotos, exumados sob a lupa de Beccaria. A praga do Rio era outra, sem registro nos anais da ciência.

A impressão que ficou da conversa premonitória com Flávio é que o ódio vazou. Está solto no meio da rua, entre nós, como os demônios de Guimarães

Rosa. Pois o ódio, este fio solto de meu relato sobre a violência, tem de encontrar seu novelo e armar um laço com sentido: assim como a invisibilidade provavelmente esteve em sua origem, o tráfico lhe servirá de conduto e a cumplicidade policial lhe provera o álibi hipócrita, garantindo-lhe sobrevida com proteção e provocação.

Origem e canalização que cumpre investigar, logo depois de compartilhar com você um pouco desse veneno derramado em um punhado de histórias verdadeiras. Tão inacreditáveis quanto verdadeiras.

NOTÍCIAS DO *FRONT*

O muro divide. Do lado de cá, chegam notícias *dofront*.

A empregada doméstica faltou três dias seguidos. Fato inusitado. Ela é querida. Parte da família. Profissional de primeira, séria, responsável, trabalhadora. Nunca deixara de avisar e de justificar ausência. Era estranha a falta de notícias. Mensagens, recados, inquietação: a patroa agitava-se. Finalmente, Glória voltou ao batente e se soube o que ocorrera. Caíra numa depressão súbita e devastadora, a que dera outro nome: doença dos nervos. Chegando em casa, sexta-feira, na favela, esperava-a, espetada na grade do portão, a cabeça do vizinho, dono da pequena oficina improvisada na esquina.

Mais calma, Glória recobrou a acuidade e foi capaz de uma análise surpreendente: além do abalo provocado pelo grotesco, além do sofrimento suscitado pela empatia humana, tanto quanto a ferida produzida pela perda de um amigo, havia também e intensamente o sentimento de vergonha, vergonha da comunidade, do lugar, de morar num lugar em que aquela barbaridade se praticasse. Era como se ela própria e sua família estivessem contaminadas por aquela doença medonha. Relatar o episódio a tornaria cúmplice, involuntariamente, expondo-a à degradação moral. Fechou-se em casa para expiar a dor, mas também para furtar-se a narrar o inenarrável, o inabordável, aquilo que só se conta, contaminando-se.

Do lado de lá vê-se melhor o muro, que é imperceptível aos moradores da cidade afluenta, intangível para os navegadores de primeira viagem. É de lá que vêm as histórias ausentes das coletâneas de Nelson Rodrigues. O Brasil que nosso maior dramaturgo narrava era outro, mais ingênuo - a crueldade raramente transbordava o risco do bordado familiar. As tramas cariocas desse início de século XXI são diferentes. Como a de dona Selma e suas filhas. Sua grande frustração é privar suas filhas da festa de casamento. Uma a uma, elas se casam em segredo. E comemoram resignadas sua felicidade clandestina. Selma conta que a grande festa que preparou para o primeiro matrimônio foi interrompida a bala. Os traficantes que dominavam a favela invadiram o salão, armados, humilharam os noivos e as famílias, e destruíram o cenário da celebração. Aquela lição serviria para toda a comunidade. Festas, só com autorização e participação dos donos do morro. Despotismo e violência arbitrária; ódio, impotência e medo, os males do Brasil são.

É preciso dizer mais? Está tudo aí, resumido, tudo que, no fundo, importa. Mas se alguém ainda sente falta de confirmação, registro-a pela via indireta de uma ressalva:

Conheci uma pessoa que, na empresa em que trabalhava, era a única moradora de favela que não hesitava em revelar o endereço. Orgulhava-se: "Na minha comunidade, só morre quem merece."

A lei e a justiça faltam, sempre. A escolha reduz-se à opção entre a tirania do tráfico e o arbítrio dos justiceiros. Há também o despotismo da polícia, mas esse assunto fica para depois.

Dois reais.

Nélio disse que ia pagar e não pagou. Foi lá, conversou com os caras, comprou droga fiado e ficou enrolando o pessoal. Chegava lá com 10, 15 reais, e não pagava os 2 reais que devia. O cara falou pra ele: "Tu tá me tirando como otário, né?" Nesse dia, eu estava com ele. Foi bem assim que ele falou. Nélio era bom de papo e conversou pra caramba: "Não, porra, por causa de quê?" Mas o cara insistia: "E aquela nossa conta? Dois reais, *nego!*" O sujeito encarou o Nélio e disse, na minha frente: "Olha, eu já acertei, já coloquei do meu bolso, agora você tem de me pagar." O Nélio foi com ele lá pro canto e conversou alguma coisa que não deu pra ouvir. Fiquei com Claudinho, Neném e Dario, enquanto eles dois estavam afastados, conversando. O cara falou não sei o quê pro Nélio, e o Nélio deu assim de ombro e veio em nossa direção, dando as costas pro cara. "Você me aguarde", o cara disse.

No dia seguinte, ao meio-dia, a gente estava almoçando, o cara chegou com mais dois. Apertou a mão do Nélio, deu um abraço nele e, enquanto abraçava, meteu a mão na pistola, deu dois passos pra trás e disparou quatro tiros. Nélio ficou sangrando que nem porco. Até morrer. Eu me lembro que ainda pensei: "Dois reais, porra. Dois reais." Aquilo não me saía da cabeça, enquanto meu amigo agonizava.

* A história é verdadeira. Foi reescrita com base em entrevista conduzida por Hélio R. S. Silva com o narrador, em 2003. Os nomes citados são fictícios.

A ESPERANÇA COMO DEVER

Não leia. Pare. Olhe. Ali, adiante. Ali. Mais à frente. Um carro voando. Um foguete a 150 por hora. Chispando, zunindo. Soltando faísca. Um brilho no rastro azul. Zás. Pura adrenalina. Verniz derrapando. Borracha queimando, lambendo o asfalto. A cena voa. Corações galopam.

Um carro passa a mais de 100 km. Suponha. Imagine. Dois observadores emudecem, assombrados. Ali adiante, a 200 metros de onde estão os observadores, há um buraco no meio da estrada. O primeiro observador acredita que ainda haja tempo para desviar e que o motorista possa evitar o acidente, reduzindo a velocidade e contornando o buraco. Intui a salvação. Aposto nisso. O outro pensa o contrário: o motorista não percebeu o que vai encontrar pela frente; o acidente é inevitável. Ambos se agitam. Gritam. Mal expressam suas avaliações.

Em poucos segundos, o carro se arrebenta no buraco que o engole. Digamos que o acidente aconteça. Suponhamos que isso tenha acontecido. Isso quer dizer que o segundo observador estava certo? A existência do acidente dá razão a quem o previra? O fato de que o carro tenha caído no buraco desautoriza aquele que formulou a hipótese de que não haveria acidente? O acidente justifica a desqualificação do primeiro observador como equivocado? Pode-se dizer que, julgando-se as previsões a partir da realidade já configurada do acidente, a hipótese de que ele não aconteceria estava errada? Não expressaria nada mais que um otimismo ingênuo? Em outras palavras, o futuro é um tribunal infalível sobre a verdade das previsões a seu respeito? O futuro, quando se torna presente, é o árbitro irrefutável das profecias?

A melhor resposta seria: não necessariamente. Depende. Quando a situação observada ainda permite a intervenção de um fator incontrolável e imprevisível (como a ação humana, no caso do acidente), cuja participação tem o poder de alterar em um ou outro sentido o destino do processo observado, as duas previsões são igualmente legítimas, plausíveis, razoáveis ou racionais. Ou seja, nenhuma hipótese pode ser excluída; tanto a hipótese otimista quanto a pessimista são realistas, isto é, são corretas, enquanto hipóteses ainda que o fato de serem corretas não garanta que suas previsões venham a ser confirmadas. Aliás, isso não poderia mesmo ocorrer, pois o acontecimento futuro necessariamente excluiria uma das profecias, já que elas são contraditórias entre si.

Dizendo de outro modo: quando o carro passou, os dois observadores estavam certos em seus prognósticos, mesmo que depois uma das previsões seja frustrada pela realidade. No primeiro momento, os dois futuros eram possíveis. Um dos observadores resolveu apostar no motorista, em sua atenção e perícia; o outro decidiu optar pela hipótese de que a atenção e a destreza despertariam tarde demais. Quando a liberdade humana e a habilidade de empregá-la constituem fatores decisivos, nenhuma previsão, por mais plausível que seja, pode ser absoluta e excluir profecias rivais. Quando a liberdade é uma variável significativa, em uma equação, nenhum futuro pode ser excluído. Afinal, a liberdade é o outro lado da imprevisibilidade, da indeterminação e, portanto, da incerteza. Por isso, nas coisas humanas, onde está presente a liberdade, a ação, a criatividade, não há certeza. Mudanças são sempre possíveis. A idéia de "fim da história" é uma dessas bobagens que fazem a fortuna de um autor e consagram a arrogância intelectual no altar da ignorância.

O mesmo vale para o indivíduo: enquanto houver vida, há esperança de mudança, mesmo que ações não sejam mais possíveis e que a liberdade só possa ser experimentada no plano da consciência. A salvação é o nome cristão para a mudança experimentada. Outras tradições culturais a descreveriam com outras palavras, em uma linguagem simbólica diferente. Mas todas as tradições que valorizam o livre-arbítrio reconhecem o papel da incerteza, na história, e sua contrapartida: o potencial de mudança.

Se, do ponto de vista racional, uma hipótese positiva não pode ser excluída, do ponto de vista ético, ela deve ser adotada. É nisso que acredito, quando está em jogo a vida humana, sua trajetória individual. Ou seja, a esperança é um imperativo ético, quando não desautorizada pela razão. Dito isso, consideremos uma situação comparável à dos carros. Um jovem está envolvido com o tráfico. Cometeu crimes. Mergulhou nesse mundo e passou a adotar a violência como forma de se afirmar e de impor aos outros sua vontade. Dois observadores fazem conjecturas opostas sobre o futuro desse personagem. O primeiro crê na recuperação, isto é, na adesão do personagem à vida social regida pelas normas legais. O segundo acredita que a viagem ao mundo do crime não tem retorno e que o processo inevitavelmente conduzirá o personagem cada vez mais fundo no abismo da violência, da destruição e da autodestruição. Digamos que, por hipótese, os dois observadores façam suas apostas e esperem que o futuro decida quem tem razão. Se o personagem frustrar a esperança do primeiro observador e voltar a cometer crimes, esses crimes futuros demonstrarão o erro de quem confia na mudança? Quem

aposta na recuperação desse jovem verá sua esperança desautorizada pela seqüência de atos que o conduzirão mais e mais para dentro desse inferno? Ou a esperança nunca será desautorizada, enquanto houver vida, enquanto existir alguma centelha de liberdade no espírito desse criminoso?

O poeta Mallarmé dizia: "Um lance de dados não abolirá jamais o acaso." Nós poderíamos dizer: um ato não abolirá jamais a incerteza, a liberdade humana e a possibilidade da mudança. Um ato é um compromisso entre liberdade e necessidade - por isso mesmo, traz consigo sempre, em algum nível, a marca da liberdade. Por mais perverso que seja, um ato jamais cobrirá todo o repertório potencial das ações de um sujeito, porque, sendo o sujeito livre,⁶ esse repertório é infinito. Por mais violento que seja o crime perpetrado, o sangue derramado não mancha irreversivelmente todo o ser de quem o cometeu. Isso porque esse ser, esse sujeito não é uma coisa, um objeto pronto e acabado, fechado, nem uma máquina, mas uma fonte, uma fonte sempre pulsante e aberta, imprevisível, inconstante, surpreendente, problemática, indecifrável, de treva e luz, de vida e morte, amor e ódio, grandeza e perversão, civilização e barbárie.

Quando a linguagem religiosa emprega a palavra "alma" para designar essa fonte inesgotável, esse sujeito imaterial porque criador, algo muito sábio está sendo transmitido. A própria noção de que a criatura foi feita "à imagem e semelhança" do criador - a alma é o elo de ligação, o traço de semelhança e continuidade, o espelho do divino - torna o ser humano partícipe do dom da criação: a criatura é semelhante ao criador porque cria, porque experimenta a liberdade, porque, em algum nível, age ou pensa além ou aquém das determinações naturais e sociais. A alma, nas tradições que a concebem, é maior e menor, anterior e posterior à nossa consciência, nosso conhecimento, nossa cultura, nossos desejos e interesses. Ela escapa sempre às tentativas de classificação e de explicação positiva, que a reduza a regras de funcionamento. Ela nunca se confunde com os atos do sujeito - por ser maior que ele e menor que qualquer fôrma, por situar-se além e aquém - e o abre à possibilidade ilimitada de atos imprevisíveis e incompatíveis com a série dos atos anteriores, que construíram sua biografia até aquele momento, quaisquer que tenham sido eles e por mais coerentes que tenham sido entre si.

Claro que nós sofremos muitas limitações: aquelas que nos são impostas pela educação que recebemos, isto é, pela cultura na qual somos socializados; as que derivam de nossas neuroses; as que resultam dos componentes biológicos de que somos feitos; aquelas que nos são ditadas pelas instituições

responsáveis por nosso cotidiano, as quais nos atribuem papéis determinados, cada um deles vinculado a um roteiro pré-definido; e aquelas impostas pelas posições que ocupamos no sistema econômico. Por outro lado, só é possível falar em ação porque as determinações naturais, psicológicas e sociais não comandam tudo. Só há o problema da ação humana porque não conseguimos exorcizar de nossa linguagem a velha idéia metafísica da liberdade. Bem-vindo, portanto, o problema da ação; bem-vinda, a problemática metafísica da liberdade.

O outro lado da liberdade é o mistério, é a indeterminação da subjetividade e a contingência do futuro, sua radical imprevisibilidade. O que não nega todo o imenso território das determinações e o extraordinário alcance da probabilidade e da predição científica. Mistério e conhecimento coabitam; incerteza e previsibilidade convivem; impotência e controle dividem a cena de nossa travessia pela história dos seres e das coisas. O mistério nos assusta, porque é indevassável, cognitivamente, e porque tudo o que não conhecemos, não controlamos. O avesso do mistério é nossa impotência, nossa finitude. Por isso o mistério é perturbador. Ele nos ameaça porque atinge nossa vontade de poder, de domínio, de controle. Mais uma vez a linguagem religiosa nos socorre, com seu simbolismo eloquente: a onisciência foi o pecado pelo qual Adão foi expulso do paraíso; a onipotência, cristalizada na Torre de Babel, provocou a cólera de Deus e a maldição da incomunicabilidade entre os povos. Mais difícil do que admitir o mistério fora de nós, é aceitá-lo dentro de nós. É mais fácil conviver com a incapacidade de controlar o universo do que reconhecer a impossibilidade de conhecer e controlar a própria subjetividade, a fonte interna de treva e luz, amor e ódio, violência e compaixão, indiferença e solidariedade.

Se Mallarmé estava certo, se o exemplo das opiniões sobre o futuro do carro que passa a mais de 100 km estava correto, nenhum lance de dados abole o acaso e nenhum acidente elimina, retrospectivamente, a razão e a virtude ética de uma previsão positiva. Conseqüentemente, nenhum crime anula a legitimidade racional (e, portanto, o dever ético) da esperança, isto é, da crença (e da aposta) na mudança positiva. A idéia de aposta⁷ vem a calhar, porque uma hipótese sobre o futuro é, freqüentemente, muito mais do que uma simples especulação abstrata e descomprometida. Geralmente, é um gesto subjetivo e objetivo, um movimento do espírito e do corpo, um compromisso e uma prática, os quais terminam por influir nos próprios acontecimentos que constituem o objeto da hipótese. Por isso, quem crê contribui para que a sua crença se realize.⁸ As nossas previsões são parte da

bagagem com que atravessamos o cotidiano. São instrumentos que nos governam, como bússolas e que acabam nos orientando e nos levando a intervir nos acontecimentos de modo a facilitar a realização do que imaginamos que ocorrerá. Daí a importância prática da esperança - também por isso ela deve ser um imperativo ético, a menos que racionalmente desautorizada (afinal, ter esperança não pode se confundir com sonhar o sonho impossível, como um ingênuo alienado). A esperança é uma espécie de parteira do futuro desejado.

O diabo vem agora, cavalgando o avesso negativo dessa conclusão positiva: assim como o fracasso de uma previsão positiva não anula as boas razões daquela previsão e da esperança que ela expressa, o sucesso de uma prospecção positiva tampouco nega a razão da previsão negativa. Quando transferido para nosso mundo interior, o argumento significa o seguinte: assim como uma longa vida no crime ou uma série de atos violentos não anula o potencial de mudança do criminoso, qualquer biografia consagrada ao bem pode ser surpreendida pelos atos mais violentos e sórdidos. Em outras palavras, o que é assustador nesse elogio da liberdade como motivo de esperança nas mudanças positivas é a emergência de potencialidades negativas. Por um motivo bastante simples: se a liberdade, por ser aquilo que é

- impossibilidade de controle e previsão, cognitivo ou prático -, traz consigo a peste, isto é, traz consigo a possibilidade da irrupção da negatividade na história, individual e coletiva, louvá-la corresponde a reconhecer e resignar-se com a perda de garantias quanto ao comportamento social e pessoal. Cada um de nós pode ser atormentado por fantasmas interiores que nos provoquem a súbita e inesperada traição de toda uma vida coerentemente dedicada à promoção do bem. Dar aos outros a chance de mudar cobra de nossa cultura um preço elevado: troca-se a certeza autoritária que exclui irremediavelmente os criminosos da casa dos homens e mulheres de bem, pelo sacrifício da confiança de cada um de nós em nós mesmos, como absoluta e irreversivelmente salvos da imersão no mal. O custo da generosidade compassiva e fraterna é a perda da autoconfiança.

É por isso que, para restituir à sociedade a segurança perdida - segurança cuja raiz é a autoconfiança -, somos freqüentemente tentados a sacrificar a generosidade e a confiança nos outros, a crença de que os outros podem mudar, a esperança de que os outros têm todas as condições para ser, moralmente, iguais a nós. Se acreditarmos em uma linha moral intransponível, dividindo os seres humanos entre o bem e o mal, acreditaremos também que

essa linha divisória servirá de barreira e nos protegerá: sendo intransponível, ela impedirá que a ultrapassemos. O problema não é evitar que os outros passem para o lado de cá. Este é apenas o preço que se paga para que se obtenha o que realmente importa, que é o impedimento de que nós, do lado de cá, cruzemos a linha para o lado de lá. Assim, o grande medo será apaziguado: nós não somos nem seremos iguais aos outros, àqueles que personificam o mal extremo da violência criminosa.

Não há pavor comparável àquele que sentimos ante a mais remota possibilidade de nossa própria mudança. Nós sonhamos com a mudança positiva dos outros, no entanto, tememos a nossa. Até nossa mudança positiva nós tememos, porque, se ela pode ocorrer, qualquer outra transformação também pode sobrevir. Por isso nos apegamos ao que achamos que somos, à imagem que pudemos produzir de nós mesmos - sempre com a ajuda dos outros. Por isso nos importa o que dizem os outros sobre nós, sobretudo os outros que amamos e respeitamos. Quão mais inseguros nos sentirmos em relação ao que nós próprios sejamos ou possamos vir a ser, mais importantes serão, para nós, os comentários alheios. Estes funcionam como espelhos difusos que nos assustam e nos deslocam dos focos que desejamos perseguir.

Nosso mundo imaginário é povoado de monstros. Eles não são mais do que o outro estilizado em caricaturas que sublinham com máximo exagero a diferença. Quão mais monstruosas as figuras de nossos pesadelos, mais diferentes de nós elas serão. Quando tamanha distância é enfatizada, nós nos tranqüilizamos: nada naqueles seres se parece conosco. Portanto, podemos transferir a eles tudo aquilo de que não gostamos, em nós mesmos, para nos livrarmos de toda culpa que carregamos por nos sentirmos, em função da complexidade das emoções que experimentamos, capazes de matar, mutilar, impingir tormentos, trair os valores que defendemos. Se a imagem do outro for ambígua (isto é, se for mais humana e menos monstruosa, mais parecida com cada um de nós), corremos o risco de nos identificarmos com o personagem que concentra o mal, o que o levaria a dividir o mal conosco. Dessa forma, seu papel útil à expiação de nossas culpas, dúvidas e ambivalências internas se perderia.

Uma anedota real ajuda a esclarecer este ponto.

Conta o psicanalista Bruno Bettelheim a história verdadeira de um pai que não conseguia fazer o filho dormir, apesar de toda a atenção carinhosa que lhe devotava, aquela noite, contando-lhe a fábula de que mais gostava: *Chapeuzinho Vermelho*. O pai beijava o filho e esticava a coberta, ajeitando-o

para dormir, depois de fechar a última página do livrinho infantil. Desejava-lhe boa-noite e, com o sentimento do dever paternal cumprido, retirava-se do quarto. Mal fechava a porta, ouvia a convocação lamuriosa do filho. Abria a porta e voltava à cama do filho, acendia a luz e encontrava o filho trêmulo de medo, pedindo-lhe para ler novamente o final da fábula. O pai não tinha saída. Ante apelo assim comovente, retomava a leitura, enfatizando as cenas que conduziam a um final feliz: "E o lenhador abriu a barriga do lobo mau e salvou Chapeuzinho e sua avó, que viveram felizes para sempre." Sublinhava com a voz o verbo "salvou" e a sentença conclusiva, "felizes para sempre". Beijava o filho, puxava a coberta, apagava a luz, saía devagar, fechava a porta... mas não adiantava. Outra e outra vez tinha de retornar à leitura e intensificar sempre mais o relato da solução feliz da trama. Até que, cansado de repetir os mesmos movimentos e não sabendo o que fazer para tranquilizar o filho obcecado com o final da fábula, largou o livro e disse: "Meu filho, está tudo acabado, tudo foi resolvido, o lenhador matou o lobo e salvou Chapeuzinho e a vovózinha. Todos foram felizes para sempre, todos estão felizes. Dorme tranquilo." O filho esclareceu: "Papai, eu sou o lobo."

O risco, quando depositamos o mal nos criminosos, é que nos identifiquemos com os personagens que encarnam o que repelimos. Volta a nós pela janela o que expulsamos pela porta. Reconhecemos em nós mesmos o mal que tentamos exorcizar e não suportamos olhar nossa própria imagem refletida no espelho dos criminosos. Intensifica-se, assim, o ódio, a repugnância: não basta mais classificá-los, julgá-los, afastá-los do convívio social; é preciso matá-los, eliminá-los, apagar do planeta todo vestígio de sua presença. Desse modo, tentamos apagar os rastros do mal dentro de nós. Aí está a origem do linchamento e do fervor vingativo dos que clamam por pena de morte - daqueles que mantêm sua posição, mesmo quando informados de que a pena capital não inibe a criminalidade.

Não é por outra razão que costuma rondar nossa sociedade o espectro do criminoso sem ambigüidades, síntese do mal absoluto, isto é, do criminoso monstruoso, hediondo, bárbaro. Apraz-nos construir a imagem do criminoso sem face humana, coberto pela máscara da infâmia, da abjeção extrema, desprovido do sentimento de culpa e do mais leve senso de limite. Concebendo-o assim, como que escovado dos restos humanos, pura inumanidade, alargado o abismo que nos separa desse personagem animalizado, melhor nos protegemos do risco de confundirmo-nos com ele, identificarmos-nos com ele, encontrarmos em nós mesmos traços dessa inumanidade que nos repugna e aterroriza.

O mais inquietante, porém, é que não se trata apenas de uma imagem construída, mas de uma identidade assumida e substancialmente produzida, isto é, posta em ação por alguns indivíduos que se deslocam para a posição daqueles que ficam à margem, daqueles que se postam do outro lado de tudo o que a sociedade valoriza, tornando-se anti-heróis ou contra-referências sociais. Ou seja, não se trata somente de estigmas e preconceitos, mas de biografias que se constroem à imagem e semelhança de tais estigmas: esses personagens atuam como espelhos invertidos da sociedade. Estão lá, nas ruas, encarnando o mal para livrar a sociedade da identificação com esse mal. Sua função social é nos redimir do mal, chamando-o todo para si, como pára-raios morais. O problema é que não há nenhuma cerca de proteção separando os símbolos da experiência. Ou seja, os pára-raios assumem o mal e o praticam, infernizando nossas vidas e destruindo seus próprios futuros. Deixam de servir à nossa autoconfiança, convertendo-se em riscos objetivos para nossa segurança. Nosso medo desce o pedestal das imagens simbólicas que povoam nosso imaginário coletivo e se projeta na vida cotidiana das cidades. Perde a aura de um problema metafísico para se tornar o combustível prosaico de nosso estresse diário.

Há outro destino para os personagens que encarnam o mal, além do exílio e da destruição. A reintegração. No contexto da contabilidade social de crimes e castigos, soa inteiramente irracional o tema religioso do perdão. No entanto, raras são as idéias mais ricas e libertadoras: o perdão é subversivo porque infensa a códigos, preceitos, normas e regras. Não há gramática para o perdão, quando concebido em sua feição mais radical. O verdadeiro perdão é gratuito, é a mais pura gratuidade. Para alguns teólogos, gratuidade confunde-se com o próprio espírito da religiosidade, mais que a fé, a devoção, a reverência a princípios, o culto a credos. Gratuidade é, por definição, sem razão e sem motivo, sem propósito e finalidade, desinteressada; mera expressão da liberdade, que se volta para si mesma. Uma possibilidade que não está inscrita na ordem das coisas ou das instituições, nem segue a lei das compensações. É a *anti-vendetta*. Perdoar implica aceitar o outro, independentemente de qualquer consideração ou compromisso, antes e além de qualquer contrato social, renunciando a todo pagamento ou aos benefícios da reciprocidade. Rompe a lógica do interesse e subverte os engates da ordem social. Prescinde de retribuição ou reconhecimento. É um gesto unilateral.

Nesse sentido preciso, o perdão introduz na vida laica uma espécie de centelha divina, se Deus é compreendido como o Outro que escapa à compreensão

e às determinações da natureza e da história, abrindo para os seres humanos um novo ponto de vista, proporcionando à humanidade uma nova perspectiva para a abordagem de si mesma. Um ângulo novo que estende nossa sensibilidade ao campo ilimitado da criação e da mudança, do autoconhecimento e da autotransformação, condenando, entretanto, nossa ousadia a ancorar-se no reconhecimento da finitude. No momento derradeiro da agonia, Dimas, "o bom ladrão", crucificado ao lado de Jesus, arrependeu-se, foi perdoado e salvou-se, segundo a mensagem simbólica da tradição cristã. A qualquer um cabe esse dom, até a undécima hora, mesmo depois que se esgotam os recursos da Justiça, da compreensão, das guerras e dos diálogos; quando a fonte individual se precipita na noite e abandona toda esperança ali, ainda, ela pode renascer, sem motivo, sem sentido e sem razão: um improvável e injustificável dom. Ao contrário do que pensava Dostoiévski, se Deus existe, tudo é permitido.

Mas o perdão nem sempre é um gesto magnânimo e libertador, que eleva o espírito e aprimora a vida social. Como perdoar aqueles que matam, torturam e chantageiam, em nome da lei e da ordem, da Justiça e do Estado? Perdoar essa prática equivaleria a justificar uma rotina criminosa e cínica, legitimando a paradoxal institucionalização da barbárie. Nesse caso, não estão em jogo situações individuais, mas engrenagens políticas. Aplicada a dinâmicas desse tipo, a tolerância degrada-se em capitulação ética. E quando o crime se organiza em funções e rotinas? Os operadores de suas dinâmicas são apenas indivíduos ou são agentes de uma engrenagem que precisa ser interrompida pela ação do Estado e a indignação da sociedade?

Aqui chegamos a um problema especialmente delicado. Até que ponto nós colaboramos para o agravamento da violência que gostaríamos de reduzir, quando acolhemos com empatia e compreensão aqueles sobre os quais a sociedade lança toda a culpa? Eles são muito jovens, quase sempre, e amargaram muitas rejeições ao longo da vida. Foram privados dos benefícios mais elementares da cidadania e acabaram cedendo à sedução do crime. São vítimas, também, ainda que façam outras vítimas, nos crimes que perpetram. Seria muito cínico lavar as mãos, manter as estruturas sociais como estão, projetar neles todo o mal e mandá-los arder na fogueira. A violência deixaria de ser o fruto venenoso da sociedade que construímos. Nós nos sentiríamos aliviados de qualquer responsabilidade. As elites, os políticos, as instituições apontariam o dedo para os criminosos, exigindo punição e a interrupção da sangria desatada pela adoção de medidas duras. O drama coletivo

do país, a tragédia brasileira da violência se resumiria a um problema de polícia. Dormiríamos com medo dos rapazes violentos e de suas armas poderosas, mas com a consciência tranqüila, apaziguada, como compete aos homens de bem. Nada mais falso e hipócrita. A cidade ferve. A panela de pressão está prestes a explodir. Os alarmes já soaram. A responsabilidade é do Estado, sim, é dos governos, de todos eles, mas é também da sociedade, de cada um de nós. Não é aceitável jogar a culpa de tantas deformações e injustiças nas costas de um punhado de moleques. Por outro lado, não há soluções fáceis. A recusa à culpabilização unilateral e maniqueísta dos jovens pobres que se envolvem com o crime não pode mais se traduzir em mera negação de sua responsabilidade. Nem são apenas os jovens pobres que transgridem as leis. Seus crimes dificilmente existiriam, na escala que os caracteriza, não fosse a ação dos criminosos de colarinho branco.

Já se foi o tempo da glamourização do banditismo, em que se cultuavam os criminosos como se fossem heróis populares. Repito o que disse em capítulo anterior, para melhor trabalhar este ponto: houve um tempo, no Brasil da ditadura, em que Hélio Oiticica podia conchamar à rebeldia, divulgando sua provocação subversiva: "Seja marginal, seja herói." A época obscurantista era um convite ao maniqueísmo. Vivemos um outro país, um mundo diferente. Hoje, o crime ameaça toda a sociedade, indistintamente, mas oprime com mais brutalidade justamente os mais pobres, aqueles que Oiticica buscava valorizar em sua ode à transgressão. Nada mais absurdo, hoje, do que a justificação do crime, em nome de um suposto compromisso democrático com as classes populares.

Foi-se também, felizmente, o tempo do paternalismo, que reproduz o mesmo esquema do cinismo elitista com sinal trocado: os meninos em armas deixam de ser culpados para serem vítimas. O mal passa a ser "o sistema" - o capitalismo, as elites, as classes dominantes - e cada um lhe atribui o significado mais adequado à própria ideologia. O círculo vicioso permanece inalterado. Bandidos e mocinhos trocam de posição, mas o simplismo maniqueísta é igual.

A linha do bem penetrou o tecido do mal e a costura tornou os fios indistinguíveis. O que é que nós estamos fazendo, afinal, para mudar? As comunidades no Rio vivem sob o terror. A impressão que se tem é que quanto mais tentamos reverter a situação, mais contribuímos para o agravamento dos problemas. Quanto mais demonstramos compreensão e compaixão, mais ambigüidade transmitimos aos jovens e mais os desorientamos. Por outro lado, quanto mais o Estado mobiliza suas forças, mais precipita a brutalidade

e a corrupção das polícias, gerando mais referências ambivalentes. Onde cortar essa trama envenenada?

O grande desafio está em humanizar o sujeito que comete o crime, sem subtrair-lhe a responsabilidade; responsabilizar o "sistema", sem eximi-lo da responsabilidade de distribuir responsabilidades e aplicar penas, segundo as leis, humanizando-as; humanizar o "sistema", transformando-o, criando condições para que prosperem a solidariedade e a verdadeira Justiça. Como fazê-lo? Mesmo sendo difícil encontrar a saída, o método está escolhido: a esperança. Como procuramos demonstrar, a esperança é um método, e é nosso dever. Um carro passou a mais de 100 km por hora. Tem uma pedra no meio do caminho. No meio do caminho, tem um abismo. Olha o buraco, ali, adiante. Um menino passou por nós, carregando um fuzil.

O Brasil ainda pode salvar-se da barbárie. É nosso dever acreditar nisso.

A MÃE

Sidnei curvou-se sob o sol. Apoiou a mão direita no poste e abaixou a cabeça. As imagens flutuavam como se o mundo tivesse mergulhado num líquido espesso e claro. Primeiro, deixou de sentir o calor que antes derretia seus ombros. Em seguida, trêmulo, sentiu apagar-se a luminosidade vaporosa de tudo - antes, prédios e pessoas resplandeciam como uma trilha incandescente; os ônibus fumegantes pareciam deslizar numa bandeja de prata. Finalmente, o grande véu tombou sobre a avenida Presidente Vargas, no centro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O sol negro fechou os olhos em silêncio. Sidnei despencou na ilha que divide as pistas. Descalço, cabelos sujos. Vendera os tênis, a camisa, o relógio e o cordão dourado. Deixara no morro a verdadeira fortuna que lhe rendera o trabalho do fim de semana: 800 reais, só vendendo cerveja e água. Não comia nem dormia havia três dias, só droga, droga, droga. Uma boa alma lhe atirou água fresca na cara. Ergueu-se no abraço improvisado de um ou outro transeunte solidário. Dizem que o Rio é a cidade mais cordata do mundo, segundo uma certa pesquisa internacional. Deve ser verdade. Pelo menos com os que sobrevivem.

Era ambulante; trabalhava no trem; fugia da polícia como um cidadão honesto sem carteira. Sabia o valor de um registro. Seu padrasto o registrara. Ele nunca esquece. Chama-o pai, porque o outro não quis assumir, não admitiu reconhecê-lo e deixou a mãe quando ele tinha nove anos - "Aquela história de sempre", dizia. Se tivesse de contar com o laço de sangue, estaria sem documento até hoje. Não é pouca coisa, um nome, o registro, a filiação formalizada. Este é o verdadeiro amor de pai. Não quis saber mais do pai natural. O orgulho e o ressentimento eram mais fortes que a necessidade.

Ele também costumava dizer: "Minha vida é muito complicada. Muito complicada mesmo." Era a rotina de trabalhador que parecia vida de bandido. De repente, passava o rapa e levava tudo, até seu dinheiro, ou destruía tudo e lhe dava uma surra. Volta e meia tinha de comprar sua liberdade, com o troco que lhe restava. Mesmo assim, nunca roubou e sempre resistiu aos convites do tráfico. Por medo, ele diz, medo de morrer, ser preso, estragar a vida dos filhos e da mulher. Afinal, não foi fácil escapar do vício. Um longo calvário.

* A história foi reescrita, mas é verdadeira. Foi narrada a Minam Guindam pelo protagonista, aqui chamado Sidnei, em fevereiro de 2003, numa série de depoimentos colhidos especialmente para este livro. O nome é fictício.

Veio o 384, Sidnei entrou, sentou na escada e pediu à moça para passar por baixo da roleta. Quando atravessou a roleta, começou a chorar feito criança. Todo mundo do ônibus olhou pra cara dele, um homem velho, todo sujo, chorando. Sentou num canto do ônibus, imóvel. Chegou a Anchieta mas não foi pra casa. Tinha vergonha de encarar a mulher. Esteve com 800 reais no bolso e não sobrou um centavo. Foi pra casa da mãe: "Que foi? O que está havendo?" A mãe danou a chorar junto com ele. Sentou com ela e explicou tudo. Ela xingou. Ela bateu no filho com a fúria sagrada das mães desamparadas. Mas Sidnei costumava pensar, sem dar-se conta de que nem ousara apresentar-se à esposa: "Foi a única que me acolheu." Ela lhe deu banho; a mãe de Sidnei entrou no banheiro com ele e lhe deu banho. Deulhe uma roupa do irmão e o pôs para dormir. Quando acordou, ela sentou-se ao seu lado e desembestou a falar... Ele calado, só escutando. Ela disse: "Você não me saía mais daqui." Sidnei tinha 29 anos. A mãe lhe deu um prato de comida. Ele passou mal quando a comida bateu no estômago. O irmão mais novo foi o primeiro a chegar. A mãe de Sidnei mandou chamar todo mundo: irmãos, mulher, filhos, cunhadas. Mandou chamar a irmã. Todo mundo abraçou Sidnei, enquanto ele pensava: "Cheguei ao fundo do poço; eu sinto que cheguei ao fundo." A mãe o abraçou.

Sidnei, mulher e filhos foram morar na casa da mãe. Ele ficou quatro meses na casa dela, dentro de casa. Não saía para nada, nada. Se ia ao banheiro, alguém o seguia. Parecia um prisioneiro. Sentia-se prisioneiro, mas pensava: "Sou prisioneiro, mas não da casa de minha mãe, sou prisioneiro da droga." Pensou em fugir. Muitas vezes, pensou em fugir. Imaginou a fuga, sonhou com a liberdade. Quantas vezes planejou escapar. Revoltou-se. Nos fins de semana, era um terror: "Podia estar na Providência, agora; podia estar na Mangueira - a essa hora lá deve estar fervendo de gente." Tremia, tremia. Nesses momentos, a mãe preferia não arriscar: trancava-o no quarto. Ele via televisão e andava feito um zumbi, dentro de casa, dando a volta ao mundo e roçando nas paredes, a cabeça girando, dentro da noite.

Na fase seguinte da recuperação, saía para comprar pão e leite na esquina, mas sempre com um sobrinho no calcanhar, sempre sob o olhar vigilante da mãe, que se postava no portão, minuciosa, atenta, incansável.

Há três anos Sidnei saiu da casa da mãe ostentando sua blindagem: não estava mais vulnerável à droga. Ele não sabe se é cicatriz ou imunidade, mas sente o escudo enquanto respira e o exibe orgulhoso, invisível e poderoso, comovido com o afago dos filhos. Nunca mais cheirou pó. E não foi por falta de oportunidade.

Do outro lado do sofá, a esposa observa, ouve, cala-se com emoção. Faz do silêncio a sombra de seu discreto heroísmo. Permanecer ao lado do marido é quase incompreensível, Sidnei reconhece: dom, entrega, renúncia; sacrifício pelo futuro remoto que, enfim, agora reina, naquela casa de tábuas, em Anchieta. Da água para o vinho, em três anos. É verdade, eles dizem: agora, o futuro reina. Mas no passado recente o presente parecia engolir qualquer futuro. Sugava o ar dos poros da casa. Sidnei saía para o trabalho sem previsão de retorno. Se as vendas fossem boas, dormia na rua ou atravessava as noites nos bares. Os melhores pontos para ambulantes, como ele, eram estádios e *shows*, na capital e no interior, nos fins de semana. Ele seguia a trilha da prosperidade, com seu faro nômade. Quando fazia dinheiro, adia a volta ao lar e se esbaldava. No meio de uma noite qualquer, chegava em casa metendo o pé na porta. Se a mulher esperava-o acordada, ele a agredia; se estivesse dormindo, ele a insultava e agredia; se buscasse proteger-se, ele redobrava a brutalidade dos golpes. No dia seguinte, não se lembrava de nada e prometia dias melhores, com respeito e paz. A mulher afogou-se no medo, essa treva que imobiliza suas vítimas com o veneno letárgico de longas pinças viscosas. Longe do inferno, ela agora respira e concorda com Sidnei: é preciso preparar as crianças desde cedo com afeto e verdade. Toda a verdade.

PRISÃO QUE LIBERTA

Quando a gente olha para o Brasil como nação, surgem logo as grandes questões sobre história e sociedade. Para estudar e entender o país, nossa Bíblia são os números e as categorias formais, que definem tendências, padrões, médias e situações definidas por seus contornos gerais. O esforço metódico que empreendemos nesse tipo de estudo é valioso, sem dúvida. Mas há um preço a pagar. Claro, até aí nada de novo. Há sempre perdas, nas escolhas que fazemos. Isso é uma trivialidade. Todavia, quando nosso objeto de interrogação envolve a violência e as drogas, a perda talvez seja grande demais, porque, nesse caso, buscamos uma compreensão mais fina e funda das experiências humanas.

A categoria - por exemplo, "dependência química" - evoca um sentido geral porque não designa apenas um fato singular, mas um conjunto de fenômenos, de um ponto de vista segundo o qual as características análogas são mais importantes do que aquelas que os distinguem entre si. Sem este foco iluminando aquilo que é comum, seria impossível pensar além das unidades isoladas. Quem apenas atentasse para as distinções, acabaria incapaz até mesmo de calcular: passaria a vida apontando para cada objeto e repetindo, um, um, um. A operação aritmética mais simples, a adição, só é viável porque sacrificamos a diversidade em benefício do que é comum: fatos ou objetos, por mais diferentes que sejam entre si, têm, em comum, o valor da unidade; isto é, valem um, para efeito do cálculo. Até a economia depende desta operação de equalização formal. Graças a ela existem o comércio e a moeda.

Assim também uma família é igual a outra família, no plano geral em que funcionam as categorias, porque, quando assim definidos, os grupos humanos perdem suas peculiaridades singulares e distintivas para se mostrarem apenas nos seus aspectos comuns. Um dependente químico é igual a todos os outros dependentes químicos, na medida em que seja descrito por esta definição geral e sintética, independentemente das diferenças entre as experiências humanas abissais e labirínticas, que se enroscam em constelações complexíssimas e sempre diferentes. E assim sucessivamente. As categorias formais e os conceitos das ciências humanas são indispensáveis para contar a história da vida humana no planeta, assim como os números são indispensáveis para contar. Contudo, mesmo reconhecendo a necessidade das categorias que fazem tábula rasa das diferenças para descrever a realidade, devemos

também aceitar, com humildade, que muita coisa fica de fora, nessa operação de conhecimento. O que se mutila, às vezes, é essencial e faz toda a diferença.

Uma categoria⁹ funciona como um guarda-chuva: contém e destaca o objeto¹⁰ que descreve, mas também, sob a sombra protetora, por vezes esconde e dissolve aspectos seus, essenciais.

A história da mãe que prende e salva o filho viciado traz à tona um pouco de tudo que já se sabe sobre tráfico, violência, desemprego, informalidade no mercado de trabalho, relações conjugais atormentadas pelas drogas, violência doméstica, proteção exercida pela rede familiar etc. Neste sentido, apenas ilustra o que já sabemos e lhe infunde o colorido dos fatos vividos.

Por outro lado, esse colorido talvez faça toda a diferença e nos leve a perceber o que as categorias gerais dissolvem em sua penumbra envolvente logo elas, destinadas a iluminar e esclarecer... No episódio intitulado *A Mãe*, estão presentes *A família*, *O tráfico*, *A droga*, *A dependência química*, é verdade, mas de um modo que talvez nos abra a cabeça e nos faça ver e sentir algo mais. Visto de perto, dizem, ninguém é normal. Vista de perto, a vida surpreende. De perto, o artigo *A* é minúsculo e aponta para realidades singulares e estranhas, que amiúde traem as categorias. Essa estranheza (este excesso que desafina e transborda limites e classificações, exigindo de nós o refinamento dos instrumentos de percepção) talvez carregue o que verdadeiramente importa.

com frequência, as categorias, mesmo a serviço da ciência, acabam rotulando e estigmatizando grupos humanos e indivíduos. Não existe *O tráfico*, nem *O traficante*, e sim muitas formas distintas de vivenciar o ingresso, a saída, a participação e a liderança no mundo múltiplo e heterogêneo que designamos com a categoria genérica *tráfico*. O mesmo vale para as outras categorias. Não existe *O crime* nem *A droga* ou *A família*, mas realidades muito diferentes dentro do universo designado por essas categorias. A janela secreta que devassa a experiência humana está na diferença, está nas qualidades que distinguem e particularizam, assim como estão aí as chaves para eventuais soluções dos problemas.

Vamos tomar um exemplo bem concreto, uma situação em que o filho da gente seja o personagem central. Digamos que a gente descubra que o próprio filho está mergulhado no vício. Vou me colocar na cena. Se eu disser: "Estou arrasado, meu filho caiu na droga", talvez eu esteja usando rótulos que deslocam as boas perguntas. Entendo por "boas perguntas" aquelas que ajudam a esclarecer o que está acontecendo e a reduzir o sofrimento de todos os envolvidos. Talvez as boas perguntas fossem mais ou menos as seguintes: "O que

a relação com a droga significa para meu filho, nesse momento de sua vida?” e “Qual será o nexó entre a relação que ele estabelece com a droga e a minha relação com ele?”. A “droga em geral” desapareceu, no contexto dessas indagações, e foi substituída pela atenção a *uma* vida e a *um* momento, com significados e emoções, numa teia única de relações. Quando eu, enquanto pai, passei a formular boas perguntas, o rótulo *droga* ou *A droga*, que só serve para acusações, cedeu lugar à vontade de ouvir e compreender. Ao invés de julgar, eu incluí a mim mesmo no problema e defini como meu objetivo a diminuição do sofrimento das pessoas. Falar na “droga em geral”, aplicando o nome maldito ao caso do nosso filho, nos afasta de nossos filhos e nos cega para o que importa. O mesmo vale para os filhos dos outros. Por isso, nós, dessa vez como sociedade, podemos ajudar ou atrapalhar, dependendo do modo pelo qual formulamos as perguntas e orientamos as ações.

Temos de entender que o âmago central da experiência pessoal confunde-se com as qualidades únicas e irrepetíveis que moldam e distinguem os fenômenos. A verdade talvez habite o subsolo dos fenômenos, onde a luz da categoria não penetra, onde não passa o filtro que busca suprimir as diferenças e reter aquilo que, sob a diversidade, mantém-se comum.

Evidentemente, vale insistir, há aspectos comuns nos fenômenos do tráfico ou da dependência, e, graças a eles e às categorias que os apreendem, podemos estabelecer referências gerais e pensar as grandes linhas de desenvolvimento da sociedade e de seus problemas. Entretanto, nas conversas cotidianas, na mídia e na política, as palavras de apelo geral servem mais para esconder as diferenças, a complexidade e a multiplicidade de sentidos envolvidos nos processos históricos. Por isso, eu dizia: as categorias perdem sua função cognitiva e se convertem em estigmas.

O maior exemplo talvez seja a palavra violência. O que fazer com *A* violência? Como acabar com *Ela*? O que *A* provoca? Num passe de mágica, embutimos numa gavetinha exígua um mundo vasto de situações. Nesse caso, o resultado é o mesmo: esta redução não serve ao conhecimento e à solução dos desafios, mas funciona como um analgésico e um estupefaciente: diminuí o incômodo que sentimos e nos distrai do fogo em que arde nossa consciência, queimando as certezas e arruinando nossa paz interior. É o equivalente a uma droga. Só que, neste caso, o tráfico é legal, ainda que o consumo embruteça as pessoas e dificulte soluções.

Assim sendo, regra geral talvez só haja uma: não há regra geral. Portanto, prepare-se para ouvir cada história. Antes de julgar, ouça. Ouvindo, compreenda

(antes de julgar). Se achar indispensável, julgue, mas não use o veredicto apenas como um subterfúgio para consagrar sua própria inocência.

Vamos recordar o que este relato - que reescrevi, sintetizando o que ouvi - nos permitiu ver de perto: a vida miserável, duríssima, pode ser celebrada com a alegria dos afortunados, porque foi reconquistada com bravura. A família se uniu e lutou com unhas e dentes pelo que parecia perdido. O cotidiano mais pesado tornou-se uma bênção, porque foi recuperado. O esforço para recuperá-lo jogou nova luz sobre o valor de cada laço afetivo. O perdão restaurou um convívio que fora degradado e estivera irremediavelmente condenado. Nenhuma recomendação terapêutica foi ouvida. A família simplesmente improvisou, abraçando-se e construindo a solidariedade como arma contra a destruição. Na ausência de serviços públicos de saúde, a mãe inventou uma fórmula que acabou funcionando, naquele caso específico. Prendeu seu filho, preso pelas drogas. Para libertá-lo, fez dos parentes vigias, no cárcere doméstico que improvisou. Cárcere afetivo, que era tudo menos uma condenação, porque soltava, no espírito de Sidnei, a esperança e o potencial para recomeçar. Não havia grades ou força física que Sidnei não conseguisse dobrar à sua vontade, caso decidisse voltar às drogas. A única força que havia era simbólica e significava proteção. Sua mãe a engendrou quando o recebeu, derrotado e andrajoso, num banho que o rebatizou: entrando com o filho n'água, a mãe não só lavou os males do mundo como, infantilizando Sidnei, deu-lhe a segunda chance. Renascimento: ele, que se sentia lixo, pó, vestígio de gente; ele que se desfizera em plena Presidente Vargas, cinza no olho do sol, no centro do Rio; ele, Sidnei, pôde, finalmente, reencontrar a fonte da vida - a água e o leite -, depois de verter, simbolicamente, todo o seu sangue, drenando sua vida pregressa pelo ralo do vício. Sidnei zerou a vida, recuando à origem, para recriar-se. Por isso, certamente, buscou a casa da mãe e não a sua própria. Antes de reconquistar esposa e filhos, casa e vida adulta, era preciso reconstruir-se em novas bases - todo seu destino, passado e futuro, teria de ser reescrito. Sua esposa o aguardaria, Penélope de Anchieta, enquanto Sidnei-Ulisses enfrentaria deuses e dragões, em sua odisséia mental. Auto-estima reerguida, homem de pé, retornaria a Ítaca, sua ilha, sua casa.

Quando a rotina modestíssima é o triunfo sobre a ruína, ganha novos sentidos. É iluminada e brilha como um milagre. Sim, ela é a mesma, do ponto de vista material. Mas não é a mesma para quem a vivencia depois de uma temporada no inferno. A dependência química significou a oportunidade para uma crise extrema, cujo fruto foi a revalorização dos laços conjugais e

familiares e a reedificação da própria identidade individual. Essas pessoas nunca mais serão as mesmas e jamais poderiam ser encaixadas no jogo de armar das classificações. Em sua vida, o que antes era falta e precariedade, agora é realização vitoriosa, patrimônio sagrado. Proximidades perigosas com o tráfico foram abolidas e as possibilidades de futuro se redefiniram. Tais possibilidades perderam o vínculo original, magnético e aprisionante, com a realidade socioeconômica. A Realidade com R maiúsculo, para toda a família, superior a todas as demais condições, passou a ser a vitória comum sobre o desespero. A condição de que se parte, agora, é o triunfo da vida sobre a morte. Este é o verdadeiro reencantamento do mundo. Para o indivíduo, não há revolução mais radical.

E o que a felicidade, a satisfação consigo mesmo, não faz? O voto de Sidnei será o mesmo, depois da recuperação? Sua postura diante dos filhos e da comunidade será a mesma? Sua família será a mesma? O sentido de família, para eles, permanecerá inalterado?

NÃO FILMA Eu chorando.

Sou cria daqui dessa favela, mas não sei direito o lugar onde nasci. Morava com minha mãe e meu pai. Ele já era da boca. Meu pai era bandido daqui, mas em sua época, parece que ele - isso é o que vagabundo fala pra mim - fechava com os alemão. Aí, quando virou outra facção e tudo, meu pai teve que meter o pé.

Minha mãe, na falta dele, faleceu. Então, fui morar com minha avó e fiquei morando com ela dos dez aos 15 anos. Agora, estou com 16 e vai fazer dois meses que minha avó faleceu.

A primeira boca que eu plantei foi sem a minha família descobrir. Eu tinha dez anos. Foi na boca do Ariosto, onde estou até hoje, com 16 anos, seis anos na vida do crime. Nessa boca, eu fiquei como responsável um tempinho, depois saí, rodei, fiquei um tempão devagar, um mês devagar, depois formei de novo. A minha vida toda é aqui, só fico aqui, não saio daqui pra nada, desde quando minha equipe** entra até quando a equipe sai; de lazer eu só curto baile na favela. Pra falar a realidade, nunca fui pra lugar longe. Pra fora da minha favela eu nunca fui não.

Quando eu entrei muita gente falou pra caramba; muita gente falou comigo que eu era muito novo; tinha até uns amigo que reclamava com o patrão: vai botar um menor na boca com dez anos?

Era difícil a boca aceitar os moleques com dez anos de idade. A maioria aceitava, mas nessa era difícil. É que os menor não têm muita resposta: eu não tinha fuzil, não tinha peça***, nada, minha vida era vender, vender e meter o pé. Mas agora você pode ver aí, ó, tá cheio de menor aqui na boca da gente. Eu não acho isso certo não, tipo se fosse meu irmão eu não deixava não. Não deixaria alguém de dez anos entrar no tráfico não, porque ele não estaria preparado. Se, por exemplo, acontecer algum bagulho e os amigo se entocar**** e ele souber onde tem uma resposta, tipo um fuzil, umas cargas

* Este relato foi registrado, em 2002, por Celso e Bill, e foi preservado, no presente capítulo, com alguns cortes, em sua forma original Quem fala é um adolescente que tinha 15 anos, à época da entrevista Uma segunda entrevista com o mesmo personagem foi conduzida por Hélio R S Silva, em 2003. Nela, os mesmos fatos são mencionados, quase exatamente nos mesmos termos. Os nomes mencionados são fictícios

**Equipe significa quadrilha.

***Peça significa armamento

**** Entocar significa esconder

de pó, de maconha, e se os homens pegar ele e der um sarava* bonito, ele não vai agüentar as porradas e vai entregar o dono da favela, vai entregar todo mundo. Então é mais fácil esperar um tempo até fazer uma idade maneira, ter uma carcaça maneira, que aí ele vai estar preparado pra entrar no mundo do crime. Eu acho assim.

Menor pequeno assim, quando entra na boca, corre o maior risco de rodar**. Na minha primeira semana eu rodei, fui pró Padre Severino. O Padre é tipo cadeia; é uma cadeia de menor; tem visita, tem tudo, não dá pra fugir, só se for rebelião. Melhor fugir do Criad***. Eu tenho oito entradas no sistema, oito entradas: quatro no Padre, uma no Criad e três no Ézio. Era uma época que os canas não estavam pegando arrego****, aí eu rodava direto. Eu ia preso, na semana seguinte fugia e assim ia...

Outro dia um colega meu rodou, rodou na treta dele, o X9 deu ele. Os canas já chegaram chamando ele de Feinho, que é o apelido dele: "E aí, Feinho, o que é que tem pra perder?" E ele: "Não tenho nada pra perder." Mas os canas acharam com ele um dinheiro, duas trouxa e vinte papel de pó de dez. Aí ele desenrolou, desenrolou. Os homens iam jogar ele na dura. Sorte que ele desenrolou à vera. Aí os canas liberaram ele, mas ele ficou pagando o cheque seqüestro uma caralhada de tempo. O pior é que, para os menor, os amigo não paga arrego não, deixa ir de dura, porque é de menor, vai pró Padre e vai sair rápido, mas se é de maior, se tem 20, 21 anos, ainda mais se tiver uma cadeia nas costas, eles já mandam um dinheiro pela liberdade. Não manda mil, dois mil, não, manda 500, na continuação manda o resto. Quando isso acontece, os amigos***** mandam logo uma letra pra tu: "Tu rodou, né?, então fica ligado na resposta..." Se o cara rodar de novo, tem que pedir a Deus pra não rodar, porque se rodar vai entrar na porrada e ainda vai conhecer a cadeia. Por isso é que eu acho que tem que pagar os cheques mesmo e honrar o crime.

De vez em quando acontece comigo. É por isso que eu sou *pichado* por todos os plantões: plantão do "fulano", do "sicrano", do "beltrano". O pior plantão aqui é do "fulano": ele entra na casa de todo mundo; tem uma chavezinha que abre as casas dos moradores. Se o morador não tiver em casa,

* Sarava é o mesmo que baculejo, uma dura, revista policial bruta - o mesmo, portanto, que salseirar ou passar o pente-fino.

** Rodar significa se dar mal.

*** Criad é a sigla pela qual se tornaram conhecidos os Centros de Reabilitação Juvenil em Regime Semi-aberto.

**** Aceitando propina.

***** Amigos, na linguagem interna ao tráfico, significa traficantes do mesmo grupo.

ele leva tudo. Isso é errado, a guerra dele tem que ser só com nós. Por isso que os moradores não gostam de polícia. Eu, por exemplo, estou devendo um dinheiro aos canas. De mim, eles falam assim: "Aí, se eu pegar o Mariano, é dura"; uns falam que se pegar o Mariano é morte.

Mas o pior de todos é o PM "beltrano". Quando ele pia na área, vagabundo já vem logo: "Sujou maloqueiros, ninguém pia na pista, é o beltrano, mane, é o beltrano!" Porque ele é safado: pega o arrego e depois quebra o arrego, tá ligado? Ele é olho grande. O cara que fica nessa missão vai lá, leva a grana dos homens pra gente poder trabalhar, aí a gente bota o bloco na rua e, mesmo assim, "beltrano" e alguns deles entram pra ver se pegam alguém pra arrumar um dinheiro. Só que aí o bloco já está na rua, cheio de fuzil na pista. Por isso é que muito morador morre, só por causa do olho gordo deles. Eles metem a maior marra quando te pegam. O valor quem fala são eles, os canas, tipo se eu for pego não sou eu que falo o preço não: eles olham assim pra tua cara e falam "Tu vale três mil", faz um contato lá pra virem três mil pra tu. Se os amigos falar que não têm três mil, a chapa esquenta pró nosso lado, porque a gente não vale nada, falcãozinho não vale nada.

UM ANO E MEIO DEPOIS

Minha vida não vale dinheiro nenhum; eu não vendo minha vida por nada; eu estou nessa pra ganhar ou pra perder, mas, na fé, eu peço a Deus que até os 18 anos não aconteça nada comigo. Eu peço a Deus, quero que não aconteça nada comigo. Se eu sair da boca aos 18 anos, minha ficha vai limpar e eu vou andar assim, todo certo. Quando eles me virem, eu vou dizer: "Opa, eu sou trabalhador." Vou logo dando carteirada neles. Vou ficar tranqüilão: "Estou cumprindo quartel e vocês não podem fazer nada comigo, porque agora eu sou trabalhador." Não vão poder fazer nada.

Eu não vejo chance do crime acabar, porque, se acabar o crime, acaba a polícia. Se acabar o crime isso acaba com a polícia, porque quem dá dinheiro pros polícia somos nós. (...) Não é o tráfico de drogas? Se não fosse o tráfico de drogas, hoje, os policiais iam tirar só o salário deles e eles tiram o salário e também o dinheiro da propina que nós pagamos. Se acabar o tráfico de drogas, eles vão ter de acabar com a polícia; então, o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo.

Aparece, da as caras

O horário em que os canas podem ficar aqui dentro da favela vai de oito da manhã até as dez da noite. Depois das dez, não pode passar mais. Se eles estiverem no DPO, têm que ficar vendo televisão. Se botar a cara a gente rasga - tá tudo errado, mas é o crime.

PLANTÃO

O esquema aqui é assim: quando o parceiro está cansado, eu fortaleço ele; quando ele precisar que eu renda ele pra ele dar uma descansada, eu rendo ele; aí, quando eu estiver cansado no meu plantão, ele vai lá e me rende também. Se eu quiser dar um dinheiro pra ele, pra ele marcar pra mim, ou se ele quiser dar um dinheiro pra eu marcar pra ele, eu marco. E, por exemplo, se não tem ninguém pra me render, eu faço assim: eu vou cheirar pra não vir algum amigo e me pegar dormindo na atividade. Eu sou bandido, nunca vou deixar um sujeito dar tapa na minha cara, botar a arma na minha cara e falar tu vai morrer... Tô ligado em qual é a da resposta. Sou usuário de cocaína e tenho de usar a cocaína pra não dormir, mas não sou viciado não. Se eu quiser parar, eu paro.

Tem dois meses que eu estou nessa equipe, aqui. Quando eu estou aqui na equipe e começo a sentir meu corpo cansado, eu vou ter que dar um pra não dormir na atividade. Tem que ficar acordado pros amigos não vir aqui e me pegar dando mole na atividade, pra não ter motivo pra eles querer vir me esculachar. Porque eles sabem, quando eu fizer 18 anos, eu vou sair da boca, então eles podem falar: "Vamos apanhar ele logo, porque quando ele fizer 18 anos ele vai sair da boca." Então eu já fico escaldado*. Não vou dar motivo pra vagabundo vir me apanhar, me pegar dormindo e querer fazer alguma maldade comigo.

Existe uma lei aqui da favela que tem que ser cumprida: quem tem maldade, tem que morrer; aqui, todo bandido tem que ser puro. Esse radinho aqui não é só pra polícia não, é geral**. Quando o cara entra lá na ponta, nós aqui já estamos sabendo. Sabemos aonde ele foi, com quem falou, tudo pelos radinhos. Cada falcão fica de olho no movimento e vai avisando aos outros. Todo mundo tem que ficar ligado para não fazer merda, para não atirar em neguinho que não tem nada a ver. Nós temos que ter certeza para atirar, porque, se for morador, se for inocente e nós matar, nós vai morrer também: é a lei.

* Escaldado significa ressabiado, com o pé atrás.

** Geral significa todo mundo ou para todos.

Se for carro* mandado, nós aplica**, senão nós não pode fazer nada. Se ficar olhando muito, nós enquadra*** o carro e manda descer: "Desce, desce, desce." E aí nós revira o carro todinho. Se tiver alguma coisa, arma, qualquer coisa suspeita, já era... Não pode é errar e atingir inocente, fazer mal ao morador. Se isso acontecer, a gente morre. Se nós maltratar morador, o morador maltrata nós. Se nós souber levar o morador no talento, se nós souber fortalecer o morador, o morador fortalece nós. Se precisar de alguma coisa, eles ajudam; tem alguns moleques que chegam assim botando terror no morador, aí se ele precisar entrar dentro de uma porta e o morador fechar a porta na cara, vai estar certo... Aqui, o geral dos moradores gostam de mim, de mim e de outros que tá lá embaixo. Nós aqui temos o queijo e a faca na mão.

VANTAGENS

A vantagem de estar na vida do crime é arrumar dinheiro. Só isso, ter dinheiro no bolso, ter dinheiro direto. Estando aqui, nunca vou estar duro; posso estar duro hoje, mas amanhã eu sei que vou estar com dinheiro. É um dinheiro maldito, mas é um dinheiro rápido que a gente tem necessidade.

Só que tem as desvantagens também, que é rodar e ser morto, ser morto na mão dos amigos. Vagabundo botar tu na mancada, falar que tu fez um bagulho que tu não fez. Já aconteceu comigo: ser acusado de um bagulho que eu não tinha feito. Foi uma vez que os homens invadiram a favela e eu rodei primeiro, depois o Neto rodou também. Aí os canas começaram a dar puxão no cabelo dele. Ele não agüentou e dedurou onde estava o dono do morro e denunciou as mortes todinhas que tinha na favela. Falou tudo pros canas. Aí o dono da favela já tava desconfiando que fui eu que xisnovei, porque eu apanhei pra caralho: os canas vieram só de chutão, me amarraram atrás da árvore, só me davam madeiradão. Os canas falavam assim: "Fala, fala Mariano, fala cadê ele, fala." Eu só repetia: "Mano, eu não sei de nada; eu não sou da boca, não; não sou bandido; mano, eu não sei de nada..."

Os canas pegaram o chefe. Ele foi para o cativeiro dos polícia e começou o desenrolo de dinheiro. Vários amigo estavam achando que era eu, só faltava

*carro-Mandado é pessoa ou veículo inimigo, cujo objetivo é prejudicar o oponente.

** Aplicar significa enquadrar.

*** Enquadrar significa revistar, prender ou pegar.

a prova. Ouvi várias piadinhas com meu nome. Eu dizia que nunca dei mancada e que não ia sair da favela, quando o chefe saísse nós ia cair no miolo, todo mundo.

Quando o chefe pagou o arrego, ele ofereceu mais um dinheiro pros polícia dizer quem é que xisnoveou ele. Os canas pediram cinco mil e mais 60 pra liberdade dele. A mina que foi levar o dinheiro voltou e disse que não tinha sido eu, disse que eu tinha apanhado pra caramba mas não tinha dito nada. Pô, família, fiquei fortão no bagulho.

Como o dono da boca era parente do moleque que deu ele, os amigo deram seis dias para ele meter o pé da favela. O moleque não ralou; ficou de deboche. Isso foi numa segunda-feira. Na sexta, o patrão estava boladão* com alguma coisa. Pegou a 40, explodiu a testa do moleque, bum!, e jogou no mato. Eu não sabia de nada, estava dormindo, esperando o meu plantão pra começar os trabalhos. Ele ligou pra mim: "Mariano, vem pra cabeça de porco que você tem uma missão pra fazer", e eu falei: "Já é, mano." Mas fiquei escaldado. Fui com meu fiel, um menorzinho, o Chiquinho. Ele falou assim pra mim: "Olha aí o que está dentro do mato", aí quando eu levantei o mato, quem tava era o Neto, sobrinho dele. Eu disse: "Mas qual foi? Qual foi? Por que você derrubou o Neto?" "Porque foi ele que me xisnoveou, não foi tu. Eu estava desconfiando de tu, mas não foi tu que me xisnoveou não. Foi mal. Valeu, meu parceiro." Eu falei: "Já é." Aí ele mandou eu picotar o Neto todinho. Eu não soube picotar um braço, aí ele foi e pá, picotou e deixou o braço mole, aí eu fui e pá, arranquei, arranquei o outro braço, arranquei as duas pernas e, depois, o outro menorzinho que estava comigo arrancou a cabeça. Aí nós botamos dentro das bolsas e jogamos lá atrás do mato. Foi só isso, só dessa vez que eu fiz uma coisa errada. Depois nunca mais, graças a Deus!

Pode perguntar a quem quiser do meu proceder. Eu sou puro, sou legal, eu não tinha necessidade de ficar na vida do crime. Eu queria o amor de uma tia, de uma mãe, isso que eu nunca tive, o amor de uma família, que quando eu precisasse para conversar, ela estivesse lá, viesse conversar comigo. Mas eu nunca tive. Se eu tivesse uma família pra conversar, eu não estaria nessa vida não, não estaria não. Desculpa aí, eu não queria chorar não, não filma eu chorando, não, filma não.

*Boladão é o mesmo que ressabiado, cismado, com o pé atrás.

VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA PESSOA

Este depoimento nos coloca diante da violência narrada em primeira pessoa, isto é, descrita do ponto de vista do sujeito que a protagoniza. Trata-se de um relato exemplar, que traduz com fidelidade aspectos relevantes do universo de jovens e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas e armas, em favelas de várias cidades brasileiras. Por outro lado, nos traz a tonalidade única de uma vivência humana singular.

Deixando de lado o contexto e as análises sociológica, antropológica ou psicológica, o que se destaca no trecho citado da entrevista é o pudor com o choro, em contraste com o despudor que marca o relato do esquiteamento de Neto, uma criança de dez anos de idade, da qual participam Mariano e seu pequeno assistente, cuja idade não é mencionada, mas certamente gira em torno da idade da vítima.

É necessário precisar o sentido do pudor. A manifestação de vergonha, acompanhada do pedido de discrição - "Não filma..." -, refere-se ao ato de filmar, não à presença dos interlocutores. Ante tais interlocutores, Mariano se rende sem pejo; para eles, aceita desnudar sua intimidade, revelando-lhes sua emoção, sua fraqueza. A câmera, entretanto, traz consigo a presença de um terceiro olhar," que incide sobre a intimidade de uma outra forma, a qual devemos interpretar, para que não se percam os significados da relação que o sujeito da violência estabelece com seu ato, ou com a memória do ato, ou com a narrativa do ato, ou ainda com a memória narrada do ato.

Registre-se que o universo do crime e da violência não é vazio de valores: há uma ética no crime e mesmo uma moral na violência, ou várias, das quais passagens do relato dão testemunho. Por exemplo, a lealdade ao líder, que exige resistência estoica à tortura. Nesta persistência brava em não delatar está em jogo mais que interesses utilitários, como manter-se no grupo, usufruindo os benefícios deste pertencimento, e preservar a própria vida. Está em jogo também o apreço por valores imateriais.

Retornemos ao pudor: a câmera corresponde à presença de um terceiro olhar, de um terceiro ponto de vista, que escapa ao círculo imediato da interlocução face a face: faz-se presente, portanto, além do emissor do relato, Mariano, e de seus receptores diretos, uma audiência virtual, atualizada pelo olho vazio da câmera. Este observador externo é qualquer um e são todas as pessoas - sugiro que este "todos" seja entendido como a projeção idealizada

e multiplicada do indivíduo: *qualquer* indivíduo, mas, justamente porque as diferenças não têm importância, *igual* a todos. Trata-se, portanto, de um indivíduo que não é qualquer, portanto, mas sempre a expressão do que, em todos, é comum e essencial, isto é, universal. Todos aqui são, em seu conjunto, a sociedade, a unidade do social, enquanto fonte do julgamento moral (poderíamos evocar as figuras da Lei, do Juiz, de Deus ou do Pai).

O indivíduo que estará do outro lado da câmera - para quem é filmado e apenas supõe sua futura presença -, este indivíduo imaginado não é de carne e osso, mas o representante ideal da sociedade, em seu aspecto mais profundo de unidade, que se confunde com a Lei e a Moralidade. Conseqüentemente, o observador externo materializado pela câmera precipita a cena sobre um abismo imaginário, carregado de valores e julgamentos - valores e imagens oferecidos pelo repertório de nossa cultura.

O outro virtual integrado à cena pela câmera é, portanto, o juízo, a fonte do julgamento moral. É neste espaço virtual que Mariano deposita o motivo de sua emoção ou a razão pela qual o relato que o emociona, mesmo não merecendo o encobrimento envergonhado ou a censura narrativa, provoca lágrimas que devem ser ocultadas. Ocultadas não dos interlocutores imediatos, vale repetir, mas do outro virtual, deste olhar ausente mas perturbador, que devassa a intimidade e julga, devolvendo ao narrador o corpo reintegrado da vítima esquartejada. Vou explicar.

A unidade do corpo de Neto é o espectro evocado pelo observador externo, esta instância crítica que Mariano imagina e que se faz presente pelo olho mecânico da câmera. A presença (suposta) do olhar crítico faz com que os atos e gestos mencionados no relato deixem de ser - como parecem ser, quando ouvimos a fala de Mariano - contingentes, dissociados entre si, casuais, fortuitos: "Foi só isso, só dessa vez." Deixem de ser, enfim, desmembrados e adquiram a consistência de um corpo, a unidade de um corpo, a necessidade vertebradora de um corpo, a indissociabilidade de relações orgânicas, sistemáticas e funcionalmente articuladas. Todo esse movimento de integração entre fatos e atos, mencionados no relato de Mariano, ocorre porque os atos e gestos referidos neste relato passam a remeter a um personagem, Mariano, sujeito da narrativa e da responsabilidade. Esta remissão deve-se ao juízo moral, representado pelo olhar da sociedade, que a câmera transporta consigo, ao ligar a luzinha que diz: estamos gravando, portanto, alguém verá e julgará (alguém que poderá ser qualquer um e que, por conseqüência, estará no lugar de todos, quer dizer, da sociedade).

A narrativa de Mariano reproduz o esquartejamento em sua própria forma, na medida em que trata a mutilação como episódio fortuito e isolado, em meio ao oceano de fatos que compõem sua biografia, mas a audiência virtual, presente graças à câmera com-a-luzinha-acesa, assombra a consciência de Mariano, atormenta-o e repõe diante dele, enquanto sujeito do ato, não apenas a mutilação do cadáver, mas a relação (entre sujeito e ação) que estabelece a autoria ou o protagonismo do sujeito. Foi Mariano quem mutilou.

A mutilação de Neto não *aconteceu* como mais uma lembrança entre tantas, como se não tivesse sido mais que simplesmente uma cena que se desenrolou diante de Mariano e que apenas contou com sua colaboração - como se ele se reduzisse a um coadjuvante de sua própria história. A câmera recusa o tom *blasé* do Mariano - turista, que finge flunar, inocente e distante, em sua própria história, mesmo quando o relato maldisfarça o cataclismo em que se meteu. O esquartejamento foi consequência da ação de um sujeito real, dotado de nome e memória. A unidade que une atos apartados pela narrativa, situando-os no centro da biografia, é o valor atribuído pelo juízo moral, cuja fonte é a audiência virtual, inscrita na cena pela câmera. Em outras palavras, é o juízo moral que confere unidade aos atos, responsabilizando Mariano e o definindo como sujeito, suprimindo, no mesmo movimento, o caráter aparentemente casual e contingente das ações.¹²

Contudo, há um deslizamento interessante e revelador no relato. Ainda que a cena central, objeto das autojustificações - "Eu sou puro, sou legal"; "Quem tem maldade tem que morrer; aqui, todo bandido tem que ser puro" -, seja o esquartejamento de Neto, o foco se desloca rapidamente, quando Mariano salta da justificação que relativiza seu ato para as declarações relativas à falta de amor: "Eu queria o amor de uma tia, de uma mãe, isso que eu nunca tive, o amor de uma família, que quando eu precisasse para conversar, ela estivesse lá, viesse conversar comigo. Mas eu nunca tive. Se eu tivesse uma família pra conversar, eu não estaria nessa vida não, não estaria não. Desculpa aí, eu não queria chorar não, não filma eu chorando, não, filma não."

O choro não acompanha a descrição do ato de "picotar" a vítima, ainda que venha em seguida. O choro, de fato, acompanha a referência à falta de uma tia, mãe ou família. E o sentimento de que o choro constitui um erro (ou o desnuda) mostra-se no pedido de desculpas: "Desculpa aí, eu não queria chorar não." Logo vem o pedido para que a filmagem seja suspensa. Portanto, nesse deslocamento, é o choro o ato a ser escondido. Mas o choro revela não só a emoção que denota a fragilidade de quem chora. O choro também assinala, revela, sublinha a relação entre o corpo e o sujeito - o corpo

com sua materialidade, sua relativa independência, manifestando-se em linguagem própria. O pranto, através da mediação do corpo, dramatizando a relação entre corpo e atos, registra a conexão inquebrantável entre o sujeito e seus atos. Ou seja: o pranto é a linha que costura a unidade entre o sujeito e seus atos, linha que o tom indiferente adotado por Mariano, no relato, tentara rasgar. Neste sentido, o pranto responsabiliza, porque a linha que tece a unidade entre sujeito e ação é a moralidade, é o valor.

Corpo e sujeito, sujeito e seus atos: eis as conexões das quais Mariano procura esconder-se, escondendo dos outros e, em especial, do Outro - com maiúscula -, aqui representado pela audiência virtual evocada pela câmera.

Recapitulando: por culpa e vergonha, Mariano tenta picotar seu próprio relato, para não se defrontar com sua responsabilidade sobre seus atos. Se os atos perdem a unidade que os liga entre si e perdem o vínculo com seu autor, se as ações flutuam separadas, como acontecimentos sem sujeito, Mariano consegue exorcizar a responsabilidade sobre os efeitos de sua ação. Quando a câmera acende a luzinha, indica a existência de um auditório ilimitado. Esse auditório é diferente de um ou outro indivíduo, que se coloque diante de Mariano, ouvindo o que ele diz e interagindo com ele, que ele pensa poder manipular ou que ouça o que ele tem a dizer, naquele momento que vai ser sucedido por outros momentos, até diluir-se na memória - porque são fugazes as memórias individuais e são sempre muito pessoais os juízos individuais. Por tudo isso, é suportável enfrentar juízos individuais.

Mas o diabo é a luzinha; é a câmera. Qualquer um estará do outro lado, vendo e ouvindo a história de Mariano. Qualquer um é o nome provisório e singular que damos a todos; sim, porque a história, uma vez gravada, torna-se objeto potencial da atenção de todos. Todos é o nome de um conjunto que traz em si as características elementares dos indivíduos, eliminando, entretanto, pela sobreposição, os aspectos que escapam ao que é comum.

Desesperado ante a autocrítica que se esboça em seu íntimo - sua estratégia de picotar o próprio relato não funcionou, superada pela força do juízo crítico implicado no olhar vazio e carregado da câmera -, Mariano desloca o foco para o vazio de afeto em que naufragou. Em seguida, chora e mostra pudor pelo choro, não pelo esquartejamento que perpetrara. Em o fazendo, volta a tropeçar nas próprias pernas, porque o choro exhibe e realiza, simbolicamente - pelas razões já expostas -, a unidade que o esquartejamento do discurso tinha procurado dissolver.

No relato de Mariano, caem as máscaras. O narrador depõe as armas. Salta aos olhos, pelo milagre da câmera, a angústia que picota seu espírito.

Sua vida está esquartejada: de um lado, o sujeito que mutila, o adulto brutal; de outro lado, o sujeito mutilado, a criança sem afeto, que reivindica o acolhimento de uma tia, da mãe, da família, e o reconhecimento social que o conduza à maturidade, à idade adulta, pela porta da frente. "Se eu tivesse que ser motivo de orgulho pra alguém", ele diz, "queria ser orgulho pra minha avó." O importante, aqui, é a vontade de ser motivo de orgulho para quem o amou. Mariano, em seu relato, pelo avesso, clama por redenção integradora, por unidade. Esta unidade, ele só a reencontrará quando se reconciliar com o valor, a responsabilidade cidadã, o juízo moral. Mas é provável que estas virtudes estejam guardadas (e perdidas) no colo da mãe, no abraço do pai.

Ao nos debruçarmos sobre esse pequeno fragmento de discurso, terminamos por registrar uma cena em que a sociedade se intromete - como um superego crítico - na intimidade do gesto de um menino, Mariano, pelo abismo de uma câmera, introduzindo em sua consciência a dimensão do juízo moral. Essa pequena descoberta terá um valor inestimável quando discutirmos o que fazer para ajudar os jovens violentos a mudar de vida.

Outro ponto de especial interesse no relato de Mariano aparece no último parágrafo: "Quando fizer 18 anos, eu estou saindo fora. Minha ficha vai cair toda, eu vou ficar todo limpo, vou ser outra pessoa. Mas enquanto eu não faço, vou levando a vida do jeito que ela é e não é brincadeira não, neguinho. Essa vida é doida."

Muita gente, justificadamente inconformada com a criminalidade violenta, pede mais punição, penas mais severas, mais duras, mais longas. Por isso, a frase de Mariano surpreende. Nela se diz o contrário. O fim da imputabilidade penal significa, para quem cometeu e comete crimes, a oportunidade de mudar de vida. "Eu vou ficar todo limpo", diz Mariano, "vou ser outra pessoa." A maioria é vista como a chance para abandonar o crime, justamente porque, ao completar 18 anos, expiram ficha e castigo. A equação, aqui, se inverte: ao fim dos riscos de punição corresponde o fim do envolvimento com o crime.

Aliás, é curioso o que acontece com os defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre os quais me incluo. Muitos se recusam a falar em *penas* para os jovens menores de 18 anos porque, no vocabulário do ECA, as sentenças judiciais não ditam penas, apenas determinam medidas socioeducativas, que são cumpridas em instituições socioeducativas. Não haveria, segundo esses militantes, penas privativas de liberdade, mas internações

com fins socioeducativos. Entendo os motivos e as boas intenções. Mas as conseqüências desse purismo conceitual são paradoxais: a opinião pública acredita no que ouve, compra gato por lebre e acaba convencida de que os jovens infratores ficam impunes, divertindo-se com aulas de boas maneiras. Resultado: cobram punições.

Na verdade, quem já freqüentou uma dessas instituições "socioeducativas" logo compreenderá o que são as tais medidas "socioeducativas". Elas nada têm de minimamente parecido com o sentido elevado da expressão que os legisladores cunharam, sonhando outros brasis. A garotada fica mesmo enjaulada, freqüentemente em condições subumanas, muito pouco diferentes daquelas em que se encontram os presídios - estes estágios superiores para os quais a prepara e empurra o inferno das Febens e dos Degases.¹³

Seria mais racional chamar prisão pelo nome, defender a verdadeira aplicação do ECA e mostrar que, se a meta é castigar e vingar, a violência institucional já está de bom tamanho, mas se o objetivo é afastar o jovem do crime, seria preciso: (1) oferecer oportunidades para a mudança; (2) estimular o jovem a se desenvolver, como pessoa; (3) fortalecer sua auto-estima (este ponto é chave, como veremos adiante); e (4) separar o futuro do passado, ao invés de amarrá-los um no outro, que é o que acontece quando as chamadas instituições socioeducativas esmeram-se em treinar os jovens para que realizem, na prática, a profecia pessimista que sobre eles faz a sociedade.

ESPALHAR PELA CIDADE o SANGUE DO IRMÃO*

Marco abriu a porta de casa com o ombro. Não havia mais o trinco que seu pai tinha instalado. Seu pai costumava consertar as coisas da casa. Por absoluta falta de dinheiro, mas também porque gostava de contar aos amigos suas proezas domésticas. Marco assistia calado à meticulosa arte paterna, pacientemente. Por curiosidade e porque sentia uma espécie de prazer difícil de explicar. Mas isso foi na época em que o pai morava com eles. Há muito tempo a porta abria com um tranco que os mais hábeis davam com o ombro. Era só acertar o lugar certo da porta e dar a pancada de uma vez. A vantagem era que as mãos podiam estar carregadas. Por exemplo, com as bolsas cheias de compras. Se bem que para essa finalidade a pancada de ombro não era muito útil, porque a mãe e Flora, que faziam as compras da casa, nunca conseguiram aprender direito a técnica da ombrada.

Às vezes, quando a chuva e a lama empenavam a madeira da porta, era preciso forçar com o pé, enquanto se pressionava em cima.

Marco entrou e saiu calado, indiferente aos sinais de Flora. Em parte, para não acordar a mãe, tombada sobre a máquina de costura. Em parte, porque não queria mesmo conversa. Sabia o que Flora ia perguntar. Era melhor deixar que a noite encerrasse em sua treva toda interrogação. Marco fechou a porta atrás de si como seu pai sempre fizera. Sem uma palavra. Ele sabia que um dia faria como seu pai: fecharia a porta para nunca mais voltar.

Flora sentia uma angústia danada, que ela chamava "aperto no coração", mas se resignava, ajoelhada sobre seus recortes de jornal. Ainda bem que ela tinha seus jornais e sua incrível coleção de recortes. Ninguém entendia uma obsessão assim disciplinada, numa menina de nove anos: colecionar notícias de crimes, catalogar as mortes, separá-las, juntá-las, compor os bloquinhos, nomeá-los, datá-los e arquivá-los. Até que uma tia explicou o caso e aplacou o mistério: "Puxou ao pai." Era verdade, o pai lia jornal. Orgulhosa com a comparação e honrada com a tarefa de perpetuar uma tradição, Flora gastava com os jornais cada centavo que arrecadava. Quando não entendia as palavras, procurava no dicionário que a mãe guardava no armário da sala. Ela

* O relato foi reescrito com base na entrevista que a protagonista deu a Míriam Guindani, em 2003. Os nomes são fictícios.

tinha certeza de que um dia todo aquele conhecimento a tornaria uma pessoa muito importante, capaz de ajudar seu irmão.

Era por isso que sentia aquele aperto danado no coração: Flora achava que Marco precisava de ajuda. Não sabia bem por quê, mas intuía que alguma coisa estava errada. Temia os meninos que o procuravam. Sentia raiva deles. Dizia que ele não estava, mentia, tentava afastá-los de Marco. Alguma coisa estava errada. Percebia que ele estava se afastando, indo embora, devagarinho. Mais tarde, desconfiou que a tal coisa errada eram as drogas. Na igreja, ouvia falar muito das drogas.

Queria mergulhar o mais fundo que pudesse no mundo das drogas para aproximar-se de Marco e ajudá-lo a voltar para casa. Sentia um impulso de lançar-se, encharcar-se na lama, sair com Marco porta afora para, um dia, trazê-lo pela mão, para sempre.

A mãe dormia. Passava o dia fazendo faxina. Era preciso muito barulho para despertá-la. Talvez sonhasse com o dia do casamento. O marido desapareceu com um dos convidados. Depois de 15 dias, reapareceu magro, frágil, triste. No pesadelo, talvez não fosse um jogador compulsivo. O enredo, quem sabe?, poderia ser diferente. O sonho não tem que copiar a vida. Melhor deixá-la dormir.

Flora tinha dois anos quando o pai saiu de casa. A mãe ia para o trabalho quando ainda estava escuro. Deixava água e comida no chão e trancava a porta. Até os cães descobrem o que fazer. Por que uma criança não sobreviveria?

Aos seis anos, Flora reencontrou o pai e encantou-se por ele. Nunca mais deixou de visitá-lo. Ele saía da casa em que jogava para enchê-la de beijos. Despediam-se com um abraço.

Quando viu o corpo de Marco no caixão, Flora decidiu afogar-se num oceano de ódio. Quis vingar-se dos vermes. Os companheiros do irmão estavam presentes e lhe disseram que Marco e outros três rapazes foram mortos pela polícia.

Pensou em sair dali direto para a boca, com os rapazes. Nunca mais seria a mesma. Substituiria seu irmão na gerência do tráfico e tripularia o bonde mais cruel da cidade. Espalharia pela cidade o sangue de seu irmão. Não fez nada disso.

Todos os dias, a mesma rotina, que ela estava fatigada de recortar e ler, nas rádios comunitárias. Desde os 12 anos, tornara-se locutora. Perambulava de uma rádio de poste a outra, contando as notícias que recortava às famílias das comunidades do Rio de Janeiro. Faltou-lhe voz, naquele dia. Flora cintilava naquele fogo, irremediavelmente desassossegada.

No sepultamento do irmão, conheceu um *rapper* famoso, que a convenceu a canalizar seu desespero para o *hip-hop*.

RECORTAR E COLAR: A REDENÇÃO PELO *HIP-HOP*

Se fosse inventado como um personagem de ficção, Flora, a protagonista deste relato, soaria artificial e inverossímil. Sua história é quase inacreditável. Ela se situa no extremo oposto àquele no qual encontramos Mariano. Ele busca exorcizar a culpa, eximindo-se de responsabilidades pela violência perpetrada, particularmente pelo crime no qual parecem concentrar-se todos os outros (o esquartejamento de Neto), e o faz adotando uma estratégia narrativa em que reencena o picotar da vítima, ao trivializar os atos, separando-os da intenção consciente do sujeito e os relatando como ocorrências casuais.

Flora, ao contrário, procura unir os fragmentos da vida, tanto de sua história quanto da história coletiva das comunidades com as quais se identifica. Mesmo não sendo responsável por nada de mau, chama a si a responsabilidade, assumindo o papel de ponto de convergência dos vários acontecimentos dramáticos que marcam o cotidiano de sua cidade. É como se ela redirecionasse a si, simbolicamente, as balas que matam, diária e aleatoriamente. Nada que se passa lhe é indiferente e nada passa, em vão, por seu filtro vigilante.

Fonte e fulcro, alvo e matriz, alfa e ômega, as duas pontas são amarradas pela tecelã, devotada a costurar, minuciosamente, uma tragédia na outra, fazendo dos retalhos de sofrimento o painel da redenção. Fulcro, alvo, ômega: ela recolhe os pedaço” de vida divulgados na imprensa e os liga, na composição solitária e incansável de um misterioso quebra-cabeça. Matriz, fonte, alfa: Flora é a origem de iniciativas importantes, a força motriz que articula e divulga as notícias, organizando-as para lhes atribuir alguma insondável inteligibilidade e para as salvar do esquecimento. Ela é a memória da comunidade e a voz que descreve o cotidiano, para que tudo que provoque sofrimento não passe impunemente pela consciência de seu povo.

Dobrando a realidade sobre si mesma, ao reproduzir os fatos em narrativas que os retratam, nas rádios comunitárias, depois de costurar as notícias umas nas outras, Flora inscreve um grão de reflexividade e, portanto, de crítica e autocrítica, no cotidiano da cidade pobre, embrutecido pela naturalização da barbárie. Em o fazendo, mesmo sem o dizer, ela cria as condições para que a barbárie se desnaturalize, isto é, seja vista como aquilo que é, provocando a percepção crítica dos ouvintes e dando voz à sua sensibilidade adormecida.

Ainda menina, trazendo sempre consigo o pacote com os recortes de notícias mais recentes, Flora visita cada rádio comunitária, insistindo para que a deixem cumprir sua missão. O destino quer que ela se dedique a ler e divulgar as notícias, armando, de poste a poste, de ouvinte a ouvinte, a rede diáfana e invisível da consciência, que proteja a vida dos meninos, que estimule o senso de responsabilidade das famílias para que defendam as crianças. Antes mesmo de encontrar na religião o abrigo para sua angústia e a linguagem para sua esperança, Flora já se comportava como uma sacerdotisa desse estranho e quixotesco culto à paz e à vida, que ela mesma inventara, na peregrinação diária pelas rádios-de-poste.

A pertinácia religiosa com que Flora se ajoelha no chão, recortando e colando as notícias, talvez se destine a cobrir um grande vazio que a ausência de seu pai lhe cava na alma. Não por acaso, ela é comparada ao pai, que também amava a leitura dos jornais. Ela parece mimetizá-lo para substituí-lo e, assim, apreender no ar o vestígio de sua memória e, de algum modo, torná-lo presente. Na falta do pai, a função paterna é preenchida: não pela repetição, em si, de seu costume, mas pelo sentido de que se reveste a forma pela qual Flora interpreta e recoloca em prática este costume. Ela não apenas lê jornais, como o pai fazia; ela os recorta, classifica, reorganiza, recompõe sua unidade segundo princípios próprios e os arquiva para a memória. Seu papel é promover a religião simbólica entre tudo o que está partido e separado, no mundo. Neste sentido, aliás, seu labor guarda um profundo significado religioso. O pai retorna, simbolicamente, e o irmão não se afasta nem se perde.

Enquanto a mãe remenda e tece, dá ponto e nó, liga e interliga, em sua máquina de costura, Flora remenda e tece, liga e articula, unifica e vertebrava os retalhos da vida, os pedaços da família, preparando a memória, que serve também de bússola e de mapa. Graças à mediação do risco do bordado, Flora esboça o laço supremo que deveria, um dia, garantir a unidade entre o passado e o futuro, fixando no tempo mítico, congelado, a permanência das pessoas amadas e do amor que as une, eternamente. Por isso, sua atividade obsessiva e modesta, no chão rústico da casa, salta da esfera dos brinquedos infantis para o terreno escatológico e utópico da cultura. Flora é a artista da família. A tecelã da unidade. A brava resistente; a bravíssima e comovente militante da paz.

Cortar e colar, no chão da sala, parece uma citação aos movimentos do pai distante, viciado em jogo, que atravessa dias e noites com as cartas nas mãos, combinando pequenas peças de papel. Flora cita, em sua tecelagem de notícias, os gestos do pai, atribuindo-lhes outros significados. Enquanto os dele conduzem à dissipação e à decadência, às perdas e à morte, à separação, ao

descuido de si e dos outros, à imprevisibilidade e ao acaso; os gestos dela promovem a integração, a riqueza, o cuidado, a certeza e a necessidade, a responsabilidade e a preservação do que o tempo consome. Flora joga com o pai, à distância, o antijogo, invertendo a sorte a que o destino a condenara.

Enquanto ela defende a unidade ameaçada, esgarçada, rasgada pelos episódios de violência que os jornais noticiam, seu irmão não resiste ao canto de sereia das drogas. O afeto pelo irmão refina seus sentidos e ela cedo percebe que o jogo do irmão é mais pesado. Ele repete a sina paterna da (auto)destruição. Flora protege-o de seu destino, procurando mantê-lo afastado de seus parceiros.

A tática não funciona. Ela muda de método. Tenta lançar-se mais fundo que o irmão no pântano das drogas. Planeja qualificar-se para resgatá-lo.

Entretanto, como nas tragédias clássicas, o destino bate à porta. O desfecho previsível é inexorável. O irmão termina se tornando personagem das notícias que Flora colecionava. Elas se mostram, retrospectivamente, notícias do futuro. Até mesmo porque, quando se trata da história da violência nos bairros populares do Rio de Janeiro, futuro e passado não se distinguem. Flora tentara domesticar o tempo, controlá-lo, mantendo-o sob sua ordem caseira e zelando pela vida do irmão. A realidade desidratada e previsível dos jornais desidratava a realidade, drenando a fúria incontrolável que ela traz consigo, sob a forma do tempo ou do futuro.

A dor de Flora mistura-se ao ódio. Ela gira sua metralhadora de ódio para todos os lados. Todos são culpados pelo assassinato do irmão. Os amigos, falsos amigos; o tráfico que o recrutara; a cidade repulsiva que segue sua rota de embriague*, cínica e cúmplice. Flora detém-se quando a raiva acerta a mira mais precisa: o alvo, por excelência, são os vermes, os policiais corruptos e violentos que negociam com o tráfico, quando interessa, e matam os meninos do movimento, quando convém.

Naquele momento agudo, Flora pensa em largar tudo e entrar para o tráfico. Deseja armar-se para que a metralhadora não seja apenas a metáfora do ódio, mas o instrumentalize. Um amigo *rapper* captura Flora em pleno vôo sobre o despenhadeiro e lhe aponta uma alternativa: canalizar sabedoria, experiência, amor e ódio, e seu imenso senso de responsabilidade, para a arte e a política. Flora concorda. É preciso dar voz às suas idéias e traduzi-las em atitude, enriquecendo a usina do *hip-hop*. Vale a pena manter sua presença nas rádios comunitárias e agir para tornar-se, ela mesma, Flora, um dia, notícia de um outro tipo, notícia boa, que se possa casar, no quebra-cabeça, com boas novas sobre a cidade.

SIRENE NA TRASEIRA, ALARDE

NA PISTA, SUSPEITOS À VISTA:

O ALVO NEGRO DA DESCONFIANÇA

DURA SP

Narrativa e reflexões de My Bill.

Não sei qual é a característica de um suspeito, ou sei? Sei lá, o foda é que sempre que os caras nos vêem seus olhos crescem. Será que é assim com todo mundo? Pois bem, nós estávamos vindo do interior de São Paulo, indo para o aeroporto de Congonhas a caminho de Belém do Pará. Entramos num táxi branco, acho que era um Marajó ou algum carro parecido. Falávamos sobre as filmagens que fizemos e as amizades que deixamos pra trás. Passamos por um posto de gasolina e lá estavam duas viaturas paradas, fazendo sei lá o quê.

Em centésimos de segundos os olhos de um PM cruzaram com os meus. Eu não sabia se baixava os olhos - o que poderia demonstrar medo - ou se os fixava nos olhos dele - o que poderia parecer um enfrentamento. Nem sei o que fiz, acho que a velocidade do táxi se encarregou de nos livrar daquela cena.

Fizemos várias curvas e no fundo do peito o coração acelerava indicando o que todos no táxi já sabiam, mas ninguém comentava para não dar azar. Não deu outra. Sirene na traseira, alarde na pista, suspeitos à vista. O motorista do táxi disse: "Eu sabia!" Nada falei. Ficou claro que ele também nos achava suspeitos, ou pelo menos sabia que os PMs nos achariam. Só havia um flagrante no carro: as fitas gravadas no interior do estado para nossa pesquisa sobre violência e juventude, mas estavam muito bem escondidas. Só seriam descobertas se eles encrespassem com tudo e ainda quisessem ver as fitas através das lentes da nossa câmera, uma PD 150 da Sony, que aliás não estava com a nota fiscal e, como todo mundo sabe, a negrada tem que andar com nota até de chinelo de dedo.

Parecia uma guerra. Nada de novo pra mim. A novidade é que estávamos em território estranho. Eram duas da tarde, em pleno sol de Sampa. Os canas pararam o táxi e se colocaram em pontos estratégicos. Eram dez caras em dois camburões. Mandaram o taxista sair e em seguida ordenaram que todos saíssem do carro. Pensei: será que somos esse tiroteio todo? Um coroa que estava com umas divisas no braço - não sei o que ele era, mas atendi ao que ele disse - me mandou encostar no carro e me deu um puta sacolejo.* Naquele momento me lembrei dos sacolejos que tomei lá em Goiás, que

* *Sacolejo* é o mesmo que *sarava* ou *baculejo*, isto é, uma dura, revista policial bruta - o mesmo, portanto, que *salseirar* ou passar o pente-fino. *Sacolejo* é usado no Rio, e *baculejo* em São Paulo.

nada mais eram do que uma revista grosseira, dessas em que o cara aperta seu saco. Parece que ele tem certeza de que você é bandido mesmo.

Em seguida eles nos separaram e começaram um interrogatório. Não tínhamos, nesse dia, combinado nada, pois não havia nada que desabonasse nossa conduta. Eu disse que estava indo trabalhar no Pará, que canto *rap* e faço um trabalho com cinema. Ele não acreditou que eu trabalho com cinema, só que canto *rap*. Perguntou se eu tinha passagem na polícia (o que, por sinal, todo mundo me pergunta) e que eu não mentisse pra ele, e que me limitasse a responder ao que ele perguntava. Puta constrangimento, mas era o trabalho deles - claro que essas atitudes não são iguais, não são as mesmas com todo mundo. Mas eles são a lei, estão fazendo o trabalho deles. Afinal, estão resguardando a integridade dos homens de bem e se eu conseguir provar a tempo, quer dizer, antes de tomar um pescoção, que sou um homem de bem, essa dura, ou baculejo, serve para proteger a mim também.

Eu não sabia o que os outros estavam falando, mas sabia que não iria acontecer nada com a gente. Difícil é convencer as pernas que a razão é nossa. Elas não queriam saber de nada, exceto tremer... Não devo nada, mas não sei por que minha perna treme! Esse filme era velho. Nós estávamos em quatro pontos distintos: eu, Miguel, Celso e o taxista. Não sabia o que eles diziam, mas podia imaginar... O taxista devia estar dizendo que não tinha nada com aquilo, que não conhece a gente e que não quer saber de porra nenhuma! Tipo: "É com vocês mermo!" O Celso estava tranqüilão, negrão piranha velha*, acostumado às duras da vida, desenrolava com os canas e parecia que contava umas histórias pra eles: puro 171 !** O Miguel estava um pouco enrolado do outro lado, é que ele é uruguaio e os caras encrespam*** com ele, quiseram saber tudo sobre ele e, na verdade, nem nós sabemos. Sei que o Miguel está no Brasil há pouco mais de dois anos, que nasceu no Uruguai, foi pra França com a mãe aos dois anos e aos 18 foi parar em Cuba. Parece muito, né?, mas não, é muito pouco para quem está sendo interrogado.

Os caras cismaram comigo, querendo saber de onde eu conhecia o gringo e onde ele morava. Queriam saber se o passaporte dele era falso e o que realmente eu estava fazendo com eles todos... Parecia que aquilo não ia terminar nunca, até que uns moleques começaram a gritar pelo meu nome e os policiais

* Piranha velha significa malandro velho, astuto.

** Puro 171 ou puro 7 significa pura enrolação.

*** Encrespar é o mesmo que cismar

perguntaram se eu conhecia aquelas pessoas. Eu disse que não, mas que eles provavelmente me conheciam, porque, como eu tinha dito, faço *rap* e tem alguns malucos que me conhecem e alguns mais malucos ainda que gostam de mim.

A essa altura já tinha se passado uma meia hora de "dura" e eles já estavam convencidos de que não iam arrumar porra nenhuma com a gente. Só se um passarinho soprasse nos ouvidos deles que tinha umas fitas na mala com imagens de um monte de bandidos anões.

Aí veio um toque-chave do Celso, uma pedra de gelo na fita. O Celso disse para o policial com quem eu tinha cruzado os olhos: "Doutor, não leva a mal não, mas esses taxistas são muitos espertos. Eu queria saber do senhor se quando acabar o sério trabalho de vocês, se o senhor poderia pedir ao taxista para ele fazer voltar o relógio." O tempo parou, e o policial ficou pensando por alguns segundos sobre o que o Celso tinha dito. Mandou todo mundo embora. Agradecemos por nos deixarem ir, mesmo depois de tanta humilhação - claro que é humilhação, se eu tinha documentos, eu tinha mais é que ir embora mesmo. O homem chamou o taxista, deu um papo e pediu para ele desconsiderar o tempo parado. Ao chegar ao aeroporto, o taxista, constrangido, pediu desculpas para nós insistentemente, tentando deixar claro que nada tinha a ver com aquela dura. Fiquei meio encabulado com aquilo, mas, ao lembrar do nosso histórico, por que ele deveria ter? Saímos do táxi, entramos no aeroporto e lá fomos nós para o rabo da fila da Gol.

FORJADO DE ROTINA EM ARACAJU*

Aracaju, verão de 2002. Eram mais ou menos oito horas da noite. Uma menina que trabalhava na Prefeitura. Era nosso contato. Estávamos tão cansados de caminhar lado a lado com bandidos que resolvemos ir para as comunidades de um modo mais oficial. Sabíamos, lógico, que ela não estaria conosco por conta da Prefeitura, mas de toda forma ela também era do *hip-hop* de lá e desenvolvia projetos comunitários, por isso tinha o perfil que precisávamos para encontrar nossos falcões e estender as filmagens de nossa pesquisa a Sergipe.

Ela ligou para o hotel. O garçom me chamou na salinha para eu atender o telefone. Combinamos a fita. Estava um puta calor. O rango estava maneiro, mas naquela noite o prato era mais uma vez falcão noturno. Marcamos o ponto às 23h30.

Onze horas estávamos eu, Bill e o Miguel, no lugar marcado. Era uma praça escura, poucas pessoas estavam por lá, apesar do calor. Parecia essas noites de jogo do Brasil na Copa do Mundo. Ficamos ali trocando idéias sobre o que tínhamos filmado, sobre as coisas que iam acontecer e sobre um monte de paradas... Nosso carro era alugado, um Pálio azul sem som, sem ar, sem porra nenhuma, mas também o nosso trabalho era duro mesmo, não tinha luxo nunca. Várias vezes nós dormimos nas casas dos falcões. Hoje o nosso argumento é que a força da pesquisa é viver a vida com eles, 24 horas, mas na real algumas vezes era mais do que nossa intenção. Era impossível ir para outro lugar devido ao nosso orçamento.

Perto da meia-noite e a menina não chegava. Ficamos num entra-e-sai, num sai-e-entra no carro, ela não tinha celular e a comunicação era difícil. Nosso celular não pegava lá. Até que chegou a nossa companhia da noite, uma joaninha (radiopatrulha). Tinha dois policiais no carro. Eles passaram e deram a volta por duas vezes na praça, e ficava claro, a cada olhada deles, que nós íamos tomar uma dura. Até aí tudo bem, não tinha nada no carro

* O relato que Celso Athayde escreveu sobre sua experiência em Aracaju endossa a reflexão de Bill e adiciona novos ingredientes, porque, no caso que você vai conhecer agora, a conversa inspirada de Celso não foi suficiente para convencer os policiais de que havia um engano, de que ele, Bill e Miguel eram homens de bem, trabalhadores. Até aqui, observamos o filtro racista presente nos olhos dos policiais, em sua escolha do alvo a revistar, nas perguntas que formularam e no tratamento que deram aos estranhos. A seguir, vamos acompanhar Bill, Celso e Miguel em uma visita ao pântano da corrupção. Eles vão do racismo aos 350 reais, passando pela mutuca

mesmo, nem existia ainda o nosso maior patrimônio da noite, as imagens dos garotos. Tá tranquilo, eu pensava.

O engraçado era que ser de outro estado dava uma certa sensação de ser de outro país. Às vezes, perdemos a noção de sermos brasileiros e os policiais também. Eles só nos enxergam como turistas se estivermos na praia tomando água de coco, e até reconheço que faz sentido. Porra, o que dois cariocas e um uruguaio poderiam estar fazendo ali, àquela hora, naquele lugar? Mas isso estava só na minha mente, eles não sabiam ainda que tínhamos todos estes "defeitos".

Os canas pararam do outro lado da praça e confabularam com um magrinho de camisa branca que estava vendendo doces numa calçada. Não falavam muito nem nos olhavam. Eu é que não tirei os olhos deles. Os meganhas saíram direto de lá e vieram em nossa direção. Chegaram e foram mandando todo mundo encostar no carro. O Bill estava sentado no banco cochilando e o Miguel estava de pé ao meu lado lendo um livro de fotografia - a bem da verdade, ele estava disfarçando. Encostamos nossas carcaças no Pálio e começou um educado ritual de revista. Fomos separados. Eu já havia visto aquele filme. A cada dura nós vamos entendendo melhor a política humana e psicológica dos canas. Eles nem sequer revistaram o carro ou perguntaram sobre nós. Deram um empurrão no Miguel, que estava atrapalhando a passagem de um deles. Aí eu senti logo que de racista eles não poderiam ser acusados, porque o Miguel é considerado branco no Brasil. Daí pediram para o Miguel abrir a mala do carro, eu disse que a chave estava comigo, então me pediram a chave e foram para o carro. Eu até pensei em ir com eles, mas pra que provocar mais os caras? Eu queria é que eles fossem embora logo. Quando me perguntassem o que estávamos fazendo ali, ia dizer que somos turistas e que marcamos com uma gatinha que nos levaria até outras gatinhas e foda-se.

Mas, para minha surpresa, os caras voltaram dizendo que encontraram uma parada no carro. Nenhum de nós sabia do que se tratava. Era um embrulho bem pequeno de jornal, do tamanho de duas borrachas escolares embrulhadas. O mais velho, sorridente, dizia que tinha encontrado o que estava procurando. Na mesma hora minha cabeça fez um círculo sobre ela mesma. Eu sabia do que eles estavam falando, mas logo com a gente? Não, não podia ser.

Mas era. Pensei sobre tudo que tinha ouvido dos meninos do tráfico: que eles eram seqüestrados pelos policiais, que os policiais pegavam seus inimigos e os vendiam vivos só para que eles tivessem o prazer e a "moral" de matá-los. Muitos episódios macabros desse tipo, que escrevem parte da história do Brasil e que nem mesmo o Brasil conhece. Era o que eles chamavam de forjado. Eu tinha escutado muitas histórias de jovens e de adultos

que os policiais, quando queriam prender e não tinham provas, forjavam e os levavam para a delegacia. Lá, podia-se chorar horrores que a cobra fumava e não tinha mãe que tirasse do xilindró. Tudo isso passava rápido na minha cabeça. Outra coisa passa agora: como a palavra de um cidadão de bem, que não tenha antecedentes criminais, pode ficar subjugada pela palavra de certos policiais que respondem a vários e vários homicídios e acusações de corrupção? Mas é assim. A lei é a da selva, a selva chamada Brasil...

Voltando à pracinha, lá estávamos nós, não como reis da selva, mas como coelhinhos acuados esperando o bote da cobra. O policial de bigode percebeu que eu tinha uma certa responsabilidade pelo grupo, acho que é porque ele viu que o carro estava alugado em meu nome. Me levou para um canto e veio com a seguinte conversa: "Vou ter que conduzir vocês até a DP. Sei que você é gente boa. Basta olhar pra você que se vê que você é gente de família, mas tô vendo, rapaz, que você está andando em péssimas companhias..."

Ele dizia isso e mostrava o tal jornal com umas porras dentro que eu nem vi direito, mas parecia, sei lá o que parecia! Posso até arriscar e dizer que era *crack*, mas ele chamava a parada de "mutuca". Tudo muito ridículo. Ele parecia um paizão dando conselhos pro filho, só que eu não era filho dele e a qualquer momento eu ia explodir com eles.

Ele me perguntou o que estava fazendo ali. Eu disse e tentei ganhar tempo para ver se a desgraçada da garota chegava para nos tirar daquela merda. Hoje eu acho que ela ia é se ferrar com a gente. Eu gaguejava e mentia sem segurança, o que complicou um pouco a nossa vida. Falei que somos artistas, que somos amigos de um monte de gente importante, pessoas que poderiam depor a nosso favor. Nada disso era importante para aquele matuto matuto não porque era de Aracaju, mas porque era meu mais novo inimigo.

Disse que não tinha jeito, que carioca é muito folgado e que a polícia de lá não era mole igual à nossa não. Eu comecei a sentir falta da PM do Rio. Aquilo tudo parecia um pesadelo. Eu me perguntava o que eu estava fazendo ali. Olhava pro Bill e me perguntava se algum deles tinha me traído. Claro que não. Imagina! Mas a tortura continuava a ponto de eu começar a achar que o carro tinha sido alugado por uns viciados antes de mim. Comecei a colocar a integridade do Bill e do Miguel em xeque, não pelo uso, mas pela omissão. Não, eles não! Claro que era uma forma de nos incriminar por dinheiro, um simples forjado de rotina.

Minha intuição indicava que eu deveria tocar para a frente e levar aquilo até as últimas consequências; acionar o presidente da República se fosse preciso. Afinal, nós três éramos inocentes, embora não pudéssemos provar.

Mas a razão sabia que nem mesmo a minha mãe iria duvidar daqueles caras safados que falavam em nome da lei. O filho-da-puta dizia que iríamos assinar um 12 e, pela cara deles, dava pra imaginar que a DP era sócia deles e, pensando bem, não seria prudente arriscar, o delegado não acreditaria em mim. Todo cuidado seria pouco. Só não acreditava que nossa vida estivesse em jogo, mas não dava pra subestimar.

Pensei nas visitas que fiz a vários presídios. Muitos homens se diziam inocentes. Ficava difícil acreditar. Mas eu estava prestes a ser um deles. Parecia aqueles filmes americanos cheios de poeira e corrupção. Segui a lógica da corrupção: aquele verme estava quase me convencendo de que a droga era minha. Eu tinha um certo medo de perguntar quanto ele queria, mas em todos os estados por onde tínhamos passado encontramos policiais corruptos, em alguns com mais frequência, em outros com menos, mas em todos os estados, sem exceção, nos deparamos com tiras corruptos. A questão era saber o momento certo de perguntar. Antes que eu me decidisse a perguntar, o outro, que fazia o papel de mau, começou a gritar de longe: "Vamos levar esses caras!" - eu sabia que era joguinho, pois se quisessem levar já teriam levado há muito tempo.

O coroa, que fazia o papel de meu camarada, perguntou se eu tinha alguma sugestão para resolver o problema. Era um código grosseiro, era, mas eu ainda precisava de mais certeza, do contrário aquele sujeito poderia me meter como traficante e como subornador de PM. Ele viu que eu fiquei pensativo e avançou: "Vocês estão passeando, então devem ter dinheiro. Vocês vão chegar na DP e com o delegado o papo é diferente. Aqui, somos só eu e o soldado ali. Lá, não, tem que bancar toda a delegacia, senão tá enroscado. É melhor resolver aqui igual a *homi* ou tão fodidos" - começou ele, com um discurso menos militar...

Eu falei com firmeza: "Seguinte, o senhor sabe que nós não somos bandidos, mas eu não vou ficar aqui nesta conversa a noite toda com o senhor não, eu vim aqui encontrar com as meninas." E elas nada de chegar... Segui: "Quanto eu tenho aqui? Duzentos e cinquenta reais. Nós não somos ricos não. O senhor pode ver aí minha carteira." Eu devia ter uns 350 reais na carteira, mas não dava pra contar porque estava trocado. Ele olhou e parecia que tinha visto a galinha dos ovos de ouro. Mesmo assim, disse que era muito pouco para o artigo em que a gente estava sendo classificado.

Pensei que estava resolvido até que o outro policial, atraído pela movimentação de grana, se chegou, talvez achando que seria roubado pelo coroa. Aí o mais velho disse a ele que não aceitasse, que nós somos safados e continuou o seu papel de policial malvado. Pediu para o Miguel ir até o Banco

24 horas e sacar, o que era impossível, até porque o Miguel nem cartão tinha.

Sugerimos que eles pegassem o que todos nós conseguíssemos e anotassem o telefone do hotel para pegar o restante no dia seguinte: no Rio isso é chamado de cheque-sequestro: quando os "mineiras", polícias sequestradores, prendem os bandidos e eles não têm dinheiro para pagar, negociam um acordo de pagamento mensal. Quando o bandido não paga e é preso outra vez, ele morre ou vai preso. Mas eu não, não era bandido.

Eles não aceitaram ir ao hotel. Já devia ser uma e meia da manhã. Durante esse tempo, muitos moradores saíram e entraram nas suas casas para ver o que estava acontecendo. O folgado do PM mais novo mandava o pessoal entrar. Às mulheres ele às vezes perguntava se elas não tinham roupas pra lavar.

Depois de forçar todas as barras e ver que não ia cair nada da nossa conta, o mais novo começou a reclamar e dizer que se pegasse a gente novamente eles iriam meter a porrada e levar preso. Aquilo era inacreditável... Eles sabiam que nós éramos inocentes. Mesmo assim, o teatro continuava.

O mais novo excomungou o dinheiro que eram 100 reais a mais do que eles estavam pensando e saiu de perto reclamando como um louco. O mais velho então nos disse que tomássemos muito cuidado, porque ali, bem perto, tinha uma favela chamada (...), que era um lugar muito perigoso. Despediu-se de nós apertando a mão e deixando bem claro que era "acordo de homem e não de moleque". No fundo, ele tinha receio de uma denúncia nossa. Entraram na radiopatrulha sem a menor pressa, acenderam a luz do salão e conversaram um pouco. Parecia que contavam o dinheiro. Naquela altura, o mais novo deveria estar mais calmo, pois deveria ter descoberto que ele tinha direito a 175 reais da propina. Imagino que eles dividissem em partes iguais. Nada disseram e foram embora, levando na bagagem a tal da mutuca. Certamente para usar contra outros manes como nós. A menina não apareceu para o encontro. Se apareceu, desapareceu com medo.

Lembramos depois que a favela de que o PM falou, aquela de que deveríamos ter medo, era a favela para onde nós estávamos indo naquela noite. Voltamos para o hotel vencidos, derrotados. Contatamos outras fontes e, por uma questão de moral e teimosia, fomos exatamente para aquela mesma favela na tarde seguinte. Fizemos um churrasco e, à noite, lá estávamos nós, filmando na boca e bem recebidos pelos caras que os policiais disseram que deveríamos temer.

Depois de ouvir muitas histórias daqueles moleques, soube coisas horríveis que eles passam e também outras tantas que eles fazem as pessoas passar. Percebi que tudo o que vimos e passamos naquelas 48 horas era fruto de um muro que caiu, um muro que determinava onde termina o bem e onde começa o mal. Lembrei do que a velha de Porto Alegre tinha dito ao Bill: "Tá tudo tão errado, tudo tão confuso, que sobreviver nesse

inferno já é um puta de um lucro.”

INVISIBILIDADE E RECONHECIMENTO

INVISÍVEL

Em 1978, eu estive invisível por algumas horas. A experiência foi rápida mas marcante. Afinal, não é todo dia que a gente desaparece ante os olhos dos outros. Olhos e ouvidos, porque fui suprimido do campo de visão e audição. Imagino que estive vetado também pelos demais sentidos, mas disso não posso dar testemunho. Estava no interior do Maranhão, fazendo uma pesquisa para minha tese de mestrado. Era o fim de uma tarde tranqüila e amena de um dia muito especial para a comunidade de bom Jesus: a "Busca do mastro", 15 de dezembro, data em que se inicia a temporada de festejos, sob proteção de São Benedito. Nesse dia, o mastro é fixado no centro do povoado, onde permanece até o dia de Reis, 6 de janeiro, representando a unidade do grupo e celebrando sua relação com o sagrado.

A peregrinação era alegre, musical, rítmica e exaltada. Todos e tudo em movimento, braços e ombros se esbarrando, os corpos se misturando em júbilo quase místico. Embarquei na procissão, rendi-me ao ritmo geral e naufraguei, quer dizer, desapareci. As pessoas que me tratavam com aquela deferência fraterna, típica do Brasil rural mais fundo e popular, subitamente deixaram de falar comigo e até de notar minha presença. Sequer respondiam às perguntas.

Reconheço que eu era um pouco inconveniente; afinal, a curiosidade era meu ofício. Mesmo assim, no dia-a-dia, nem por isso meus interlocutores perdiam a paciência. Pelo contrário, davam sinais de orgulhar-se de meu interesse. No ritual, era diferente. Não estou dizendo que perderam a paciência comigo; simplesmente, me ignoraram, ainda que ninguém tivesse perdido a consciência ou entrado em transe. O mais inquietante era o caráter coletivo do fenômeno: todos deixaram de notar-me ao mesmo tempo, sem que tivesse ocorrido uma deliberação. Tratava-se de um processo involuntário, espontâneo, sincrônico e unânime. Era algo dotado de objetividade, externo a cada um, a cada subjetividade; algo a que todos aderiam, introjetando e, por meio da prática, reproduzindo: um fato social.

De repente, fiquei incógnito entre parceiros, estranho embora íntimo. A sensação não é nada agradável e seria bastante perturbadora se o mal-estar não fosse compensado pela satisfação intelectual: era gratificante viver e redescobrir, na experiência direta, o que já tinha ouvido nas aulas e lido nos livros de teoria sociológica. Eu perdia provisoriamente o contato com meus

amigos da comunidade, mas ganhava um capítulo interessante para minha tese que depois virou livro. Era como se o chão escapasse sob meus pés, mas outro solo viesse me amparar. A fé na evidência dos objetos que estão no mundo era subtraída de meu repertório cotidiano. Aprendi na própria pele que a gente vê o que a cultura e a sociedade permitem que se veja.

Essas operações não são racionais e conscientes. Ninguém planeja ver o que não via ou, por livre e espontânea vontade, num estalar de dedos, deixa de ver o que é incômodo ou impróprio. A gente simplesmente percebe ou deixa de perceber, de acordo com limites e pressões psicológicas, sociais e culturais. Nossa sensibilidade segue uma disciplina que está longe de ser apenas cognitiva: é também emotiva, psicológica, simbólica e valorativa. A cultura é uma espécie de moldura ou linguagem que nos orienta como uma bússola ou um mapa, articulando os ingredientes naturais e sociais, históricos e institucionais, e configurando uma pauta, a partir da qual compomos "canções" e "sinfonias". Nos termos dessa metáfora, a música é o sentido que damos à vida e a nós mesmos, e corresponde à peculiaridade de nossa travessia - sempre semelhante a outras e sempre singular.

Estas questões são bem mais complexas do que parecem ou do que estou fazendo crer. Para não induzir os leitores a erro, devo acrescentar uma observação: já afirmei que os indivíduos não são donos do seu nariz - isto é, não controlam o que percebem ou deixam de perceber -, por motivos culturais e até mesmo psicológicos. Freud nos ensinou que censuramos algumas verdades excluindo-as da consciência - porque são dolorosas demais ou excessivamente subversivas para a ordem que instauramos dentro de nós mesmos. Isso, entretanto, não significa que os indivíduos sejam simples marionetes da cultura, da sociedade ou mesmo de comandos inconscientes. Não somos escravos de nossos limites. Ciência, filosofia, psicanálise, arte e outras práticas humanas como festas e rituais, por exemplo - podem nos libertar desses limites, mesmo que o façam ao preço de estabelecerem outros - há sempre um preço a pagar.

Hoje, lembrando a experiência de 1978, eu a revivo com nitidez, apesar do tempo. Ela se impõe aos meus sentidos como alguma coisa externa e se desenrola com desenvoltura. É curioso que a sensação predominante não seja de liberdade, mas de perplexidade, desconforto, perturbação e um mal-estar difícil de descrever. Digo que me parece estranha a ausência da liberdade ou da sensação de liberdade porque, na adolescência, imaginar-me invisível era muito divertido justamente porque não-ser-visto era um dom associado a uma liberdade elástica, do tamanho do desejo. Por isso, o desaparecimento no Maranhão foi decepcionante.

Na comunidade de bom Jesus, vivi o outro lado da invisibilidade, mais obscuro e pesado: a dissipação. Desmanchar no ar é dose para adulto, ainda que, hoje, no Brasil, este veneno seja aplicado, com frequência, em adolescentes.

Ver e ser visto são duas faces da mesma moeda, em geral, nos encontros humanos. Por isso, as histórias de espionagem nos fascinam e mobilizam tanto. Elas dividem a unidade da experiência social em duas partes: um personagem vê (sem ser visto) e o outro é visto (sem ver e sem saber-se visto). A solução da trama depende do esforço titânico do protagonista que, no último capítulo, consegue inverter a posição relativa dos personagens, redefinindo a equação: quem observa quem, afinal?¹⁴

Já as histórias de terror giram em torno da experiência de ser visto e saber-se visto, sem ver, que é o oposto paranóico da invisibilidade: é a plena visibilidade, sem sombras, máscaras, disfarces ou esconderijos. A cena típica é assim: a vítima do medo é vista e não vê; está inteiramente devassada, sem proteção contra a transparência que a vulnerabiliza, todavia permanece cega para a fonte do mal, incapaz de identificá-la e contê-la, ainda que sinta sua presença. Se o desaparecimento nos desvaloriza, o enredo do terror supervaloriza quem é visto, mas o faz apenas para o gozo de um prazer perverso e de sua manipulação malévola. A vítima reduz-se a objeto e é nesta condição que sua visibilidade é focalizada e enaltecida. O que se vê não é a pessoa, em sua individualidade, mas o alvo de uma violência iminente que será desencadeada pelo agente do terror.

Visibilidade análoga é aquela experimentada pelos prisioneiros em uma penitenciária panóptica. O escritor inglês George Orwell percebeu a importância das relações entre controle, poder e visão. Em seu livro *1984*, os aparelhos de TV funcionam em mão dupla, difundindo imagens e vigiando os telespectadores. Foi Orwell quem inventou o *big brother*, o "grande irmão", nome do tirano que tudo vê - e, conseqüentemente, tudo pode. Às vezes, tudo o que a gente quer é escapar do pesadelo, exorcizar o medo e afundar na invisibilidade. Retornar ao útero materno. Portanto, nem sempre a visibilidade é um bem.

Na comunidade de bom Jesus havia uma razão para que não me vissem durante o ritual: o que estava em jogo era a valorização dos laços que uniam o grupo, promovendo sua auto-estima e sedimentando sua identidade. O objetivo era reforçar os elos simbólicos com os antepassados, com a história coletiva, para que o futuro pudesse ser antecipado com otimismo e, sobretudo, para que, no presente, os direitos comunitários sobre as terras - herdadas

do senhor de escravos - fossem celebrados, reafirmados e garantidos. Nesse contexto, eu era um marciano, um E.T., um enigma meio indecifrável vindo de muito longe. Um ator sem sentido e sem função, em busca de um personagem. Não me encaixava nas categorias classificatórias usuais. Era, na verdade, um elemento de perturbação, ainda que o povo de bom Jesus já estivesse convencido de minha solidariedade e me abençoasse com seu afeto.¹⁵ Não na festa, entretanto. Não naquela festa. Minha morte simbólica, provisória, foi decretada e executada sem consultas e reflexões, com a mesma naturalidade com que os corpos começaram a balançar e o coro pôsse a embaralhar vozes. A comunidade parecia desprender-se do solo como um balão, adernando ao sabor do vento e do ritmo. Eu me distanciava e acenava do porto, resignando-me a não ser, por algumas horas, parte do grupo, parte visível do mundo.

ESTRANGEIRO: ONDE MORA o PERIGO

Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte mas furta a presença, aquela presença verdadeira que depende da interação, da troca, do reconhecimento,¹⁶ da relação humana. Tudo aparece apenas à visão, não ao toque ou à troca: o mundo da vida social fecha-se à participação. Excluídos, tornamo-nos *voyeurs*. O *voyeur* é aquele que, olhando de fora, parece estar roubando o que não lhe pertence, imiscuindo-se no alheio como um intruso esquivo, um fetichista. Não ser visto significa não participar, não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho.

O sentimento de não pertencer, de estar fora, costuma ser doloroso. Há duas maneiras de experimentar esse sentimento: a mais óbvia, imediata e superficial, e a mais profunda e perturbadora. A primeira é simples: ser estrangeiro. Quem nunca se sentiu estrangeiro? O modo mais rápido e drástico de descrever a situação do estrangeiro é esta: ele não sabe falar a língua nativa; ele não consegue comunicar-se com as outras pessoas; ele e ela não entendem o que os outros dizem. A vida coletiva se embaralha numa babel de sons indecifráveis e uma parte das engrenagens que nos fazem funcionar entra em colapso. A segunda é mais complicada: descobrir o lado estrangeiro de si mesmo, na relação com os mais próximos e consigo mesmo. Descobrir-se exilado no seu próprio país, na sua própria casa. Saber-se condenado a não se entender, inteiramente - e, portanto, a não exercer sobre si pleno controle.

Transposta para a sociedade, essa descoberta provocaria um abalo nas ideologias que idealizam a ordem e a estabilidade. Se os indivíduos não se conhecem a si mesmos, plenamente, a fronteira entre aquilo que se supõe ser e aquilo que se pode vir a ser não é tão clara e rígida (porque aquilo que verdadeiramente se é está sempre em processo e sempre se furta a um conhecimento integral). Sendo assim, a fronteira que separa as pessoas de bem e as demais tampouco é nítida e rígida - a experiência mostra que pode ser atravessada nos dois sentidos -, como vimos, no capítulo, "A Esperança como Dever". Portanto, não restaria alternativa à sociedade - que se queira racional - senão adaptar-se a esta plasticidade dos indivíduos, adotando uma postura menos crédula quanto à possibilidade de controle e se tornando mais tolerante. Ocorre que este processo adaptativo de flexibilização implica, por sua vez, um corolário bastante interessante e provocador: assim como os indivíduos

são mais mutáveis e ambivalentes do que gostariam de acreditar, as sociedades também são mais vulneráveis à mudança do que crêem ser, ainda que as mudanças se realizem a conta-gotas, quase imperceptivelmente, sem os fogos de artifício das revoluções políticas.

ANTÍGONA DO HUMAITÁ

Esta história de ver e não ver é muito relativa. Às vezes, alguém encarrega-se da tarefa de, ostensivamente, não ver para que os outros vejam com mais nitidez - e absorvam a realidade, especialmente quando é doloroso absorvê-la. Neste caso, a cegueira seletiva cumpre uma função nobre. Eu até ousaria dizer: caridosa. Em 1976, poucos anos antes de viajar ao Maranhão, eu morava numa rua árida do Rio de Janeiro, justamente onde ela terminava, fazendo esquina com uma ruela agradável e bucólica. Ali, naquela pororoca urbana, confluência da escassez de verde com a fartura, havia um espaço nada inspirador mas que a vizinhança teimava em ocupar com a intimidade com que se ocupam as praças. Para todos os efeitos, virara praça, portanto. Menos mal, porque assim eu podia compartilhar a ilusão e abrir a janela do minúsculo quarto-e-sala como quem se debruça numa varanda sobre uma praça frondosa e verde. Bem ali, na praticinha imaginária, acompanhei um drama de que jamais me esqueceria. Drama é a palavra exata.¹⁷

Uma adolescente de seus 16 ou 17 anos, no começo da tarde, andou de um lado a outro, gritando aos prédios e aos vizinhos que passavam um convite para a grande festa que promoveria à noite. O convite soava um pouco estranho, porque não havia intimidade que justificasse procedimento tão aberto, tão amplo e inclusive. Por outro lado, havia algo de paradoxal no ar, porque um convite assim dirigido a todos, em certo sentido, não se dirige a ninguém. Além disso, havia um resíduo aflito, uma ansiedade mal rasurada no fundo de sua alegria excessivamente teatral. Em seguida e por horas a fio, cantou, entremeando os números com o anúncio de sua felicidade, reiterado a plenos pulmões. O que começou simpático e gentil, tornou-se cansativo e incômodo, até saturar. Aos poucos, outras vozes se misturaram à eloquência da moça. Pareciam sussurrar, cativá-la, dialogar com ela, negociar, persuadi-la a sair dali, voltar para casa, demovê-la do escândalo. A noite aproximou-se, tateou os prédios, a praça, a moça, desceu, impôs-se e fechou seu manto negro. As janelas iluminaram-se mas a moça resistia, agora um fio de voz. Às nove horas, quando o eco das novelas já neutralizava a moça, pateticamente obstinada, seu pai levou-a à força para casa, de onde partiu um grito mais forte e veemente que todos os gritos e cantos anteriores: "Seu irmão morreu. É verdade sim, é verdade. Seu irmão está morto." Um acidente de moto lhe roubara o irmão. A moça desabou num choro convulsivo e enroscou-se nele até

calar. A família estava calma. Manteve-se calma. Compadeceu-se da loucura da filha que se negava a reconhecer a realidade e armou-se de toda lucidez e resignação de que seria capaz para domar a dor implacável da irmã, a pequena Antígona do Humaitá. Domando-a, domou a sua. Ensinando a moça a ver, a olhar e ver o que ela se recusava a aceitar, apontando o dedo para a cara da morte, a família pôde vê-la, reconhecer sua realidade, aceitá-la. Na misteriosa economia coletiva do sofrimento, coube à irmã um papel didático, pacificador, estabilizador, em sua loucura e por sua loucura. Ao não ver, desobstruiu a visão dos outros e apaziguou seus corações.

ORTOPEDIAS DO OLHAR

É importante assinalar que nosso olhar é educado, assim como o paladar e a audição. Os europeus, antes que a tarefa envolvesse toda a humanidade, tiveram de reaprender a ver as pinturas e os desenhos, depois que a perspectiva foi inventada. Nós todos aprendemos a ver cinema, especialmente a ver filmes com legendas, o que exige perícia e um treinamento particular, do qual nem nos damos conta porque transcorre irrefletidamente. As novas gerações aprendem cada vez mais cedo. É preciso saber onde fixar o olhar para que seja possível captar o conjunto da cena, sem que se percam os detalhes mais importantes, tudo isso enquanto se lêem as legendas. Não é fácil. Façam o teste com pessoas mais velhas ou sem o hábito de ir ao cinema. Elas não conseguem nem distinguir programas e intervalos comerciais, freqüentemente confundem ficção e realidade, assim como não diferenciam as referências visuais ao passado e ao presente.

Andar por uma grande cidade e observar a multidão fazem parte da agenda turística de milhões de pessoas, em todo o mundo. Quem se lança nessa aventura nem percebe quantos códigos de comportamento - e quantos códigos visuais - foram aprendidos e reaprendidos para que a experiência pudesse um dia ser vivida com prazer e entendimento razoável sobre o que se passa. No final do século XIX, a multidão ainda era o novo e disforme personagem das cidades que se expandiam no ritmo acelerado da industrialização. Era assustadora e indecifrável. Foi necessário aprender a conviver com a multidão, a fazer parte dela e a identificar seus movimentos e sinais. Ainda hoje, os modos de observar e interpretar a multidão nas ruas são muito diferentes. O pedestre, o camelô e o policial vêem a mesma realidade com olhos distintos e diferentes focos de atenção, o que produz imagens diversas, às vezes conflitantes entre si. Aquilo que cada um seleciona e recorta do conjunto, retém na memória e reorganiza em uma imagem final, depende de muitos fatores - como já sabemos -, vários dos quais se encontram na ponta do observador, não do observado, mas todos eles colaboram para estabelecer relações que constituem as matrizes de nossa percepção. Por motivos que pretendo esclarecer adiante, o decisivo, no olhar, é a relação.

A RELAÇÃO É o QUE (NÃO) SE VÊ

Ver ou não ver, eis a questão. Parece trivial, mas não é. Será que aquilo que a gente vê é mesmo aquilo que a gente vê? Ou a gente vê não o que olha, mas a relação com aquilo que olha? Se for assim, quando se olha alguém ou alguma coisa, olha-se também para dentro de si mesmo. Em outras palavras, se este argumento fizer sentido, seria legítimo afirmar que a pessoa ou o objeto que se olha é também - além de ser objeto ou pessoa - um espelho para nosso espírito, nosso estado psicológico, nossa educação, valores, emoções, conhecimentos, compromissos profissionais, responsabilidades sociais, posição na estrutura familiar etc. Enfim, tudo aquilo que faz a gente ser o que é. Pode parecer complicado, mas tudo vai se esclarecer quando esse palavreado abstrato desaguar em exemplos.

Então, vamos lá: a mulher nua ou o homem nu será visto por alguém. Digamos que esse alguém que olha seja um médico, que estabeleça com a pessoa observada uma relação profissional. Suponhamos que eles estejam numa consulta médica. Imaginemos, agora, esse mesmo homem ou essa mulher diante de um pintor, em um ateliê, posando para uma obra de arte. Imaginemos essa pessoa nua com seu ou com sua amante. Finalmente, tomemos o caso histórico em que a pessoa nua está sendo banhada por seus servos, na Europa medieval. O corpo pode ser igualmente belo e atraente, em todos esses cenários, mas nem o médico ou a médica, nem o pintor ou a pintora, nem os servos terão uma experiência visual comparável à dos amantes. O objeto corpo pode ser o mesmo, mas as relações entre quem olha e quem é observado são diferentes.

O olhar dos profissionais da medicina é clínico e técnico: decompõe a unidade da pessoa em órgãos, funções, sinais e sintomas. O corpo sofre uma metamorfose e se converte em um livro para ser lido ou em constelação semiológica para ser decifrada. A satisfação que eventualmente resultar do encontro médico será o restabelecimento da saúde. Aqui, o sexo é uma função fisiológica entre outras.

O olhar do pintor vai desfigurar o corpo e colocar a pessoa entre parênteses. Sua visão focalizará fragmentos e aspectos, cujo tratamento gráfico permitirá uma interpretação do corpo e até mesmo da pessoa. Mesmo que se assemelhe a um retrato fiel, a obra de arte consistirá em uma reinvenção do corpo observado. Neste caso, o sexo será apenas um dos possíveis sentidos da linguagem pictórica.

Nas sociedades européias medievais, os nobres não sentiam vergonha quando se desnudavam diante dos servos, independentemente do gênero de uns e outros, porque eles não eram considerados seres da mesma natureza, que pudessem estabelecer com seus senhores vínculos personalizados. Neste caso, o sexo é vetado. Portanto, mesmo olhado, não pode ser visto.

Entre os amantes, a nudez é erótica e carregada de sensualidade, na medida em que o sexo constitui a natureza mesma da relação ou uma de suas dimensões mais importantes.

Mesmo sendo, por hipótese, sempre o mesmo, o corpo será sempre diferente na visão dos que o observam, de acordo com as relações que se estabelecem entre quem olha e quem é olhado. Essa diferença não expressa mudanças do corpo observado. O que muda, portanto, são os olhares, ou melhor, as relações nas quais se projetam esses olhares e as condições em que esses olhares produzem visões do corpo. Quer dizer, se o olhar transporta para a imagem daquilo que é olhado um pouco da pessoa que olha, se o olhar transporta para a imagem a relação entre o que vê e o que é visto, deduz-se que ver é relacionar-se.

Isso é surpreendente para quem pensa que o ato de olhar serviria como uma metáfora perfeita para designar a suposta objetividade do vínculo entre o sujeito da ciência e seu objeto. Pelo contrário, não há pureza nem objetividade no olhar. Nossa visão das coisas e das pessoas é carregada de expectativas e sentimentos, valores e crenças, compromissos e culpas, desejos e frustrações. Acima de tudo, é necessário reter na memória esse ponto: ver é relacionar-se. Sendo assim, o que seria não ver, sobretudo em certos contextos?

ETIQUETAS DO OLHAR

Outras observações sobre não ser visto. É importante distinguir duas situações. Nem sempre a gente precisa ser olhado nos olhos por uma pessoa e conversar diretamente com ela para se sentir notado, reconhecido e respeitado. Nos encontros coletivos, quando várias pessoas dirigem-se a outras tantas, numa festa, por exemplo, dependendo da disposição espacial dos interlocutores, todos com copo na mão, formando semicírculos, pode ocorrer que alguém não fale nem olhe para certa pessoa, mas a faça sentir-se notada, pelo simples fato de dirigir-se ao grupo em que ela está evitando dar-lhe as costas, incluindo-a, portanto, com essa cortesia, no grupo que está sendo saudado em conjunto.

Para que a gente valorize o significado dessa cortesia, basta imaginar o caso inverso, em que alguém não fala com a gente e, ainda por cima, se vira de costas e se dirige justamente à pessoa com a qual a gente estava falando antes, como se a gente não existisse.

A boa educação manda que não se faça isso, mas há quem faça com a maior cara-de-pau, talvez por autocentramento, que é o nome sofisticado do egoísmo. Dependendo do contexto e da tolerância da "vítima", isso pode ser considerado uma pequena indelicadeza, um gesto deselegante, ou pode ser interpretado como uma agressão pesada.

A ilustração - dar as costas ou não dar - é interessante porque revela alguma coisa muito mais séria do que aprenderíamos em um manual de boas maneiras, alguma coisa que tem implicações para a vida coletiva. No fundo, o que está em pauta, nessa problemática, é aquilo que se chama, às vezes de modo excessivamente pomposo, "civilização".

INVISIBILIDADE, RECONHECIMENTO E A FONTE AFETIVA DO CRIME

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível.¹⁸ Como já deve estar bastante claro a esta altura, há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos.

Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas emoções e medos, suas ambições e desejos. Quem está ali é o "moleque perigoso" ou a "guria perdida", cujo comportamento passa a ser previsível. Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente.

Essa é a caprichosa incongruência do estigma, que acaba funcionando como uma forma de ocultá-lo da consciência crítica de quem o pratica: a interpretação que suscita será sempre comprovada pela prática não por estar certa, mas por promover o resultado temido. Os cientistas sociais diriam que este é um caso típico de "profecia que se autocumpre".

INVISIBILIDADE POR PRECONCEITO ou INDIFERENÇA

O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito. Por isso, seria possível dizer que o preconceito fala mais de quem o enuncia ou projeta do que de quem o sofre, ainda que, por vezes, sofrê-lo deixa marcas. O processo lembra, em parte, histórias de terror nas quais o vampiro se apodera do corpo de sua vítima e absorve sua identidade, depois de sorver sua vida.

Outra forma da invisibilidade é aquela causada pela indiferença. Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito mortos-vivos,¹⁹ eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis. Também por conta de nossa negligência, muitos jovens pobres, especialmente os negros, transitam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras.

Por favor, não se sinta ofendido. Minha intenção não foi acusar você. Eu realmente acredito que indiferença e negligência não descrevem apropriadamente seus sentimentos e suas atitudes. Se não fosse assim, por que você se preocuparia com esses problemas e gastaria seu tempo lendo este livro, por exemplo? A questão reside exatamente neste ponto: a gente não precisa ser insensível aos dramas humanos e sociais para atingir este estado de consciência que eu chamo indiferença, na falta de uma palavra melhor. Pelo contrário, quanto mais sensível, mais chance a gente terá de bloquear a percepção, entorpecer os sentidos, anestesiar a sensibilidade e turvar a visão, seletivamente. Trata-se de um mecanismo adaptativo. Ele funciona sem a nossa autorização e às vezes contra nossa vontade consciente. Serve para proteger-nos. Para salvá-nos do que é doloroso. Para livrar-nos da dor alheia e poupar-nos do sofrimento.

Observe como é engenhoso.

Você quer fazer um teste para ter certeza de que o mecanismo está mesmo funcionando? Quer saber se ele funciona não apenas nos outros, mas também em você? Então procure lembrar de alguma viagem que você tenha feito para o exterior, para países mais ricos que o nosso ou menos injustos, ou para outra cidade brasileira com menos problemas sociais que a sua. Uma cidade que não tenha se habituado com o triste espetáculo dos meninos e meninas de rua e, portanto, não tenha naturalizado e se resignado a conviver com a realidade

do abandono de crianças e adolescentes. Uma cidade melhor que as outras, em que lugar de criança seja a casa de sua família ou um abrigo saudável.

Agora, procure se lembrar de sua volta. Tente recordar os primeiros dias depois de sua volta. Pense bem. Será que não aconteceu de você levar um susto com a quantidade de crianças e adolescentes pobres perambulando pelas ruas? Você não teve a impressão de que alguma coisa tinha mudado e a condição social havia se deteriorado? Você não levou um choque quando voltou para sua cidade? Aposto que sim, a não ser que você seja um dos privilegiados que moram nas raras cidades brasileiras que investem na cidadania para valer. Nesta hipótese, a sensação é a inversa: você terá se chocado, durante a viagem, com a realidade que não conhecia e terá aprendido a valorizar mais o lugar onde vive. Não sendo este o caso, aposto que você levou mesmo um susto com a redescoberta da crise social, em suas manifestações mais ostensivas, nas esquinas de sua cidade. Espero que você esteja acompanhando o exercício de memória, porque agora é que chegamos à etapa decisiva: você percebeu que, a partir da segunda semana, a realidade que motivou seu susto desapareceu? Você se deu conta de que os meninos de rua que lhe provocaram tamanho desconforto, logo depois que você chegou de viagem, sumiram?

Pois eu aposto que, se você for às esquinas, às mesmas esquinas, agora, eles estarão lá, todos eles. Nada desapareceu. Ninguém sumiu. Foi você que deixou de ver. Não é incrível? Por que isso acontece? Será egoísmo nosso? Insensibilidade? Creio que não. Não quero provocar culpa. Isso não leva a nada. A culpa não faz ninguém melhor. Quero só compartilhar um raciocínio.

A gente deixa de ver os meninos porque, se visse, não conseguiria tocar a vida. Como seria entrar num restaurante, numa noite fria, e levar consigo, dentro de você, a imagem do menino na rua, com frio e fome, desamparado? Aquele mesmo com o qual você topou na porta do restaurante. Como portar uma imagem que contrasta tão duramente com o aconchego que lhe dá prazer? Como extrair prazer da refeição se os meninos estiverem presentes em sua memória, em sua consciência, em sua imaginação? Você perderia o apetite. Como trazer para casa a imagem desoladora do menino ao relento? A pregnância emocional e o magnetismo moral desta imagem invadiriam o sono e o matariam. Como compatibilizar esta presença perturbadora, constante, dentro de você, com seus pequenos prazeres cotidianos? Como divertir-se, amar, celebrar a vida, usufruir as amizades? Seria inviável.

Para nos proporcionar a indispensável paz interior, para nos apaziguar o espírito e devolver o mínimo indispensável de equilíbrio psíquico, nossa mente nos submerge em uma amnésia seletiva, cauterizando os canais da

percepção, sempre seletivamente. A alienação, este alheamento de que falamos, é o preço a pagar pela modesta cota de felicidade que nos cabe. Eu sei que é ruim, isso, é desagradável e ainda por cima soa cínico: como é que a felicidade de alguém pode sustentar-se em meio à desgraça; pior ainda: na cegueira seletiva proporcionada por essa caprichosa negação? Mas é isso mesmo que acontece, de meu ponto de vista. Mais com uns, menos com outros, mas acontece.

Mas, se houver mudança, ela terá de atingir as condições sociais e econômicas que produzem o abandono das crianças e dos adolescentes; ela terá de alcançar e cortar fundo o mundo da educação. Estas seriam as mudanças possíveis e eficazes. Não digo que sejam politicamente viáveis, hoje, porque custariam caro e afetariam a lógica econômica dominante, que privilegia o mercado e o capital, celebrando o lucro.

O mais inacreditável é que o desenvolvimento humano, psicológico, afetivo, educacional e cultural desse naco da sociedade brasileira interessa, no longo prazo, àqueles que empinam o nariz e fazem cara feia, hoje, quando confrontados com a fatura do mutirão redentor. Não haverá verdadeiro progresso econômico, no Brasil do futuro, sem a qualificação da força de trabalho e a formação de um mercado interno dotado de renda decente para consumir. De fato, não haverá país nenhum, enquanto parte significativa da juventude, sem acesso a uma educação digna, for empurrada ladeira abaixo para o desemprego, o subemprego e as subeconomias da barbárie. O problema, portanto, não é só a deficiência de nossas sensibilidades individuais. Esta deficiência é o resultado do ajuste da realidade social aos nossos sentimentos, ajuste que visa calibrar nosso equilíbrio interior.

Antes de prosseguir, para que meu argumento não se complique na abstração da teoria, vou-lhes contar a história de dona Nilza, na qual tudo é real, menos o nome da protagonista, que, afinal de contas - ou "apesar de tudo" -, merece nossa descrição.²⁰ Você vai compreender perfeitamente o que é uma profecia que se autocumpre.

DOLOROSA REALIDADE DA FANTASIA:

POR QUE AS EXPECTATIVAS SE REALIZAM?

Era uma vez dona Nilza. Ela quase não saía de casa. Preferia receber em casa a visita dos filhos, recomendar-lhes cuidado, assistir à televisão e curtir o cotidiano pacífico da vida doméstica, que cada vez mais contrastava com a guerra das ruas. Os netos eram poucos mas suficientes para preencher-lhe os dias, especialmente os fins de semana. Evitava sair, na medida do possível. Para as compras, mandava a empregada. Trocara o cinema pelo vídeo. No máximo, ousava um passeio pelo *shopping* ou uma visita à casa de alguma amiga. Sua metrópole espremia-se numa geografia estreita: confinara-se a uma linha sinuosa da Tijuca a Copacabana. Seu trajeto eventualmente incluía baldeações no centro da cidade ou em Botafogo para médicos, exames e dentista. Dona Nilza ainda não chegara aos 60 anos. Morava na Tijuca, bairro de classe média na Zona Norte, cercado por morros e favelas. Estamos falando da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em novembro de 1993 - eu ia dizendo: no ano da graça de 1993, mas a ironia soaria óbvia demais. Como óbvio era o medo. O medo estava em todo lugar, em todo mundo.

A violência dera um salto extraordinário em 1988 e se estabilizara por vários anos, mas a impressão generalizada era de escalada irrefreável. A percepção se explicava por algumas razões: a quantidade de crimes violentos era enorme, ou seja, o patamar em que se estabilizaram os números relativos à violência era elevadíssimo e não fazia muita diferença senti-la estabilizada ou em ascensão, ainda que para análises técnicas essa diferença fosse, à época, e seja sempre muito importante, porque pode prenunciar tendências para o futuro próximo. É mais ou menos como febre superior a 40 graus; o importante é baixá-la, ainda que seja relevante para o médico medi-la com precisão e acompanhar suas oscilações, mesmo aquelas que os pacientes nem percebem.

Além disso, há um efeito natural na continuidade de um processo como o que afetou o Rio, desde fins dos anos 80 - o problema vinha de muito tempo, mas se tornou crítico nesse período, quando os tráficos de armas e drogas celebraram a união e sentaram praça nas favelas, impondo seu poder sob a forma de domínio territorial. O efeito "natural" é o seguinte: aos poucos, ainda que se mantenha a quantidade dos crimes cometidos, aumenta o número de vítimas. Digamos que cem pessoas sofram algum tipo de agressão. Se a mesma

quantidade de vítimas for atingida ao longo de cinco anos (cem por ano), não haverá aumento da criminalidade (o número cem se repetirá a cada ano, o que significará estabilização ou até mesmo queda da taxa, caso tenha havido crescimento demográfico²¹). Mas haverá crescimento do número de pessoas agredidas - depois de cinco anos, elas serão quinhentas. Mesmo que haja muita repetição e que diversas vítimas sofram duas ou três agressões, o número final de pessoas agredidas será sempre bastante superior a cem. E cada vítima é uma fonte de divulgação dos horrores da violência. Quem sofre um assalto relata a experiência a parentes, vizinhos e amigos, que a transmitem a terceiros, que a difundem em escala exponencial. Portanto, mesmo quando a percepção popular não corresponde à dinâmica dos fatos,²² ela tem a sua razão de ser e não merece ver-se desprezada como se fosse mera ilusão.

Outros fatores que reforçaram o medo e a impressão de escalada incontrolável, em 1993, foram a política, em sua manifestação jornalística, e duas tragédias de repercussão mundial. A rede Globo declarou guerra ao governador Brizola. O sentimento e a disposição eram recíprocos. A violência era o calcanhar-de-aquiles do governo. Jornais e TV trataram de mirar o alvo com precisão. Além disso, aconteceram Candelária e Vigário Geral. Os dois episódios teriam sido suficientes para desestabilizar qualquer governo; nem seria preciso o tambor da mídia e o canto de guerra de seu segmento mais poderoso. Na Candelária, meninos de rua foram assassinados enquanto dormiam por policiais militares, viciados na tradição brasileira do extermínio de negros, pobres e incômodos. Poucos meses depois, na favela de Vigário Geral, policiais civis executaram dezenas de pessoas, muitas delas enquanto dormiam em suas casas. Famílias inteiras foram assassinadas a sangue-frio. A pena capital fora aplicada a inocentes, aleatoriamente, por vingança a traficantes locais.

Essas tragédias provocaram uma comoção. Na mídia, a empatia humana turbinada pelo interesse político derramou combustível explosivo na porta do Palácio Guanabara. Um ano depois, o rastro ainda incandescente queimou o que restava da autoridade estadual encorajando a intervenção branca que o governo federal faria rolar com os tanques do Exército - goela abaixo do orgulho carioca. O sentimento dominante era um medo amargo. Acreditava-se que o fundo do poço era aquilo: cidadania assombrada, insegurança generalizada. Temia-se com hesitante incredulidade hipótese mais sombria: o poço seria mais fundo; o dia seguinte traria surpresas ainda mais funestas a demonstrar que as coisas poderiam ficar piores. O cenário em

que dona Nilza saiu de casa, pegou o metrô e foi ao centro da cidade não era nada animador.

Entrou no elevador do edifício comercial sozinha e apertou o botão. Ia ao vigésimo segundo andar. Na sobreloja, o elevador pára. Entra um rapaz negro, com aspecto pobre. Corria tudo bem naquela tarde abafada de novembro, salvo pela chatice de sair de casa, tomar metrô, esbarrar em tanta gente para atravessar as ruas e disputar espaço com os carros no trânsito selvagem. Dona Nilza nem pressentia a encrenca em que se metera. Mal o elevador retomou seu impulso para o alto, a pressão na cabeça de dona Nilza começou a subir. Ela, enfim, se deu conta. Pronto, chegara sua vez. Por que não dera ouvidos aos conselhos das amigas? Por que não fizera consigo mesma o que recomendava aos filhos? Não poderia ser poupada? Não merecia uma trégua? Seu problema coronário não lhe valia um salvo-conduto? Por que diabos não ficara em casa naquele dia? O destino estava selado. Que fazer? Numa situação dessas não há nada a fazer. Tudo o que se fizer pode piorar as coisas. Sim, é verdade, é preciso calma, é preciso sobretudo manter a calma. Dona Nilza aprendera a repetir, ensinando aos filhos: calma, mantenha sempre a calma. Se você fica nervoso, aí é que tudo complica. Nervosa, provavelmente sob o efeito de drogas, a pessoa é capaz de tudo. Então, nada de provocar nervosismo. Melhor agir como se nada estivesse acontecendo.

O jeito com que o rapaz revirava os bolsos e observava o espaço à sua volta, examinando cada detalhe, olhos vermelhos, dentes cerrados e o peito explodindo de ódio, tudo indicava a iminência do ataque. O ar escasseava nos pulmões de dona Nilza. Ela sentia o coração disparar e o chão fugir-lhe sob os pés, e isso não tinha a ver com o movimento do elevador, que não parava em andar nenhum. Mas que horror, meu Deus. Jesus, por que ninguém chama o elevador? Por que não entra ninguém? O agressor voltou-se para dona Nilza. Ela desejou por um instante que ele agisse logo, para estourar a bolsa da tensão. Ela não agüentava mais a iminência do abismo. Chegou a pensar em apertar o botão do próximo andar, mas temeu que isso precipitasse a violência, ao invés de impedi-la. Rezou para que alguém entrasse. Mas talvez fosse pior. Talvez com mais alguém a situação ficasse totalmente fora de controle. Qualquer movimento em falso poderia ser fatal. A mera redução da velocidade do elevador poderia disparar a cadeia torrencial da violência. Por outro lado, ela imprecava: que venha, que venha de uma vez! Era insuportável esperar mais. O suor brotava-lhe na testa, as mãos suavam frio, o peito sufocava, uma corrente gelada atravessou-lhe a espinha, revirou-lhe o estômago, ressecou a boca e estreitou-lhe a garganta.

Dona Nilza via tudo escuro e sentia a vertigem tragar-lhe a consciência. Reuniu todas as forças que lhe restavam para manter-se de pé, os olhos fechados, rezando, entregando o destino ao Salvador. Depois de temer tanto a violência, seu medo a atraía sobre si como uma maldição. No décimo nono andar o elevador parou, o rapaz disse "Boa-tarde" e saiu. Dona Nilza custou a certificar-se de que não houvera nada. Nada tinha acontecido.

À noite, depois de recompor-se do susto com Lexotan e alimentação leve, ligou para as amigas: "Você nem imagina, não faz a menor idéia do que me aconteceu hoje: quase, q-u-a-s-e fui assaltada. Minha filha, foi por um triz. Dessa vez... olha, foi Deus, foi Deus. Essa cidade... não dá, não tem jeito, realmente não dá mais para morar nessa cidade. Ninguém tem paz. É horrível, a gente sabe que é, mas não tem idéia de como é mesmo terrível a violência. Só eu sei o que passei. Só mesmo vivendo pra saber."

E então? O que fazer com o caso de dona Nilza? Claro, não é preciso ser sociólogo ou antropólogo para formular o diagnóstico: não houve nada naquele elevador; nenhum crime foi cometido, nenhuma violência foi perpetrada; o que havia mesmo era o preconceito de dona Nilza, preconceito de cor e classe e até etário, porque o estigma tem cara, cor, idade, gênero, endereço e classe social. Neste sentido, houve, sim, violência, mas apenas aquela que subjetivamente dona Nilza promoveu contra a imagem do rapaz. Medo e preconceito andam de braços dados, como duas senhoras respeitáveis de um bairro tradicional.

Os efeitos colaterais dessa combinação estão todos aí, nesta pequena história que ilustra bem dois temas: a invisibilidade provocada pelo estigma e a eficácia prática de expectativas. Dona Nilza não viu o rapaz com quem compartilhou a mais longa viagem de elevador de sua vida. Olhou para ele mas não o viu. Naquele rosto desconhecido encontrou o que procurava, o que estava preparada para encontrar. Seu olhar não divisou a outra pessoa cuja educação lhe daria o tapa com luva de pelica, no décimo nono andar. Divisou o espelho que lhe devolveu o que era seu: intolerância, racismo, estigma. Produziu, involuntariamente, o efeito que temia, duas vezes: sob a forma de violência simbólica contra o jovem desconhecido e sob a forma da vitimização imaginária que experimentou, com seu rosário de seqüelas. Por medo, dona Nilza oficiou, intimamente, um ritual de exorcismo que atraiu sobre si a cólera dos deuses: acabou encarnando o mal que esconjurava. Bebeu o veneno de que fugia como o diabo da cruz, tendo-o cozinhado, temperado e servido.

O medo funciona no campo da segurança pública como a expectativa de inflação, na economia: o comerciante prevê o aumento de preços e eleva os seus, antecipadamente, para proteger-se; em o fazendo, ao invés de defender-se

da inflação, a produz, ou melhor, contribui para produzi-la. A inflação comercial é o efeito agregado das decisões preventivas dos que procuram proteger-se de seus efeitos. O círculo se fecha, instaurando um mecanismo de retroalimentação. O prognóstico de que os preços aumentarão, formulado pelos agentes econômicos, está errado? Não. A decisão individual de aumentar preventivamente o preço para reduzir o custo da inflação está errada? Não. Esta ação perfeitamente racional de cada indivíduo, quando se articula com todas as demais, todas elas igualmente racionais e convergentes, gera um resultado racional, conforme aos desejos individuais? Não. O resultado agregado é irracional. A profecia se autocumpre. Os resultados temidos são a consequência paradoxal das ações orientadas para evitá-los ou contorná-los. Ante essa armadilha, em que se chocam racionalidade individual e coletiva, bem privado e bem público, impõe-se a intervenção do Estado através de políticas que alterem as condições em que a razão individual opera, ou seja, em que os cálculos dos agentes econômicos se realizam e as decisões são tomadas. Redistribuindo custos e benefícios, riscos e vantagens, o Estado pode mudar o horizonte de expectativas, rompendo o circuito vicioso anterior.

Dona Nilza previa violência e preparou-se para enfrentá-la. Colheu o que plantou. Não havia racionalidade em sua avaliação particular, somente aquela limitada pelos estigmas que reduzem o horizonte da vida social às caricaturas e à simplificação. A consequência foi a que descrevi. Imaginemos os efeitos agregados das experiências subjetivas de milhares ou milhões de donas Nilzas. Os preconceitos ampliam seu espectro de abrangência e se consolidam; as desigualdades se aprofundam; a incomunicabilidade revigora o *apartheid* social; e os preconceitos se retroalimentam. O medo cresce e cobra sua fatura em ódio e ressentimento. O custo global para a sociedade é mais violência. Se houver armas disponíveis, os "cidadãos de bem" buscarão armar-se para defender vida e patrimônio; com isso, mais se exporão a riscos, mais armas levarão ao mundo do crime e mais violência promoverão. Muitas vezes, antecipando o pior, farão o pior. Temendo os algozes, tomarão seu lugar. O círculo vicioso realimentará sua própria voracidade.

Bem, eu dizia, não é preciso ser cientista social para extrair lições desse caso. Porém, há um resíduo persistente e incômodo, que complica um pouco a interpretação: mesmo não tendo havido nenhum crime no elevador, ainda que a ameaça e a iminência do ataque tenham sido obra da fantasia de dona Nilza, mesmo que o caso se reduza à paranóia armada na linguagem do estigma, seu sofrimento foi real ou irreal? A importância desta pergunta não deve ser subestimada. Nem suas consequências para a segurança pública.

A resposta é indiscutível: a violência atribuída ao rapaz nunca existiu, foi irreal, mas o sofrimento de dona Nilza foi real.

Em outra situação, a mera suspeita provocada por preconceitos poderia trazer consequências bastante reais para o rapaz, sob a forma de sofrimentos morais, psíquicos e físicos, além de inúmeros prejuízos, dependendo do contexto. No caso do elevador, quem sofreu foi dona Nilza, e a responsabilidade pelo sofrimento foi exclusivamente dela. A falta de ar, a vertigem, o pânico, a taquicardia: tudo isso aconteceu, provocou sofrimento e poderia deixar seqüelas. Dona Nilza custou a superar a insônia. O coração poderia não ter resistido ao susto. Tudo isso é real o bastante para causar sofrimento. Tão real quanto o elevador, dona Nilza, o rapaz e o medo. Atribuir a dor e as seqüelas às fantasias paranóicas da senhora não nega dor e seqüelas. A irrealidade da causa não nega a realidade de seus efeitos.

Uma situação análoga explica o argumento: a notícia da morte de um ente querido provoca dor. Se, algum tempo depois, descobrir-se que a informação era falsa, o sofrimento experimentado nem por isso desaparecerá. O sofrimento vivido foi vivido durante o tempo em que a morte anunciada foi real para quem a chorava. Não há como, *aposteriori* e retrospectivamente, desfazer a vivência da dor. Havendo seqüelas, elas tampouco se dissiparão com a descoberta do engano.

O ponto é este: dona Nilza sofreu com a malfadada viagem de elevador, provavelmente tanto quanto sofreria se tivesse sido vítima de um assalto. O evento vivido, a despeito de sua irrealidade, marcará sua memória, seu sono e sua concepção sobre a vida coletiva no Rio de Janeiro. Pelo que se depreende da conversa telefônica, o caso não lhe serviu de antídoto ao preconceito, mas de reforço à imagem de uma cidade violenta. É ilusão nossa crer que a experiência corrige equívocos de percepção, quando estes derivam de preconceitos fundamente enraizados. Pelo contrário, quando crenças e realidade se chocam, pior para a realidade. A vida comum não é um laboratório e a observação cotidiana dos fenômenos não segue as normas da metodologia científica. Crenças não são hipóteses sobre o funcionamento do mundo e da alma humana. São imagens sólidas e operativas, carregadas de valor e emoção, que nos governam e ajudam a interpretar os fatos, adaptando-nos a eles (e aos grupos sociais com os quais convivemos), de acordo com nossos limites psicológicos. O sonho iluminista é que se desfaz ante o teste da realidade. O que estou dizendo é que esta palavra, realidade, deveria vir sempre cercada de aspas, porque ela, a realidade, é sempre aquilo que dela nos permitimos saber, segundo nossas crenças ou conceitos, nossas práticas e relações sociais. Neste sentido, ela é sempre

historicamente condicionada, além de ser, em boa medida, feita por nós registre-se com especial atenção que nossas crenças sobre ela constituem parte do trabalho coletivo e intersubjetivo que a produz.

Vamos dar a volta em torno da cena, deixar dona Nilza sozinha no elevador, no 19º andar, e acompanhar o rapaz que educadamente se despede. Quem seria ele? Teria percebido a angústia que inadvertidamente causara? Teria sofrido por isso? Provavelmente, sim. A crise da senhora tinha todos os ingredientes de uma manifestação perceptível, sobretudo para aqueles que, ao longo de toda a vida, acostumaram-se a, involuntariamente, provocar esse tipo de reação e tiveram de suportar o tremendo fardo de conviver com ela. Que sentimento experimenta alguém que provoca medo e repulsa nos outros, ou em alguns, só pelo fato de ser quem é? O rapaz foi a verdadeira vítima da situação. Dona Nilza foi algoz e vítima do próprio preconceito. De todo modo, todos os sofrimentos - repito - foram reais.

Dona Nilza nos conduz a duas conclusões:

(1) Em primeiro lugar, a dimensão subjetiva é parte relevante da segurança pública e deve ser um dos alvos de qualquer política de segurança que mereça este nome: seja porque as pessoas sofrem não só pelo que vivenciam no domínio estrito dos fatos criminais, seja porque sua experiência interior, indissociável da cultura, intervém no mundo prático e gera fatos de várias maneiras diferentes. Isso não significa - e é muito importante sublinhar este ponto - que factóides²³ seriam justificáveis ou que uma boa política de segurança poder-se-ia reduzir às preocupações com a dimensão subjetiva da população. Ou seja, isso não significa que uma política de segurança deveria ser apenas uma política de comunicação. Entretanto, significa, sim, que uma verdadeira política de segurança tem de incluir uma política de comunicação. Mais que isso, precisa incluir uma política cultural. Varrer preconceitos e combater o racismo (na sociedade, nas polícias e em todas as instituições da Justiça criminal) são empreendimentos indispensáveis para a promoção da segurança.

(2) A ordem social que garante a todos a segurança, ou talvez fosse melhor dizer: a segurança pública que garante a ordem social é menos que um fato ou uma coisa que se veja, meça, toque e manipule; é a estabilização²⁴ de expectativas positivas quanto às interações sociais e, mais especificamente, quanto à segurança pública ou à ordem social. Segurança é expectativa estável, positiva e amplamente compartilhada de que há e haverá segurança. Em outras palavras, segurança é confiança. Confiança nos outros,

na sociedade e nas instituições do Estado. Expectativa compartilhada: estamos no reino da intersubjetividade, no qual, aliás, se tece a cultura. Segurança não é constatação sobre o presente, é aposta no futuro - aposta que importa em consequências positivas para o presente. Assim como a segurança, também a ordem é expectativa de ordem. Estamos no terreno das profecias que se cumprem a si mesmas.

EXPECTATIVA E ORDEM SOCIAL

Vejamos um exemplo pelo avesso: o mundo segue seu curso, os sistemas políticos e econômicos se reproduzem, as instituições são estáveis, mas bastaria que segmentos consideráveis da população ficassem em casa por tempo indeterminado para que toda esta constelação que parece sólida entrasse em colapso e desmanchasse no ar. Sem um tiro, um único ato de terror, uma só ameaça. Pacificamente. As instituições não são coisas, são rotinas, procedimentos, relações regulares, normas respeitadas no cotidiano de sociedades. Suspendendo-se as rotinas, deixam de existir. Evaporam. São efêmeras e voláteis. Expressam pactos sociais e os sustentam, representam-nos e os perpetuam. Cessando os pactos, cessam suas expressões. A anarquia não ocorre porque cada indivíduo que deseja ficar em casa imagina que os outros irão ao trabalho, o que o leva a imitá-los, para não se prejudicar. Como todos imaginam o mesmo, nenhum trabalhador fica em casa (a não ser quando realmente necessário) e a ordem não evapora. A ordem é a expectativa de ordem: todos imaginam que ela existe e, por isso, ela passa a existir mesmo, na prática. Mas quando ninguém acredita que haja ordem e segurança, quando todos têm medo, a debandada é geral, ninguém se entende e todos se tornam violentos para se protegerem da violência que esperam encontrar em cada esquina. A profecia da desordem se autocumprir e a insegurança se expande, com motivos cada vez mais concretos.

Observe-se *que fato, emoção, interpretação e valor* são peças-chave para a formação das expectativas e, por isso, constituem também elementos estratégicos para as políticas de segurança. Portanto, não há política de segurança sem conexões estreitas com cultura e educação - além da comunicação já mencionada. Não basta reduzir o número de *fatos* criminais; é preciso trabalhar o sentido que as *interpretações* lhes emprestam, focalizar os *valores* que orientam as *interpretações* e os comportamentos (de vítimas e agressores) e trazer para o centro da arena a problemática das *emoções* (de uns e outros), sabendo-se que elas são indissociáveis das *interpretações, dos fatos e dos valores*.

A lição de dona Nilza não se esgota nos dois pontos que destaquei - a importância da dimensão subjetiva e a fragilidade da ordem social. Há muito mais, ali, no elevador, entre o céu e a terra, do que sonha a vã filosofia. O sofrimento de dona Nilza tem a mesma origem de várias abordagens policiais: a suposição de que os jovens negros e pobres são perigosos. Eu já presenciei

várias situações em que o estereótipo sai lá do fundo da mente, num salto, às vezes surpreendendo até quem abriga o preconceito. Antes do bandido, é o estigma que assalta a consciência. Por exemplo, diante de um jovem negro atravessando a rua, o motorista fecha rápido o vidro de sua janela. Eis aí a cena típica: uma reação reflexa, automatizada, que lembra experimentos pavlovianos - caricatos, previsíveis e mecânicos.

O diabo é que essa modalidade de racismo tem conseqüências que ultrapassam o momento e transcendem a cicatriz que deixa no espírito de quem se sente assim anulado, invisível e substituído por uma *persona* preconcebida, por um estereótipo. Seus resultados se manifestam nos critérios de seleção que as instituições da Justiça criminal aplicam, em suas pequenas decisões cotidianas. Nas ruas, nos ônibus, nas periferias, vilas e favelas, na *blitz* e na abordagem regular, a realidade é filtrada pelas escolhas policiais, que, na seqüência, servem ao Ministério Público e à Justiça o prato feito. As sentenças cospem no sistema penitenciário e nas chamadas entidades socioeducativas os personagens de sempre, "restos" da sociedade, "sobras" indigestas. Os presídios estão repletos de pobres e negros, do sexo masculino, jovens.

Será que as elites e as camadas médias não cometem crimes? Ou cadeia no Brasil é mesmo para os outros? É provável que um só golpe sofisticado, arquitetado por criminosos de "colarinho branco", renda prejuízo maior para a sociedade e o Estado do que a soma de todos os roubos e furtos cometidos pelos miseráveis que se embrutecem nos cárceres. Entretanto, quais são os focos usuais das polícias, o varejo e as quinquilharias à disposição do flagrante ou as tramas refinadas e veladas, que envolvem o poder e exigem investigação metódica, paciente, tecnicamente apurada, judicialmente autorizada?

Portanto, muita gente padece do mesmo mal que provocou momentos de agonia em dona Nilza - e, por motivos diametralmente opostos, em Celso e William (segundo o relato "Os Neguinhos do Buzão"). Muitas instituições, inclusive. O racismo e o preconceito social, em suas diversas formas, moldam o que se vê e o que não se vê. Quando visibilidade é um simples sinal de suspeita, ela é o outro lado da invisibilidade e apenas revigora seus efeitos. O que o policial vê quando adota a lente do estigma é o retrato da intolerância na qual a sociedade que lhe paga o soldo o treinou.

O CHORO DO MENSAGEIRO

Vou dizer que perdemos o dinheiro. Nunca concordei com aquilo, mas como eu era mais novo, era melhor ficar quieto e comer a minha cota, porque, se minha mãe descobrisse, a porrada ia comer no meu lombo, com ou sem culpa. Mas isso não era rotina, até porque sabíamos que essa grana era para pagar as prestações do ap da Cohab, que financiamos sei lá como.

Minha mãe era uma mulher muito feliz, apesar das marcas da vida dura que carregava desde seu nascimento. Hoje, vendo por outro ângulo, percebo que os miseráveis não têm por que serem tristes, já que eles nunca vêem o que tem do outro lado da cortina. Ela vivia cantarolando e contando piadas. Aliás, só perdeu esse bom humor após a morte do meu irmão, não só o humor como uns dez anos a cada mês que passa. Ela jura que foi cantora de rádio, na época da Maísa e da Dalva de Oliveira. Até que a negona canta bem; e, como ela é minha mãe, não tenho razão nenhuma para duvidar.

Ela adorava jogar víspera, hoje meio legalizado e rebatizado de bingo. A velha vinha de uma separação turbulenta com meu pai, Mirão, um negrão responsa do Cabral, onde eu nasci - fica na Baixada Fluminense, mais precisamente em Olinda. Eu os via brigando, com frequência, mas não me lembro de nenhuma razão para as brigas, só de alguns vasos de planta sobrevoando os cômodos do nosso barraco. Tenho claro na lembrança que ela sempre dizia, no meio das brigas e berros, que ia embora. Meu pai respondia no mesmo tom que a porta da rua era serventia da casa - eu nem sabia direito o sentido desse jargão. O fato é que minha mãe entendia o que ele queria dizer e nós, meu irmão e eu, ficávamos com muito medo de ela levar aquilo a sério. Até que esse dia chegou. Eu estava dormindo; acordei com os berros dos dois. Vi minha mãe entrando no quarto e pegando as coisas com raiva. Não era a primeira vez, mas, como das outras, parecia ser a última. Levantei; vi meu pai sentado na sala, com uma cara de alívio; voltei para o quarto e vi meu irmão pedindo à minha mãe para ir junto com ela, enquanto ela respondia que não sabia para onde ia, que era mais seguro ficar em casa, que ela voltaria para pegá-lo e a mim. Não esperei a segunda frase; comecei a pegar meus brinquedos e cuecas; em dois minutos minha mala de viagem estava pronta. Saímos pela porta da frente e não me lembro de ter visto meu pai, e se ele dissesse alguma coisa sobre a nossa ida.

Começava ali a peregrinação que nos levaria para a casa de parentes, em Anchieta, para a casa de amigos de minha mãe e, por fim, para a própria rua, mais precisamente para a praça principal de Marechal Hermes. Meu pai nunca soube disso, nunca soube que seus filhos um dia foram também filhos da rua. Minha mãe, apesar das brigas que os separaram, sempre nos levava

para vê-lo. Ela nos soltava numa rua próxima à casa dele e nós dois seguíamos para beijá-lo nos seus aniversários ou nos nossos, além das vésperas de Natal e Ano-novo. Até que crescemos e passamos a ir sozinhos. Depois, passamos a ir menos. Hoje, vou quando consigo. É que os Natais ficaram muito mais concorridos e divididos com o passar dos anos. Não me lembro de ele ter me dado um presente na vida. Eu sempre reclamava com minha mãe, na volta das visitas, pois achava que ele deveria retribuir os presentes que a gente sempre levava, mas ela dizia que ele não era dessas coisas, que um beijo era maior do que um presente. Ele nunca perguntava nada sobre nós, nunca soube muita coisa sobre nossas vidas, mesmo depois de crescidos e casados, ele nunca ligou ou foi às nossas festas. A única vez que o vi fora da sua toca foi no enterro do César, meu irmão, no cemitério do Murundu. Vi suas lágrimas descendo, vi o tamanho da tristeza daquele homem ausente, distante, mas que, apesar de tudo, sofria com a mesma intensidade. Lembrei do que minha mãe dissera sobre os presentes que nunca chegaram.

Minha mãe, meu irmão e eu nos transformamos numa família cigana, mutante, errante, sem paradeiro, sem futuro, sem destino. Nossa próxima parada após a praça de Marechal Hermes foi o Pavilhão de São Cristóvão. É que na época houve uma grande enchente na cidade maravilhosa e a Prefeitura estava recolhendo os moradores de rua e os desabrigados da cidade. Nós, então, partimos para um barraco de uma conhecida da minha mãe, dona Tereza. Soubemos que os moradores daquela região seriam recolhidos, também; daí nos juntamos à sua família e mentimos para a Defesa Civil, dizendo que morávamos todos lá no barraco. Duvido que isso fizesse diferença para aqueles homens cheios de botas, capacetes e pranchetas. Pegamos as poucas coisas que havia e fomos todos atirados num caminhão da Comlurb, onde já estavam outros singelos desgraçados como nós, nem todos derrotados. Chegamos ao Pavilhão à tarde e os funcionários, imagino que da Prefeitura, organizaram todos nós em filas; era assim que nos identificavam. Eles distribuíram cobertores e um saco de lanche com uma maçã, um saquinho de leite e um pão pequeno. Nada daquilo era pior do que a rua; ali era tumultuado, reconheço, mas eles agora teriam três alternativas: tocar fogo em todos nós, deixar a gente ali para o resto da vida ou jogar uma caxanga no nosso peito, mesmo que fosse lá na casa do caralho.

A casa do caralho foi a opção deles e o nosso destino. Depois de algum tempo, fomos remanejados para um conjunto residencial, o Cesarão. Não me lembro como chegamos, exceto que era longe pacas. Era a primeira locação; as casas eram branquinhas; a gente podia trocar de casa sem muita

burocracia. Foi assim que minha mãe fez com uma vizinha da dona Tereza, que tinha sido levada para uma rua muito distante de nós. Dois meses depois trocamos nossa casinha por um apartamento da Cohab em Senador Câmara. Era um conjunto residencial de apartamentos novos. Ficamos no bloco 45 e depois no 38, onde cresci.

Passaram-se alguns meses e fiquei sabendo que, ali, no Sapo, havia uma rinha que ficava perto da pedreira, e que a rinha não era de galo, era briga de gente, de garotos. Minha curiosidade me empurrava pra lá. Só que existia uma história local sobre aquela pedreira: diziam que as crianças que conseguiam chegar lá não voltavam nunca mais. Isso virou uma lenda, mas era a maior mentira, era só pra molecada não se aglomerar ”nos trabalhos da rinha” e chamar a atenção dos curiosos e, conseqüentemente, da polícia. Descobri que o Bagdá, um garoto da comunidade, trabalhava na rinha e poderia ser meu guia na aventura de descobrir o que rolava atrás das pedras. Apesar de muito novo, ele era grande e corpulento, causando uma certa ilusão de ótica. Bagdá era o clone do Tony Tornado, da favela, e assim era chamado, até porque imitava o Tony, na época do movimento *soul* no Brasil. Onde tinha confusão, lá estava ele, não brigando, mas separando. Ele era desses sujeitos com cara de matador, mas espírito de anjo, um exímio apaziguador. Nessa época, eu morava no bloco 38 e o Bagdá no bloco ao lado. Eu tinha um trunfo na manga e precisava esperar para usá-lo no momento certo. É que o Carlos (Bagdá) era viciado no bolinho de aipim da minha mãe e eu vendia sempre fiado pra ele. Fui até a sua casa e o convenci a me deixar entrar na rinha; ele prometeu falar com seu Rogério. Pode falar com quem quiser, eu pensava: eu quero é entrar. Nem sei se ele falou, mas o fato é que na quinta-feira seguinte ele me chamou, como combinamos, e fomos para a pedreira.

Muitos adultos e crianças participavam da ”festa”. Percebi que a maioria das pessoas que estava ali não era moradora da favela. A molecada saía na mão como se fosse seu último ato na vida, os adultos se divertiam e apostavam como se os guris fossem virtuais, como se fossem jogos de *videogame*. Era impressionante como tinha gente de todo tipo, mas ninguém falava alto. A vibração e a torcida eram mais internas, parecia que a disciplina era algo acima de qualquer organização militar. Era incrível o silêncio, só cortado pelos gritos dos garotos quando eram golpeados.

Vi naquele negócio uma boa chance de ganhar alguma grana. Na época, como até hoje, eu buscava novos projetos que me rendessem alguns trocados a mais. Insisti com o Bagdá que eu teria de participar de alguma forma e, com o tempo, comecei a trabalhar na rinha. Mas eu achava muito pouco. Meu trabalho

se limitava a levar a grana dos PMs na barraca de caldo-de-cana, comprar mercúrio e cigarro a varejo, além de ajudar a socorrer os moleques e leválos para casa, ajudando-os a mentir aos pais, quando eles se machucavam. Eu costumava dizer que estávamos jogando futebol no campinho careca. Eu queria mais... Queria lutar, ou melhor, ganhar dinheiro e ser o Rei da Rinha.

Até hoje, não sei direito se o seu Rogério era o dono da rinha ou se ele era apenas uma liderança local. Talvez tivesse participação nas ações da firma. Dizem que morreu de diabetes na cadeia. Era um mulato alto, de bigode, com um porte de uma imponência poucas vezes vista por mim. Era quase um papa na favela; tinha fama de ser justo e quem o via comentava como se tivesse visto seu santo favorito. É que ele quase nunca aparecia. Seu nome, sim, estava sempre presente.

O Bagdá, que hoje continua meu amigo e trabalha conosco, me apresentou a ele e disse que eu era de confiança. Ele nem me olhou direito; eu não passava de mais um moleque raquítico a fim de arrumar uma grana, saindo na mão se fosse preciso.

Depois de muita insistência, passei a lutar também. O corpo-a-corpo não era o meu forte, mesmo assim me tornei um lutador médio. Eu podia até não fazer parte da elite, mas também não era da turma dos comédias. Quem apostava em mim muitas vezes ficava puto da vida comigo, como se eu fosse o culpado de perder as lutas.

Lembro que, uma vez - acho que foi minha última luta, me colocaram para brigar com um gordinho. A família dele tinha chegado de João Pessoa; ele era branco e com cara de mané. Eu era magro e já tinha alcançado alguma notoriedade na rinha. De antemão eu discordava que colocassem um garoto que acabara de chegar da Paraíba para apanhar de mim, mas nem era por isso, eu não me conformava que os garotos da favela levassem tanto tempo para descobrir aquele ringue enquanto um paraibinha recém-chegado já chegava invadindo a parada. Mas, tudo bem, a minha vingança seria uma coca nele. Eu passei a mão na terra para intimidá-lo e também porque aquilo fazia parte do ritual; a terra não servia pra nada, mas como alguém já tinha feito isso antes de mim, era prudente copiar. O veado do paraibinha me olhava sem que eu pudesse ler nada nos seus olhos, nem medo nem coragem. Dei uma aquecida e fiz umas palhaçadas para o bicho-do-mato ficar com medo de mim antes da luta. Uma coisa era certa: a parada estava ganha, só restaria saber quanto tempo o bicho-do-mato agüentaria apanhar.

Quem administrava a rinha era a dona Vavá, uma senhora que fumava pra caralho o tempo todo; passava o dia acendendo cigarro. Era foda, porque ela

falava com as pessoas soltando fumaça pelo nariz, pela boca e, se bobeasse, pelos ouvidos. Diziam que ela perdera todos os filhos que tentou ter e que era por isso que ela trabalhava na rinha, para foder a vida dos filhos dos outros. Foda-se. Eu estava ali pra defender o meu. Dona Vavá bateu a terceira palma, que era o código para começar o combate.

O miserento do paraíba veio como um louco pra cima de mim, como quem tivesse ficado se concentrando e me estudando durante anos até esse grande dia. Fixou a ira em mim e me abraçou. O cachorro do mato nem elegante sabia ser, não tinha tática, técnica; alguém deveria ter dito pra ele que era preciso deixar os apostadores se deliciarem com a luta, mas não... O puto do paraíba sequer esperou as mãos da dona Vavá se desatarem das palmas; deu uns quatro passos e me abraçou, coloquei meus dois braços em defesa e ele abraçou assim mesmo, o pescoço e os braços. O Lampião do sertão tinha uma força de adulto; o jagunço escroto tinha uma pegada de trator. Mas Deus ia me ajudar, pensei rápido. Seria vexatório apanhar daquele branquinho que nem de favela era. Ele passou a apertar minha garganta e socar a minha barriga como se eu fosse o maior inimigo dele, e não parecia fazer aquilo por dinheiro, parecia dívida antiga nossa - mas não era. Vou matar este cabra da peste depois, eu devaneava. Até hoje não sei como me tiraram dos braços dele; só me lembro da dona Vavá com ar de riso pelo canto da boca. Uma coisa é certa, se não me tirassem dos braços do paraibinha, eu estaria lá até hoje. Pois é, Deus até pode ser brasileiro e, se for, deve ser paraibano.

A rinha foi fechada meses depois dessa luta, daí fiquei sabendo que era sempre assim, sempre que o seu Rogério sumia, o trabalho parava. Apesar disso, passei a fazer vários favores para a família dele, principalmente para o irmão, Tigi, que nos tratava como quase filhos. Esses favores passaram a ser a nossa fonte de renda - não fazíamos trabalhos que comprometessem nossa integridade moral ou física, nada além de ir todos os dias à padaria, comprar remédios, jogar na loteria esportiva ou buscar alguma coisa no Supermercado Mar e Terra.

Quando completei 19 anos, comecei a procurar emprego, qualquer um que aparecesse. Lixeiro, bombeiro, PM, guarda de banco, carteiro, borracheiro, eu topava tudo, mas até ali a minha especialização era somente vender bolinhos e comprar pão, leite ou cigarro a varejo. Se pintasse uma batalha que me garantisse uma estabilidade, seria o ideal; se não rolasse, eu estava disposto a cair pra dentro de qualquer coisa; até terreno de vizinha eu estava aceitando capinar.

Era difícil por todos os ângulos: não havia dinheiro sobrando para fazer inscrições e eu não tinha estudo. Parecia que o mundo conspirava contra

mim. Passei a pedir ao seu Rogério dinheiro para fazer todas as inscrições. Ele ajudou. Certa manhã, ele descia de um bloco e me perguntou: "Qual é neguinho, e os trabalhos?" "Eu baixe a cabeça, peguei a carteira e mostrei a ele a minha inscrição da PM. Sabia que ele reprovava. Surpreendentemente, ele não reprovou, mas disse: "Deus é quem sabe." Ele me deu uma grana para eu comprar um *short* para fazer o teste físico. Inclusive, me estimulando. Mas não era o que eu queria; aliás, é o que pouca gente quer.

Passei na prova e ingressei na corporação, mas eu não parecia com nada daquilo. Nunca me sentiria um deles. Confesso que sentia até medo e levava sustos quando os colegas vinham me cumprimentar. Não me refiro somente aos policiais, mas aos meus próprios fantasmas: fui induzido a odiar os PMs a vida inteira; por outro lado, parece que eles têm uma inclinação para odiar os favelados. Eu estava diante da minha contradição. O fato é que eu seria, no máximo, um civil fardado, nunca um PM de fato. Era como estar de batebola no carnaval, com medo dos outros colegas mascarados, por não me sentir um deles. Por isso, antes mesmo de completar seis meses do estágio, eu saí da PM por opção, para virar camelô em Madureira. Avisei ao seu Rogério que eu não podia terminar o estágio, que eu não queria virar cana. Senti uma certa decepção nos olhos dele. Mais tarde, ele me confessou que tinha planos para minha carreira militar. Senti um dos maiores alívios da vida. Viva a vida, a minha e a dos outros.

Hoje, mais de vinte anos depois, eu acordo feliz por aquela decisão, sábia decisão.

De lá pra cá me envolvi com muitas outras coisas: me tornei camelô na estrada do Portela, promovi bailes de charme, fiz uma revista *black*, participei da formação de um partido político de pretos, o PPPOMAR, Partido Popular Poder para a Maioria, participei da articulação da Cufa, Central Única das Favelas, ajudei a criar a Maria Maria, organização de mulheres, participei da criação de um prêmio nacional de *rap*, de um festival com uma semana inteira dedicada ao *hip-hop* nacional, o Hutúz, dirigi e produzi documentários, assim como videoclipes, fui dono de birosca, joguei futebol, guardei carros em Botafogo, em frente à CNEN, Comissão Nacional de Energia Nuclear, fui segurança da Nuclebrás, toquei violão na noite, montei escritório de distribuição de discos, falei, desisti, insisti, respondi a vários processos por apologia ao crime, e ainda respondo, mas também fui premiado pelos mesmos atos, dentro e fora do Brasil, viajei o mundo, África, Estados Unidos, Europa. Hoje, ajudo a escrever este estranho livro, sempre carregando comigo a cultura marginal. Livro que não é baseado em fatos, é o fato real.

Em 1986, ingressei como agente de segurança numa empresa do governo, a Nuclebrás, mas a vontade de fazer e viver do *rap* falou mais alto e resolvi pedir as contas. Uma atitude totalmente irresponsável, para quem tinha um emprego no governo e família para sustentar. Era o risco que me chamava. E mais: eu não nasci para ser vigilante. Não descobri, ainda, qual é o meu papel no mundo, mas vigilante eu sabia que não era. Começaria ali um novo projeto na minha vida, chamado *hip-hop*.

Naquele tempo, o Rio de Janeiro não tinha programas de rádio voltados para o *hip-hop*. Os grupos do Rio não tinham vídeos, como têm hoje. Fazer eventos de *rap* representava ter que vender tudo dentro de casa, porque o prejuízo era certo. Não que tenha mudado tanto, mas antes era mais trágico. O rap era confundido com *ofunke* os jovens não se interessavam pelo *hip-hop*, o que era bacana para quem queria ser uma tribo e ruim para quem queria ser um mercado. Fazer um trabalho com o *Racionais*, por exemplo, era como quebrar pedras com as mãos.

Entre os jovens que esperavam a abertura do portão das oportunidades estava o Alex Pereira. Um dia, ele bateu na porta da minha casa e contou as dificuldades pelas quais passava, os seus problemas. Seus olhos pediam para que eu acreditasse nele, no sonho que ele tinha. Alex era magro, feio, fechado, ranzinza, aparentemente triste. Era incapaz de atravessar uma sala repleta de gente. Ele falava pouco e tentava me convencer do seu talento. Algumas semanas depois, fui convencido pelo Edson de Deus, na época produtor do *Racionais*, em Minas Gerais, a deixar o Alex abrir um *show* do *Racionais* no Império Serrano. Eu disse a ele que o deixaria abrir o *show* e que aquilo era o que todo mundo queria; ele deveria aproveitar.

Show com *Racionais* era a única possibilidade de ter público de *rap*, naquele tempo: "Tranquilo, Bill, pode abrir o *show*. Só que é o seguinte: não tem *van* nem tem cachê." "Já é", ele disse, e sumiu como quem tivesse medo de eu mudar de idéia.

No dia do evento, ele chegou junto com os seguranças, de tão cedo que era. Perguntou onde ele podia ficar e a produção o colocou num camarim. Eu estava no morro da Formiga com o pessoal do *Racionais*, visitando um amigo (Passarinho na Gaiola, já falecido). O tempo passou e não percebemos; vi que não daria pra chegar na hora marcada para o *show*. Então, pedi para inventarem uns grupos que quisessem cantar até a nossa chegada. Orientei a produção que fosse somente uma música por grupo. Quando chegamos ao portão principal do Império Serrano, uma gritaria tomava conta do salão. Imaginei que alguém tivesse anunciado na boca de ferro

que o grupo principal tinha chegado. Continuamos entrando e um som explodiu no salão: MARQUINHO CABEÇÃO; o público vinha abaixo. Era ele, o neguinho mal-encarado que acabara de se transformar num bicho, num domador, num guia, Messias. Em determinado momento, ele parou o *show* para falar algo. Não sei o que ele dizia; o silêncio tomou conta da quadra da escola; ele seguia falando; tinha a segurança de quem sabe o que diz; era impressionante ver aquele pastor pregar. Nos intervalos entre uma fala e outra, todos aplaudiam e gritavam como se ele tivesse feito um gol de placa. Não era possível que aquele neguinho magricela pudesse ser aquele astro, mas era. Acabou sua *performance* aos gritos e aplausos efusivos. Impressionante tudo aquilo.

A essa altura, eu estava no camarote da quadra, para onde ele veio assistir ao *show* do *Racionais*. Levantei e fui ao seu encontro; dei-lhe os parabéns; ele não perdeu a humildade, sequer tocou no assunto da *van* ou do cachê. Na semana seguinte, ele foi até minha casa para saber se eu poderia ajudá-lo. Eu lhe disse que ser um bom cantor era muito pouco, que possivelmente haveria outros como ele, e que o diferencial estaria fora do palco. Ele não desistiu; voltou à minha casa, dessa vez acompanhado de um amigo, o Dj TR. Eu estava em depressão, nessa época, por excesso de dívidas; estava no quarto, deitado, com dor de estômago, ou melhor, dor de dívidas.

Ele entrou no meu quarto e começou a falar dos seus sonhos, que acreditava tanto no que cantava que chegava a pregar o *hip-hop* no trem, que isso era mais importante que a vida dele. Falou da mãe, dos problemas dela, do pai, Mano Jucá, dos inúmeros problemas, disse que não se importava se eu não o colocasse para cantar, que o que ele precisava mesmo era de um trabalho urgente, que não tinha nem o que comer em casa. A dor aumentou, passou e voltou. Lembrei do cachê simbólico que eu não havia pago a ele, do quanto aquela merreca teria ajudado aquela criatura, da *van* que não paguei e sabe Deus como ele tinha ido embora do *show*. Pensei: caralho, não tenho problema nenhum. Levantei do chão, chamei a Marilza, minha mulher, e lhe disse que, apesar de estarmos fodidos, deveríamos ajudar o Bill e Deus nos ajudaria também. Ela não concordou muito, pois sabia que estávamos falidos; mesmo assim, disse a ele que voltasse no dia seguinte para trabalhar na nossa loja de discos, gravadora e distribuidora. É que, na ocasião, nós distribuíamos discos de *hip-hop*. Bill foi contratado para fazer entregas e cobranças por um salário mínimo. Naquelas circunstâncias, posso afirmar que foi uma contratação milionária, a peso de ouro.

No dia seguinte, levando meu filho à escola, passei na porta da loja. Lá estava o Bill, sentado na porta, uma hora e meia antes da hora combinada. Concluí: esse negrão é um chato. Passei batido e nem falei com ele.

Só que o tempo mostrou que ele tinha um grande senso de disciplina, pontualidade, inteligência, coerência, dedicação, concentração e, sobretudo, obstinação. Um verdadeiro obstinado. Eu sabia que aquele rapaz queria ser *rapper*, ele queria fazer *rap*, gravar CD; era a única coisa que ele queria; ele tinha esse sonho e acreditava que eu era o caminho. Por outro lado, eu não poderia me arriscar a gravar um artista de *rap* num estado como o Rio, a terra *dofunk*. Seria um investimento sem retorno, seria um tiro sem alvo. Mas havia uma outra coisa a ser considerada: a força que o Bill carregava, a imensa carga de luz que emanava dele, sobretudo no palco, sobretudo na fala - econômica, mas sempre organizada e tensa. Uma coisa era clara, ele tinha conquistado minha admiração e meu respeito por seu sonho. Aceitei embarcar no sonho dele, mas impus uma condição, não existiria um contrato: "O dia em que você achar que não mereço mais o seu respeito", eu disse, "é porque você não merece mais o meu. Fechado?" Ele concordou: "Fechado."

O trabalho do Bill era, basicamente, varrer a firma, entregar discos, fazer cobranças, ir ao banco, ligar para os clientes, atender ligações, tirar xerox, ir ao correio, pegar discos em São Paulo, organizar o estoque e pressionar nossos devedores.

Certa vez, o gerente de uma loja do *shopping* Rio Sul ligou, perguntando se o Bill era realmente nosso cobrador. Marilza disse que sim. Ele pediu que não o mandasse mais cobrar, porque ele era muito mal-educado. Como o cliente tem sempre razão, decidimos que o Bill não cobraria mais naquela loja e, quem sabe, em nenhum lugar. Conversaríamos com Bill, quando ele voltasse do *shopping*, para decidir o que fazer.

"Bill, o gerente do Rio Sul reclamou de você, disse que você é mal-educado, o que houve?", perguntou a chefe dele, Marilza. Calmamente, ele respondeu: "Ele está devendo há quatro meses; eu disse que só ia sair da loja com o dinheiro, e ele pagou. Tá aqui." Assunto encerrado; Bill virou nosso cobrador oficial.

Por mais equilibrado que ele parecesse, era visível a ansiedade para gravar seu disco. Sempre que possível, Bill jogava uma indireta.

Afinal, fiz uma reunião com o William, da Zimbabwe, em São Paulo, e fechamos uma parceria para o seu disco, *Mandando Fechado*. Vendi uma casa que tinha em Sepetiba e, para fazer o videoclipe da música "Traficando Informação", dirigido pela Katia Lund - aliás, seu primeiro videoclipe -, vendi o carro.

Mas o disco não poderia sair muito rápido, tinha que ser de faixa em faixa. Mesmo depois que o disco estivesse pronto, começaria uma nova história; seriam necessárias várias coisas, entre elas, desenvolver a parte gráfica. Tudo isso exigiria dinheiro. Enquanto o trabalho ia rolando, o sonho ia aumentando.

Dia 2 de junho de 1999, Bill desembarcou na Rodoviária Novo Rio, trazendo um carregamento de CDs de São Paulo. Pegou um táxi até Madureira, para mais uma jornada de trabalho, como sempre acontecia: descarregar, separar e entregar, independentemente do sono e da viagem mal-dormida. Fiz a minha cara de feliz, pois muitos clientes esperavam os CDs nas lojas; afinal, era a chegada triunfal do *Sobrevivendo no Inferno*, que me tiraria também do inferno. Comecei a cantar de felicidade em tom alto; comemorei o fato de o Bill não ter sido pego pela Polícia Rodoviária, porque eles sempre querem ficar com umas caixas.

Por fim, olhei para o Bill, com ar de juiz prestes a condenar, quase entrando na caixa de tanta raiva, olhei para o Bill, novamente, e disse, com todo o desespero que eu podia: "Caralho, Bill; caralho!!!!!! Que prejuízo você me deu, porra, você trouxe tudo errado. O pior nem é isso; você gastou dinheiro para ir, pra voltar, táxi, tempo, tem um monte de gente que está esperando a mercadoria, hoje, e eu, aqui, fodido, cheio de contas para pagar. Ainda tem a questão da palavra; eu prometi que entregaria os discos hoje, caralho. E aí, Bill, o que eu faço agora?"

Ele tinha duas opções: me mandar tomar no cu e ir embora, perder seu emprego e, provavelmente, seu sonho, ou engolir mais esse sapo e me mandar tomar no rabo mais adiante, depois do disco gravado. Ele preferiu me xingar com os olhos. Até o maior analfabeto conseguiria ler o ódio que ele sentia de mim, por causa das minhas expressões. Ele levou as mãos à cabeça como quem tem a certeza de que estragou a minha vida. Baixou os olhos e disse, quase sussurrando: "Foi mal, bucha*, eu vou voltar, agora, para trocar a mercadoria; pode descontar tudo do meu salário; só te peço para ser aos poucos; foi mal, bucha, foi mal."

Sentenciei: "Agora, você abre todos os CDs e confere quantas caixas vieram erradas, qualquer coisa estou lá embaixo."

Virei as costas e saí reclamando alto, quase aos berros, mas deixei a Marilza, estrategicamente, perto do telefone, para vigiar qualquer gesto dele e me avisar. Sei lá se ele pegaria uma barra de ferro pra me matar; não era bom dar sopa para o azar.

* Bucha significa subalterno, pessoa que não tem autoridade.

O ramal tocou; era Marilza: "Celso, sobe, sobe!"

Subi pelas escadas de ferro, daquelas antigas e curtas, iguais a um caracol. Bill estava sentado sobre as caixas que trouxera de São Paulo, todas abertas, "o mensageiro" chorava de dor, de felicidade, de loucura... Parecia uma criança. Descobriu que o que estava nas caixas nada tinha de errado, muito pelo contrário. Descobriu que eu não era o filho-da-puta que tinha parecido ser. Eu só queria que ele descobrisse com seus próprios olhos, que as caixas traziam nada além da sua arte, da sua obra, do seu sonho. Era um momento que deveria ser dele com ele mesmo. Imagino que deve ter refletido sobre a viagem, que estivera todo o tempo com a sua obra, sem saber; que já era um "artista".

Quando subi, ele não conseguia se levantar, suas forças pareciam ter sido consumidas pelas caixas de papelão sob seu corpo. Bill me olhou, se levantou, me abraçou ainda emocionado; não sabia ou não tinha o que dizer, mas eu tinha. Olhei fixo para aquele jovem perfeccionista, que raramente vacilava, e disse: "A partir de hoje, você não carrega mais caixa, aqui, Bill, nem viaja para buscar discos; a partir de hoje, você passa a ser o artista desta gravadora." Nada que pudesse ser dito substituiria a força que aquele momento proporcionava. A essa altura, as pessoas que faziam parte da nossa família já participavam daquela telenovela. Então, todos desejaram a ele boa sorte e sucesso na vida. Nada mais precisava ser dito; ele tinha que ir para casa e deixar o tempo passar; curtir, pensar, planejar o novo curso da sua vida. Mesmo assim, eu disse que ele não esquecesse que o seu sucesso representaria, incondicionalmente, ódio dos desafetos e o desconforto dos amigos; que ele teria que se preparar para um caminho diferente daquele que todos os grupos tinham escolhido; que ele não deveria só denunciar, mas mostrar caminhos, criar alternativas, botar a cara; isso, sim, faria a diferença. Empolguei-me e fui além: disse que ele precisaria ficar atento e se preparar, porque o sucesso traria muitas coisas boas, mas traria a carga negativa de todos os que gostariam de estar no seu lugar ou ao seu lado, sem sucesso. A essa altura, ele não estava escutando mais nada; pegou uma caixa com 25 CDs, um vale transporte e partiu para a Cidade de Deus.

Ali começou a grande mudança, na minha vida, na vida do Bill e na vida da Cidade de Deus. Hoje, aquele Alex é o Bill que o Brasil inteiro respeita, e que parte do mundo conhece. Hoje, posso afirmar que o Bill é um homem, um outro homem. Daquele tempo só sobraram os seus maiores méritos: a humildade, a simplicidade e sua dedicação verdadeira ao povo das cabeças de porco.

CRESCER NOS TRÓPICOS: UMA ODISSÉIA NA PERIFERIA

IDENTIDADE EM OBRAS I: ADOLESCÊNCIA

O fato é que há indiferença e ela, assim como o preconceito, encobre, sob um manto imperceptível, meninos e meninas pobres, especialmente negros.²⁵ Indiferença gera invisibilidade. Resultado: jovens transitam invisíveis pelas grandes cidades. O que significa para um adolescente este desaparecimento, este não reconhecimento, esta recusa de acolhimento por parte de quem olha e não vê?

Sabemos todos, na própria pele - e na de nossos filhos-, como é difícil a adolescência. Cobranças fuzilam de todos os lados: porque não se é mais criança; porque ainda não se é adulto. As auto-imagens vacilam, tremem, sem nitidez, mergulham na fantasia temerária, recuam encharcadas de medo e insegurança, diluem-se na imaterialidade de quase tudo. Primeiro, crianças, acreditamos em tudo, nos adultos que nos cercam, em seu amor, no que dizem. Chegamos a crer que somos o centro do mundo. Depois, crescemos e nos treinam na descrença. Para evoluir e amadurecer, descremos. A marcha da idade avança pela contramão das convicções da infância. Crescer é descrer. Até que nos tornamos plenamente adultos: descrentes. O ceticismo é o cartão de visitas da maturidade moderna (ou pós-moderna). De trambolhada, rola para o ralo a crença em nós mesmos. Durma-se com um barulho destes.

E por falar em barulho, o cartaz subjetivo que a gurizada ostenta na testa diz mais ou menos o seguinte: *identidade em obras*. Esses anos só são dourados depois que passam, quando olhamos pelo retrovisor, no túnel do tempo. É a memória que idealiza o passado e doura a pílula.

Identidade é uma palavra enigmática: por um lado, significa a originalidade de alguém, a singularidade que torna cada pessoa incomparável e única; por outro lado, adquire o sentido oposto ao designar a semelhança que aproxima duas pessoas. Dois exemplos inversos e complementares: "Mário se identifica com Raul Seixas, sente uma profunda identidade com tudo o que ele disse e pensou." Ou: "O processo de construção da identidade é doloroso porque envolve rupturas e conflitos. Uma criança só se torna uma pessoa dotada de consciência de si e de identidade própria, ao romper os laços de dependência com os pais e conquistar sua autonomia. Por isso, afirmar-se é sempre traumático, ainda que seja saudável." Diferenciar-se e igualar-se, mirar-se nos outros e apartar-se deles são duas faces da mesma moeda, dois momentos complementares do jogo de espelhos em que nos formamos.

Apropriamo-nos como corsários (quase antropófagos) do que aprendemos ou apreendemos dos outros; copiamos, em parte, o que recolhemos no butim, e em parte submetemos a algazarra de sinais alheios à nossa ordem interna, esta que deriva da constelação singular em que nos constituímos. Assim, criamo-nos a nós mesmos nas interações, seja em conformidade com os outros, seja em contraste com eles.

Numa direção ou noutra, a identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, pelo tênis de marca, corresponde a um esforço para ser diferente e para ser igual, para ser *diferente-igual-aos-outros*, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens - o que também varia, é claro). Roupas, posturas e imagens compõem uma linguagem simbólica inseparável de valores. Aquilo que na cultura *hip-hop* se chama *atitude* talvez seja a síntese de uma estética e de uma ética, que se combinam de modo muito próprio na construção da pessoa.

Há mais um aspecto extremamente interessante: ninguém cria sozinho ou escolhe para si uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. Não é algo que se vista e leve para casa. Não se porta ou carrega uma identidade, como se faria com uma carteira, um vestido ou um terno. A identidade só existe no espelho e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de Valor, envolvida pela aura da significação humana, da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade - invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão é incomunicabilidade, falta de sentido e valor. Por isso, construir uma identidade é necessariamente um processo social, interativo, de que participa uma coletividade e que se dá no âmbito de uma cultura e no contexto de um determinado momento histórico.

Assim como não inventamos uma linguagem, individualmente, assim como não há linguagem privada, tampouco há identidade de um homem-ilha, de uma mulher-ilha, apartada de toda e qualquer relação humana. Nos jogos de olhares, palavras e sentimentos, trocamos sinais e mais sinais, pelos movimentos do corpo e as expressões do corpo. Estamos imersos em florestas de símbolos, como dizia Baudelaire, e somos seres de linguagem, como

a filosofia, a antropologia e a psicanálise nos ensinaram. Toda linguagem é material e datada, é construção humana coletiva, em permanente mudança. Por consequência, sendo a identidade uma experiência da relação, que se dá na esfera da intersubjetividade, dos símbolos, das linguagens, da cultura, ela é sempre uma experiência histórica e social.

Não há como focalizar a problemática da identidade e driblar a questão do pertencimento. Seria o mesmo que considerar a identidade apenas pela metade, observando-a apenas do ângulo da originalidade e da diferença, eliminando qualquer referência ao outro lado da moeda: a semelhança e a aproximação. Quem é algo, é sempre algo para outros; e quem é algo para outros, relaciona-se com eles e participa, com eles, de alguma experiência gregária. Eis aí o grupo, no meio da cena, justamente quando esperávamos o indivíduo em seu momento de isolamento máximo, de recolhimento privado e de absoluta independência.

Resta saber o que é que os dois lados da identidade e o que é que o pertencimento têm a ver com os jovens vulneráveis e invisíveis que vamos encontrar armados, daqui a pouco.

IDENTIDADE EM OBRAS II:

ADOLESCÊNCIA E A PROBLEMÁTICA ARDILOSA

DAS "CAUSAS" DA VIOLÊNCIA

A adolescência é mesmo uma época especialmente difícil da vida. Isso se aplica a todos. Mas é claro que tudo se complica e fica muito mais difícil quando às vicissitudes da idade somam-se problemas como a rejeição em casa, vivida à sombra do desemprego, do alcoolismo e da violência doméstica, e a rejeição fora de casa - a rejeição vivida em casa, por vezes, estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola, que não encanta, não atrai, não seduz o imaginário jovem e não valoriza seus alunos.

A invisibilidade é uma carreira que começa cedo, em casa, pela experiência da rejeição, e se adensa, aos poucos, sob o acúmulo de manifestações sucessivas de abandono, desprezo e indiferença, culminando na estigmatização. Essa trajetória é previsível e se repete diariamente. Não atinge apenas as famílias pobres, nem os pobres são pais menos amorosos. Mas os pobres têm, sim, menos oportunidades de organizar as responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa, sobretudo quando os filhos são pequenos. Também têm menos chance de contar com apoio terapêutico nos momentos de crise e dispõem de menos recursos para mobilizar especialistas quando se constatarem distúrbios de aprendizagem, provocados ou não por sofrimento psíquico.

Por definição, mais expostas à angústia e insegurança do desemprego, as famílias de baixa renda enfrentam com mais frequência as tensões que desestabilizam emoções e corroem a auto-estima. Em havendo alguma correlação entre experiência de rejeição infantil e violência doméstica, entre esta e o alcoolismo, e entre baixa auto-estima e alcoolismo, deduz-se a conexão entre desemprego e alcoolismo e, portanto, a ligação entre pobreza, violência doméstica e vivência infantil da rejeição. Ou seja, mesmo não havendo relações causais, diretas e mecânicas, há correlações entre fatores que pertencem a um mesmo campo de fenômenos, campo constituído pela força de gravidade que as tendências probabilísticas representam.

com máxima cautela, até para que não façamos o que criticamos, isto é, para que não reforcemos os preconceitos que depreciam os pobres, já tão penalizados pela própria pobreza, é preciso reconhecer que há laços prováveis

entre as seguintes realidades - as quais, conseqüentemente, tendem a conviver (ou seja, quando encontrarmos uma delas, será mais provável que encontremos as demais): (a) pobreza; (b) menor escolaridade; (c) menor acesso a oportunidades de trabalho; (d) maior chance de sofrer o desemprego e o desamparo econômico e social; (e) angústia e insegurança; (f) depressão da auto-estima; (g) alcoolismo; (h) violência doméstica; (i) geração de ambiente propício ao absenteísmo, à desatenção e à rejeição dos filhos; (j) vivência da rejeição na infância, o que fragiliza o desenvolvimento psicológico, emocional e cognitivo, rebaixa a auto-estima, estilhaça as imagens familiares que serviriam de referência positiva na construção da identidade e na absorção de valores positivos da sociedade; (1) crianças e adolescentes com esse histórico tendem a apresentar maior propensão a experimentar deficiências de aprendizado (tanto por motivos psicológicos quanto pelo fato de que as limitações econômicas dos pais impedem a oferta de acesso a escolas mais qualificadas, inclusive para lidar com estas deficiências e para estimular os alunos, valorizando-os); (m) dificuldades na família, na escola, e pressão para o ingresso precoce no mercado de trabalho (mesmo que seja por uma participação intermitente e informal) tendem a precipitar o abandono da escola, sobretudo no contexto de desconforto e inadaptação, e de falta de motivação; (n) a saída da escola reduz as chances de acesso a empregos e amplia a probabilidade de que o círculo da pobreza se reproduza por mais uma geração; (o) configurando-se este quadro, aumentam as probabilidades de que o adolescente experimente a degradação da auto-estima, especialmente se considerarmos o contexto social e cultural em que prosperam os preconceitos, o padrão da dupla mensagem (da qual vou tratar adiante) e as artimanhas da *invisibilização*.

Um ponto muito delicado, muito difícil, para todos os que nos aventuramos nessa área espinhosa de reflexão e ação política, é o seguinte: quando circunscrevemos determinado grupo ou indivíduo como vulnerável, exposto ao risco do envolvimento com a violência e o crime, nossa intenção é protegê-lo, humanizá-lo, abrir-lhe alternativas, evitando a criminalização repressiva que os estigmatiza, demoniza e condena ao círculo vicioso das profecias que se autocumprem. Nossa intenção é esta, mas, freqüentemente, caminhamos sobre o fio da navalha, porque tangenciamos, nós mesmos e contra a vontade, a estigmatização e a criminalização (que funcionará comprovando a verdade que previra, ao provocar os efeitos que temia e enunciava).

Ou seja, quando digo que são vulneráveis os pobres e negros, sem autoestima, abandonados pela família e rejeitados pela escola, sem abrigo afetivo

na comunidade e sem oportunidades, estou enunciando uma tese empiricamente correta, do ponto de vista sociológico, e estou denunciando as responsabilidades que a sociedade tem na formação da "delinquência", da "transgressão", do "crime", estou abrindo espaços para a defesa e a proteção dos vulneráveis e para a reversão do quadro, das tendências, dos processos, das carências, do sofrimento etc. Mas, ao mesmo tempo, estou municiando o policial na esquina, em seu comportamento racista, classista, estigmatizador. E mais: estou tratando os vulneráveis como problema pela ameaça potencial que representam, ao invés de enfatizar e defender seus direitos ao acolhimento, a uma vida saudável etc.

A saída, então, seria abandonar o discurso da prevenção e voltar a negligenciar a questão pública da segurança? Acho que não. Acho que a saída é compartilhar com os leitores, gestores e com a sociedade, os riscos paradoxais envolvidos no tratamento adequado da questão, o qual, portanto, jamais chega a ser inteiramente e perfeitamente adequado, exigindo cuidados, qualificação e a desconstrução crítica, no movimento de sua própria afirmação. Difícil, certamente, mas inevitável, creio. Em resumo: o jeito é assumir plena consciência sobre a ambivalência de minha posição, evitar sua degradação no seu contrário, exibindo, preventivamente, a dimensão crítica que a autoconsciência do problema comporta.

Retomando o fio da meada: se a adolescência é uma etapa difícil da vida para todo mundo, com muito mais razão é um momento delicado para meninos e meninas pobres, no Brasil. Nem todas as sociedades conhecem a adolescência. Historiadores e antropólogos nos ensinam que ela é uma invenção recente nas sociedades modernas ocidentais e que não existe na maioria das sociedades ditas "primitivas", nas quais as pessoas transitam da infância à idade adulta num salto, atravessando o umbral simbolicamente edificado pelo ritual de passagem. Lá, tornar-se adulto significa estar preparado e autorizado para casar-se, ir à guerra, ter acesso a segredos religiosos guardados pela tradição e cumprir as obrigações previstas na divisão social do trabalho. Ou se é adulto ou se é um ser incompleto, desprovido de história: não há etapas da evolução psicológica ou moral, que progridem de acordo com a escalada etária. Já no medievo europeu e ainda no Renascimento, as crianças eram adultos em miniatura. Os quadros do período retratam os pequenos adultos em poses adultas, vestidos como seus pais. As crianças não são protegidas, tratadas e estudadas como seres especiais. Esse meio do caminho cheio de ambivalências, a adolescência ao qual correspondem saberes especializados, um

mercado específico, metodologias pedagógicas especiais, uma psicologia e um cardápio de exigências morais, constitui uma novidade histórica. São poucos séculos de experiência, ao menos no mundo ocidental. Mas o fato de ser uma criação histórica não lhe retira realidade. A adolescência é uma invenção cultural recente, mas como dói - assim como a Itabira do poema de Carlos Drummond de Andrade.

Curioso e paradoxal é que, no Brasil, para os jovens pobres, de um modo geral, não há adolescência: salta-se direto da infância ao mundo do trabalho (ou do desemprego). É mais ou menos o que acontece, em nosso país, com as etapas do processo civilizatório. Parece que estamos vivendo uma regressão, em alguns aspectos, da qual resulta a convivência entre etapas históricas diferentes, cada uma com suas características sociais e culturais: hoje, no Brasil, os homens não são treinados apenas para a guerra e os valores dominantes na socialização dos meninos não são os valores ligados à guerra. Será? Em certa medida, com a ascensão vertiginosa da violência e do desemprego (no quadro de estagnação econômica e aprofundamento das desigualdades), com o ingresso cada vez mais precoce dos jovens na economia informal, será que não estamos gestando um híbrido tropical muito peculiar, com mais ingredientes tradicionais da cultura masculina belicista e menos elementos da modernidade ocidental européia em que nos forjamos, como nação? Em outras palavras, não estaremos combinando, no Brasil, traços avançados da democracia participativa com a supressão a galope da adolescência e a revalorização da moralidade guerreira tradicional?

LABIRINTO*

Meu filho está perdido. Tem um ano só, pouco tempo. Perdido no mundo das drogas. Há um bom tempo ele saiu de casa. Ele está com 15 anos. Eu não sei o que levou ele a fazer isso, não. De repente, ele foi na gangue dos coleguinhas dele, começou a fumar maconha, cheirar pó... Só não está roubando, ainda não partiu para esse lado, não.

Ele ia para o colégio. Só que nesse ano ele ficou reprovado. Me enganava que ia para a escola. A gente tem que trabalhar, não tem tempo de olhar as crianças... Aqui, na favela, quem não tem apoio dos parentes, da comunidade, perde seu filho rápido nas drogas. Não é nem pro tráfico, é pras drogas. Porque, hoje em dia, a maioria dos menores que tão indo pro tráfico, tão indo pras drogas, eles vão pro tráfico pra vender e sustentar o vício.

Isso tinha que acabar, o governo tinha que olhar mais por isso aí. Um dia vai atingir eles, com certeza. Vai virar uma bola de neve que eles não vão parar. E não vai atingir só nós, aqui, da classe baixa, não. Vai atingir a alta.

Já atingiu, né?, porque você sabe que, na verdade, a droga tem que passar pelos grandes. Não é possível abastecer um Brasil inteiro sem passar pelas fronteiras. Isso não é feito nas favelas. Nós sabemos disso, não é feito na favela. Primeiro são os grandes, tem que passar por eles para chegar nas favelas.

Hoje eu tô chorando, amanhã quem vai chorar é mais um.

Ele é só uma criança. Não tem latrocínio, não tem nada dessas coisas. É só o vício mesmo.*

Ele estava me pedindo muita coisa: tênis da moda, roupa da moda, essas coisas. Eles pedem, todos eles pedem. Qualquer criança, hoje em dia, não quer saber a marca da roupa...

A gente vive razoavelmente, dá para comer, beber, se divertir. Mas não é igual a um filho de mauricinho. Não é igual a um playboizinho que pode ir pra praia a hora que quiser com moto. Hoje em dia, não tem mais bicicleta para o menor, eles querem moto. Se eles entram para o tráfico, eles conseguem a moto. E eles conseguem isso com muita facilidade.

Eu me sinto oprimido. Não sei como eu vou fazer para retirar ele. Já pedi até aos amigos da "boca". Mas ele fala na minha cara que não quer sair. "Pô, dá pra tirar meu filho daí?", "Pode tirar, não quero mais ele.

Depoimento do pai de um jovem traficante.

não”, eles dizem. ”Não, você tá me tirando mas eu não quero sair.” E aí? Como é que se faz?

O gerente da boca me disse: ”Pode tirar ele, a partir de hoje eu não quero você mais vendendo droga, não. Teu pai não quer. Teu pai quer que você saia, então é o melhor pra você.” Mas meu filho respondeu: ”Ele não quer mas eu quero ficar. Vai me levar pra casa? Eu não vou!” Aí o cara fala: ”Não tá obrigado, tá aqui porque quer.”

Qual a solução? Tem uma saída? Saída tem. Todo túnel escuro tem uma saída... Só ficando rico e saindo da favela. Tirando ele para uma situação melhor. Não adianta tirar daqui pra outro lugar, sem ter uma condição de vida melhor. Não adianta fugir, tem que encarar.

A mãe dele é minha esposa. Ela trabalha, tem que trabalhar. Ela trabalha, eu trabalho. Está sofrendo o dia inteiro, todo dia. Tomando remédio pra suportar o desespero.

Ela diz que eu sou o culpado. Como eu posso ser o culpado? Fala que eu devia olhar mais. Como que se olha, vivendo numa comunidade que só tem vagabundo que foi criado com a gente desde pequeno, cresceu, escolheu o outro lado. Como é que a gente vai deixar de falar com essas pessoas? Se eu moro aqui. Não tem como, eles vão ser meus amigos até morrer. Eu vou defender eles até morrer. Não foram eles que escolheram essa vida. Tenho diferença com eles, mas é uma opção de vida, é um meio de vida. Eles não estão ali porque gostam, porque ninguém gosta de ficar sem dormir, sofrer, correr de polícia. É uma opção de sobrevivência. Todos eles têm família. Se eles pudessem, saíam.

A televisão atrapalha muito, sabia?, mostrando as coisas que acontecem. Meu filho acha bonito aparecer como um cara perigoso pras comunidades, pra polícia. Se ele soubesse o que é um dia de cadeia, ele pensaria duas vezes. Mas eu acho que isso aí não vai ter mudança tão cedo.

O que mais estimula ele não é nem o dinheiro, é mais ele poder aparecer. Mostrar quem é, mostrar que pode, entendeu?

E também a pressa de ganhar dinheiro. Hoje em dia, a evolução do mundo está rápida, muito rápida. Os meninos ficam sabendo desses corruptos que roubam milhões do INSS. E nada acontece. Quem vai querer uma vida de trabalho duro e honesto?

A televisão mostra muita coisa errada. A gente vê cada coisa bárbara na televisão. Isso aí serve de exemplo prós pequenos; eles acham que é fácil: os grandões fazem e não dá nada, vou fazer também. Querem ver um meio mais rápido de ganhar dinheiro. Tudo é a facilidade de ganhar dinheiro.

Não sei. Tem que mudar tudo. De cima pra baixo, não é de baixo pra cima, não. É de cima pra baixo: presidente, governador, ministro, ir passando um pente-fino neles todos. A solução é de cima para baixo, senão vier assim não muda nada.

Meu filho ainda vai sair. Tem uns que não conseguem sair. Isso é um labirinto. Pra mim isso é um labirinto; ele ainda não encontrou a saída, mas vai encontrar.

O MENINO INVISÍVEL SE ARMA

Deste ponto, retomo a navegação que, até aqui, nos conduziu a dois temas: a invisibilidade e a adolescência. O próximo passo vai conectá-los à violência.

Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença generalizada, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros - sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento - o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade.

Vamos imaginar em detalhes esse encontro fortuito e desafortunado, em qualquer esquina de nossas cidades. Vamos imaginar como seria a cena original, a primeira experiência de um jovem com a arma diante de um desconhecido, num pedaço sombrio da cidade. A mão ainda vacilante, trêmula, a respiração embolada, o espírito hesitante. Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada. O bandido, o bandido frio e brutal, o profissional do crime, não existe. Pelo menos, não existe ainda. Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização. Surge diante de nós da treva em que o metemos, desembaraçando-se aos trancos e barrancos do manto simbólico que o ocultava. O sujeito que não era visto, impõe-se a nós. Exige que o tratemos como um sujeito. Recupera visibilidade, recompõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação. Se havia dívida (fala-se tanto na grande dívida social), eis aí a fatura.

Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser - sabendo-se que só se alcança *ser alguém* pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza. Esse olhar, um gesto escasso e banal, não sendo mecânico - isto é, sendo efetivamente o olhar que vê consiste na mais importante manifestação gratuita de solidariedade e generosidade que um ser humano pode prestar a outrem. Esse reconhecimento é,

a um só tempo, afetivo e cognitivo, assim como os olhos que vêem e restituem à presença o ser que somos não se reduzem ao equipamento fisiológico. O olhar (ou a modalidade de percepção fisicamente possível) que permite ao ser humano o reencontro com sua humanidade, pela mediação do reconhecimento alheio, é o espelho pródigo que restaura a existência plena, reparando o dano causado pelo déficit de sentido, isto é, pela invisibilidade. Esse olhar vê o outro, restituindo-lhe - ao menos potencialmente - o privilégio da comunicação, do diálogo, da troca de sinais e emoções, da partilha de valores e sentido, da comunhão na linguagem. Esses olhos que *vêem* tecem entre as pessoas a ligação que é matriz do que chamamos sociedade.²⁶

Saltando para fora do escuro em que o guardamos e o esquecemos, o garoto armado readquire densidade antropológica, isto é, vira um homem de verdade. Antes, invisível, era um fantasma transparente, portador de uma carcaça porosa e imperceptível. Antes da arma, do gesto ameaçador, do sentimento que ela desperta, era como se o corpo do garoto não existisse ou existisse como corpo, não como pessoa, ou se confundisse com as coisas da cidade, mais uma peça do cenário urbano. Pois agora tudo mudou. Num passe de mágica, o mundo ficou de cabeça para baixo: quem passava sem vê-lo, lhe obedece. Invertem-se posições. Quem desfilava sua soberba destilando indiferença, agora submete-se à autoridade do jovem desconhecido. Celebra-se um pacto fáustico: o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível.

Por favor, não me entendam mal. Não estou elogiando a violência nem mesmo a justificando. Não pretendo defender a agressão. Desejo apenas compreendê-la. Não há como mudar uma realidade se não a compreendermos. Estou propondo uma chave de leitura, uma interpretação. Mas não tenho ilusões: nenhum de nós é psicanalista do assaltante; não somos pais dos meninos em armas. A paciência tem limites. Têm limites a generosidade e a tolerância. Quando somos vítimas ou amigos e parentes das vítimas, nosso sentimento não é de solidariedade pelo agressor, por mais que compreendamos seu gesto de desespero. No calor da hora, sentimos raiva, a raiva mais intensa. Mesmo depois, o ódio é o resíduo que fica. Odiámos quem nos humilha e agride. Não importa a análise intelectual que façamos sobre as motivações do que aconteceu. É natural que seja assim. Não peço o que seria ingênuo e absolutamente irrealista pedir. Ninguém vai passar a mão na cabeça do criminoso, mesmo imaginando que aquela seja a primeira vez e que ele esteja faminto de amor.

Queremos mudar os jovens que cometem crimes. Muito bem, sabemos que é preciso impor limites, distribuir responsabilidades e inibir a prática da violência pela aplicação de procedimentos exemplares, que sinalizem os custos envolvidos na transgressão. Mas também - e sobretudo - queremos mudar o comportamento violento dessas pessoas, para o nosso bem e para o bem delas. Até porque aquela cena inaugural, em que se dá o primeiro encontro do menino com a arma e o outro, numa esquina qualquer, aquela cena é apenas o primeiro capítulo de um roteiro que, em geral, enreda o jovem numa cadeia de eventos e compromissos que o condenam à morte precoce e cruel, antes dos 25 anos. Se há ali um apelo frustrado e contraditório lançado do fundo da impotência e do desamparo, um apelo por acolhimento e valorização, um pleito por afeto e calor humano, um esforço titânico pela recuperação da visibilidade, pela reparação da auto-estima estilhaçada, nos capítulos seguintes da saga do jovem a voz terá outro tom e a linguagem será mesmo a da arrogância onipotente do profissional da violência. A solução escolhida para reconquistar visibilidade, esta de que falamos, é a pior possível. Ela é destrutiva e autodestrutiva. Quando se ergue da sombra com a arma, o jovem veste a carapuça que o preconceito lhe pespegara e compra o pacote completo de culpas e maldições, porque, agora, com a arma em punho, ele é alguém. Mas quem? Que tipo de pessoa? Impondo que tipo de "respeito"? Ele é alguém a quem a sociedade indagará, provocativamente: "Quem você pensa que é?" Afirma-se mas pelo negativo de si mesmo, cavando o pior na alma dos outros. Este não é o diálogo dos seres humanos, não é o reconhecimento sonhado.

Sim, queremos limites; os garotos precisam de limites. Por outro lado e, simultaneamente, reconhecemos que há esperança ou que, pelo menos, não é inteiramente irracional supor a possibilidade da recuperação e que, portanto, é nosso dever tentar (a esperança é um imperativo ético se não se funda numa suposição comprovadamente irracional). Acontece que não há nada mais difícil do que mudar, sobretudo provocar a mudança em alguém. Não há aventura humana mais arriscada e radical. Equivale a uma pequena morte, porque, para mudar, matamos algo em nós: aquilo que nós éramos ou parte do que éramos. A metamorfose é tão exigente e temerária que se confunde, por exemplo, com o próprio movimento espiritual do artista, enquanto agente da criação.²⁷ As religiões tematizam a mudança como o problema da conversão. As terapias psíquicas a tematizam como seu foco central, seja para admiti-la e estimulá-la, seja para redefini-la como aceitação de si ou resignação à "incompletude". De todo modo, este é um desafio tremendo para a humanidade.

Ninguém tem a chave da transformação e nenhuma ciência desenvolveu uma metodologia segura para promovê-la. O que sabemos é que se trata de uma experiência humana dolorosa e complicada.

Uma coisa é certa: ninguém muda para melhor se não calçar em terreno firme a fundação da nova pessoa que deseja construir. O solo firme, nesse caso, é a auto-estima revigorada. Para livrar-se de uma parte de si julgada negativa, destrutiva e autodestrutiva, é necessário confiar na parte saudável e positiva, porque é ela que garante a força indispensável à mudança; é ela que garante ao agente do processo (protagonista e objeto do processo) que a morte representará renascimento; é ela que oferecerá a certeza de que não se jogará fora a criança com a água do banho: algo será preservado e este algo é o que mais decisivamente se confunde com a pessoa.

Em outras palavras: uma pessoa pode mudar não porque seja fundamentalmente má, mas porque é fundamentalmente boa - por isso tem coragem para ousar a mudança, tem valor suficiente para esta audácia suprema, tem por que lutar. Mudar implicará dar a vitória à parte saudável, que estava sendo hostilizada e prejudicada pelo lado destrutivo, o qual terá de ser compreendido, elaborado e absorvido, não negado e destruído - ou não haverá mudança efetiva, apenas uma variação momentânea da correlação interna de forças. Para mudar, é preciso, portanto, o solo firme da auto-estima revigorada. Como seria possível edificar sobre o pântano?

Pois é aí que as instituições que dirigem a sociedade metem os pés pelas mãos. Quando seria necessário reforçar a auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: "Vocês são o lixo da humanidade." É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições "socioeducativas", que não merecem o nome que têm - o nome mais parece uma ironia.²⁸ Sendo lixo, sabendo-se lixo, pensando que é este o juízo que a sociedade faz sobre eles, o que se pode esperar? Que eles se comportem em conformidade com o que eles mesmos e os demais pensam deles: sejam lixo, façam sujeira, vivam como abutres alimentando-se do lixo e da morte. As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço. Foi dada a partida no círculo vicioso da violência e da intolerância. O desfecho é previsível; a profecia se cumprirá: reincidência. A carreira do crime é uma parceria entre a disposição de alguém para transgredir as normas da sociedade e a disposição da sociedade para não permitir que essa pessoa desista. As instituições

públicas são cúmplices da criminalização ao encetarem esta dinâmica mórbida, lançando ao fogo do inferno carcerário-punitivo os grupos e indivíduos mais vulneráveis - mais vulneráveis dos pontos de vista social, econômico, cultural e psicológico.

Esmagando a auto-estima do adolescente que errou, a sociedade lava as mãos, mais ou menos consciente de que está armando uma bomba-relógio contra si mesma, contudo feliz, estupidamente feliz por celebrar e consagrar seus preconceitos. O preço desta consagração autocomplacente é a violência. Violência da qual, entretanto, a sociedade não pode prescindir (mesmo sofrendo tanto com ela), porque deseja continuar dispondo do bode expiatório para expiar seus males e exorcizar sua insegurança mais profunda, aquela que advém do reconhecimento de sua própria finitude, isto é, de sua mutabilidade - a história é para as sociedades o que a morte representa para os indivíduos. É preciso manter a todo custo a geografia moral: de um lado, o bem; de outro, o mal. Pague-se o preço que for, mesmo que o preço seja a preservação das condições que propiciam a existência do mal. Tudo para que cada um de nós jamais encontre, em si mesmo, o outro lado; tudo para que a sociedade e suas instituições possam preservar intocado seu espelho idealizador. A invisibilidade de uns serve à invisibilidade que mais importa, aquela que sustenta uma certa visão do mundo.

ENREDOS DA JUSTIÇA CRIMINAL

É preciso ter cautela ao avançar no terreno complicado e ardiloso da justiça criminal, desde logo distinguindo *limites* e *penas*. A projeção do discurso psicológico para o campo da justiça criminal traz grandes contribuições, se evitarmos a sobreposição artificial entre ambas as linguagens. Caso contrário, pode gerar confusões conceituais e políticas. A pena visa punir uma transgressão legal, isto é, a perpetração de um crime. Seu sentido não é a vingança, não é o castigo pedagógico, nem uma injeção de superego num sujeito sem limites - ainda que muitos criminosos estejam, inconscientemente, em busca de controle externo, eles mesmos sentindo-se psiquicamente ameaçados pela impotência dos controles internos.

A pena não é a vingança porque o Estado não é um indivíduo envolvido, moral e emocionalmente, nos casos objeto de sua intervenção institucionalizada. Não é pedagógica, porque ninguém aprende sendo humilhado. E não é psicoterapêutica, porque o limite que a pena representa não corresponde a dinâmicas psicológicas voltadas para a valorização dos sujeitos individuais. A pena responde à necessidade que a sociedade tem de inibir comportamentos refratários ao pacto de convivência, cristalizado nas leis (segundo o modelo ideal). Ou seja, ela não tem nenhum valor para o sujeito sobre o qual se aplica, mas para os demais, comunicando o seguinte: às possíveis vítimas, que não temam, pois a violência será freada pelo Estado (pela própria existência da punição aos possíveis agressores, que não ousem violar as leis, porque pagarão caro por isso).

Outra palavra que tem de ser tratada com cuidado é transgressão. Para as instituições que zelam pela aplicação das leis, seu sentido é claro. Para a sociedade, nem sempre o é. Para certos grupos, algumas regras são mais importantes que certas leis. Ou seja, normas de comportamento e preceitos morais se sobrepõem ao domínio legal. Um desses grupos pode ser exatamente aquele em que o jovem transgressor cresceu e com o qual se identifica. Portanto, uma pergunta trivial, mas significativa, se coloca: aquilo que definimos como crime ou transgressão legal terá o mesmo significado para seu jovem autor?

Na cultura popular, de um modo geral, a lealdade é um valor mais caro do que a propriedade privada ou o compromisso republicano com a legalidade. Por isso, para boa parte da população brasileira (talvez a maior parte), não

há ato mais abjeto que a delação. Nos Estados Unidos, a criança aprende cedo, na escola, que colar é imoral e contra as normas, cumprindo-lhe o dever de denunciar qualquer transgressão que porventura venha a testemunhar. Sua adesão às normas e à Escola - que neste caso representam a nação e a ordem constitucional - é considerada moralmente superior às relações de lealdade eventualmente estabelecidas com os colegas. Da mesma forma, no cotidiano norte-americano é comum a denúncia à polícia de pequenos delitos ou de transgressões às leis de trânsito.

No Brasil, isso tudo é muito mais complicado. Não está claro, em nosso país, que a lealdade à nação deva prevalecer sobre a lealdade interindividual. No Brasil, o solo mais firme sobre o qual erguemos crenças, valores e atitudes são as relações pessoais. O país, a sociedade, a nação, suas leis e instituições freqüentemente parecem realidades menos sólidas, estáveis, permanentes e confiáveis do que os amigos e a família, os vizinhos e a comunidade. Até porque a solidariedade nas emergências se manifestam no espaço das relações face a face. Os aparatos públicos são distantes e menos prestativos, dificilmente revelam o mesmo grau de compromisso e responsabilidade solidária que se experimenta em casa ou na comunidade.²⁹

Disso não se deduz que o brasileiro seja imoral, conivente com a ilegalidade, ou que o jovem da periferia que se liga ao crime não tenha consciência dos crimes que perpetra, e que suas ações possam justificar-se por referência a um código de valores particular. Nada disso é verdade. Entretanto, o fato é que, mesmo não justificáveis, muitos atos têm significados específicos e atendem a códigos morais também específicos (que não estamos obrigados a aceitar e respeitar só porque existem e contam com apoio em faixas da população). A conclusão que desejo sustentar é a seguinte: o foco de nossas preocupações não deveria ser o comportamento desviante individual, mas a educação dos jovens em uma cultura refratária à violência.

Também por este motivo, portanto, é fundamental discutir a cultura da violência, quer dizer, pesquisar seus meios de difusão, suas características, sua lógica moral própria, para investir nos antídotos, entre os quais se destaca a cultura *hip-hop*. O problema do comportamento violento e da disseminação do ódio - como linguagem, postura e valor - não se enfrenta apenas com polícia, ações socioeconômicas e uma vaga e genérica educação para a legalidade. Enfrenta-se com a difusão de uma cultura alternativa que promova a paz e seus valores, numa linguagem jovem e em diálogo com o imaginário da juventude pobre.

Louk Hulsman e Jacqueline Bernart de Celis, dois estudiosos dos sistemas penais, imaginaram uma cena que nos ajuda a refletir sobre a problemática da punição, sob os ângulos mais variados. É a história de cinco estudantes que vivem juntos em um albergue, dividindo as despesas: num acesso histérico de fúria, um deles quebra a TV e os pratos, que custou tanto trabalho a todos. Os outros quatro reagem de formas diferentes e cada reação corresponde a um estilo pessoal, mas também a uma abordagem distinta do que seja uma punição legítima e adequada: o primeiro é puro ódio e se iguala ao agressor pelo ódio, partindo para cima dele, de forma vingativa. O segundo é racional e político. Diz que a violência reativa é muito pouco e é ineficiente. Recomenda a expulsão, precedida da cobrança do pagamento de prato por prato e da televisão. O terceiro representa a solução terapêutica, que deseja tratar o agressor como um pobre coitado, como a vítima que necessita de ajuda e apoio. O quarto adota a postura de uma justiça amparada na mediação e apta a, identificando a complexidade do caso, distribuir responsabilidades entre todos, sem paternalismo mas também sem render-se à expiação dos males pela atribuição unilateral de responsabilidades a um bode expiatório.³⁰

Na vida coletiva, as relações formam padrões e funcionam como um sistema - como vimos no capítulo "Antígona do Humaitá". Quando alguém ocupa a posição do louco, do viciado, do desviante, da pessoa-problema, outros se beneficiam indiretamente - por mais que sofram com o sofrimento alheio, porque se credenciam a ocupar o lugar da sanidade, do equilíbrio e da virtude. Por isso é comum que as famílias contribuam, inconscientemente, para a instalação e manutenção de padrões neuróticos, conferindo a algum ator a responsabilidade de representar o personagem problemático, de modo a que os demais fruam a sensação de superior consternação, protegendo-se de seus próprios problemas. É freqüente que, quando a criança-problema saia da crise, outro familiar a substitua e passe a desempenhar papel análogo, com alguma variação. O equilíbrio nas relações sociais é sempre tenso e instável, e muitas vezes torna-se perverso. O que acontece nas famílias ocorre também na sociedade.

O caminho mais promissor para lidar com crises e transgressões, de toda espécie, me parece o último, aquele adotado pelo quarto estudante. Poderíamos nos enriquecer muito, como seres humanos e como sociedade, se seguissemos aquele exemplo. Bastaria reconhecer que compartilhamos com outros seres humanos a vida no planeta, que não somos ilhas, precisamos uns dos outros, e que nossa experiência está inscrita em redes de relações

que tendem a organizar-se segundo padrões, formando sistemas ordenados segundo lógicas próprias, geralmente diferentes de nossas intenções pessoais e de nosso entendimento individual.

Há poder, despotismo, opressão, violência, injustiça, sim, como há também solidariedade e fraternidade. Porém, o fato decisivo para cada um de nós é este: tudo o que vivemos nos diz respeito no nível da responsabilidade, em alguma medida, mesmo que nosso esforço e nossas energias apontem na direção oposta, porque somos cúmplices da sociedade em que vivemos com seus defeitos e qualidades -, por omissão ou contribuição ativa.

Se não pensarmos assim, assumindo sempre nosso quinhão de responsabilidade, o desejo de mudar os outros - os jovens que cometem crimes, por exemplo - pode diluir-se em mera afirmação arrogante e moralista de nossas próprias virtudes. Tanto quanto mudar os outros, teríamos de nos empenhar em mudarmos a nós mesmos e mudar a sociedade que propicia aos jovens experiências tão devastadoras, desde a primeira infância.

QUER GANHAR UMA MULHER? BOTA UM FUZIL NO PESCOÇO*

Eu acho que a mulher gosta de viver perigosamente; mulher gosta de uma arma; acho que é sentimento de poder.

A mina está com o cara com o maior fuzilzão, ninguém olha, ninguém mexe, ninguém fala nada. Se souber que é mulher do cara, ninguém fala nada. Nessa, ela está cheia de marra, a calça é da Gang e está tipo gostosona, e ninguém se mete com ela, e ela está na favela, e todo mundo fumando maconha, aquele fervo. Cheiro de maconha, vagabundo de revólver, vários carros novos chegando - Audi, Honda, Mercedes,— tudo roubado e tudo com vagabundo de fuzil, e elas estão no meio. Elas gostam disso. É o fervo, é o fervo.

Tu não imagina, a mulherada chega aqui de Pálio, zerinho, os pais são da Barra, elas moram na Barra, mas parece que não encontram lá o cara certo, e vem procurar aqui.

Uma vez, veio uma mulher de Ipanema, que mora numa cobertura. Ela veio fazer um trabalho aqui e um maluco se meteu com ela e cuspiu nela. Ela veio falar comigo: "O cara me deu uma cuspidinha ali." Eu disse: "Vamos lá, que eu quero ver quem é esse cara." Cheguei lá, era um vacilão. Eu falei: "Ô rapaz, como você vai cuspir na mulher? Você conhece a mulher de onde?" Dei uns tapão no meio da cara. "Tu é vacilão." Levei aos amigos da boca: "Olha, ele cuspiu na mina, ela veio visitar a favela e ele cuspiu na mina." Os caras deram um pau nele; ele saiu correndo. Aí a mina ficou minha amiguinha: "Eu vou botar a minha irmã na sua fita." E então eu disse: "Demorô." Ela me deu o telefone.

Eu liguei para ela:

- Oi, tudo bem?

- Oi, sou Margarete. Eu queria te conhecer, que minha irmã falou muito bem de você.

Aí eu falei:

- Tu mora em Ipanema? Olha que eu sou pretinho, não tenho dinheiro, estou duro, desempregado.

- Não é nada disso não, eu quero te conhecer.

* Seguem-se trechos do depoimento de um entrevistado

- Tá legal - eu disse.

- Olha, eu vou marcar no lugar assim, assim. Conhece Ipanema? Conhece o lugar?

Aí pensei: "Putá que pariu." Peguei minha moto e fui para lá. Quando cheguei no tal lugar, que eu vi a mulher, eu pensei: é mentira, por que essa mulher quer me conhecer? Mulher loura, toda bonita, gostosa, que é isso?

- Você não tem marido, não?

-Não, me separei. Eu era casada com o gerente da M.; me separei; tenho dois filhos; agora estou sem namorado.

Nós saímos e eu fiquei com ela oito meses. Ela se apaixonou.

Aí eu queria um espaço para trabalhar, mas ela não deixava, tudo ela pagava. Eu estava me sentindo mal, estava perdendo a minha dignidade de homem. Ela não andava de tanque vazio, só tanque cheio. Então, quando ia abastecer, eu no volante, ela que abastecia; quando ia comer, ela que pagava.

- Pô, cara - eu disse -, tá certo que tu gosta de mim, tu é maravilhosa, mas eu tenho que trabalhar.

- Tu não vai trabalhar, quem vai te bancar sou eu. Eu falei:

- Porra, eu não gosto disso, não estou acostumado com isso.

Aí eu fui dando um gelo nela. Ela me ligava, eu não retornava. Até hoje ela me liga, me perturba.

No tempo que estive com ela, percebi que as mulheres de Ipanema estão muito carentes de homem, porque, pelo que percebi, os homens de Ipanema... a maioria dos homens tá tudo virando veado. E em Ipanema, Leblon, Barra, *osplayboys* estão muito ligados em carro, embelezar carro, polir roda de carro. Comentário de mulher, não sou eu que estou falando.

Então, as mulheres estão vindo na favela, porque na favela elas conseguem homem de verdade. Homem para amar elas de verdade. Porque as mulheres estão carentes de amor, tá entendendo? Não adianta a mulher estar no auge. Se ela não for amada, vai ficar frustrada.

Na favela, elas encontram toda essa falta de carência, porque o favelado, ele só pensa em sexo, ele não pensa em outra coisa. Então, essas mulheres vêm atrás disso, só querem fazer sexo com quem está armado.

GURIS E GURIAS MOSTRAM SUAS ARMAS

O jovem pede a carteira; aponta a arma para minha cabeça e pede a carteira. Pede, não. Ordena. Velha fórmula: a bolsa ou a vida. Leva o dinheiro. com a grana compra um tênis de marca. Onde está a fome de sentido e valor? Onde o clamor pelo reconhecimento? A arma é passaporte para a visibilidade e instrumento de auto-afirmação ou é só atalho para o cofre? O medo é sentimento que fluidifica os canais da relação congelada, ainda que seja um mau sentimento, ou é apenas condição para que o atalho leve mesmo ao cofre? O que está em jogo é a relação ou é a grana? O assalto, afinal de contas, é um ato utilitário, além de ser uma violação aos meus direitos e liberdades, ou é um gesto simbólico, num contexto afetivo condicionado pela desigualdade e por sucessivas rejeições? É matéria para a psicologia ou é caso de polícia?

Perguntas pertinentes, todas elas. Onde está a verdade? Qual a interpretação justa? Enfim, psicologia ou polícia? Ambas as abordagens são necessárias, adequadas, justas e verdadeiras e deveriam conduzir a posturas e políticas públicas distintas porém simultâneas e complementares.

Lado A: o ato do adolescente armado é um contra-senso. Nele, nada se aproveita, tudo está errado, tudo conspira contra as legítimas aspirações e necessidades do jovem, tudo trama contra a sociedade, agredindo-lhe, indistintamente, o melhor e o pior. E, no entanto, o gesto de força e desespero é compreensível - não justificável, insisto: compreensível, carrega um significado trágico³¹ que se encerra na voz inaudível do jovem, à cata de escuta qualificada. Apontando a arma para minha cabeça, o rapaz pede socorro, o menino apela à minha sensibilidade, o garoto clama por uma centelha de humanidade que ilumine nossa relação e estenda entre nós a passagem para a travessia, o canal para a comunicação, o território para a recepção acolhedora. Ao mesmo tempo, apontando a arma, ele provoca em mim ódio, e comprova, diante da sociedade, a verossimilhança dos preconceitos. Põe em marcha a máquina da violência que começa com o cárcere privado do estigma internalizado, prendendo cabeça e coração na armadilha do preconceito,³² segue pelas trilhas de gato e rato - a polícia atrás —, e culmina com a morte ou com a sentença que o condena à morte simbólica: a pena. O ciclo freqüentemente replica-se nas sucessivas reincidências.³³ Nada se aproveita. O sofrimento espalha-se por todo lado, perde-se muito dinheiro, desperdiçam-se vidas e é só. O jovem não se sente nem um pouco melhor com o crime que comete.

Lado B: o dinheiro obtido no assalto troca-se pelo tênis de marca, pela camisa de marca. Essa frivolidade é uma pista. A camisa com nome e sobrenome e o tênis notabilizado *pelo pedigree* apontam numa direção: a grana vai para a marca, não para o calçado ou a camisa, não para o atendimento a necessidades físicas, como a simples proteção do corpo ou dos pés. Se os jovens quisessem proteger-se do sol e do frio, se quisessem caminhar com mais conforto, privilegiariam soluções mais econômicas e eficientes. Não o fazem. Por quê? Futilidade? Não. O engano está em nossa idéia do que seja efetivamente necessário e do que seja supérfluo. Vamos ouvir os jovens em sua linguagem, vamos mergulhar em seu imaginário e suspender por um momento nosso juízo autoritário. No caso, como o que está em jogo é a busca de reconhecimento e valorização, a marca é o que importa; é a marca o objeto cobiçado; é ela que atende a necessidade. O vestuário (na moda) interessa como sinal de distinção, isto é, de valorização. O fetiche da moda cumpre esta função: quem a consome deseja diferenciar-se para destacar-se, valorizando-se - mal percebe que copia o movimento de todos, tornando-se, assim, indistinguívelmente banal. De todo modo, mesmo iludindo-se com o ardil da moda, mesmo enganando-se - como aliás todos os jovens (e os não-tão-jovens) das camadas médias e das elites -, os jovens invisíveis copiam os hábitos dos outros para identificar-se com os outros, passando a valer o que eles valem para a sociedade.³⁴ Inclusão é o sonho; respeito é a utopia. Aí está, o fio da meada nos trouxe da grana ao símbolo, da natureza utilitária da violência à sua dimensão afetiva e psicológica. Eis-nos, de volta, uma vez mais, à invisibilidade e aos métodos tortos de resistência.

Claro que nada disso exclui a importância do dinheiro (em si mesma e como símbolo, ele próprio). Tampouco subestimo a relevância das funções práticas dos utensílios (da moda ou não). Nem pretendo generalizar juízos e convertê-los em fórmulas de valor universal. Há casos e casos; cada biografia tem suas peculiaridades; cada contexto, suas características. Examino uma situação hipotética, porém plausível, que pode servir de modelo para a compreensão de aspectos freqüentemente negligenciados. Nem tudo reduz-se a emprego e renda, mercadoria e moeda, ainda que estas questões sejam essenciais. Insisto em focalizar o lado imaterial de tudo isso, exatamente porque a sociedade não lhe dá maior atenção.

Como todos já estamos convencidos da importância da economia, posso aqui concentrar-me no que vem sendo esquecido. Repito: não para subestimá-la, mas para complementar a interpretação que, de hábito, suscita. Até porque emprego, renda, moeda e mercadoria também são itens do repertório

cultural, também são investidos de emoção, cercam-se de valores e estão mergulhados em símbolos. Exemplo: ter um emprego é muito mais que credenciar-se a um salário; é fazer parte de um grupo, compartilhando uma identidade, escovando sua auto-estima; é merecer o apreço da família, dos vizinhos, da comunidade; é sentir-se valorizado, porque, segundo nossas tradições, trabalho enobrece.³⁵ Tanto é verdade que a aposentadoria muitas vezes detona uma crise existencial, mesmo quando não há perdas materiais envolvidas.

Estas reflexões não são hipócritas e não têm a pretensão de sugerir que não haja fome, só fome de amor; que não haja necessidade de emprego, renda, vestuário, mercadorias e moradia, só fetichismo e a procura desenfreada por símbolos de inclusão. Há fome física. Há miséria e seu calvário. Há um rosário de carências. Quero apenas lhes dizer que não há só isso e que a história não deve ser contada, unilateralmente, pelo ângulo da economia.

Quando o jovem compra o tênis de marca ganha de brinde o ingresso no grupo - no grupo dos que reconhecem a marca e valorizam a moda de que ela é sintoma. Lembremo-nos de que moda, entendida em sentido amplo, envolve determinadas escolhas estéticas mas também, freqüentemente, algumas escolhas éticas. A moda envolve uma coreografia, posturas, comportamentos e uma certa agenda. Se for mais ambiciosa — como foram os movimentos *hippie*, *punk* e *yuppie* -, envolverá até uma ideologia ou um conjunto de crenças. O que é a *atitude* do membro do movimento *hip-hop* se não um *blend* de comportamentos, valores, vocabulário e focos temáticos?

Um bom e belo exemplo, inspirador e capaz de exorcizar o bolor ranheta e mesquinho que meu tom crítico pode sugerir, é a desbravadora Leila Diniz desfilando grávida, de biquíni, na praia de Ipanema, no início dos anos 70. Hoje, seria trivial. Naquele momento histórico, em plena ditadura, sob o reinado de uma moralidade cínica e repressiva, no gesto teatral de Leila sintetizavam-se crenças, posturas e comportamentos que abriam uma agenda - ou a inscreviam na paisagem. A seminudez da quase-mãe era uma incisão cirúrgica na noite do regime político: iluminava a dieta de idéias e cauterizava a moralidade careta e machista. A tanga de Fernando Gabeira, a célebre tanga, muito depois mas no mesmo palco, foi a resposta masculina à provocação de Leila. Moda? Não, política.³⁶ *Blitzkrieg* contra o embotamento do obscurantismo. Assim como há muitas formas de estruturação do poder, há muitos modos de subverter a ordem e muitos modos de intervir criativamente na cultura, através de *obras*, *performances*, sinalizações e atitudes.³⁷

Todos nós nos sentimos reconfortados quando nos filiamos a algum grupo. Participar de um grupo é gratificante porque fortalece o sentimento de que temos valor e a sensação de que aquilo que pensamos e sentimos é compartilhado por outros, o que lhe revigora o valor de verdade e de correção moral. Filósofos já disseram que realidade é ilusão compartilhada. Nem é preciso ser tão radical para compreender a relevância desse apoio mútuo.

Em geral, somos membros de vários grupos ao mesmo tempo: família, igreja, partido, sindicato, associação de moradores, clube etc. Cada entidade tem suas próprias regras de funcionamento e condições de pertencimento. Os grupos se fortalecem quando enfrentam conflitos externos. A rivalidade vivida fora do grupo aproxima os membros da família, da Igreja, do partido, do sindicato. O caso exemplar é o do clube de futebol. O que seria do Cruzeiro sem o Atlético (e vice-versa)? Os clubes se afirmam aos pares, alimentando-se da rivalidade: GreNal (Grêmio *versus* Internacional); Fla-Flu; Corinthians e São Paulo etc. O amor aos clubes precisa da tensão das disputas e do ódio ao rival para prosperar. Quão mais coeso o grupo, maior a gratificação que se extrai da participação. Por outro lado, a coesão do grupo será tão mais firme quão mais intensas forem as disputas com grupos rivais. Por isso, nada como a guerra para unir. Nada como a oposição extrema da guerra para unir internamente os grupos que se chocam no confronto. Infere-se daí que a guerra proporciona aos grupos rivais a maior taxa de coesão e, conseqüentemente, a mais gratificante experiência de pertencimento.

Não parece lógico, portanto, que jovens invisíveis, carentes de tudo o que a participação em um grupo pode oferecer, procurem aderir a grupos cuja identidade se forja na e para a guerra? Entende-se o sucesso das facções do tráfico no recrutamento da gurizada. As armas são fundamentais porque credenciam os adolescentes a experimentar a cena que descrevi, o encontro personalizado e personalizador com a violência, na esquina - encontro no qual se realiza uma ação utilitária, com fins econômicos, e um gesto simbólico, como procurei mostrar. São também fundamentais porque sublinham simbolicamente a virilidade, num momento de ambivalências, a adolescência, quando a identidade está mais confusa, incerta, ambígua.

Além disso, as armas indiciam a guerra, isto é, inscrevem os rapazes na linguagem da guerra e em seus rituais. Funcionam como a carteirinha de sócio do clube. Garantem o ingresso na festa mórbida em que se celebram o destemer, a lealdade, a crueldade mais brutal e a disciplina. É bastante para quem vaga pela cidade, ávido por referências. Nem exige muito esforço explicar ao neófito que as razões do tráfico de armas e drogas são válidas, uma

vez que estas razões contrariam as leis mas endossam alguns valores da sociedade: essencialmente, o primado do poder e do dinheiro.

Nada mais parecido com o credo capitalista, em sua versão mais fria e socialmente indiferente. A diferença é que, para o tráfico, o mercado é a selva, é a guerra de todos contra todos, sem regulamentos - ainda que, aqui e ali, negociem-se alguns pactos de convivência. No tráfico, regras há, e muitas, mas não para conter a violência na guerra entre falanges. Turnos de trabalho, hierarquias, processos decisórios, divisão de tarefas, distribuição complementar de responsabilidades, códigos de comportamento, tudo isso é disciplinado. Já a luta contra o "alemão", o inimigo, não se sujeita a limites: envolve tortura, humilhação, execução degradante com sofrimento extremo, inteiramente desnecessário e assim por diante.

A moda e a arma são recursos de poder, objetos economicamente úteis e instrumentos simbólicos de distinção, valorização e pertencimento - de uniformização, portanto, ao menos no âmbito do grupo. Calçam a identidade, empinam a auto-estima, selam o pacto de admissão ao grupo, bombeiam a autoconfiança e desdobram um *menu* de possibilidades para o sábado à noite. Fecham muitas portas. Logo, logo, encerrarão o expediente da liberdade, se o felizardo sobreviver e for premiado apenas com uma condenação.

Por falar em sábado à noite, enquanto tudo são flores (flores oxidadas, regadas a gasolina, mas flores), o julgamento que importa aos meninos em armas é o veredicto das meninas. Nada mais importa, porque está tudo aí, tudo está contido na aprovação delas, que se manifesta na bandeira do desejo e da admiração. Aliás, este não é um destino exclusivo da juventude "do movimento". com os hormônios em ebulição e a cabeça sem porto, quem escapa ao reinado do desejo das gurias?

Em 2001, fiz uma reunião, em Porto Alegre, com a gurizada das vilas, mais de trinta rapazes, alguns metidos em encrenca séria. Primeiro, com a jocosidade das brincadeiras; depois, em tom confessional, houve um consenso espontâneo que me impressionou em torno da centralidade das garotas, como a grande referência. O desejo delas era tudo o que desejavam os meninos; era a própria razão de ser das opções radicais da rapaziada. A capacidade de seduzi-las e conquistar-lhes a admiração era a medida do sucesso pessoal masculino. Durante o ano, organizei mais de uma centena de reuniões. Ouvi tanto quanto pude. E me dei conta de que o mais importante é dispor-se a ouvir com os ouvidos abertos, dispor-se a ver com olhos que não julguem, apenas acolham e procurem compreender. Tudo o que consta neste relato flui pelos poros dos que vivem o drama na pele. Os canais da verdade são afetivos.

Se o desejo das gurias é o desejo dos guris (esta frase permite leitura em duas mãos), a história entorta quando muitas, entre elas, elegem como modelo o macho violento, arrogante, poderoso e armado. Porque, sendo assim, muitos, entre eles, vão imitar este modelo, copiar suas manhas, identificar-se com seus valores. Instaura-se um magnetismo perverso que ensaja a emulação da prepotência armada. As moças, aquelas encantadas pela estetização do mal, atuam como mediadoras da violência, turbinando a adrenalina de seus pares. Gravitando em torno dos adolescentes que idolatram e portando-se como elos de uma engrenagem que se reproduz automaticamente, elas não são os sujeitos do processo. Pelo contrário, não o conhecem nem controlam. São vítimas e objeto. Convertem-se em cúmplices, inadvertidamente.

Ilusão pensar que uma solução será desenhada na prancheta dos consultores técnicos. Ninguém tira um modelo cultural do bolso do colete e o põe a funcionar por obra e graça da própria vontade. Tecnocracia e voluntarismo, nenhum dos dois extremos serve, neste caso. A emergência de um modelo cultural depende de uma multiplicidade ilimitada de intervenções, de apropriações capilares que lhe dão sobrevida e o radicam no solo da vida social, fortalecendo-o, conferindo-lhe legitimidade e ampliando seu raio de ação. Ele nasce ou não, brota ou não, da espontaneidade das relações sociais ainda que o empurrão da mídia valha muitíssimo, evidentemente.

Nossa tremenda sorte é o fato de que, no Brasil, a cultura jovem popular já plantou e colheu no solo que, espontaneamente, sua história mesma sedimentou. Já há um modelo jovem alternativo, em pleno funcionamento nos bairros pobres, nas vilas, favelas e periferias. Não fosse assim, o tráfico e o crime teriam recrutado muito mais do que a minoria que logrou envolver em suas falanges guerreiras. Há a personagem alternativa que corresponde ao modelo cultural (e político, eu acrescentaria) alternativo: ela (ou ele) é pacífica e pacifista, valoriza a solidariedade e a compaixão, difunde a crença na justiça e na igualdade, criticando duramente o país que estamos fazendo: um Brasil que nega esses valores, na prática, enaltecendo-os no discurso. O *hip-hop*, mesclando o *break*, o *grafitti* e o *rap*, é sua principal forma de expressão e organização. Concorrem para a afirmação desse modelo alternativo meninos e meninas.

Aliás, é preciso que se diga que as gurias estão se tornando mais do que meras mediadoras ou muletas que sustentam modelos de identificação para os guris. Elas têm assumido posições de destaque, freqüentemente como protagonistas, para o bem e para o mal. Ou seja, têm matado e morrido mais, participando do crime; e têm salvado e morrido mais, participando dos esforços

de paz. O que não significa que, no mundo do crime, elas não continuem sendo oprimidas e humilhadas. O crime parece concentrar o que há de pior na sociedade: a busca do ganho a qualquer preço e o machismo mais despudorado e violento.

VÁRIAS VEZES EU PEDI*

Até hoje eu me pergunto o porquê de ele ter se envolvido. Porque ele é o único menino que nós temos, o único menino aqui de casa. Nós fizemos tudo por ele. Até os 14 anos, ele estudava normalmente. Estudava, trabalhava na farmácia. De uma hora pra outra, ele começou a se envolver.

Ele ficou bastante tempo nisso, quatro ou cinco anos. De uma hora pra outra ele chegou aqui com um amigo, né?, dizendo que conseguiu um serviço, que queria mudar de vida. Eu não acreditei. Agora, eu posso dizer que estou bem, estou feliz. Agora, ele está com 19 anos.

Ele entrou nessa com 15,14 anos. Chegava tarde em casa. A gente procurava saber onde é que ele estava. Sempre vinha alguém: "Olha, eu vi ele ali em tal lugar", e me deixava desesperada. Eu ficava andando atrás, ia nas bocas de fumo procurar, não tinha paz nenhuma. É assim que a gente fica, sabe?, a gente pergunta o porquê, não sabe o motivo.

Pelo menos pra mim e pro pai... O pai nunca deixou faltar nada, fazia tudo o que podia por ele. Queria um tênis, ia lá, pagava em prestação, já pra ele não se envolver.

A maioria dos que se envolvem diz que é porque está faltando isso, está faltando aquilo, o pai e a mãe não podem dar... A gente sempre procurou fazer por ele. Por isso, até hoje eu pergunto por que ele se envolveu. Não sei.

Agora, ele trabalha com o André, no escritório, e está superfeliz, está gostando do serviço. Ele chega aqui, conta as novidades, vive comentando com os colegas da vida, que isso aí não leva a nada, que agora ele está bem.

Ele saiu da boca numa boa, não ficou devendo nada a ninguém. Ao contrário, os rapazes do tráfico estão até apoiando muito ele sobre isso, dando a maior força, né? "É isso mesmo, você tinha mais é que sair, porque isso aqui não leva a nada", a conversa deles...

Até pra mim que sou mãe, eles diziam: "Poxa, tia, seu filho vai sair dessa, não se preocupa, não." Várias vezes eu pedi: "Se meu filho aparecer, não dá isso pra ele trabalhar." Eles mesmos sempre respeitaram, não forçaram a nada. Eles não forçam os meninos a fazer nada disso. Todas as vezes que eu

* A seguir, trechos do depoimento da mãe de um jovem recém-egresso do tráfico.

fui procurar meu filho na boca de fumo, nunca teve problema comigo, não. Mas eles continuam no tráfico, né?

Tem um amigo dele que, por ver ele trabalhando, falou com ele: "Pô, você conseguiu, então eu também vou fazer isso." Vários amigos dele foram embora (assassinados), tudo novinho igual a ele. Agora, a gente tá bem.

Eu posso dizer que estou me sentindo uma mulher realizada.

DESFAZENDO CERTEZAS

Os depoimentos que você acaba de ler, entremeando os capítulos analíticos, ajudam a desfazer muitas idéias preconcebidas sobre crime e juventude. Sugerem uma surpreendente continuidade entre os dois mundos, o legal (da família e do emprego) e o ilegal (do tráfico), sem negar as diferenças profundas entre as conseqüências de estar ou não envolvido com o crime. A mãe, por exemplo, circula com facilidade, entra e sai da boca à procura de seu filho. É recebida e respeitada pelos cúmplices do filho, quando vai à boca procurá-lo. Os traficantes se compadecem dela ante seus pedidos para que não estimulem seu filho a envolver-se. Há emoções que todos compartilham. Acatam a decisão do filho de voltar à vida legal. Alguns mostram-se tentados a seguir-lhe o exemplo, quando o sucesso de seu retorno demonstra que reconstruir a vida é uma possibilidade. Um dos antigos cúmplices chega a pedir a mediação do protagonista, porque se sente atraído pela idéia de um emprego. Deixar o tráfico é uma opção desejável para alguns. A dúvida não parece dirigir-se à conveniência da opção ou à sua superioridade, mas à sua viabilidade. Os que preferem permanecer no tráfico, ou não encontram saída, nem por isso negam as vantagens da saída e o direito de seus comparsas à decisão de sair, desde que não deixem dívidas e não se tornem alcagüetes.

Esta fluidez, esta ausência de fronteira rígida entre o legal e o ilegal, o grupo do tráfico e o grupo familiar - ou, abrindo o foco: entre o tráfico e a comunidade -, mostra que, a despeito das diferenças de valor, identidade, compromissos, posturas, comportamentos, estratégias e estilos de vida, há emoções, valores e uma linguagem comuns. Por um lado, esta mútua permeabilidade, esta relativa indistinção, este terreno comum é perigoso: um passo para lá, cai-se no abismo. Por outro lado, esta continuidade pode nos encher de esperança. Dependendo dos itinerários de cada indivíduo, nem tudo está perdido. Antes que o sistema penal interfira, carimbando, criminalizando, distribuindo penas e estigmas, condenando os rapazes a serem, irreversivelmente, o que ensaiaram ser por um lapso de tempo, e assim eternizando seu presente e os aprisionando a seu passado, antes que o mundo caia sobre suas cabeças, seria razoável esperar que, um passo para cá, mesmo tímido e hesitante, os traria de volta à casa materna e à vida legal. Se é tão tênue o limite, tão frágil a fronteira, tão fácil cair no abismo, também é muito fácil retornar. Desde que a sociedade e suas instituições

não atrapalhem - depois de terem, por negligência, prestado sua paradoxal colaboração para o pior.

Na constelação de situações abordadas nos breves relatos que você acaba de ler - os quais foram extraídos de longas entrevistas -, não está, necessariamente, a síntese do que acontece em todo o universo do tráfico. Há inúmeras variações e muitas delas certamente escaparam aos relatos destacados, que não correspondem a uma amostra de valor estatístico. Entretanto, os depoimentos são suficientes para oferecer uma imagem razoavelmente rica sobre uma ampla gama de circunstâncias significativas. Nessa medida, permitem vislumbrar alguns aspectos relevantes e questionar conclusões simplificadoras. É preciso cuidado com as generalizações. Se alguma lição se extrai desta série de testemunhos, certamente esta é uma delas. Talvez a principal. Não há "o tráfico" e "o traficante", no singular. Nem uma causa para um fenômeno. Há trajetórias, no plural, e distintas combinações das condições que são mais ou menos comuns a todos.

Outra lição: a liberdade individual, a luta dos pais, a presença deles, o amor, um filho, a oportunidade inesperada de um emprego, a elevação da auto-estima provocada pelo amor e pelo filho, o desencanto reforçado pela observação das tragédias que se abatem sobre os colegas, a emergência de fontes de atração alternativas à gravitação do tráfico, tudo isso pode desempenhar papel importante.

Estas reflexões nos conduzem a uma interrogação: o que seria a cultura da violência? E o que poderia ser uma cultura da paz?

A CULTURA DA PAZ

A violência se aprende, como se aprende a praticar e orientar-se para a paz. O senso comum supõe que a violência seja a explosão animal de um fogo interno que arde em nós. Quando atiçado por humores venenosos e encharcado pelo combustível do conflito, pronto: não fica pedra sobre pedra. O ânimo ferve e o ódio escorre, torrencialmente, impregnando os sentidos, obliterando o juízo, cegando a razão, até derramar-se sob a forma da violência. Esta versão naturalista do fenômeno tem sua parcela de verdade. Há tempos o cientista Konrad Lorenz já nos ensinara que o ser humano é o animal mais violento, no âmbito intra-específico - ou seja, com a própria espécie.³⁸ É também original pela crueldade. Duas características distinguem o humano: a linguagem e a crueldade. Inegável, portanto, a realidade biológica da violência.

Entretanto, as situações que se conformam à descrição naturalista são muito menos frequentes do que aquelas em que as mediações sociais e culturais dão as cartas. Estas cartas vão desde a definição do que é considerado humilhante ou intolerável, a ponto de provocar a cólera, até a oferta de meios e canais para a manifestação da violência e a delimitação do ponto além do qual não se deve avançar, em cada circunstância. Elementos de psicologia coletiva e individual, ingredientes culturais, regras morais, etiquetas sociais, normas institucionais, cálculos estratégicos a serviço da prudência, tudo isso compõe a plataforma (interna e externa) da qual decola a violência, ou na qual ela é purgada, sublimada, filtrada, redirecionada, apaziguada. A natureza e suas erupções fazem parte do complexo, é claro, mas nem sempre o dominam. Pelo contrário, de um modo geral, são as mediações sociais que predominam e dispõem sobre o momento e as condições em que a natureza reinará.

Duas ilustrações confirmam a tese: a sexualidade e a expressão obrigatória dos sentimentos,³⁹ Quem, hoje, ousaria dizer, em sã consciência, que o sexo é natural? É evidente que não há sexo sem natureza - lá estão órgãos e hormônios se agitando até o ponto de ebulição, afetados por múltiplos processos bioquímicos e fisiológicos. Contudo, necessidade e desejo são distintos, como enfatizam os psicanalistas. O primeiro é da ordem da natureza; o segundo, não. Não fosse assim, seria impossível, ante o corpo nu, distinguir o olhar técnico-profissional do médico, a percepção estética do pintor (para lembrar os exemplos já citados em capítulo anterior) e a atenção maternal.

As linhas cruzadas existem, sim, mas correspondem a trocas de senhas e leituras desviantes, não previstas no "livro de instruções" da cultura. Por excepcionais, apenas confirmam a regra.

Todo o debate contemporâneo sobre a diferença entre sexo e gênero se apoia no reconhecimento do caráter culturalmente construído de identidades e desejos, isto é, do caráter não-natural da sexualidade. Reconhecimento que não necessariamente nega a realidade de fatores genéticos ou de transmissores bioquímicos, apenas os situa, circunscrevendo sua eficácia e limitando sua independência.⁴⁰ Devemos ao movimento das mulheres e ao movimento pela livre orientação sexual (anti-homofóbico) as conquistas políticas que ensejaram esse desenvolvimento científico.

Raciocínio análogo se aplica à expressão dos sentimentos. Muitos deles, em diversas situações, são "obrigatórios", quer dizer, fazem parte da boa educação e geram constrangimento quando estão ausentes. Sua forma e seu conteúdo, inseparáveis, devem manifestar-se em festas, funerais, ritos, celebrações etc. Não é preciso chegar ao extremo da *carpideira*, que representa uma espécie de terceirização do sofrimento e, nesse sentido, reproduz a lógica do sacrifício, em que o bode expiatório substitui a comunidade e encarna seus pecados, para que os males se espantem com sua morte ritual. Basta conhecer o *script* de cor e repetir as palavras certas, nas horas certas, para as pessoas certas, com o tom de voz, a postura corporal e o vestuário adequados à cerimônia ou à natureza da interação. Não quer dizer que sejamos todos uns farsantes, cínicos, e que sejam máscaras nossas expressões, ou artificiais, nossas declarações. Não. Somos sinceros, freqüentemente. Entretanto, isso não basta. Se apenas sentirmos o que os outros esperam que nós sintamos, com sinceridade, mas sem dar publicidade ao sentimento apropriado, do modo conveniente, seguindo a gramática cultural, talvez todos se frustrem: eles, por não saberem se nós sentimos ou não o que deveríamos sentir; nós, por não termos podido comunicar o sentimento e por sermos injustamente condenados pelo tribunal - mambembe porém poderoso - que as comunidades costumam carregar nas costas - e que alguns chamam "juízo crítico da opinião pública".

Infere-se o seguinte: sendo indispensável que sintamos o que os outros esperam que as pessoas de bem, naquelas circunstâncias especiais, sintam, revelando-se assim bons cidadãos, que comungam as emoções e os valores da coletividade, melhor que o façamos na língua da comunidade, ou seja, adotando a coreografia, as expressões corporais e as legendas convencionais, ou seja, aquelas que todos usam e compreendem. Como dizia o filósofo

Wittgenstein, aprender uma língua não é conhecer o significado das palavras e as regras sintáticas, mas saber empregá-las de forma apropriada, no momento pertinente. Na mesma direção, seria possível afirmar que conhecer uma cultura não é saber o significado dos símbolos, mas aplicá-los de modo a contar com a aprovação dos interlocutores. Portanto, quando falamos em cultura e emoções, temos de situar-nos muito além da dicotomia sinceridade-artificialidade, autenticidade-formalismo, espontaneidade natural-regras sociais.

Por que é mais freqüente a agressão à esposa e aos filhos do que ao patrão, em casos nos quais a raiva mobilizada seja equivalente? As explosões são menos naturais do que imagina o senso comum e, em geral, pagam, mais do que deixam entrever, um tributo às regras sociais e culturais.⁴¹ Por que alguns não furtarão, em nenhuma hipótese? Para determinados grupos sociais e certas tradições religiosas, a honra, a crença, o respeito à divindade são mais importantes do que a vida. Que papel cumpre, aí, a natureza, entendida como a fonte mecanicamente voltada para a sobrevivência a qualquer preço? Por que um indiano pode morrer de fome e ver sua família perecer, mas não ousará matar uma vaca e comê-la? Por que sociedades não-anthropófagas recusam-se a considerar a hipótese de matar o semelhante para escapar à fome? Claro que estes limites são flexíveis e as interpretações morais são elásticas, adaptando-se a exigências extremas. Porém, via de regra, os limites sagrados são observados.

A pergunta pertinente é a seguinte: seria possível elevar a vida humana ao posto de valor supremo e protegê-la de toda ameaça? Seria viável fazer o mesmo com as extensões da vida humana, isto é, com os direitos humanos? Teoricamente, a resposta é sim. Há exemplos, inclusive. Nós não temos sido competentes para fazê-lo através da educação, quer dizer, pela difusão dos valores e dos símbolos pertinentes. No Ocidente, pelo menos desde o século XVIII, lideranças intelectuais, políticas e várias instituições tentaram promover a introjeção desses valores, em larga escala, via razão - com a filosofia-, via emoção - com a arte -, via crenças - com as religiões, quando renunciam, elas próprias, à violência. Em vão. Restou-nos a repressão e a punição das transgressões para inibir tentativas futuras. Tem sido insuficiente, frustrante e contraditório. Ainda nos cabe experimentar o investimento na cultura da paz.

Guerra e paz, não há inocência: em ambos os casos, assim como em suas derivações cotidianas - violência e cooperação -, as sociedades adestram seus filhos para produzi-las. Soldados ou militantes de ONGs pacifistas, assaltantes ou monges tibetanos, golpistas ou frades franciscanos, esse elenco

e os tipos medianos, todos foram adestrados para assumir posições que as sociedades produzem e as culturas oferecem, valorizando-os, estimulando-os ou os depreciando. De vez em quando alguém inova e alarga o espectro dos personagens possíveis. Mesmo a invenção original acaba se referindo ao repertório tradicional. São variações em torno dos mesmos temas.

Se é assim, o jovem invisível que recorre à arma para pedir socorro e reconquistar visibilidade, afirmando-se pelo avesso, só pode fazê-lo porque esta é uma das hipóteses que nossa sociedade colocou à sua disposição e a cultura sancionou-a. Outros morreriam de vergonha, em sentido figurado ou real. Desonra mata, se a identidade individual ergue-se amarrada à baliza da honra. Já aludi ao fato de que o assalto à mão armada seria inconcebível em outras sociedades e culturas. A sociedade brasileira banaliza o delito e se aprimora na arte de desmoralizar alguns limites que nossa própria tradição cultural reverencia, pulverizando referências, diluindo critérios, relativizando responsabilidades e sedando o espírito crítico. O diletantismo blasé faz com que muitas vezes lidamos com as questões éticas consagrou uma bizarra combinação entre paternalismo e rigor punitivo.

O fato é que, no Brasil, a violação de direitos trivializou-se, a agressão é quase um capricho, a violência compara-se a frivolidades, o homicídio rotinizou-se. O mais desanimador é que dizê-lo também banalizou-se. Na mídia, os heróis quase sempre são violentos; as heroínas vão pelo mesmo caminho, desde Nikita. Nas vilas e favelas, a rapaziada do movimento associa armas e violência a virilidade, masculinidade e virtude pessoal. O cardápio das cenas consagradoras do valor individual inclui o assalto, a agressão, o encontro da esquina em que o menino invisível pede socorro recorrendo à arma.

O jovem não toca aleatoriamente seu instrumento; segue a pauta que lhe propuseram; dança conforme a música; faz o jogo de cartas marcadas que lhe vai dar um lugar ao sol, no mundo do crime, ao preço do futuro e da felicidade - e até da fruição dos bens que acumular, porque estará condenado a permanecer enrascado nas armas, entrincheirado no pedaço de chão que ainda estiver sob seu controle. Por incrível que pareça, não é incomum que traficantes do Rio de Janeiro passem a (brevíssima) vida no mesmo lugar. Nascem e morrem sem ir ao cinema, à praia, ao Maracanã, sem visitar a cidade, sem sair da favela. Conhecem a metrópole onde moram pela TV. Para que o dinheiro e o poder? Quanto mais dinheiro acumulam, mais paradoxal - quase surreal - será sua situação. Presos em liberdade.

DISPUTAR MENINO A MENINO

O que é que se faz com isso? Em outras palavras, depois de escrever tantas páginas sobre a invisibilidade, a importância do afeto, da auto-estima e da participação em um grupo, sobre a dimensão intersubjetiva do primeiro assalto e o caráter culturalmente construído da violência, depois de me alongar na remissão a casos exemplares, depoimentos e entrevistas, aonde eu quero chegar? Que proposta pretendo fazer? O que espero que aconteça no espírito dos leitores e em suas práticas cotidianas?

Eis o compromisso que gostaria de compartilhar: é nosso dever - porque há razões para isso; a esperança não é, neste caso, irrealista - é nosso dever, repito, disputar menino a menino, menina a menina. Competir com o crime e as fontes da violência, oferecendo aos adolescentes e às crianças pelo menos as mesmas vantagens que o outro lado oferece, mas com sinal invertido, é claro. Ainda que por motivos ilusórios e passageiros, a violência dá prazer, fortalece a auto-estima, proporciona a fruição do respeito e da admiração que advém do pertencimento a um grupo, permite o acesso ao desejo das gurias (e dos guris), garante ingresso na festa hedonista do consumo. Então, cabe-nos criar condições para que pelo menos as mesmas vantagens possam ser experimentadas no lado de cá.

Os focos da disputa são o coração e a cabeça dos jovens, não é o bolso, ainda que ele seja também de grande relevância. O centro da briga histórica que se trava à beira do despenhadeiro e talvez nos afaste da barbárie, são o afeto e o imaginário das crianças e dos adolescentes. Esta não é uma disputa contábil. Não se trata somente (nem principalmente, ousaria dizer) de grana, mesmo sendo a grana fundamental - jamais a subestimemos, até porque ela é muito mais que instrumento para aquisição de bens e serviços; ela é, em si mesma, símbolo de poder que confere a quem a possui a aura privilegiada que dignifica, distingue e valoriza. Não por outro motivo, tende a funcionar nos moldes das profecias que se autocumprem. O dinheiro vale sobretudo como meio de integração -já vimos como opera esse mecanismo que diferencia para integrar.

A pergunta seguinte logo se impõe: como oferecer estes benefícios? Através de que políticas públicas? A sociedade poderia ajudar? Quantos recursos seriam necessários? Como é que se poderia sensibilizar o imaginário e o coração da gurizada?

Antes de responder, há ainda uma longa jornada pela frente.

O Rio DE JANEIRO CONTINUA SENDO...

Os SENTIDOS DA VIOLÊNCIA,

A CRIMINALIDADE NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro continua lindo, é verdade; entretanto, o Rio de Janeiro continua sendo, janeiro, fevereiro, março, o ano todo, atravessado pelo medo, pela bala, pelo fogo cruzado. Este não é um livro sobre o estado ou a cidade do Rio, porque os problemas de que trata são nacionais - e alguns transcendem as fronteiras do Brasil. Mas o Rio antecipou a trajetória brasileira em direção à violência armada e talvez encarne, hoje, o futuro previsível do país. Por isso, é importante pensar sua história recente. Para exorcizar seus males, ajudar a vencê-los e prevenir a nacionalização de seu drama. O tráfico de armas e drogas há muito deixou de confinar-se numa ou noutra cidade para converter-se na principal fonte brasileira da violência criminal. Mas talvez ainda haja esperança de que a escala assumida pela tragédia, no Rio, não se repita nas outras cidades e estados.

Não tenho a pretensão de contar a história do tráfico no Rio. Alguns já fizeram isso melhor do que eu faria.⁴² Gostaria de complementar o conhecimento já acumulado, chamando atenção para alguns aspectos. Antes, apresento algumas considerações gerais.

Violência é uma palavra que só na aparência é simples. Na verdade, guarda muitos sentidos diferentes. Pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história desprezível, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos, a decisão política que produz consequências sociais nefastas, a desvalorização sistemática dos filhos por seus pais ou das mulheres por seus maridos, as pressões psicológicas exercidas no contexto de interações opressivas, a orientação econômica que se abate sobre setores da população como um desastre da natureza e a própria natureza, quando transborda seus limites normais e provoca catástrofes. Por isso, falamos da violência das águas, do vento ou do fogo, e nos referimos às desigualdades sociais injustas ou ao abandono de crianças nas ruas como formas de violência. Por outro lado, quando um pai luta com alguém para salvar a vida de um filho, não o descrevemos

como violento, nem entendemos como um exemplo de violência o uso defensivo e bem-intencionado que ele faz da própria força.

Se reunirmos um grupo aleatório de pessoas e pedirmos que escolham três fatos que exemplifiquem formas especialmente graves de violência, provavelmente obteremos respostas muito diferentes, organizadas segundo as hierarquias mais diversas: alguns farão referência a guerras entre nações e ao desequilíbrio de forças internacionais, outros talvez mencionem a prostituição infantil, o flagelo da fome e do desemprego, a gravidez precoce, as condições de moradia, saúde e transporte, o latifúndio improdutivo fechado ao trabalho dos sem-terra, a injustiça, a impunidade, a destruição do meio ambiente, a corrupção, o racismo, a invasão cultural, o contraste entre o carro importado e a mendicância nas esquinas, a homofobia, o descabro das prisões superlotadas e desumanas, a discriminação das mulheres, o abandono da juventude, a hipocrisia arrogante dos tecnocratas, a tortura, as chacinhas, a brutalidade da polícia, o salário dos policiais, o cotidiano das periferias nas grandes metrópoles brasileiras. E é claro que a maioria não deixará de destacar os crimes, sobretudo as agressões contra as pessoas e, em particular, aquelas cujo desfecho é a morte da vítima.

Para a população, crimes não são transgressões da lei penal, são violações culpáveis da lei moral, mais ampla que a lei penal e nem sempre coincidente com suas determinações e seu espírito. O conceito popular de crime é tão variável e abrangente quanto a concepção popular de violência. Como não há consenso na sociedade quanto à lei moral, a lei penal deve ser respeitada como o acordo prático possível, a partir do qual ou por cuja referência as instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública democrática devem orientar suas ações.

O Brasil é pródigo em manifestações das formas mais diversas de violência, inclusive e crescentemente, da criminalidade violenta. A sociedade brasileira, em seu conjunto, tem sido atingida pela violência. Todas as classes, etnias e faixas etárias têm compartilhado o risco de tornarem-se alvo de algum ato criminoso. Nesse sentido preciso, a violência criminal brasileira, em suas múltiplas formas, é "democrática": vítima homens e mulheres, pobres e ricos, negros e brancos, indistintamente.

No entanto, se observarmos atentamente os dados relativos à vitimização letal, isto é, aos crimes que provocam a morte da vítima, encontraremos um quadro muito diferente. Como tudo no Brasil, também a morte violenta intencional distribui-se de modo extremamente concentrado. Assim como renda, educação, moradia, saúde, saneamento, acesso a lazer e equipamentos

públicos, vitimização letal também é privilégio, ainda que perverso, o que implica, nesse caso, a inversão da pirâmide distributiva: quem mais a sofre são os mais pobres. Tampouco são os pobres, indistintamente. A vítima letal brasileira típica é jovem, do sexo masculino, tem entre 15 e 24 anos (ainda que o espectro etário se estenda rápida e perigosamente para baixo e para cima), mora nas vilas, favelas ou periferias das metrópoles e, freqüentemente, é negra. Portanto, ainda que haja tantos casos atingindo membros de outros grupos sociais e outras faixas etárias, o alvo estatisticamente mais provável da modalidade mais grave da violência tem idade, cor, sexo, endereço e classe social.

Ou seja, a criminalidade violenta é um problema de todos nós, brasileiros, mas é sobretudo o drama dos jovens, especialmente pobres e, particularmente, negros. Claro que há inúmeras tragédias envolvendo jovens de classe média. Mas todos os diagnósticos convergem e apontam a mesma concentração, não nos autorizando tergiversações. Na realidade, o problema é tão grave que já deixou sua marca na estrutura demográfica. Há um déficit de jovens, entre 15 e 24 anos, na sociedade brasileira - fenômeno que só se verifica nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra. Portanto, o Brasil vive as consequências de uma guerra inexistente e, mais que qualquer outro, determinado setor social está pagando com a vida o preço dessa tragédia. Este processo pode ser descrito, sem qualquer exagero retórico, como genocídio: um genocídio paradoxal, autofágico e fratricida. Jovens pobres matam jovens pobres, numa dinâmica que não conhecem e não controlam, em que todos são vítimas, mesmo aqueles que ocupam provisoriamente o papel circunstancial de algoz, no círculo vicioso que os conduzirá à morte precoce e cruel. Quando completam o trânsito para a posição de vítima e, finalmente, são descartados, a dinâmica mórbida que realimenta o jogo da violência os substitui como peças de reposição e o circuito perverso recomeça.

Várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país. O Brasil é tão diverso, que nenhuma generalização se sustenta. Sua multiplicidade também o torna refratário a soluções uniformes. A sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações nem camisas-de-força. Em São Paulo, a maioria dos homicídios dolosos encerra conflitos interpessoais, cujo desfecho seria menos grave não houvesse tamanha disponibilidade de armas de fogo. No Espírito Santo e no Nordeste, o assassinato a soldo ainda prevalece, alimentando a indústria da morte, cujo negócio envolve pistoleiros profissionais que agem individualmente ou se reúnem em "grupos de extermínio", dos quais, com freqüência,

participam policiais. Na medida em que prospera o "crime organizado", os mercadores da morte tendem a ser cooptados pelas redes clandestinas que penetram as instituições públicas, vinculando-se a interesses políticos e econômicos específicos, aos quais nunca é alheia a lavagem de dinheiro, principal mediação das dinâmicas que viabilizam e reproduzem a corrupção e as mais diversas práticas ilícitas verdadeiramente lucrativas.

Há investimentos criminosos em roubos e furtos de carros e cargas, ambas as modalidades exigindo articulações estreitas com estruturas de receptação, seja para revenda, desmonte ou recuperação financiada. Roubos a bancos, residências, ônibus e transeuntes, assim como os seqüestros, particularmente os seqüestros relâmpagos, têm se tornado comuns e perigosos, porque, em função, também nesse caso, da disponibilidade de armas, essas práticas, que, por definição, visariam exclusivamente o patrimônio, têm se convertido, com assustadora frequência, em crimes contra a vida - a expansão dos roubos seguidos de morte ou latrocínios constitui o triste retrato desta tendência.

A violência doméstica, especificamente a violência de gênero que vitima as mulheres, assim como as mais diversas formas de agressão contra crianças revelam-se tão mais intensas e constantes quanto mais se desenvolve o conhecimento a seu respeito. O dado mais surpreendente diz respeito à autoria: em mais de 60% dos casos observados, nas pesquisas e nos diversos levantamentos realizados no país, quem perpetra a violência é conhecido da vítima - parente, marido, ex-marido, amante, pai, padrasto etc. Isso significa que esta matriz da violência, apesar de merecer máxima atenção e de constituir-se em problemática da maior gravidade para os que a sofrem ou testemunham - seja por suas consequências presentes, seja por seus efeitos futuros -,⁴³ não é acionada, de um modo geral, por criminosos profissionais ou por perpetradores que constroem uma carreira criminal. O mesmo pode ser dito sobre a violência homofóbica e racista.

Entre as principais matrizes da criminalidade, destaca-se o tráfico de armas e drogas: é o que mais cresce, nas regiões metropolitanas brasileiras, mais organicamente se articula à rede do crime organizado, mais influi sobre o conjunto da criminalidade e mais se expande pelo país. As drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, e expandem seu número e suas modalidades. Este casamento perverso entre armas e drogas foi celebrado em meados dos anos 80, sobretudo no Rio de Janeiro, ainda que antes já houvesse vínculos entre ambas.

Nas grandes cidades européias e norte-americanas também há tráfico de drogas, mas não circulam tantas armas entre os traficantes quanto ocorre no

Rio, nem eles as utilizam para os mesmos propósitos. Nem tanta violência associou-se ao mercado das drogas. Nestas cidades, o tráfico é clandestino. Os vendedores camuflam seus negócios e se misturam aos transeuntes em determinados pontos da cidade, praças sombrias e esquinas. O tráfico varejista é nômade, por excelência, ainda que haja espaços de referência, e se resume ao negócio da droga: compra e venda. O mal produzido é o consumo da droga.

No Rio, deu-se um fenômeno curioso que teria grandes conseqüências. Em razão da geografia social da cidade, favelas situam-se no centro de bairros de classe média. Esta vizinhança tornou possível uma configuração singular do tráfico, na medida em que viabilizou economicamente a organização da venda em pólos fixos, as bocas inicialmente chamadas bocas de fumo, elas mantiveram este nome mesmo quando a cocaína foi incluída no cardápio. Assim, o varejo pôde se afirmar em um arranjo sedentário - sem que isso eliminasse a circulação dos "aviõezinhos", que servem os consumidores a domicílio ou em determinadas vias públicas da cidade, reproduzindo o modelo internacional típico do mercado de drogas. A proximidade física entre compradores e vendedores foi decisiva na determinação do formato que o tráfico viria a adotar- por motivos econômicos óbvios, aos mais pobres o negócio varejista das drogas tornou-se atraente, ainda que o comércio atacadista exigisse acesso a informações e recursos superiores, e por isso envolvia criminosos de colarinho branco além da própria polícia.

O sedentarismo do comércio varejista implicou a valorização do território em que se realizam as operações de venda direta ao consumidor e passou a exigir investimento na segurança do ponto. A segurança é garantia ao comprador de acesso tranqüilo à boca, sem risco de roubos, agressões ou batidas policiais; é condição de estabilidade nos negócios, portanto; é também defesa contra eventuais incursões de grupos rivais - sim, porque a viabilidade dos pontos fixos de venda converteu o controle sobre eles em patrimônio valioso e recurso estratégico extraordinariamente significativo, na lógica do mercado de drogas. Isso os fez alvos da cobiça de outras falanges do tráfico.

Prover segurança às bocas impunha um custo pesado, posto que requeria armas para prevenir ambições predatórias de potenciais concorrentes e propina para a polícia. As armas também permitiam o exercício da autoridade sobre a comunidade da favela e facilitavam - pela sedução que exercem sobre o imaginário jovem - o recrutamento de "soldados" para a falange criminosa. Em uma palavra, a organização sedentária do comércio varejista levou à necessidade de que os traficantes se estabelecessem como um poder sustentado no domínio territorial.

BANDIDO TRABALHADOR E os VENDADOS:

A ÉTICA DO CRIME*

Eu comecei a traficar como falcão. Eu ficava com fogos na mão, com fogos e o isqueiro, na contenção, avisando se a polícia ia entrar ou não, entendeu? Trabalhava 24 horas por dia de falcão, mas aí vem uma pessoa render, pra gente poder tomar banho, comer, ir em casa ver a família, antes de voltar para o posto.

Muitas vezes cheirava, sim, porque sabiam que eu usava e vinham: "Cheira aí, mano." Às vezes, não estava nem na finalidade de cheirar, mas eu cheirava pela mente dos outros, não tinha a minha opinião: "Tá fazendo, vou fazer também, entendeu?"

Depois de ser falcão, cheguei a vapor. Vapor é o que trafica, é o que fica vendendo. Se o lucro eram R\$ 750,00, R\$ 600,00 eram deles e R\$150,00 do vapor. Eu não fazia a conta de quanto ganhava por mês. Numa semana juntava mil e pouco, porque pegava 12 cargas... cheguei a pegar 23 cargas.** Eu continuava, nesse período, cheirando direto também. Trabalhava, mas trabalhava meio falho, meio preocupado, meio com medo de morrer, né?

Vendado é aquele cara que está no crime e não enxerga nada, só está no crime e não está enxergando nada, está enxergando só o crime. O cara fica no crime só pra comprar roupa, para andar de carrão. Ele não tem uma visão do crime.

Ter a visão do crime é saber que o crime é um meio de sobrevivência pra você e sua família. Tem muitos que querem andar de carro, mas não vêem a família, que está precisando. O fundamento é saber que deve tirar a sua família do local, viver uma vida tranqüila e parar com o crime, assim que possa, não dar continuidade ao crime, porque se der continuidade ao crime ou vai morrer ou vai parar na cadeia. Isso o cara vendado não faz.

O cara vendado só está ali mesmo pra pegar mulher, andar com dinheiro no bolso, com carro, moto, mas não é bandido, entendeu? Não é esperto. O cara pra ser bandido tem que ser esperto. É pensar mais e trabalhar mais com a mente. Essa coisa de se mostrar, andar de fuzil pra lá e pra cá, pensando que está abafando, não está com nada.

*Trecho do depoimento de um entrevistado.

** Carga significa porção de droga, e passar uma carga é o mesmo que traficar.

O que manda é a mente, não é o fuzil. O que manda é a mentalidade, porque o cara pode ser trabalhador e bandido; o cara é trabalhador e bandido porque tem uma mente tranqüila, uma mente que dá pra ele trabalhar e ficar tranqüilo.

Bandido é o cara que tem a visão. Ele sabe que tem que mudar; se não mudar, sabe o que acontece. A família é tão importante porque te colocou no mundo, né? A família move tudo, sempre está do teu lado.

Você pode ir preso que a família vai lá, sendo mulher que ama. Só vai lá quem ama. Se não for a mulher que ama, é a mãe que vai, a mãe, o pai, o parente. A mãe é que está lá, sempre junto.

Dar fundamento no crime é assim. É ajudar a família e se preparar pra se levantar do crime. Tem que pagar aluguel mas não pode ficar dentro de casa, não pode morar com a família. Tem que comprar casa pra família e não pode morar, não pode nem ir lá pra não pichar, né? É o que acontecia comigo. Eu era pichadão mesmo, com polícia de plantão e X9 andando atrás de mim, querendo me entregar. Eu andava assim agoniado...

É preciso ficar longe da família quando a gente está no crime. Mas o melhor é ajudar a família e, depois, sair do crime.

NEGOCIANDO A LIBERDADE*

No dia da minha prisão eu estava traficando de noite, por volta das sete horas da noite, e veio uma freguesa, assim, com um jeito de viciada. Pediu dez papéis e pagou com 100 reais. Nesse instante, os homens chegaram...

Eu estava na rua, eu e mais um amigo, com duas pistolas. Tentamos dar tiro neles mas não demos porque tinha muita criança na rua. Como as crianças estavam brincando, o pessoal gritava: "Entrem, entrem, entrem crianças." Aí eu falei: "Não, compadre, não dá tiro não, pra não pegar em nenhuma criança, não gosto de facilitar", e fomos correndo. Meu amigo correu também sem dar nenhum tiro. Correu, sendo que ele correu direto. Eu corri e me entoquei numa casa, mas os homens pularam várias casas e me pegaram.

Aí o polícia me pegou nessa casa. Ele disse: "Então, eu quero 3 mil, tô sabendo que você é gerente, então quero." Falei pra ele: "Não sou gerente, estou aqui nessa vida pra sobrevivência, procurei emprego em vários locais e não consegui, entendeu?" Ele respondeu: "Eu não quero saber; eu quero 3 mil, 3 mil até dez horas." Eu mandei pra ele: "Tenho R 500,00 em casa, guardados, meus mesmo". Ele falou: "R\$ 500,00 não vai dar, só vai dar para você ficar comprando sucata lá dentro da prisão" - sucata são os alimentos básicos que o familiar leva para o preso ou que ele tem de comprar.

Deu dez horas, o amigo que tava com o dinheiro da boca estava no hotel e desligou o telefone. O patrão não estava na favela. Não tinha como avisar a ele e eu só podia tirar o dinheiro com a permissão dele, né? Fiquei preso com eles, rodando, eles indo no Bob's, comendo, e eu preso na caçapa, rodando, não me levavam pra DP, só pra ver se vinha dinheiro ou não. Até que eles viram que não vinha dinheiro. Bateram um rádio pra delegacia, comunicando que tinha um indivíduo... Não puderam tirar o dinheiro de mim e fui de dura. E fiquei cumprindo minha cadeia.

A polícia me levou tudo. Disseram que era roubado e levaram tudo: geladeira, fogão, televisão, som, perdi tudo. Eu tinha tudo e quando saí da cadeia, não tinha nada.

* Trechos de depoimento colhido em entrevista realizada para este livro, entre janeiro e abril de 2003.

Os CLIENTES*

Os clientes vêm de tudo que é parte: tem daqui, tem de fora, tem da favela, tem cliente que vem da Zona Sul, tem cliente que vem de todos os cantos. Eles falam assim: "Tô sabendo, lá em Copacabana, que o produto aqui está bom," O cliente vem: "Tô sabendo, lá em Vilar dos Teles, que a maconha aqui está boa."

Vem mulher, vem nego com mais idade, vem gente jovem, a maioria é jovem. Tem nego que vem... eles não falam diretamente que são ricos, mas pela aparência dá pra gente ver.

Já chegou uma vez na minha mão um cara pra comprar, sabe quanto? Trezentos reais só de pó. Já chegou nego querendo empenhar carro, aqui. Tem gente que fala assim: "Segura esse celular pra mim, amanhã te pago por tanto. Eu só quero dois pó de dez." Aí chega nego que vende tudo, que está alucinado pra cheirar. Eu pergunto: "Aí, tu mora onde?" "Moro na Zona Sul." "Tu éplayboy, cara." Alguns vendem cordão, essas coisas todas. E tem nego duro.

Vem mulher de tudo quanto é tipo: velha, garota nova, estudante. Tem umas que compram maconha, outras compram pó. Fico olhando, assim. Não dá pra ter idéia, quando a gente vê na rua, que a pessoa cheira, fuma...

A gente olha assim, pensa que é uma pessoa que vive uma vida tranqüila; não dá nada por ela. Tem gente bem de vida que vem aí direto, nego que é repórter e o caramba. Tu olha, assim, o repórter cheira e não sei o quê, e faz várias reportagens sobre drogas, essas coisas todas - mas cheira...

Eu fico pensando, fico pensando nessa luta, querendo arrumar um dinheiro, querendo ganhar um dinheiro rápido para construir uma parada melhor, enquanto nego tá bem de vida e tá gastando o dinheiro todo com drogas. Eu fico olhando...

Às vezes dá a maior raiva.

* Trechos de depoimento colhido em entrevista realizada para este livro, entre janeiro e abril de 2003.

A ECONOMIA DAS ARMAS NO Rio

Antes de considerar a dimensão social deste domínio, desejo focalizar a lógica que enseja a corrida armamentista entre as falanges do tráfico carioca. Ela é tão importante quanto ignorada e, freqüentemente, se deixa observar apenas por seus efeitos. Vimos por que a geografia social permite o "sedentarismo" varejista no comércio de drogas e como esta fixação territorial exige o domínio territorial como estratégia militar, o qual determina a necessidade das armas numa escala muito superior ao que seria funcionalmente adequado ao modelo usual da venda "nômade" de drogas. Além disso, outro fator se impõe: na medida em que o mercado de drogas passa a girar em torno de focos territoriais, as bocas, que concentram a venda e o acesso aos mercados privilegiados, convertem-se em objeto da cobiça das falanges que competem pelo mercado e pelo poder de agenciá-lo - em seguida, o poder destaca-se como valor em si mesmo, relativamente, independentemente de seu sentido instrumental para os ganhos econômicos, cuja relevância, todavia, não deve ser subestimada.

Defender a boca é decisivo e a melhor forma de fazê-lo é antecipar-se à invasão e ameaçar os inimigos potenciais, seja com a mera sinalização de que um ataque seria possível ou mesmo provável - quando não iminente -, seja com o ataque propriamente dito, que redunde na destruição dos antagonistas ou em seu acuartelamento, e na conquista de novos pontos de comércio e novos espaços de poder. Como a tática agressiva é custosa e arriscada, fragilizando a retaguarda e impondo custos crescentes para a manutenção do poder conquistado, procura-se evitá-la, até que haja condições realmente propícias para uma invasão de território alheio, o que pode ocorrer, por exemplo, quando lideranças das falanges adversárias são presas ou mortas pela polícia - aliás, eventualmente, ações policiais são arquitetadas em comum acordo com projetos expansionistas de setores do tráfico. Para inibir os rivais e prevenir ataques no intervalo dos enfrentamentos, isto é, enquanto a correlação de forças não permite aventuras bélicas, o melhor a fazer é ampliar o arsenal bélico e ostentá-lo, orgulhosa e despudoradamente. Exibir a própria força é o melhor meio de evitar seu uso, como a guerra fria e a corrida armamentista nos ensinaram. Claro que o equilíbrio é precário, os riscos são grandes e as conseqüências freqüentemente fogem ao controle. Mas há lógica no processo.

Assim, os traficantes do Rio, depois de fixar como padrão organizacional e estratégia de poder o domínio territorial, lançaram-se a uma corrida armamentista incansável. Interrompê-la significaria mostrar-se vulnerável e capitular. O darwinismo que se instalou entre as falanges é um jogo pesado, sem retorno, no qual a força depende do exibicionismo belicista. Portanto, as armas não são apenas instrumentos úteis à guerra; são também e sobretudo aparato indispensável aos tempos de paz - até para que ela exista, mesmo sem estabilidade, nem que seja como trégua provisória. E justamente por isso elas existem em quantidade e poderio destrutivo muito superiores às necessidades práticas, mesmo que se adote o ponto de vista do tráfico. Há mais armas entre os traficantes do Rio de Janeiro do que os grupos precisariam para defender-se, agredir rivais e enfrentar a polícia. Este excesso explica-se por suas funções preventiva e inibitória, simbólica e política, que tem a ver com os grandes conflitos entre os grupos e a potencial disputa por territórios e mercados, mas também cumpre papel importante no reforço da autoridade exercida sobre a comunidade que reside no território dominado.

O ponto mais interessante desta dinâmica perversa é o seguinte: as armas são, em certo sentido, capital imobilizado e, na medida em que seu uso tende a ser inferior ao seu potencial produtivo criminoso dado que as pessoas que as portam dormem, descansam e nem sempre as empunham em práticas geradoras de ganhos econômicos-, instaura-se um resíduo de irracionalidade econômica, cujo sintoma, a subutilização da arma, é o equivalente, no universo criminal, da capacidade ociosa que, eventualmente, se verifica na indústria. Para reduzir esta margem de perda, que se calcula subtraindo-se o ganho efetivo daquele valor que se estipula como potencial - este, por sua vez, corresponderia ao emprego pleno da arma, maximizando-a enquanto instrumento econômico -, estimula-se, permanentemente, a expansão de seu uso.

Pois é exatamente isso o que se vê, nas ruas do Rio: pequenos crimes contra o patrimônio convertendo-se em crimes contra a vida, por conta do emprego da arma de fogo; as mortes violentas se multiplicando, por balas perdidas ou deliberadamente endereçadas, num pandemônio infernal e fora de controle que já virou o problema maior, deixando em segundo plano os crimes propriamente ditos e seus objetos; ou seja, o tiroteio, o uso indiscriminado da arma de fogo, sem qualquer adequação funcional às práticas criminosas, já se constitui no cerne da barbárie carioca, superando com folga a gravidade das estratégias utilitárias dos criminosos. Quer dizer, o que verdadeiramente importa, hoje, não são mais os relógios roubados, mas as vidas perdidas, sendo que os relógios eram os alvos das práticas criminosas das

quais entretanto resultaram as mortes, e esta não-intencionalidade originária define-as como acidentes de percurso ou efeitos perversos derivados do uso da arma de fogo.

A todo este conjunto de fatores acrescenta-se o papel dos segmentos corruptos das polícias, cuja participação na corrida armamentista foi fundamental, ao estabelecer o padrão inicial do armamento pesado para si mesma, nas operações em favelas, constituindo um modelo para o próprio tráfico. A participação destes setores das polícias continua sendo essencial, atualmente, ao viabilizar e agilizar o comércio ilegal das armas, beneficiando-se dessa mediação perversa e, paradoxalmente, morrendo pelo veneno que cultiva. As armas não chegam às favelas de helicóptero e ninguém carrega fuzis e armas deste poder debaixo da camisa. Elas chegam aos depósitos, no alto dos morros cariocas, dentro de automóveis. Deduz-se, portanto, que não chegariam lá, sobretudo na quantidade em que chegam, sem anuência ou cumplicidade ativa de segmentos policiais.

Uma vez fixado no Rio de Janeiro o novo modelo do tráfico, cuja base é o domínio territorial, ele se desgarra de seus determinantes geográfico-sociais e se generaliza, tornando-se a forma por excelência da organização dos grupos criminosos vinculados ao varejo do tóxico. Hoje, espaços urbanos distantes do mercado consumidor mais ativo também são ocupados e disputados. Não devemos subestimar o poder de emulação que o sistema carioca exerce em todo o país - por isso, não é incomum encontrar-se a forma externa do modelo carioca, o domínio territorial e seus derivados, mesmo na ausência das condições que justificariam sua adoção.

VIDA DE TRAFICANTE: O DONO DA BOCA NUNCA FOI AO MAR*

De que adianta ganhar muito e morrer rápido? Vou perder a liberdade, ficar lá dentro, sem ninguém visitar, sem ver ninguém; de que adianta estar hoje com dinheiro pra caramba? No 3 (em Bangu 3), tem gente com dinheiro pra caramba. De que adianta? Bangu III, dinheiro pra caramba, e aí?, cadê o dinheiro? Vai todo pra advogado, contas pra pagar...

Cadê o dinheiro? Mas o trabalhador do patrão, do dono da boca, está aqui, em liberdade, juntando um dinheirinho, está com o pãozinho dele, com a motinha humilde, está andando pra lá e pra cá, está indo à praia, curtindo vários locais...

Tu acha que os cara que são donos mesmo de boca de fumo não têm essa vontade de curtir tranquilo? de andar tranquilo? de ficar tranquilo? Por que eles saem daqui e vão pra outro país? Saem daqui e vão pra outro lugar pra viverem tranquilos, porque onde eles estão não dá mais pra conviver, não dá mais. Eles têm que viver tranquilos. Então, metem o pé. Como ninguém conhece eles, pô, tranquilo, vai dar pra curtir.

O dono da boca, mesmo quando está livre, quando está na rua, nunca foi no mar, entendeu?

* Trecho de depoimento concedido em entrevista.

Os POLÍCIAS*

Os polícias? Olha, eu vejo aqui, eu sou bandido, mas se você for avaliar um polícia, você vai ter mais inquérito que qualquer marginal, porque cada mês ele mata um, todo dia ele rouba um. O salário de um policial não dá pra ele ter um Honda. Vai no posto. Dá uma olhada quanto Honda está parado lá. O que eu acho, cara, é que o sistema está todo podre, o sistema todo está podre, os policiais, os deputados, os políticos. Então, eu acredito que se os políticos fossem mais cobrados não existiria essa pouca-vergonha toda aí. O político rouba, não vai preso; o polícia também rouba; o polícia bota bagulho no seu bolso para te prejudicar...

O que é arregar a boca?

Tem o posto policial da favela, não é? Então o gerente vai mandar R\$ 5.000,00 para o posto. Aí manda R\$ 5.000,00 todo dia. Tem gente que não acredita nisso. Todo dia, R\$ 5.000,00 para o posto. Eles ficam lá no posto; o carro deles está com o tanque cheio; eles ficam comprando *pizza*, bebendo Coca-Cola. E ali eles passam o dia todo, sentados ali, só engordando. O dia que não vai o dinheiro eles querem vir prender. Está errado, não está errado? O trabalho deles não é prender? Mas o que eles fazem? Eles fazem assim: vai arregar. Quando é de noite, quer arregar e quer o dinheiro. Eles querem R\$ 5.000,00. Se não forem os R\$ 5.000,00, a boca não funciona. Então o que os amigos têm que fazer? Dar tiro neles, porque eles são bandidos também, eles também são bandidos. Os polícias são sócios da boca.

O que é achacar?

Achacar é o seguinte: arregou a boca, aí os policiais viram, mudam de turno de trabalho, porque isso aqui é um rodízio: quem está hoje no posto, amanhã está na viatura - mas ele está ligado no arrego. Vamos supor que ele comprou um carro; a prestação atrasa e ele não está no posto, ele não faz parte do arrego. Então, ele vem achacar.

O que é achacar?

É prender vagabundo numa boca arregada. E aí, quando prende, quer R\$ 20.000,00, quer R\$ 50.000,00, porque os próprios policiais do arrego ligam para eles: "E aí, mano, tá arregado aqui; se quiser ir lá por sua conta, pode." Aí os caras que estão ligados no arrego e que hoje não estão no posto vêm achacar. Aí entra, porque abriu o arrego. Enquanto isso, vagabundo tá na

* Trechos de depoimento colhido em entrevista.

pista. Então, quando eles quebram o arrego, eles sempre prendem um amigo.* E aí quer R\$ 15.000,00, R\$ 20.000,00, fora o arrego. Então, uns caras desse recebe bala, e o que acontece quando mete bala, eles chamam reforço. Aí dá a merda que tem que dar; é polícia para caramba; mas os polícia que chegam de fora não estão sabendo que seus colegas vieram achacar. É assim: eles vêm achacar e, quando suja, eles chamam reforço, tudo fardado.

Refere-se a um traficante que integra o mesmo grupo do entrevistado

A TIRANIA DO TRÁFICO E o DESPOTISMO POLICIAL

A posse do espaço e a autoridade sobre seus moradores tornaram-se tão mais dependentes das armas quão mais comuns passaram a ser as invasões de favelas por grupos rivais. Enquanto os traficantes são membros da comunidade, filhos de antigos moradores da favela, parentes e vizinhos, afilhados e amigos dos moradores, a rede em que se monta o poder amansa-o e o adocica, naturalmente. As relações predominantes são familiares e os vínculos, anteriores à emergência dos negócios. Estas relações geram compromissos, dão contornos muito próprios à autoridade e limitam o emprego da força. Por outro lado, garantem a solidariedade da comunidade, que a polícia denominaria cumplicidade.

Quando os traficantes invadem e conquistam territórios, apropriam-se de fatias do mercado de drogas, tomam posse das bocas do pedaço e se impõem à comunidade como se fossem um poder colonizador, sem contemplação ou compromissos pessoais. A tirania exercida pelos antigos soldados do morro, matizada pela história comum e por tantos laços cruzados, afetivos e familiares, pode ter sido dura e humilhante, mesmo assim freqüentemente passa a ser lembrada com saudade quando é sucedida pelo despotismo dos desconhecidos. Se um morro tem dono, qualquer que seja sua origem, nada se faz sem sua permissão. Desde logo, cortam-se os contatos com instituições públicas cuja presença na favela possa restringir as atividades do tráfico ou expor os traficantes. Se a mulher for agredida pelo marido, por exemplo, não poderá chamar a polícia, mas, eventualmente, contará com a "justiça" torta do movimento, que lhe oferecerá um cardápio de punições: do castigo físico público, com expulsão ou ameaça de expulsão, à execução sumária do marido. A substituição na prestação dos serviços do Estado não decorre apenas da ausência dos equipamentos públicos e da precariedade do atendimento, mas também do veto ditado pelos criminosos que controlam a demanda dos moradores. Muitas vezes, em razão deste veto, os rapazes do tráfico assumem o papel de agentes provedores ou mediadores na provisão de vários serviços.

A censura, as proibições, a substituição do Estado, tudo isso é vivenciado de forma bastante diversa, dependendo do modo como o poder é exercido pelo tráfico, o que, por sua vez, é função da história do domínio territorial em vigor em cada bairro popular, em cada favela. Por outro lado, nada garante

que o grupo nativo seja moderado em suas ações, assim como uma falange invasora pode surpreender pela política de boa vizinhança. Todas as variações são possíveis, ainda que seja verdadeira a tendência que descrevi.

Via de regra, uma comunidade filia-se à falange que a domina. Não por vontade própria, bem entendido; tampouco no sentido de que a população local seja cúmplice das ações criminosas do comando que lhe dá o nome, ou melhor, o sobrenome: favela tal, comando qual; quem mora ali *é* do comando, na medida em que, estando sob seu poder, deve-lhe o mínimo de lealdade. Em outras palavras: por desleal, lhe é vetada a liberdade de denunciar. Portanto, ser do comando X ou Y não significa necessariamente pertencer a tal ou qual exército nem participar de suas atividades ilegais e seus negócios espúrios. O vínculo é análogo, em certa medida, ao laço que liga o membro de um grupo totêmico ao totem e, por seu intermédio, aos que compartilham a mesma filiação. É similar aos elos que conectam os torcedores de um clube de futebol e os vinculam às cores e aos ícones do clube.

Nas sociedades chamadas primitivas, pertencer ao clã do tatu implica adotar dieta que exclui o tatu, adornar-se com alguns amuletos que remetem ao totem e restringir o repertório das noivas legítimas às mulheres dos clãs que reverenciam totens afins. A identidade totêmica serve para classificar os indivíduos, afastá-los e uni-los, organizá-los e conferir sentido à experiência da ordem que resulta desta cartografia de relações. Através da oposição dos totens entre si, são estabelecidas rivalidades e alianças. Os totens são apenas uma linguagem simbólica para a articulação das relações humanas.

Quando se diz do morador de uma favela carioca que ele ou ela *é* do comando X, o que se indica é sua oposição ao comando Y. O contraste reforça a coesão interna da sociedade local e limita seu acesso à comunidade definida como rival. As hostilidades podem tornar-se perigosas e favorecem não só o senso de unidade entre os moradores de determinada localidade, mas também o sentimento de parentesco simbólico com os donos do poder aos quais se subordinam. Até certo ponto, esta estrutura simbólica e política neutraliza as tensões naturalmente envolvidas nas relações autoritárias e militarizadas que cada falange instaura em seu território. Dizer-se do comando X ou Y - refiro-me ao morador, não ao traficante - corresponde apenas a reconhecer seu lugar numa geografia artificial que não lhe pertence, à qual se adapta para garantir a segurança de sua família, a cuja lógica colonial se submete para sobreviver. O que aos pais é imposição humilhante porém inescapável, nem sempre aos filhos soa depreciativo ou mesmo desconfortável. Observa-se um processo acelerado de adaptação das novas gerações ao totemismo

do tráfico. O que era violação da liberdade se naturaliza e transforma em signo de *status* e motivo de orgulho, que se ostenta por prazer e vaidade - e pelo gosto do risco e da provocação ao outro. Outro é o "alemão", o representante da falange adversária, com suas cores e seus símbolos odiados. Didaticamente odiados, no colégio da violência.

Escreve-se assim, por linhas tortas, a história do tráfico, cuja organização deriva também de outras dinâmicas, entre elas a economia política das armas.

A relação entre a comunidade e o tráfico é complexa, além de diversificada. De um modo geral, o que impera é o medo e a vontade de livrar-se do jugo dos meninos em armas. São inúmeros os relatos sobre a revolta e o sentimento de humilhação vividos pelos adultos trabalhadores, obrigados a pedir licença, demonstrar respeito e obedecer determinações dos adolescentes armados. O único agente que consegue jogar a comunidade nos braços do tráfico é a polícia, quando age com brutalidade e exhibe com desdém os arranjos corruptos tão frequentes ("acertos", "arreglos" ou, na linguagem popular, "arregos"). O morador prefere a violência local desbocada, sem vergonha e escancarada, ao cinismo arrogante dos bandidos uniformizados,⁴⁴ que roubam e brutalizam, arbitrariamente, fingindo representar o Estado, a Lei, a Justiça e a ordem pública. A polícia merece um capítulo à parte.

Há, nas favelas cariocas, uma dupla tirania, portanto: aquela imposta pelos criminosos e a outra, mais perversa, ditada pela polícia, ou melhor, por segmentos corruptos e violentos das polícias, particularmente da Polícia Militar. A tirania policial é mais perversa não só porque mascara sua natureza sob uniformes, mas também porque é imprevisível.⁴⁵ Os traficantes têm seu código e exigem obediência às suas regras. É terrível viver sob a ditadura de uma falange criminosa e de suas regras arbitrárias. Mas é ainda pior - são inúmeros os depoimentos neste sentido viver à sombra de um poder policial que não segue nenhum código, nenhum conjunto definido e publicamente conhecido de regras. Como adotar uma estratégia de sobrevivência quando as expectativas dos tiranos não se definem? Hoje, olhar nos olhos do policial, na batida montada na entrada da favela, pode ser interpretado como desacato à autoridade, ensejando um repertório vasto de punições, que se estende da surra à prisão, de ameaças à humilhação; amanhã, baixar os olhos, evitando encarar o policial, na mesma situação, pode suscitar reações idênticas pelos mesmos motivos, por incrível que pareça. O que se fará no terceiro dia? Que postura a razão recomendaria? Que atitude seria mais prudente?

Quando a atitude do representante do poder é inteiramente aleatória e, portanto, imprevisível, perde-se a possibilidade de adaptar-se racionalmente, mesmo que ao custo da dignidade pessoal. Se há regras, mesmo insensatas ou absurdas, mesmo que seja extremamente desgastante segui-las, é sempre possível evitar a retaliação e proteger-se para seguir vivendo, acomodando-se à vontade do déspota. Basta aprender o código do tirano e obedecer às suas regras. Entretanto, se não há regras, resta o medo, o medo puro sem trégua e sem limite: o terror. A polícia corrupta e o tráfico são igualmente brutais, mas nem por isso se confundem no imaginário popular. A imprevisibilidade do comportamento policial o torna mais temido e, conseqüentemente, mais odiado - até porque os bandidos não negam o que são, enquanto os criminosos uniformizados fingem defender as leis, chamando-se policiais. A polícia corrupta e violenta é a fonte suprema do terror, para o povo pobre das favelas, vilas e periferias - e esta conclusão não é privilégio exclusivo do Rio de Janeiro.

A postura negativa das polícias nos bairros mais pobres constitui, em si mesma, uma dupla mensagem: de um lado, a presença de policiais uniformizados sinaliza a presença do Estado, da Justiça, da ordem pública, da legalidade democrática, da supremacia dos valores culturalmente associados ao bem, como respeito, honestidade, dignidade. Não nos esqueçamos, inclusive, que o policial uniformizado na esquina é a face mais tangível do Estado para grande parte da população. Parte substancial da legitimidade das instituições democráticas repousa, portanto, na conduta daquele profissional, ali na esquina. Por outro lado, confundindo-se, na prática, com bandidos, legitima o crime e enxovalha a autoridade do Estado. O poder institucional em armas saqueia a confiança popular, pilha o respeito que lhe devotam, punge a reverência que lhe prestam, ri de si mesmo e se desnuda cínico, cruel, imoral, velhaco, covarde: a contrafação da democracia instaurando o avesso da república. A dupla mensagem desnorteia, rasga os mapas e enlouquece as bússolas, impedindo previsões. Pior que a brutalidade e a corrupção, é a conjunção entre ambas e o uniforme. Que simbologia cidadã pode resultar da obscenidade do gesto que conjuga ícones estatais com a arbitrariedade mais cafajeste?

É preciso aqui redobrar a atenção e tomar cuidado com um equívoco comum: dizer que a polícia é mais temida do que o tráfico, nas favelas, não significa que este seja apreciado pelas comunidades. Pelo contrário, também é temido. Tampouco implica sugerir que a polícia seja odiada, sempre, em qualquer circunstância. De jeito nenhum. Quando os policiais se comportam de modo adequado, agem com respeito aos moradores e demonstram profissionalismo e honestidade na realização de seu trabalho, a comunidade

aprova, apoia e, em alguns casos, chega a vibrar com isso e a enaltecer as virtudes da instituição. Há, portanto, um espaço imenso para a reconquista da confiança popular. Não é difícil nem custa caro; basta respeitar os direitos humanos e as leis, estas mesmas leis que cabe à polícia cumprir e fazer cumprir. Afinal, agir em conformidade com a lei e de acordo com o que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos significa agir com respeito às pessoas e com honestidade. É só isso que as comunidades desejam. Nestas condições, dificilmente deixarão de solidarizar-se com os policiais e aplaudir sua presença. As comunidades sonham com o dia em que se verão livres do tráfico e da violência, das drogas e das armas, do recrutamento de crianças e adolescentes para a vida do crime. Sonham com a plena integração à cidadania, com educação e respeito, emprego decente e uma chance razoável para viver com dignidade. A polícia faz parte do sonho popular, uma polícia humanizada e justa, educada e inteligente, eficiente e sem cumplicidade, que já se esboça aqui e ali, mas que ainda é rara e, nos morros, exceção. Hoje, infelizmente, em grande medida, ela só figura no pesadelo.

POLÍCIAS FLUMINENSES:

LONGA JORNADA NOITE ADENTRO

Não poderia ser mais equivocada a idéia de que, se respeitar os direitos humanos, a polícia será menos eficiente. Pelo contrário, só há verdadeira eficiência policial com a observância rigorosa deste respeito. Por várias razões. Destaco apenas duas. A primeira delas é a seguinte: quando uma autoridade da segurança pública ou um superior hierárquico dá ao policial da ponta licença para matar - julgar, sentenciar e executar o suspeito -, dálhe, tacitamente, licença para negociar a vida e vender a liberdade. Por que matar ou prender, se soltar o suspeito pode render uma propina? A violência policial autorizada estimula a corrupção, que significa impotência no combate à criminalidade. O irônico é que se autoriza a violência policial em nome da eficiência e do rigor no combate ao crime. Da brutalidade vai-se à impotência.

A segunda razão pela qual a eficiência policial não é obstada pelo respeito aos direitos humanos, mas sim tributária deste respeito, é a seguinte: quando se diz que um policial respeita os princípios assinalados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, diz-se, na prática, que ele (ou ela) aplica com fidelidade o que aprendeu na escola de formação, nas aulas nas quais foi instruído a propósito do que, em linguagem técnica, se chama "gradiente do uso da força".

A polícia é diferente das Forças Armadas porque não é uma instituição organizada e preparada para a defesa nacional e o confronto bélico. Na guerra, os alvos da ação são inimigos e esta ação tem por finalidade eliminá-los, fisicamente visando o controle de armas, territórios e população. Apenas subsidiariamente fazem-se prisioneiros. A polícia, ao contrário, tem por objetivo proteger direitos e liberdades constitucionais, fazendo com que as leis sejam cumpridas sem transgredi-las no processo de sua aplicação. Caso o dever de proteger direitos e liberdades imponha o uso da força, a polícia estará legitimamente credenciada a empregar a força, desde que o faça com moderação e em estrita observância à proporção entre a intensidade da força aplicada, a magnitude da ameaça e a intensidade da resistência.

Contudo, o que caracteriza a polícia é justamente o comedimento no uso da força, porque o objeto de sua ação, em princípio, não é um inimigo a ser

executado, mas um cidadão cuja vida deve ser preservada até o limite em que esteja em risco a vida de terceiros ou do próprio policial.

De volta ao Rio de Janeiro, convencido de que tudo poderia ser diferente e de que é possível, sem contradição, ser libertário e defender a democracia;⁴⁶ convencido de que é legítimo, ao mesmo tempo, ser libertário e valorizar a polícia - enquanto defensora da legalidade democrática, destinada a garantir direitos e liberdades para todos -, focalizo novamente o tráfico, agora descrevendo em mais detalhes sua parceria conflituosa com a polícia. Parceria cuja fonte principal, como vimos, foram e são as políticas de segurança que pregavam e pregam a violência policial, escondendo da sociedade a barbárie institucionalizada, em nome, paradoxalmente, da eficiência. Hoje, estamos, no Rio, como todos sabem: com mais crimes e instituições policiais em parte degradadas.⁴⁷

Passo a tratar, agora, da polícia real, de como ela efetivamente tem sido, não da polícia ideal, concebida nos projetos com que, justificadamente, sonhamos - nós, os críticos, e os policiais, aqueles que têm consciência do potencial democrático e humanista de sua instituição.

No Rio, não faria sentido falar do tráfico sem dar grande atenção à polícia,⁴⁸ porque traficantes e policiais formam um sistema, uma única rede infelizmente, o Rio não é exatamente exceção única, nesta matéria.

Exemplo: o chefe do tráfico de conhecida favela carioca recebe um telefonema. Seu auxiliar lhe traz o celular usado para contatos especiais - não é o mesmo número do qual liga para seus parceiros na penitenciária. Ele atende, emite algumas interjeições, um ou outro palavrão e saúda o interlocutor que está na outra ponta da linha. Era a polícia avisando que o morro estava prestes a ser invadido. Ato contínuo, determina providências: "Os homens vão subir em uma hora. Separem uns vinte fuzis, deixem no lugar de sempre e recolham o pessoal." Uma hora depois, chega a polícia fazendo o barulho costumeiro: tiros, gritos, movimentos de guerra. O comando avançado identifica o paiol, invade o barraco e apreende o lote de armas. Missão cumprida.

Nenhuma prisão, os policiais lamentam para a mídia na entrada da favela; mas não voltam de mãos abanando: um punhado de novos troféus enriquece o currículo da corporação, mostra eficiência e desmente os detratores da polícia. A imprensa exibirá com destaque foto da *corbeille* de fuzis, enaltecendo o esforço do governo do Estado e a ação policial.

No dia seguinte, conforme combinado, os fuzis são devolvidos, mas, neste caso específico, a ganância plantou um boi na linha: os negociadores da polícia querem cobrar um ágio, uma espécie de taxa, um preço pelas

armas. Curto e grosso: querem revendê-las, em vez de devolvê-las, como previa o acordo, segundo o qual cada patrulha recebia 2 mil reais por dia. São rompimentos do pacto como este que provocam confrontos. O mais irônico - tristemente irônico - é que alguns dos negociadores policiais, mais dia, menos dia, serão mortos pelas armas que venderam aos traficantes.

Nota importante: a população local sabe disso. Compreende-se, portanto, a revolta que sentem quando esta mesma polícia os trata com brutalidade, em nome do "cumprimento do dever". Lá na comunidade, o rei está nu. O discurso oficial desvenda-se como crua hipocrisia, do início ao fim. Que credibilidade as instituições públicas podem reivindicar, neste contexto? Imagina-se a sensação de impotência da comunidade e deduz-se, com naturalidade, sua tendência a pender para o lado dos mais sinceros, na ostentação da própria desonestidade.

Ante a proposta indecorosa dos policiais, os traficantes reclamavam como se fossem honrados defensores dos direitos do consumidor: "Isso é uma sacanagem. Não é justo. Será que ninguém tem vergonha na cara?" Mais um pouco, ameaçariam entrar com ação judicial. Os paradoxos proliferam. De novo, tom Jobim vem ao caso: "O Brasil não é para principiantes."

Embaixo de cada morro que abriga um centro de comércio varejista de drogas, policiais fazem a ronda. No meio da comunidade, erguem-se os postos de polícia comunitária - os PPCs -, que de comunitário têm só o nome. São lugares inóspitos, atarracados, sem ventilação, inteiramente vulneráveis ao menor ataque, no qual se revezam pouquíssimos policiais. Eles sentam por ali, entregues às moscas. O número seria irrisório se o propósito fosse guardar a sociedade local. Seria irrisório se a finalidade fosse impedir o tráfico e prender os envolvidos. Resultado: embaixo, quem faz a ronda freqüentemente está "acertado" com a falange que domina a área: recebe propina para não chatear quem entra, não achacar quem sai, não abusar de morador, não se meter a besta com traficantes e manter bem-informado o comando do tráfico local; em cima, nos PPCs, quem dá plantão uniformizado no coração da fortaleza inimiga necessariamente sobrevive graças ao acordo. Não há outro modo de garantir a própria vida.

Quem, em sã consciência, criticaria os policiais dos PPCs por aceitarem suborno? Seria impossível manter-se vivo naquele espaço por mais de alguns minutos, se o tráfico decidisse agir em peso. Por que o gestor manda seus subordinados para aquelas ratoeiras, não se sabe. Ninguém jamais descobriu. Talvez para dizer ao grande público que a Polícia Militar do Rio possui tantos postos "comunitários" e está presente nas favelas. Talvez para sugerir

que o Estado ainda detém o controle sobre todo o seu território. Pena, com este jogo de cartas marcadas, expõe os profissionais a risco, humilha-os, desonra a corporação, os desautoriza diante da comunidade e, tacitamente, os condena à corrupção.

Não há tráfico e domínio territorial do tráfico sem a participação policial que azeita a máquina do crime com imobilismo, provisão de meios, teatro, informação e proteção. A ponto de uma falange vingar-se de outra ou golpeá-la, acionando campanhas policiais para enfraquecer a rival e tomar-lhe os territórios. Às vezes, negocia-se com policiais a captura de um líder de falange inimiga: simula-se a prisão, mas se procede a um seqüestro, pois não se segue, à captura, a condução à delegacia, mas a entrega do "preso" aos seus inimigos, para o festim da vingança.

Como se vê, estamos distantes do quadro clássico, em que se defrontam bandidos e mocinhos, flanqueados por um ou outro quinta-coluna. Trata-se de um único sistema que se reproduz inteiramente à margem da lei e fora do âmbito de autoridade dos profissionais honestos, e dos gestores bem-intencionados. Ai de quem não gostar das regras do jogo. Os bons policiais com frequência se vêem entre a cruz e a espada.

A anarquia institucional reina sob a aparência de ordem que é produzida pela simbologia hierárquica, com seus paramentos, vocabulário, rituais, sua estética e a iconografia militar. A desordem da Polícia Civil é mais evidente e se revela a quem levantar o véu dos protocolos. A anarquia institucional é o campo fértil onde prospera o crime organizado. Quem pede mais violência policial talvez não saiba que está alimentando a fera, jogando lenha na fogueira da anarquia. Prepare-se para colher mais corrupção, cumplicidade com o crime e ineficiência. A brutalidade policial só na aparência contraria o interesse dos criminosos: ao contrário, ela cava um abismo entre as instituições policiais e as populações atingidas e, sobretudo, ao inibir os instrumentos de controle internos e externos, contribui para a independência excessiva dos que atuam na ponta. Esta liberdade, na ponta, é indispensável quando se trata de um verdadeiro trabalho policial comunitário, mas é nefasta quando se afirma por oposição aos controles e à transparência, em benefício do acobertamento corporativista da violência. Dar o sinal verde para ações brutais significa autorizar a ilegalidade, o que, por sua vez, implica, como já vimos, a suspensão dos controles (é preciso que os estratos superiores não vejam, oficialmente, o trabalho sujo que mata e esfola, embaixo). Portanto, liberar a violência policial corresponde a afrouxar os laços e estimular a anarquia.⁴⁹

Esta abordagem pode suscitar a idéia de que os policiais são o problema e tudo se resolveria submetendo-os a vigilância e punição. Engano. Há bons e maus profissionais, como em qualquer campo de trabalho, mas quando à cultura institucional somam-se deficiências organizacionais, a corporação vai à breca. Para evitar a degradação das polícias, são necessárias instâncias de controle, como salientei, internas e externas, além de investimento em formação, associado à transformação das próprias estruturas organizacionais. Nenhum esforço, entretanto, será capaz de atingir os objetivos visados por um projeto radical de reforma, se não vier acompanhado da valorização dos policiais. Eles (e elas) precisam de estímulos, apoio, reforço da auto-estima, melhores condições de trabalho.⁵⁰ No serviço público, de um modo geral, falta motivação. Nas polícias, é mais cômodo arriscar-se menos e fazer o mínimo, até porque nada além do *script* monótono e previsível é reconhecido ou se traduz em pontos computados para promoções e recompensas. A ênfase da agenda de mudanças não pode ser unilateral e deixar-se interpretar como uma pauta antipolicial.

JUNTANDO os CACOS PARA FAZER UMA
NAÇÃO

APENAS HUMANOS

Este texto foi escrito por Bill à guisa de conclusão.

Em 1998, Celso e eu começamos a fazer essa pesquisa, que nunca foi uma coisa muito clara, exceto pela vontade de ajudar as pessoas. Em 1999, resolvemos pegar parte das imagens que trazíamos das viagens de pesquisa* e colocar na rua, com o título *Soldado do Morro*. Tratava-se de um vídeo de 13 minutos. Mostrei esse pequeno filme na noite de Natal para os moradores da favela em que moro, CDD, como é chamada a Cidade de Deus, carinhosamente. No dia seguinte, as imagens ganharam o noticiário com contornos de crueldade. Começava ali nossa penitência. Eu ligava a televisão e estavam lá, meu nome e uma tensão louca. Uma simples entrevista com o chefe de polícia para falar sobre as *vans* piratas era o bastante para os jornalistas perguntarem se não iriam prender o Bill. Era difícil viver aquele momento. Era difícil dormir e pior mesmo era acordar sabendo que o pesadelo continuava. Muitas noites meus vizinhos me chamavam com batidas na porta da minha caxanga. Eu ficava esperando até que me chamassem pelo nome, depois até que reconhecesse a voz e, por fim, só abria a porta depois de ter certeza de que eles não estavam acompanhados pelos canas. Eu já tinha sido avisado que eles viriam à minha casa a qualquer momento. O que eu não sabia era como eles viriam, se trariam como companhia sua truculência habitual e a covardia que muitos carregam atrelada às suas almas. O fato é que eles não vieram, pelo menos nesse caso do *Soldado do Morro*.

Um belo dia o Celso me ligou:

- Bill, teu telefone tá grampeado.

- Pô, o meu?

No fundo, eu me sentia importante, aquele grampo que nunca foi confirmado me remetia a uma importância que eu de fato não tinha. Me transformaram num bandido sem arma, sem alma, sem direção. Não adiantava reclamar; minha mãe desesperada. Era realmente a minha penitência.

Até que, uma noite, o Celso chegou e disse que a Natasha Record, a nossa gravadora, tinha sido invadida. Eles, os canas, buscavam encontrar o material

* Eu me refiro à nossa parte da pesquisa que, mais tarde, convergiu com a do Luiz Eduardo e resultou neste livro.

do crime, ou seja, as imagens do nosso trabalho de mestrado, o tema da nossa pesquisa social. Se eles tinham invadido a gravadora atrás do material, imagina o que fariam na minha casa, onde não existem testemunhas?

Celso disse que nessa noite dormiria em minha casa, comigo, só que ele esquecia que era tão criminoso quanto eu, que era o diretor do vídeo e que sua casa poderia ser invadida também, com uma desvantagem: seus filhos, Thalles e Júnior, e a Marilza estariam lá, sozinhos. Não, Bucha, pode ir, eu disse. Então ele me perguntou se eu estava arrependido do trabalho que fizemos. Eu disse que não e nunca tive dúvidas disso. O único problema mesmo era convencer as pessoas que podemos fazer essas críticas da mesma forma que qualquer crítico pode fazer sobre o assunto que escolher. Celso foi embora e eu fiquei lá, esperando a lei vir me buscar e pensando durante toda a noite em tudo que eu passei nas filmagens e nas pessoas com as quais filmamos e falamos. No fundo, as pessoas que desejavam me ver preso não poderiam entender mesmo nada daquilo; afinal, elas pensam que são diferentes daquela gente. A idéia do filme era somente humanizar os jovens que sobrevivem da droga, fazer o país refletir sob o ponto de vista deles próprios, sem a interferência de um antropólogo ou de um rapper, de ninguém. Era a chance de mostrar aquela realidade sem um pré-conceito. Era uma espécie de olho no olho. Mas nunca achei que seria fácil dialogar com a parte solidária e amável da sociedade, com as pessoas que querem um mundo feliz, sem armas, sem drogas e sem violência. Eu sempre soube que essas pessoas que querem viver no paraíso seriam as pessoas que mandariam me prender caso entendessem que essa pesquisa em forma de imagem fosse ofender os bons costumes da sociedade pura. De toda forma, a polícia continuava a perseguição, a busca das imagens do soldado do morro.

No dia seguinte, descobri que o ministro da Justiça, José Gregori, estaria num evento do Viva Rio, na favela da Rocinha. Naquele momento, o cerco ao My Bill estava muito grande e se a polícia queria ver a fita, então a fita ia aparecer!

Peguei uma cópia no esconderijo - claro que não guardaria aquela chave de cadeia na minha casa - e parti para a Rocinha. Cheguei lá e me juntei a um grupo que falava sobre os projetos da favela, numa sala enorme e cheia de gente. O ministro estava todo de branco, acompanhado de várias pessoas. Os mais próximos eram o Olara Othuno, representante da ONU, o Rubem César, do Viva Rio, e a neta do Ghandi, cujo nome não lembro. Todos eles estavam ali reunidos para um trabalho no Rock in Rio, mais precisamente na tenda "Para um Mundo Melhor", onde eu acabei participando e falando uns caôs.

Num piscar de olhos, fui até o ministro e perguntei se ele poderia ver uma fita que estava comigo, e que eu estava sendo procurado por causa dela. Evidente que ele já sabia do que se tratava, porque o próprio presidente, Fernando Henrique, já tinha falado a respeito num jornal da Globo, naquela semana às sete da manhã. Então, o provoqueei, dizendo que se a fita tivesse algo que constituísse crime, que ele deveria me dar voz de prisão, mas, se não tivesse, ele deveria entrar na minha luta. Ele não sabia o que dizer, mas disse: "combinado, rapaz, coloca a fita..."

Eu acreditava que ele me prenderia se interpretasse diferente do que eu imaginava, então resolvi ficar bem perto da porta que dava para um corredor que, certamente, daria a quilômetros daquele lugar. Seria uma fuga espetacular e não creio que o ministro corresse mais do que eu.

Colocamos a fita. Rubem pediu silêncio. Todos olhavam a tela e eu olhava os rostos de todos. No final do vídeo, houve um grande silêncio. O ministro me procurou com os olhos, eu com os olhos desconversei. Então, ouvi as primeiras palmas, eram do ministro; todos aplaudiram efusivamente. Era a primeira vez que o filme estava sendo posto à prova para uma platéia não favelada. Foi uma jogada de mestre, mesmo já contando com o apoio e a compreensão de outros parceiros - como Júnior do Afroreggae, Dudu Nobre, Cidade Negra, Caetano Veloso, Djavan, Siro Darlan, Luiz Eduardo Soares e o grande apoio da "minha" favela -, a chapa tava quente pro meu lado.

Depois disso fiz muitos debates e palestras - pelo menos era assim que chamavam os bate-papos que aconteceram nas universidades, para juizes, para estudantes de escolas públicas e nas favelas onde eu ia tocar ou onde eu era convidado a falar.

Nesse momento, eu comecei a ver o verdadeiro sentido do *hip-hop*, o verdadeiro prazer de militar por uma causa. Passei então a discursar menos e a produzir mais, muito mais.

Afinal, eu nasci e me criei na Cidade de Deus, lugar conhecido por muitos como um grande campo de concentração. Foi lá que tive que aprender a me defender e buscar minha sobrevivência todos os dias. Vi, naquele lugar, muitas situações conflitantes, mas nada que se possa comparar ao que vimos nessa pesquisa, nada. Nenhum livro substituirá o sentimento que experimentamos durante esse tempo: fomos felizes, fomos infelizes, mas sobretudo fiquei descrente, infelizmente. Ver esses jovens alucinados se autodestruindo é como ver uma bomba ser detonada e começar a contar para então juntar os cacos. É essa a sensação que tenho, uma bomba que vai explodir.

Todas as vezes que os homens do asfalto falam sobre esses jovens, falam como se eles tivessem nascido predestinados à marginalidade. Nossa idéia é outra; é permitir que as pessoas façam seus juízos do que eles são, mas dessa vez baseados numa outra ótica, na visão de alguém que se parece com eles, não nas palavras de quem os odeia ou tem pena desses jovens.

Para chegar às minhas conclusões foi preciso pagar a polícia, negociar com bandidos, viajar de avião, de barco, partilhar refeições, dividir camas com desconhecidos. Era preciso ir em busca das nossas respostas. O Brasil precisava ver esse outro Brasil e a partir daí se libertar dele - com ele.

Pra mim, eles não são vítimas, não são culpados. Pra mim, eles não são marginais nem santos. Pra mim, eles são apenas humanos, nada mais.

REFLEXÕES SOBRE o PESADELO

Texto de Celso Athayde

Durante o segundo ano de pesquisa e gravação, a paciência já estava esgotada. E mais: dado o tipo de ambiente que freqüentávamos, os riscos também aumentavam, na mesma proporção que o estresse e a depressão.

Nosso estresse era sempre por conta de quem estava perto de nós, e essas pessoas eram sempre os bandidos, menores ou maiores de idade, a quem tínhamos que nos reportar. Além disso, conhecer a vida daqueles jovens nos deprimia cada vez mais. Nós viajávamos em suas vidas e era impossível sair delas: seus problemas, suas particularidades, iam despertando uma novidade a cada dia. Imagino que não deve ser diferente em outras pesquisas, se considerarmos que a relação humana é algo fantástico. Só que, ali, o assunto era especialmente mobilizante e profundo, e envolvia relações alimentadas por grandes volumes de medo, segredo e sobressaltos.

Tanto os adultos quanto os jovens do tráfico, era natural que fossem as nossas melhores companhias, afinal, eram eles que abriam as portas das favelas, eram eles que abriam as portas das mães dos menores, as quais muitas vezes autorizavam seus filhos a falar conosco. Curioso paradoxo: os filhos eram independentes para cometer crimes e trabalhar nas bocas, mas em alguns casos consultavam suas mães para saber se poderiam colaborar com a pesquisa. Enfim, eram os adultos e jovens do "movimento" que nos conduziam com a segurança de que precisávamos. Isso acabava nos dando uma sensação inevitável de poder, de participar de algo a que as pessoas não têm acesso, de compartilhar o perigo, sem precisar amargar todo o estoque de medo.

Por outro lado, eles eram, em geral, pessoas procuradas pela polícia, a maioria respondia por homicídios e outros crimes, como tráfico de drogas, porte de arma e vai saber o que mais. A qualquer momento, portanto, poderiam ser pegos, o que aconteceu em Goiás, quando Bill conversava com dois dos nossos guias do lado de fora de uma casa, enquanto Miguel e eu entrevistávamos uma senhora que perdera seu filho de 15 anos. Ela nos contava que ele sustentava a casa, nos mostrava as roupas de marca das quais nunca se desfizera. Até que ouvi gritos para que todos saíssem da casa. Os gritos aumentaram.

A senhora, imediatamente, começou a rasgar as fotos em que o filho aparecia armado. Miguel parou de filmar; tiramos a fita e a jogamos fora, ou melhor, a escondemos entre as madeiras do telhado do quarto. Os policiais insistiam que todos da casa deveriam sair, mas não respondemos. Víamos que várias viaturas estavam na porta e outras ainda chegavam. Bill estava no portão com nossos dois amigos bandidos. Ambos tinham passagem pela polícia e respondiam em liberdade - visitavam um juiz todos os meses. Eu queria sair da casa para salvar o Bill, mas não sabia se deveria ir porque não sabia o que eles tinham dito aos meganhas. Fiquei quieto na casa, esperando os policiais entrarem, pois em qualquer lugar humilde do Rio eles teriam invadido.

Por via das dúvidas, deixei os telefones da minha casa e o telefone de algumas pessoas com a senhora e a sua filha, para ela entrar em contato, caso necessário. Depois de trinta minutos de expectativa, eles resolveram não entrar, mas levaram Bill e os amigos para uma delegacia do centro de Goiânia. Eu tinha o telefone do advogado de um dos rapazes, porque ele tinha nos oferecido um churrasco na véspera. Liguei para ele, imediatamente. O Dr. Doctor 7, como foi por nós apelidado, resolveu a questão do Bill, que, até ser tudo esclarecido, estava sendo acusado de fazer parte da conexão Rio-Goiânia. Convenhamos, o Bill, careca, quase dois metros de altura, às 23 horas, num lugar como aquele e com aquelas companhias, com "passaporte e sotaque carioca"... com tudo isso, os quatro tapas que tomou ficaram até barato. Só que os clientes do Doctor 7 não tiveram a mesma sorte. Descobrimos, 15 dias depois, por telefone, que eles ficaram de molho dez dias no xilindró. Esse era o preço a pagar; nós estávamos diante do perigo o tempo todo, desafiando o perigo em todos os momentos. Por mais sedutora que fosse a pesquisa, por mais adrenalina que ela oferecesse, não dava para fugir da realidade.

A realidade é o risco, que aliás nunca foi novidade. Nunca pensamos que seria refresco geladinho. Sabíamos que os riscos seriam tantos e numa seqüência tão intensa que poderíamos nem voltar pra casa. O que quase aconteceu algumas vezes. Lógico. Como fazer um raio X do tráfico de drogas infantil e juvenil, no Brasil, sem se submeter a essas loucuras, a esses lugares e à companhia dessas pessoas? Um *shopping center* não seria o local mais adequado, nunca. Só que não dava para voltar atrás; os planos já tinham sido feitos; a alma já tinha aprovado o sonho; então, o único caminho era mesmo pegar a câmera, o Miguel, o Bill, e partir por esse país afora, à procura dos anões. Deus nem precisava ser convidado a vir junto.

Algumas vezes, deixamos de filmar porque não fomos convencidos de que os entrevistados estavam fazendo por vontade própria. Era uma questão de princípio. Nós decidimos só entrevistar para a pesquisa os jovens que acreditassem que suas visões pudessem, de fato, contribuir para o melhor entendimento dessa questão, e para que outros jovens pudessem ver esse problema antes de decidir ser mais um louco neste hospício gigante.

O incrível disso tudo é que, para nós, nada daquilo era novidade. A grande novidade era saber que o Brasil possuía algo realmente uniforme, que era a razão pelas quais esses jovens escravizam e são escravizados. Nada daquilo deveria me assustar, ou tirar meu sono depois de tudo que eu já havia visto na vida. Eu já deveria estar acostumado. Mas não, a cada dia eu ficava, e ainda fico, mais indignado. Por mais que eu tenha visto ou veja, acredito que nunca vou me acostumar com essa degradação humana.

Aqueles jovens temidos no asfalto, e tão indefesos nas refeições noturnas, não poderiam ser os monstros de que são chamados. Nunca consegui vê-los assim. Quando reflito sobre isso, não encontro explicações suficientes no discurso dos militantes dos direitos humanos, nem aceito a visão de seus críticos, que tentam esvaziar as discussões dizendo que o que seus oponentes ideológicos querem é proteger bandidos e oprimir os cidadãos de bem. É verdade que eu nunca fui assaltado por esses meninos, nem estabeleci com eles uma relação na qual eu fosse a vítima. O fato é que não entendo a trajetória deles no crime como uma coisa premeditada. Parece, a mim, um processo natural, como a lei da natureza, a lei da selva.

Eu, Bill e Miguel fomos nos tornando uma grande família, com direito a brigas, inclusive. Nossas relações e nossos contatos nos tornavam cúmplices, parceiros, amigos. O tempo e as circunstâncias se encarregavam de nos fazer sentir, de certo ponto de vista, quase como um deles, fora-da-lei.

Andar com aqueles caras, naqueles carros, era como despencar numa montanha-russa sem freio. As chances de ser abordado eram gritantes. Muitas vezes eu me perguntava se não teria sido melhor ir com outras companhias... mas a resposta vinha na hora: "Celso, acorda, cara, vocês estão indo para uma boca de fumo encontrar-se com um monte de moleque louco. Quem poderia levar vocês?" A ficha caía e o bonde seguia.

Sempre fazíamos nossas recomendações e até exigências, como, por exemplo, que eles não levassem drogas e armas nos carros. Mas nunca soubemos ao certo se eles cumpriram os acordos.

Nós - Bill, Miguel e eu - passamos a compartilhar com o crime os copos, os problemas, os medos, as noites e as fugas.

O medo ronda a vida daquelas pessoas o tempo todo. Elas não vivem sobressaltadas apenas pela adrenalina do crime, ou pela vigília que lhes garante a liberdade. Existe um medo muito mais profundo: o medo daquilo nunca mais acabar. Este é o resultado da minha reflexão. Tenho muito medo de que o medo deles nunca se acabe.

Quando eu e Bill nos unimos ao Luiz Eduardo - velho amigo e aliado para ligar nossa pesquisa à dele, e para escrevermos juntos este livro, sabíamos que as trajetórias e experiências pessoais eram diferentes, mas tínhamos a certeza de que compartilhávamos valores, sensibilidade e o sonho de contribuir para a construção de uma sociedade diferente, com paz e justiça.

RASGA CORAÇÃO

Na noite de 11 de novembro de 2004, grupos de *rap*, *break* e *grafiti*, oriundos de todo o país, foram homenageados com o prêmio Hutúz. Celso Athayde criou o prêmio para valorizar a cultura *hip-hop*, proporcionar encontros entre os grupos, estimular a unidade na diversidade e conferir visibilidade pública a uma produção que permanece marginal. O tema de 2004 foi o mercado: entrar ou resistir? Entrar resistindo à pasteurização, que dilui o potencial crítico? Mas como fazê-lo? Participar do mercado implica, necessariamente, aderir ao que muitos grupos denominam "o sistema"? O sistema é o dragão da maldade que devora a *atitude* dos *rappers* e os converte em meninos bemcomportados, mesmo que insistam no estilo cara-amarrada, eu-sou-durão, não-quero-papo? Ou o mercado é mais aberto e flexível, admitindo tensões e contradições, que também podem ser exploradas a favor da crítica e da autoafirmação cultural dos jovens negros das periferias urbanas?

Estas interrogações circulavam nas entrelinhas das conversas travadas no Canecão e eram destacadas pelos premiados, em seus comovidos discursos de agradecimento. As indagações e contradições eram tão constantes quanto as referências a Deus, ao Pai e à fé.

A vibração que eletrizava o ambiente era única. Tinha gente chegando de viagens intermináveis: às vezes, mais de vinte horas de ônibus. Todos os sotaques brasileiros se sobrepunham num alarido alegre e denso: mensagens políticas e declarações de afeto cruzavam o ar. A casa de espetáculos mais típica e tradicional da classe média carioca estava totalmente tomada por jovens negros, rapazes e moças.

Enquanto eu me deliciava com a premiação - o Oscar tupiniquim reinventado pela paixão solidária da juventude brasileira -, Celso, o produtor anônimo mas onipresente, sofria, nos bastidores, um pico de pressão que o levou ao hospital. Voltou a tempo da celebração final. Não era fácil administrar aquela Babel de vozes, talentos, vontades, projetos, vocações, desejos, por vezes corroídos pelo ressentimento. E era preciso cuidado e disciplina para que o fluxo contínuo de energia vital não provocasse um dilúvio, desorganizando a festa e dando razão aos céticos, que sempre duvidaram da capacidade de auto-organização da juventude. Celso estava disposto a arcar com dívidas, mais uma vez, e a atravessar insone o fim do ano. O importante era não deixar a peteca da auto-estima coletiva cair. Por isso, Canecão. Por isso, o tema

provocador e difícilimo: mercado. Celso percebeu que o movimento *hip-hop* chegou à maturidade, a boa idade para enfrentar suas próprias contradições.

Aquele cenário que apontava para o futuro, cuja atmosfera de júbilo e reencontro infundia autoconfiança e esperança em tantos corações, pareceu-me ideal para servir de palco para a conclusão deste livro. Era preciso pôr o ponto final, depois de anos de trabalho compartilhado. Sobretudo, era necessário fazê-lo com o espírito elevado, em alto-astral, falando da vida, não da morte, da paz, não do crime.

Por isso, estas últimas páginas se destinam ao futuro, com muita esperança. Apesar de tudo, mas graças a você, que leu este livro até este ponto, com muitas dúvidas sobre o que fazer, sobre como ajudar. Talvez até mesmo duvidando se haveria saída. Digo "graças a você" porque, se você está lendo, isso significa que eu, Celso e Bill não somos os únicos profundamente preocupados e comovidos com o drama da juventude negra e pobre de nossa terra. Você ainda se lembra dessa expressão antiga, fora de moda, "nossa terra"? Pois é, acho que ela se aplica, agora, ao nosso caso. Nosso chão está manchado de sangue e o sofrimento se espalha, inundando comunidades inteiras. No Brasil, morrem cerca de 50 mil pessoas por ano, assassinadas.

Quando o chão está manchado, tendemos a baixar a cabeça e fixar-nos na trilha vermelha, seguindo seu curso. Esse fio rubro e seus afluentes podem desaguar num rastro de ódio, capturando nossos sentimentos e os lançando ao pântano das emoções negativas e das ações destrutivas. Se isso ocorrer, nosso espírito e nossa cultura estarão em xeque, na mesma medida em que nossa vida estará ameaçada pela barbárie. Salvemos nossa capacidade de nos emocionar com "os sofrimentos alheios e preservemos nossa força criadora, para salvarmo-nos como civilização e como seres humanos, dignos deste nome. Este é o primeiro passo.

O segundo passo para salvarmo-nos do círculo vicioso é separar o passado do futuro e dar-mo-nos, não só aos criminosos ou quase-criminosos, mas a todos nós, uma outra chance - afinal, somos todos co-responsáveis. Por que não oferecer ao Brasil a oportunidade de erguer-se acima da violência, concedendo a cada um de nós o privilégio de recomeçar; e atribuindo-nos a todos, enquanto sociedade, este mesmo privilégio - de recomeçar, pelo menos nas áreas mais diretamente ligadas à geração e ao tratamento da criminalidade? Por que não reconstruir radicalmente as polícias, as chamadas instituições socioeducativas, os sistemas prisionais, e até mesmo aspectos importantes da perspectiva em que atuam representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário? O promotor não precisa encarnar o Deus do

Antigo Testamento para demonstrar apreço à lei. A compaixão é legal, drena o ódio, cicatriza feridas, fertiliza a vida. Nada pode ser mais importante contra a violência do que a empatia com o sofrimento alheio. E atenção: como os autores deste livro esperam ter demonstrado, não só as vítimas sofrem.

Quando os comportamentos são regidos pelo que Celso denominou "lei da selva", o círculo infernal do crime e do castigo termina por envolver a sociedade numa teia interminável de sofrimento, bloqueando possíveis fontes de mudança.

Para pensar o futuro, descobrir o que fazer e imaginar alternativas, as experiências relatadas e interpretadas neste livro trazem algumas pistas.

Tal qual a menina que se ajoelhava no chão, debruçada sobre os recortes de jornal, cuja obsessão era recortar e guardar as notícias para compor a memória das vidas que a violência destruía (alertando as comunidades, uma a uma, pelas rádios-de-poste), nós também, Luiz, Celso e Bill, nos dedicamos a recortar e colar fragmentos de vida e morte, para divulgar o sofrimento que a violência provoca e conquistar a solidariedade que o possa amenizar ou até mesmo extinguir, no futuro, revertendo suas causas. As pistas para a reversão do cenário sombrio, que esta aquarela amarga do Brasil nos apresenta, são as seguintes:

(1) Existe já, Brasil afora, uma cultura da violência, gestada, alimentada e reproduzida pelo tráfico de drogas, que a utiliza seja para recrutar os jovens vulneráveis a seu apelo, seja para integrá-los a seu sistema de trabalho e poder. Curiosamente, o centro irradiador é o Rio de Janeiro. Os jovens dos demais estados fixam-se no exemplo carioca e o copiam. É claro que toda cópia envolve reinvenção, o que torna cada caso diferente. De todo modo, está em curso um processo de nacionalização do modelo carioca de organização sociocultural da violência.

Isso não significa, entretanto, que haja fronteiras sólidas e rígidas entre os dois mundos, da lei e do crime. Tudo é muito mais complicado. Assim como há diferenças de valor e linguagem, suficientes para falarmos em algo próximo a uma cultura do tráfico, há também cruzamentos, interligações e sobreposições de todo tipo. Essa garotada ainda está profundamente imersa na cultura brasileira. A maior parte dos valores ainda é comum. Em outras palavras, quem quiser sublinhar as diferenças, encontrará boas razões; quem preferir enfatizar a unidade, terá excelentes motivos. A vantagem da unidade é que ela, se efetivamente verdadeira, facilita o trabalho de quem busca acesso ao coração e ao imaginário daqueles jovens atraídos pelo canto de sereia do tráfico.

Vale um exemplo paradoxal. Nelsinho, um dos meninos que entrevistamos, vendia drogas e se revoltava com o sucesso da venda. Como não havia hipocrisia ou cinismo em sua fala, a contradição apenas desnudava sua própria ambivalência. O copo está, portanto, meio cheio e meio vazio, dependendo de quem o observa, com que espírito o faz e com qual expectativa. A ilegalidade invade a legalidade, estabelecendo uma relação promíscua com a ordem pública e a degradando. Por outro lado, é a marginalidade que reconhece as virtudes da vida legal, deixa-se sensibilizar por seus apelos, abre canais de comunicação, provoca diálogos morais e procura caminhos de volta. A promiscuidade tem mão dupla.

(2) Celso mencionou a depressão desoladora que derruba os espíritos, nos bairros mais pobres das periferias e nas favelas. Canta-se em prosa e verso o Brasil zombeteiro, alegre e festeiro, que abre espaços para a felicidade, em meio até à miséria, com o futebol e o samba no pé. Nem tudo é fantasia e folclore, nessa mitologia do hedonismo tupiniquim, mas o momento exige um pouco mais de cuidado nas generalizações. As palavras de Celso, repito, são muito graves: a depressão campeia nas favelas. Estamos falando em de-pres-são. É forte o termo, e dolorosa, a realidade. Cada um de nós sabe o que isso significa. O abatimento psíquico contamina o corpo, inibe iniciativas, arruina esperanças, reforça o medo e impõe retraimento. Chega de folclore. Vamos reconhecer e tratar essa dor. Ela é consequência, mas também causa da violência. Aliás, como vimos, as consequências em geral se tornam causas e realimentam o círculo vicioso destrutivo e autodestrutivo. As próprias drogas; como pensá-las sem mencionar o sofrimento psíquico que produzem e de que se alimentam?

Por isso, por ser este o contexto mais profundo - a depressão, a dor rasgando corações -, por isso, as religiões têm crescido tanto, particularmente nas áreas mais pobres das regiões metropolitanas brasileiras. Elas ajudam a tornar a vida um pouco mais fácil, na dimensão prática, graças à cooperação que estimula; mas, além disso e sobretudo, ajudam a controlar e, por vezes, dissolver o sofrimento interior, devolvendo à vida alguma beleza e o sabor da felicidade, ainda que efêmero.

Nós costumamos discutir os problemas econômicos e sociais do Brasil, mas é raro tratarmos do sofrimento interior como uma questão-chave, quando problematizamos a miséria e as desigualdades. É urgente ampliar o foco. Não questiono a importância dos temas econômicos, cujo impacto nos sentimentos é óbvio. São conhecidos os vínculos, por exemplo, entre desemprego, alcoolismo e depressão. Mas é necessário dar verdadeira atenção ao *sofrimento* subjetivo.

(3) Finalmente, chegamos ao ponto decisivo. A obsessão deste livro, de um modo ou de outro, é a invisibilidade dos jovens, especialmente dos pobres e, mais especificamente, dos negros. Invisibilidade que é sinônimo de rebaixamento da auto-estima. Quando socialmente invisível, a maior fome do ser humano é a fome de acolhimento, afeto e reconhecimento. Pressionado por esta fome profunda, os jovens recorrem aos expedientes acessíveis, até à violência. Claro que a realidade é bem mais complexa e que há sempre muitos outros fatores em ação. Mas a tese da invisibilidade é forte o suficiente para justificar algumas propostas que dirigimos a você, à sociedade e aos governos.

Se nosso propósito é reduzir a capacidade de recrutamento do tráfico, melhor e mais realista do que tentar destruí-lo é dispor-se a competir com ele. O tráfico é um pólo de atração, é uma fonte de energia gravitacional que atrai crianças e adolescentes, todos os dias, com impressionante facilidade. Se o tráfico recruta, seduz, atrai, é porque oferece benefícios. Quais? Os benefícios são as evidentes vantagens materiais, como dinheiro e acesso ao consumo, e são também os bens simbólicos e afetivos, como a sensação de importância e poder, o *status*, o sentimento de pertencimento a um grupo dotado de identidade - tudo isso significa valorização pessoal, reforço da autoestima. Um bem simbólico especialmente prezado é a masculinidade, aquele tipo quase mágico de virilidade que se materializa como um diferenciado poder de sedução das meninas da comunidade e até dos bairros afluentes da cidade.

Ora, se nossa estratégia não for acabar com o tráfico de drogas, mas enfraquecer sua capacidade de recrutamento e reprodução, para esvaziá-lo, gradualmente, e se nosso projeto visar, acima de tudo, salvar vidas e mudar as vidas na direção do convívio pacífico, definiremos nossa política como o estabelecimento de condições para competir com o tráfico. Investiremos na competição com o tráfico, disputando menino a menino, menina a menina. Para nos credenciarmos a competir com chances de êxito, teremos de criar um pólo alternativo, uma fonte gravitacional alternativa, apta a oferecer pelo menos os mesmos benefícios que o tráfico proporciona (evidentemente, com sinal invertido, isto é, orientados para a paz): vantagens materiais e simbólico-afetivas.

Portanto, se tencionamos competir, temos de instalar nosso centro de recrutamento de jovens, preparando-nos para sensibilizar seu imaginário e seus corações, sabendo qual linguagem empregar e quais recursos mobilizar. Não é fácil. Não bastam empregos, quaisquer empregos, ou frentes de trabalho.

Às vezes, qualquer emprego resolve; em geral, não é bem assim que acontece. com frequência, ouvi da rapaziada que não vale a pena repetir a trajetória de fracassos de seus pais. Eles não querem ser apenas pintores de nossas paredes, mecânicos de nossos carros, engraxates de nossos sapatos. Eles querem o que nossos filhos querem: internet, música, arte, dança, esporte, cinema, mídia, tecnologia de última geração, criatividade. Já se foi o tempo em que bastava acenar com a integração subalterna para calar demandas. Agora, quem demanda quer mesmo a tal cidadania, que significa pleno acesso ao mundo dos direitos e a tudo o que nossa sociedade pode oferecer de melhor. Por que não?

Se desejamos competir com o tráfico e recrutar os jovens, sobretudo os mais vulneráveis ao assédio do crime - e o fazemos para prevenir a violência mas também para salvar-lhes a vida e garantir-lhes os direitos fundamentais -, teremos de *customizar* as políticas sociais, isto é, adaptá-las a cada beneficiário, respeitando-lhes as singularidades pessoais e a vontade subjetiva de valorização. Como seria possível combinar uma política de massas e um ajuste fino, individualizante? Pela arte, pela cultura, com a criação estética e cultural, com as formas expressivas. Daí a importância estratégica do *hip-hop*, que é genuinamente popular e ligado às idéias de cidadania, respeito e paz.

Quando as escolas, as comunidades, a sociedade ou os governos proporcionam aos jovens das periferias e favelas acesso à criação cultural e à expressão artística, na prática, lhes oferecem um campo em que podem exercer a própria subjetividade e expressividade, mostrando-se e inventando-se como pessoas, ante olhares atentos e respeitosos da audiência, que os valorizam pela mera atenção que prestam. Tudo isso é amplificado se uma câmera acende sua luzinha, anunciando que, atrás de si, está presente um auditório virtual ilimitado. A luzinha representa a atenção em si mesma. Esta atenção valoriza quem se sente ninguém, quem se sente invisível. Ela ilumina a alma e alimenta um saudável narcisismo, que nada tem a ver com os fetiches das celebridades de um mercado inatingível.⁵¹ Fica faltando o afeto? É verdade. Mas a atenção é uma forma tosca de afeto. Um primeiro passo.

Forte, com sua auto-estima revigorada, quem sabe o jovem conquista, ele mesmo, ela mesma, esse afeto, dando-o a outro, dando-se a outrem, apontando-o a outro, em lugar da arma, como um convite à solidariedade e ao amor?

1 Participou do governo do estado do Rio de Janeiro, de janeiro de 1999 a março de 2000, na condição de subsecretário de Segurança Pública e coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania. Colaborou com o governo municipal de Porto Alegre, de março a dezembro de 2001, como consultor responsável pela formulação de uma política municipal de segurança e pela implantação de projeto piloto. Foi secretário nacional de Segurança Pública, do governo federal, de janeiro a outubro de 2003, iniciando a implantação do plano nacional de que foi um dos formuladores. Em

2000, foi pesquisador visitante sobre o mesmo tema no Vera Institute of Justice de Nova York e na Columbia University. Atualmente, é professor da UERJ e diretor do Instituto pela Promoção do Sistema Único de Segurança Pública

2 Foram fundamentais para o enfoque interpretativo que adotei neste livro os pontos que Miriam Guindam destacou em sua tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em janeiro de 2002, intitulada *Violência & Prisão Viagem em Busca de um Olhar Complexo* - que estão aí simplificados nesta síntese brevíssima

3 Teresa Pires Caldeira escreveu antes e melhor sobre isso, em seu livro *Cidade de Muros Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, EdUSP, 2003

4 Nenhum juízo unilateral é adequado, o que subverte dogmatismos e concepções rígidas. Esse tipo de personagem devolve à sociedade as qualificações, imagens e valores que ela projeta sobre o outro, isto é, sobre o objeto sacrificial destinado a concentrar e expiar o mal - ajudando-nos a exorcizar nossas culpas ou a conviver com nossa má consciência

5 O livro se chama *Abusado, o Dono do Morro Dona Marta* e foi publicado, em 2003, pela Editora Record, Rio de Janeiro

6 A liberdade que caracteriza a natureza do sujeito humano não o torna mferido às limitações diversas, físicas, químicas, biológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas. Não há, portanto, nessa ênfase tática e estratégica sobre a dimensão da liberdade, mais idealismo do que seria indispensável (isto é, drasticamente imperioso) para falar do fenômeno humano

7 Idéia inspirada pelo pensamento do filósofo Pascal

8 Nas ciências sociais, essa curiosa relação entre uma hipótese e sua confirmação futura chama-se "profecia que se autocumpre". Um exemplo: se eu suponho que o outro me agredirá, considerando o outro um potencial inimigo, tendo a me antecipar ao outro, agredindo-o antes que ele o faça. Com isso, termino provocando a violência que eu mesmo temia e desejava evitar

9 Exemplos de categorias a que me refiro poderiam ser drogadição, criminalidade, tráfico, classe social, família. Elas não são, necessariamente, conceitos das ciências humanas (podem sê-lo ou não, dependendo do uso a que se submetem e do sentido de que se revestem, em cada contexto), mas povoam a linguagem com a qual costumamos pensar a sociedade

10 Nesse

caso, considerando-se as categorias referidas, os objetos seriam o fenômeno da dependência química, as práticas ilegais, a modalidade destas práticas (ou o subconjunto) especificamente

dedicada a comercialização ilícita de substâncias psicoativas, o grupo social que compartilha determinada relação com os meios de produção e os recursos de poder, e o grupo que se forma pela combinação entre laços de consangüinidade e de afinidade, convivendo ou não na mesma unidade doméstica

Terceiro não do ponto de vista numérico, mas da estrutura das posições alguém fala para alguém que ouve Esta e a dupla que compõe o núcleo mínimo de uma situação de comunicação Estão presentes emissor e receptor. Estas funções podem ser desempenhadas por várias pessoas, não importa, serão apenas duas as funções A audiência virtual, ausente mas presente, graças a luzinha acesa da câmera que filma, representa a terceira posição, responsável pelo cumprimento de uma função muito importante, que será descrita adiante

12 Em termos técnicos, eu diria a alusão a audiência virtual, promovida pelo filmar, corresponde a instauração de um nível metalingüístico no interior do próprio discurso do narrador, dimensão que introduz o juízo (auto)crítico e a experiência da culpa e da vergonha

13 Febem e a sigla pela qual ficaram conhecidas as Fundações Estaduais do Bem-estar dos Menores No Rio de Janeiro, o Degase - Departamento Geral de Ações Socioeducativas - substituiu a antiga instituição responsável por crianças e adolescentes em conflito com a lei

14 Por isso, algumas tramas dos romances policiais mais sofisticados tematizam esses jogos do olhar, problematizando e intercambiando os lugares do sujeito e do objeto da investigação Nesses casos, os enredos se desdobram em um jogo de espelhos, formando aquilo que os especialistas denominariam "metalinguagem" Bons exemplos são *A Trilogia de Nova York*, de Paul Auster, e *Perseguido*, de Luiz Alfredo Garcia-Roza (ambos publicados pela Editora Companhia das Letras) *Operação Shylock*, de Philip Roth (mesma editora), seria outra ilustração, pois trabalha questão análoga em registro não propriamente policial, ainda que investigativo No cinema, um exemplo clássico é *Um Corpo que Cai (Vertigo)*, de Alfred Hitchcock, que inverte a unilateralidade "oyeur do filme *Janela Indiscreta (Rear Window)* quem se dá a ver e, na verdade, quem vê e manipula o observado" Na filosofia, a visão como metáfora do conhecimento é desconstruída pela obra de Heidegger Enquanto acolhimento e reconhecimento humanizante, o olhar interativo e objeto do pensamento de Sartre e Levinas

15 A descrição detalhada e a interpretação do ritual e de meu lugar no grupo encontram-se em meu livro, *Campesinato Ideologia e Política*, Zahar, 1981

16 O tema da invisibilidade, sobretudo associado ao racismo, foi consagrado em *Invisible Man*, obra-prima de Ralph Ellison (Vintage International Editor, 1985) A problemática do *reconhecimento*, mesmo sendo clássica, nas ciências sociais e na filosofia, foi reapreciada por Axel Honneth, em seu influente *Luta por Reconhecimento* (Editora 34, 2003 - a edição original é de 1992)

17 E também o

conceito exato, no dicionário da antropologia

18 É evidente que esta não é uma realidade que se possa generalizar. Descrevo uma situação típica para identificar alguns padrões, simplificando a diversidade de situações para reduzi-las a um modelo que sirva de ferramenta interpretativa. Nem todo jovem é igual, nem toda circunstância é igual, nem é igual a reação que provoca e tampouco é igual o sentimento gerado por cada reação

Alem disso, enquanto a madame de classe média não enxerga determinadas realidades, outros personagens humildes das ruas vêem detalhes que escapariam ao mais atento observador, treinado na melhor universidade

19 E assim que, de fora e de longe, a sociedade os rotula, justamente por não os vir e para não os ver

20 Este exemplo foi mencionado, de forma resumida e em contexto interpretativo diferente em meu livro *Violência e Política no Rio de Janeiro* (com colaboradores, publicado pela Editora Relume Dumara, em parceria com o ISER, em 1996)

21 A taxa de criminalidade mede-se dividindo-se a quantidade de crimes pela população

22 Trata-se de fenômeno comum, uma vez que a lógica da difusão das impressões sobre o que acontece guarda certa autonomia e tem características particulares

23 Factoides são fatos falsos, ilusórios, histôricos ou bizarros, encenados com o propósito de chamar a atenção, fazer notícia, alcançar as manchetes e intervir na agenda pública, atuando sobre o quadro político

24 A estabilização de expectativas positivas deve ser convergente, isto é, deve tender a universalização no âmbito em que se estabelecem as relações pertinentes, quer dizer, na sociedade ou no conjunto de sociedades que formam o contexto no qual ou por cuja referência moldam-se e são moduladas as expectativas No quadro histórico da globalização, que é o nosso, o âmbito em que se estabelecem as relações pertinentes tende a se confundir com o próprio planeta

25 É importante, mais uma vez, distinguir preconceito e indiferença Nos dois casos, há a anulação da pessoa, mas por meios opostos ao contrário da indiferença, que negligencia a presença de alguém, o preconceito corresponde a uma hipervisibilidade, que ilumina uma imagem artificial e pré-construída, obscurecendo a individualidade da pessoa, mantida na penumbra

26 A palavra religião guarda parentesco estreito com a ligação de que tratamos aqui. A religião aspira promover a re-ligação, quer religar o laço rompido a grande metáfora cristã da ruptura e a expulsão do paraíso, mas há muitas outras imagens fecundas, em diferentes tradições. Neste sentido, o espaço simbólico e cultural da religiosidade é bem mais vasto que Igrejas e doutrinas

27 A metamorfose como metáfora da capacidade que caracterizaria o criador (o poeta) de transportar-se empaticamente a vivência alheia, é de Elias Canetti Esta em seu livro *A Consciência das Palavras*, editado pela Companhia das Letras, 1990 (página 282) Eu já a empregara no artigo "Os Quatro Nomes da Violência" (escrito em parceria com Leandro Piquei Carneiro), publicado em *Violência e Política no Rio de Janeiro* (editado por Relume Dumara & ISER, 1996), e no ensaio "Metamorfose e Unidade Sintática em um Mundo Só", publicado no número 1, ano 1, 1999, da revista de estudos interdisciplinares *Interseções*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ

No sentido de Canetti, todavia, metamorfose designa a mudança como o fazer-se deslizar até o outro, abrir-se para o outro, o que credenciaria o sujeito a escrever do ponto de vista do outro, quase convertendo-se no outro. Para Canetti, esta seria a função maior do artista, do escritor, do poeta. Trata-se, então, também de mudança, mas não uma reforma de si numa ou noutra direção. A mudança é uma disponibilidade permanente para a comunicação efetivamente receptiva, para a aceitação

radical que corresponderia aproximadamente ao que, no presente texto, tenho denominado *acolhimento*

28 Dois livros muito importantes merecem leitura atenta *Sobrevivendo no Inferno A Violência Juvenil na Contemporaneidade*, de Carmen Silveira de Oliveira (Porto Alegre, Editora Sulina, 2001), e *No Outro Lado do Espelho a Fratura Social e as Pulsões Juvenis*, de Norma Missae Takeuti (RJ Relume Dumara, 2002)

29 Roberto DaMatta, um dos principais antropólogos brasileiros, tem chamado a atenção para este ponto ao longo de toda a sua obra, desde *Carnavais, Malandros e Heróis* (republicado pela Editora Rocco, em 1994)

30 Hulsman, Louk & Bernart De Celis, Jaqueline *Penas Perdidas O Sistema Penal em Questão* Rio de Janeiro Luam, 1993

30 A tragédia aqui referida ultrapassa o eleito retórico do adjetivo que visa amplificar a ênfase dramática. O que ocorre é, de fato, trágico, na medida em que envolve dois sentidos contraditórios que se anulam mutuamente Ao armar-se, o jovem desarma-se das condições que eventualmente lhe poderiam proporcionar o apoio de que necessita Ao deparar-se com a arma, a vítima do assalto sente medo e ódio, afastando-se emocionalmente do agressor, ao qual talvez tivesse devotado alguma simpatia, em outra circunstância, e com o qual, eventualmente, talvez tivesse chegado mesmo a solidarizar-se A violência queima pontes e caravelas. Não há retorno possível. Pelo menos, não no cenário da agressão

32 A armadilha do preconceito está, como vimos, na assimilação, pela vítima do preconceito, do estigma que a vítima. Assimilação que se dá por pensamentos, palavras e obras Ou seja, a pessoa que é alvo do preconceito veste a carapuça, passa a sentir-se em conformidade com o que dita o preconceito, passa a descrever-se a si mesma segundo a linguagem do preconceito, e passa a agir de acordo com a previsão sobre suas ações embutidas no preconceito. Nesse caso, portanto, as ações sofrem a "maldição" da profecia que se autocumpre

33 Sena bom usar com prudência a noção de reincidência, pois ela remete a idéia nem sempre verdadeira de um comportamento repetitivo que reitera seu padrão criminoso, como se girasse em torno de si mesmo Reincidência pode congelar nossa percepção, impedindo que se identifiquem as condições externas que podem estar cumprindo função decisiva no que aparece, ao observador superficial, como sendo a mera repetição obstinada de um sujeito viciado em crime

34 É fascinante verificar a situação paradoxal que se instalou no Brasil se os jovens pobres copiam a moda da elite, os filhos e filhas da elite copiam a moda dos pobres, que não é mais que uma apropriação estilizada da moda da elite (internacionalizada) Ou seja, a elite copia a cópia de si mesma e se deixa embalar pelo sabor marginal que este jogo de espelhos destila

35 Wanderley Guilherme dos Santos

descreveu a função da carteira de trabalho como índice de cidadania, no Brasil, e chamou a atenção para as implicações políticas dos vínculos entre trabalho, símbolos e emoções, em seu livro já clássico *Cidadania e Justiça A Política Social na ordem Brasileira*, republicado pela Editora Campus. em 1987 Marshal Sahlins analisou em detalhes o simbolismo da economia nas sociedades capitalistas (*Cultura e Razão Prática*, Editora Zahar, 1976) Karl Marx, ainda no século XIX, percebeu a carga simbólica inscrita nas mercadorias (seu

poder quase mágico e encantatório de autonomizar-se) e a batizou "fetichismo" (*O Capital Crítica da Economia Política*, livro I, dois volumes, Editora Civilização Brasileira, 2002) Sigmund Freud, alguns anos depois, retomou a palavra modificando-lhe o conceito, mas preservando os sentidos de deslocamento de foco perceptivo (ou cognitivo) e censura moral (*Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* Editora Imago, 2002)

36 Gostaria de sustentar uma posição contra-intuitiva. Acredito que as modas, refiro-me aquelas que se realizaram como movimentos culturais -, mesmo quando são cooptadas e assimiladas pelo sistema econômico e viram *griffe* domesticada, inteiramente confortável nos grandes salões das elites, nem por isso merecem nosso desdém Alguma coisa fica. Há sempre um resto não digerido que se acrescenta a química do cosmo cultural e altera o DNA das sociedades, em benefício da liberdade. Nesse sentido - e felizmente -, somos todos transgênicos, porque trazemos conosco um pouco da ousadia dos inconformistas camuflados pelo mercado. Esse excedente de ousadia foi sublimado e refundido, mas, de todo modo, empurrou a civilização para outro estágio, reconfigurando o cardápio das opções humanas A calça rasgada dos *hippies* virou *griffe* chique, deixou de chocar, mas ajudou a alterar os modelos de interpretação sobre o comportamento humano e a disciplina em que se confina a liberdade individual

37 Nota pessoal em tom nostálgico e dicção citrada atualmente, quando avenida Paulista com *Sierrã Maestra* é a esquina da moda, me recordo com saudade das *dunas do barato* e do que ainda restava de heroísmo cívico libertário - pacifista, porém honesto Viva Leila Dmiz1 Salve, Gabeira1

38 Refiro-me ao livro *A Agressão uma Historia Natural do Mal*, Moraes editores, Lisboa, 1973

39 Este é o título de um ensaio formidável de Maree Mauss, que está publicado em *Sociologia e Antropologia*, dois volumes (editado por EPU & EdUSP, em 1974) Dois livros interessantes sobre esta temática, bastante didáticos e acessíveis aos leitores da língua portuguesa, são *O Tabu do Corpo* (1980) e *O Tabu da Morte* (1983), ambos de José Carlos Rodrigues e ambos publicados pela Editora Achiamé

40 O livro de Hélio Raimundo Santos Silva, *Travesti a Invenção do Feminino*, publicado pela Editora Relume Dumara, em 1993, analisa a complexa rede de sentidos e experiências, na fronteira entre os gêneros

41 O argumento e ampla inspeção empírica estão em *Mulheres Invisíveis*, de Bárbara Musumeci Soares (livro publicado em 1999 pela Editora Civilização Brasileira)

42 Refiro-me, por exemplo, a Alba Zaluar (seu livro *A Máquina e a Revolta*, entre tantos méritos, foi pioneiro na abertura de todo um campo de estudos e na ênfase que conferiu a relevância sociológica do tráfico - republicado pela Editora Brasiliense, em 1994), Paulo Lins (autor de *Cidade de Deus*, cujos

méritos já foram amplamente reconhecidos - republicado pela Cia das Letras em 2002), Zuenir Ventura (autor de um livro cuja acuidade analítica acabou por dar nome a síndrome que nos atormenta *Cidade Partida* (Cia das Letras, 1994), Antônio Rafael (cuja tese de mestrado feita traz o livro mergulha no cotidiano do "movimento" *Um Abraço para Todos os Amigos*, EDUFF, 1998), Luiz Fernando Almeida Pereira (que escreveu a bela etnografia *De Olhos Bem Abertos Rede de Tráfico em Copacabana* - FGV, 2003), Aziz Filho e Francisco Alves Filho (autores de *Paraíso Armado*, que passa em revista as duas décadas em que a violência sentou

praça no Rio - editora Garçon, 2003), Gilberto Velho e Marcos Alvito, organizadores de *Cidadania e Violência* (editoras UFRJ e FGV, RJ, 1996), importante contribuição ao debate, do qual participam Hélio R S Silva, Alba Zaluar, Juhta Lemgruber, Mana Luiza Heilbom, Luiz Mott, Marcos Alvito Pereira de Souza, Roberto Kant de Lima, Hermano Vianna, Olivia Mana Gomes da Cunha, Mana Lúcia Aparecida Montes

43 As pesquisas mostram que quem se submeteu a violência, na infância, ou a testemunhou, tem mais propensão a envolver-se com práticas violentas mais tarde (para explicação detalhada e dados consulte-se *Mulheres Invisíveis*, de Barbara Musumeci Soares Editora Civilização Brasileira, 1999)

44 Todas as críticas ao comportamento policial dirigem-se a segmentos policiais específicos comprometidos com a corrupção e a brutalidade, e não têm a intenção de hostilizar ou macular a imagem dos profissionais da segurança pública ou das instituições policiais. Qualquer generalização seria leviandade e uma injustiça, tanto com as instituições, quanto com seus profissionais honestos, competentes e dedicados, que amcam a própria vida por salários incompatíveis com a importância de sua função Estes merecem meu reconhecimento, minha gratidão e homenagem Mas até para valorizá-los e honrar as instituições policiais, ajudando a criar condições mais adequadas e justas para seu funcionamento eficaz e respeitoso das leis e dos direitos humanos, é indispensável dizer a verdade distinguir o joio do trigo e mergulhar nos problemas, com franqueza, *clareza* e coragem. Iludem-se os que acham que melhor defendem os bons policiais e as instituições mentindo a sociedade e escondendo tudo o que há de podre neste universo com esta hipocrisia. infelizmente, ainda predominante não se chegou a lugar nenhum, apenas se logrou perder a confiança da sociedade e afastar ainda mais o povo, particularmente as populações faveladas, das polícias

45 Este argumento eu já o expus em meu livro *Meu Casaco de General 500 dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro* (publicado em 2000 pela Editora Companhia das Letras), citando Primo Levi e sua Extraordinária etnografia dos campos de concentração nazistas

46 Sena uma ilusão imaginar que a anarquia ofereceria melhores garantias contra a violência e a opressão

47 No estado do Rio de Janeiro, em 2003, 6 624 pessoas foram assassinadas, 179 foram mortas em latrocínios e 195 perderam a vida por conta de ações policiais, a maioria das quais em condições que sugerem extermínio. Chegamos, portanto, ao espantoso número de 7 998 vítimas letais da violência 53,8 por 100 mil habitantes Exatamente o dobro da média brasileira. Isso significa que 18 pessoas foram assassinadas no estado do Rio, diariamente, oito das quais na capital. As mortes provocadas por ações policiais, no estado do Rio, cresceram

3%, nos últimos sete anos foram 300, em 1997, 397, em 1998, e caíram para 289, em 1999 - ano em que implementamos um conjunto de reformas nas polícias, fomentadas para a modernização, a moralização e a participação comunitária. Em 2000 e 2001, os números subiram para 441 e 587, respectivamente. A situação agravou-se, em 2002 e 2003, quando os números saltaram para 900 e 195. Em São Paulo, a violência policial letal cresceu 263% em oito anos. O maior salto foi de 2002 para 2003.

60,44% (todos os dados citados têm como fontes as Secretarias de Segurança dos Estados do Rio e de São Paulo)

48 De novo, onde se lê "polícia" leia-se "segmentos policiais", para que não se cometam injustiças com imprópria generalização, ainda que se possa afirmar que são raros os casos em que um grupo de traficantes se estabeleça com estabilidade, mantendo negócios, dominando território, pontos de venda e uma comunidade, sem que haja cumplicidade policial

49 Impossível não lembrar, aqui, mais uma vez, os quatro volumes de Elio Gaspari, nos quais questão análoga emerge da análise da ditadura militar, no Brasil *A Ditadura Envergonhada* (2002), *A Ditadura Escancarada* (2002), *A Ditadura Derrotada* (2003) e *A Ditadura Encurralada* (2004), todos publicados pela Editora Cia das Letras

50 Vale sublinhar a importância de outro gravíssimo problema, que poderia ser definido como a privatização da segurança pública. Os policiais ganham pouco, assumem um segundo trabalho (o bico), geralmente, no campo da segurança privada, que cresce com o justificado medo da violência e a ineficiência das polícias. Em o fazendo, os policiais cometem uma ilegalidade, mas nenhuma autoridade investiga e pune, porque todos sabem que é a segurança privada que financia a pública, complementando salários insuficientes. Na penumbra desta clandestinidade consentida, desenvolve-se todo tipo de prática ilícita - como o tráfico de armas - e, no limite, aprofunda-se a promiscuidade com o crime. Chega-se ao paroxismo da irracionalidade e do perigo, quando policiais, a serviço de pseudo-empresas informais-clandestinas, são coniventes com a criminalidade ou praticam crimes, diretamente, em certas ruas, para provocar a demanda por seus serviços privados. É mais comum, entretanto, a forma mais tênue desta perversão, que se dá como atendimento dos clientes privados durante o horário em que se deveria prestar serviço público por exemplo, alterando rotas de patrulhamento, para atender aos negociantes que contratam, nos dias de folga, os serviços privados. Sublinhe-se que nada disso envolve as empresas sérias de segurança privada, cujo papel não é contraditório com os interesses da segurança pública - aliás, esta complementaridade poderia ser muito bem explorada, em benefício da sociedade. As empresas sérias sofrem com esta situação, pois, muitas vezes, são chantageadas pela autoridade que as fiscaliza (a responsabilidade é da Polícia Federal, mas, por convênio, alguns estados transferem este poder às suas polícias). Além disso, têm de enfrentar uma concorrência desleal e ilegal. Enquanto não se resolver este *imbróglio*, a reforma das polícias será apenas um sonho - ou um pesadelo. Um problema conexo é o do regime de trabalho dos policiais: 24 horas de trabalho, por 72 de folga, ou 12 por 48, são esquemas absurdos. Ninguém pode trabalhar tanto,

sem descanso, por outro lado, nenhuma investigação pode ser interrompida por tanto tempo, sem inviabilizar-se De novo. Nenhuma autoridade ousa propor mudanças, mesmo sabendo que o sistema atual não funciona, porque todos sabem que o tempo de folga está preenchido, na maior parte dos casos, pelo bico, graças ao qual o Estado pode pagar tão pouco a quem arrisca a vida pela vida e a segurança alheias Alterações no regime de trabalho das polícias desorganizaria a perversa complementaridade e inviabilizaria a manutenção dos atuais salários, revelando o irrealismo dos orçamentos estaduais

51 Tecnicamente, eu diria que a luzinha acesa corresponde a instalação de uma dimensão metalingüística e reflexiva, que abre espaço para a autovalorização e o amadurecimento crítico-moral de cada indivíduo, se o contexto for adequado

Conheça mais sobre nossos livros e autores no site www.objetiva.com.br

Disque-Objetiva 0800 224466 (ligação gratuita)

Este livro foi impresso na

LIS GRÁFICA E EDITORA LTDA

Rua Fehcio Antônio Alves 370 - Bonsucesso

CEP 07175450 - Guarulhos SP - Fax (11) 6436 1538

Fone (11) 6436 1000 - e mail lisgranca@lisgrancacom.br